

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

ALEXANDRE LUÍS PONCE MARTINS

SUBIMPERIALISMO NO BRASIL E MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO:
CONSIDERAÇÕES REFERENTES À REGIÃO SUL E O MERCOSUL

MARINGÁ - PR
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

ALEXANDRE LUÍS PONCE MARTINS

SUBIMPERIALISMO NO BRASIL E MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO:
CONSIDERAÇÕES REFERENTES À REGIÃO SUL E O MERCOSUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Márcio Mendes Rocha

MARINGÁ - PR
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

P792s Ponce Martins, Alexandre Luís
Subimperialismo no Brasil e mobilidade da força de trabalho: considerações referentes à Região Sul e o Mercosul / Alexandre Luís Ponce Martins. -- Maringá, 2016.
187 f. : il. col., figs., tabs., gráficos, quadros

Orientador: Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016

1. Geografia humana. 2. Imperialismo - Brasil. 3. Subimperialismo - Brasil. 4. Mobilidade da força de trabalho - Região Sul - Mercosul. . I. Rocha, Márcio Mendes, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed. 910.13

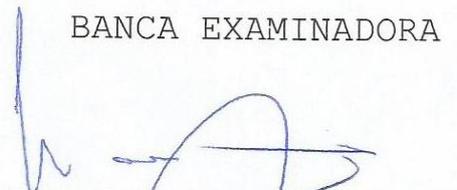
MN-003336

“SUBIMPERIALISMO NO BRASIL E MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO:
CONSIDERAÇÕES REFERENTES À REGIÃO SUL E O MERCOSUL”

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em 05 de maio de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha
Orientador - UEM



Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa
Membro convidado
UNESPAR



Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva
Membro convidado
UEM

Aos meus avôs (*in memoriam*),
Braz Ponce Martins e Sandoval Luiz de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador,
Márcio Mendes Rocha, por me aceitar como orientando e transmitir valioso conhecimento, levarei estes subsídios para o resto da vida.

Às minhas avós,
Mariana G. Martins e Maria da C. de Oliveira, por suas experiências de vida e sabedoria.

Aos meus pais,
Sílvia da Conceição de Oliveira Martins, por me instigar e ‘forçar’ a estudar desde cedo;
Gines Ponce Martins, por ser uma referência quanto ao conhecimento.

À minha irmã,
Gelise Cristine Ponce Martins, pelo companheirismo e inspiração à vida acadêmica.

À minha esposa,
Vivian Rafaella Prestes Ponce, por me impulsionar a continuar minha caminhada acadêmica.

Aos queridos Professores,
Maria das Graças de Lima, por me acompanhar nos primeiros passos na vida acadêmica e acompanhar e auxiliar na banca de qualificação;
Henrique Manoel da Silva, por muito auxiliar durante este processo, com colocações e informações oportunas na banca de qualificação.
Fabio Rodrigues da Costa, por aceitar participar da defesa e contribuir significativamente com o texto final aqui apresentado.

Aos amigos e amiga,
Eduardo, Natália, John, Matheus e Aparecido pelo companheirismo durante estes anos.

Aos colegas:
Todos os colegas e amigos do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização.

A realidade social é ambígua. A direita tende a pressupor que o ser humano é, por natureza, egoísta ou auto interessado; a esquerda, a pensá-lo como generoso ou capaz de generosidade. Na verdade, o ser humano é intrinsecamente contraditório e, portanto, ambíguo. Ele nasce com duas necessidades fundamentais e contraditórias: de um lado, o instinto da sobrevivência o faz individualista e egoísta; de outro, o instinto da convivência o torna solidário e cooperativo. Toda a sociedade humana está baseada nessa ambiguidade, por isso os cientistas sociais enfrentam tanta dificuldade em prever seu comportamento.

Luiz Carlos Bresser-Pereira

RESUMO

A presente dissertação procura compreender as dinâmicas da mobilidade da força de trabalho dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina com seus respectivos países fronteiriços, Argentina, Paraguai e Uruguai, membros fundadores do MERCOSUL e estabelecer informações referentes a dados econômicos entre o Brasil e o referido bloco com o intento de associar uma possível atuação subimperialista brasileira nesta conjuntura. Justifica-se a pesquisa a partir da premissa do desenvolvimento desigual e combinado que gera espaços dialéticos e perversos, identificar estes aspectos são significativos para se trabalhar soluções quanto à emancipação de atores subjugados pelas desigualdades do capital. Tal objetivo demandou a coleta de uma série de dados referentes às características físico-naturais e geoeconômicas da área de estudo. Vale salientar que foram resgatadas historicamente relações entre os países aqui colocados, bem como das unidades federativas em questão. Deste modo, torna-se possível justificar os interesses capitalistas em determinada área e a conseqüente atração populacional que fomentaria uma mobilidade centrada no trabalho, perspectiva que corrobora com a metodologias de análise utilizadas, isto é, o materialismo histórico dialético e geografia crítica. Do ponto de vista bibliográfico, fez-se uma revisão quanto aos conceitos pertinentes à pauta, ou seja, mobilidade da força de trabalho, território, fronteira, imperialismo, hegemonia e subimperialismo. Buscou-se elencar dados relevantes para o estudo, como imigração, admissão e demissão de indivíduos estrangeiros, saldos da balança comercial, principais produtos importados e exportados. As informações encontradas foram tabuladas e apresentadas por meio de gráficos para facilitar a interpretação dos resultados. Por fim, sinaliza-se que, o resultado obtido a partir desta pesquisa se mostrou satisfatória, pois os objetivos foram articulados e demonstraram a lógica capitalista sob a forma subimperialista em aspectos diversos.

Palavras-chave: Imperialismo, subimperialismo, mobilidade da força de trabalho, MERCOSUL

ABSTRACT

In this research whose objective is to look for understanding dynamics of labor force mobility inside some states of Brazil like as Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, and with their border countries Argentina, Paraguay and Uruguay, founder members of MercoSur and also to check information related to economics data between Brazil and this economic block to try to link Brazilian under-imperialist possible actions in this juncture. We justify this research by the premise of unequal development and this combine with the generation of perverse dialectics spaces, identifying those aspects means enormous significance to solve those submitted actors and their enfranchisement by the inequality of the capital. This objective demanded a data series referring to natural, physics, and geo-economics characteristics of the study area. We have a highlight in rescue historical relations among those countries as well as the considered states of the Brazilian Federation. By this way it is possible to justify the capitalist interests in a determined area and its attraction to the inhabitants to promote mobility around the jobs, perspective proved with an analysis methodology used, i.e, dialectic historical materialism and the geographic criticism. From a bibliographic point of view was made a review of concepts related to this job agenda, i.e, the mobility of workforce, territory, border, imperialism, hegemony, and under-imperialism. It was sought to the relevant data for this study as well as immigration, admission, and deportation of foreign people, balance of trade, the main imported and exported products. The data found were charted and presented in charts to an easy comprehension of the results. Finally, we point the outcome obtained as result of the research was satisfactory because the objectives were joined and showed a capitalist logic in the under-imperialist format in several aspects.

Key words: Imperialism. Under-imperialism, labor force mobility, MercoSur

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo buscar entender las dinámicas de movilidad de la fuerza laboral de los estados brasileños de Rio Grande do Sul, Paraná y Santa Catarina con los respectivos países fronterizos: Argentina, Paraguay y Uruguay, miembros fundadores del Mercosur y también las informaciones que dicen relación a los datos económicos entre Brasil y el bloque en referencia para intentar ligar una posible actuación subimperialista brasileña en esta coyuntura. Este objetivo demandó una serie de datos que se refieren a las características naturales, físicas y geoeconómicas del área en estudio. Tenemos que resaltar que fueron rescatadas históricamente las relaciones entre los países mencionados, así como de las unidades de la Federación consideradas. Por eso se hace posible justificar los intereses capitalistas en una área determinada y su consiguiente atracción poblacional que fomentaría la movilidad centralizada en el trabajo, perspectiva que se comprueba con la metodología de análisis utilizadas, o sea, el materialismo histórico dialéctico y de geografía crítica. Del punto de vista bibliográfico se hizo una revisión de los conceptos pertinentes a la pauta, o sea, la movilidad de la fuerza de laboral, territorio, frontera, imperialismo, hegemonía y subimperialismo. Se buscó obtener datos relevantes para el estudio, como la inmigración, admisión y demisión de individuos extranjeros, saldo de la balanza comercial, los principales productos importados y exportados. Las informaciones encontradas fueron tabuladas y presentadas en gráficos para facilitar la interpretación de los resultados. Finalmente, se indica que el resultado obtenido como fruto de la investigación fue satisfactorio porque los objetivos fueron articulados y demostraron una lógica capitalista bajo el formato subimperialista en aspectos diversos.

Palabras Claves: Imperialismo, subimperialismo, movilidad de La fuerza laboral, MercoSur.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Países Membros do Mercosul.....	24
Figura 2: Classificação climática de Köppen-Geiger	26
Figura 3: Ecorregiones argentinas	28
Figura 4: Ecorregiones paraguayas	31
Figura 5: Ecozonas uruguaias e porcentagem de pradarias naturais	33
Figura 6: Cobertura Vegetal Nativa do Estado do Paraná	35
Figura 7: Classificação climática de Köppen para o Paraná	35
Figura 8: Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina	36
Figura 9: Unidades de Vegetação do Rio Grande do Sul (RADAM). Fundação Estadual de Proteção Ambiental.....	38
Figura 10: Categorias do subimperialismo.....	110
Figura 11: Acordos bilaterais quanto ao ensino de língua portuguesa na América do Sul....	162
Figura 12: Orçamento geral da União em 2014	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução territorial e demográfica das principais potencias imperialistas do século XIX	88
Tabela 2: Porcentagem de territórios pertencente às potências coloniais europeias e aos Estados Unidos	88
Tabela 3: Número e percentual de imigrantes estrangeiros (imigração acumulada) residentes no Brasil em 1991, 2000 e 2010.....	117
Tabela 4: Número e percentual de imigrantes da década, de nacionalidade estrangeira, residentes no Brasil em 1991, 2000 e 2010.....	119
Tabela 5: Residentes no Brasil que moravam em Argentina, Uruguai e Paraguai em 2005 .	121
Tabela 6: Estrangeiros residentes na Argentina por decênio	122
Tabela 7: População imigrante por decênio de Argentina, Paraguai e Uruguai.....	123
Tabela 8: Brasileiros residentes no exterior - 2014	123
Tabela 9: Principais nacionalidades em admissão no estado do Paraná – 2014	126
Tabela 10: Principais nacionalidades em admissão no estado de Santa Catarina 2014.....	127
Tabela 11: Principais nacionalidades em admissão no estado do Rio Grande do Sul – 2014	127
Tabela 12: Principais atividades econômicas, admissão x demissão dos paraguaios, Brasil - 2014.....	129
Tabela 13: Principais ocupações, admissão x demissão dos paraguaios no mercado de trabalho, Brasil - 2014	130
Tabela 14: Admissão x demissão de paraguaios, segundo escolaridade, Brasil - 2014	130
Tabela 15: Admissão x demissão de paraguaios, por UF, Brasil – 2014.....	131
Tabela 16: Principais municípios em admissão de paraguaios, Brasil - 2014	132
Tabela 17: Principais atividades econômicas, admissão x demissão dos argentinos, Brasil -2014	133
Tabela 18: Principais ocupações, admissão x demissão dos argentinos no mercado de trabalho, Brasil - 2014	134
Tabela 19: Admissão x demissão de argentinos, segundo escolaridade, Brasil - 2014	134
Tabela 20: Admissão x demissão de argentinos, por UF, Brasil – 2014	135
Tabela 21: Principais municípios em admissão de argentinos, Brasil - 2014	136

Tabela 22: Principais atividades econômicas, admissão x demissão dos uruguaios, Brasil - 2014	137
Tabela 23: Principais ocupações, admissão x demissão dos uruguaios no mercado de trabalho, Brasil - 2014	138
Tabela 24: Admissão x demissão de uruguaios, segundo escolaridade, Brasil - 2014.....	138
Tabela 25: Admissão x demissão de uruguaios, por UF, Brasil – 2014	139
Tabela 26: Principais municípios em admissão de uruguaios, Brasil - 2014.....	139
Tabela 27: Intercâmbio da balança comercial brasileira 2000 a 2015.....	148
Tabela 28: Intercâmbio comercial brasileiro com o MERCOSUL 2000 a 2015.....	150
Tabela 29: Série histórica da balança comercial argentina com o Brasil.....	153
Tabela 30: Série histórica da balança comercial paraguaia com o Brasil	155
Tabela 31: Série histórica da balança comercial uruguaia com o Brasil	157
Tabela 32: Principais produtos de exportação do Brasil para o MERCOSUL	159
Tabela 33: Principais produtos de importação do Brasil no MERCOSUL.....	159
Tabela 34: Consumo de eletrodomésticos e endividamento das famílias por extratos de renda	170

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Trabalhadores do MERCOSUL admitidos no Brasil por setor econômico entre as principais ocupações - 2014	141
Gráfico 2: Escolaridade dos trabalhadores paraguaios admitidos no Brasil - 2014	142
Gráfico 3: Escolaridade dos trabalhadores argentinos admitidos no Brasil – 2014	143
Gráfico 4: Escolaridade dos trabalhadores uruguaios admitidos no Brasil – 2014	143
Gráfico 5: Média salarial dos admitidos do MERCOSUL no Brasil – 2014	144
Gráfico 6: Admitidos do MERCOSUL no Brasil - Região Sul – 2014	145
Gráfico 7: Admitidos com carteira de trabalho do MERCOSUL nas Unidades Federativas da Região Sul – 2014.....	146
Gráfico 8: Admitidos com carteira de trabalho do MERCOSUL entre os dez maiores municípios receptores conforme zona fronteiriça – 2014	147
Gráfico 9: Intercâmbio comercial brasileiro entre 2000 e 2015	149
Gráfico 10: Intercâmbio comercial brasileiro com o MERCOSUL 2000 a 2015	150
Gráfico 11: Percentual das exportações do Brasil para o MERCOSUL em relação à balança comercial.	151
Gráfico 12: Percentual das importações do Brasil para o MERCOSUL em relação à balança comercial.	151
Gráfico 13: Proporção do MERCOSUL em relação ao saldo da balança comercial geral do Brasil	152
Gráfico 14: Série histórica da balança comercial argentina com o Brasil em US\$	154
Gráfico 15: Série histórica da balança comercial paraguaia com o Brasil em US\$	156
Gráfico 16: Série histórica da balança comercial uruguaia com o Brasil em US\$	158
Gráfico 17: Participação das exportações de bens e serviços no PIB brasileiro – 1960 a 1980 (%).....	167
Gráfico 18: Participação das exportações de bens e serviços no PIB brasileiro – 2000 a 2014 (%).....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Paralelo entre os enfoques neoclássicos e neomarxistas em migração	70
Quadro 2: O Sistema territorial	73
Quadro 3: Cooperação antagônica Brasil – EUA quanto à agenda de liberalização. 2003 – 2007	164
Quadro 4: Cooperação antagônica Brasil – EUA quanto à agenda estabilização/militarização 2003 – 2007	164
Quadro 5: Atuação das Multinacionais brasileiras no mundo	172

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALADI – Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
- ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio
- ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
- CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
- CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná
- DGEEC - Departamento de Estatísticas, Pesquisas e Censos
- EUA – Estados Unidos da América
- FAB – Força Aérea Brasileira
- G20 – Grupo dos 20 (19 economias mais desenvolvidas do mundo e a União Europeia)
- G8 – Grupo dos 8 (8 economias mais desenvolvidas do mundo)
- GETSTOP – Grupo Executivo para as Terras do Norte do Paraná
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
- INDEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- JK – Juscelino Kubitschek
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement)
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONU- Organização das Nações Unidas
- PE – Política Externa
- PEB – Política Externa Brasileira
- RADAM – Projeto Radambrasil
- TEC – Taxa Externa Comum
- UA – União Africana
- UE – União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA FRONTEIRA SUL DO BRASIL	22
1.1 Caracterização físico-natural da área de estudo	23
1.1.1 Caracterização físico-geográfica de Argentina, Paraguai e Uruguai	27
1.1.2 Caracterização físico-geográfica dos estados do Sul do Brasil	33
1.2. Contextualização histórico-geográfica de Argentina, Paraguai e Uruguai	39
1.2.1 Processo de formação da Argentina	39
1.2.2 Processo de formação do Estado paraguaio	44
1.2.3 Processo de Formação do Estado uruguaio	47
1.2.4. Processo de Formação do Estado brasileiro	48
1.2.5 Formação histórica dos estados do Sul do Brasil	57
1.3 Síntese físico-histórico-geográfica da área de estudo	59
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: NOÇÕES DE MOBILIDADE, FRONTEIRA E IMPERIALISMO	62
2.1. A Mobilidade Humana	63
2.1.1. Geografia da população e mobilidade, aspectos históricos	63
2.1.2 Formas de Mobilidade e força de trabalho	66
2.2. Território e Fronteira	71
2.3. Imperialismo	79
2.3.1 – Breve consideração quanto à hegemonia	80
2.3.2 Imperialismo na antiguidade e o Imperialismo Clássico	82
2.3.3 Imperialismo no contexto do final século XIX e início do XX	86
2.3.4 O “novo” imperialismo	96
2.4 – A teoria do subimperialismo	106
3. MERCOSUL: MOBILIDADE DO TRABALHO, BALANÇA COMERCIAL E SUBIMPERIALISMO	112
3.1. O contexto da formação do MERCOSUL	113
3.2. Mobilidade populacional no contexto do MERCOSUL	117

3.3 Mobilidade do Trabalho no contexto do MERCOSUL	124
3.3.1 Mobilidade da força de trabalho paraguaia no Brasil	129
3.3.2 Mobilidade da força de trabalho argentina no Brasil	132
3.3.3 Mobilidade da força de trabalho uruguaia no Brasil	136
3.3.4 Síntese da mobilidade da força de trabalho	140
3.4 Aspectos econômicos do MERCOSUL	147
3.5 Subimperialismo brasileiro	160
3.5.1 Política de hegemonia regional do Brasil	161
3.5.2 A cooperação antagônica no contexto brasileiro	163
3.5.3 Brasil: paralelos quanto ao esquema tripartite de realização do capital nos anos 60/70 e século XXI	166
3.5.4 Composição orgânica média do capital/ capital financeiro e monopólios	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado procura estabelecer relações quanto à mobilidade da força de trabalho no âmbito geoeconômico dos estados do sul do Brasil e países fundadores do MERCOSUL. Procura-se identificar também a possibilidade de uma prática subimperialista brasileira neste contexto. A pesquisa se dá na linha de pesquisa “Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais”, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

Salienta-se que esta pesquisa se fundamenta teoricamente a partir dos pressupostos referentes à geografia crítica, isto é, para se chegar ao objetivo proposto da dissertação é necessário partir de uma leitura histórica e geográfica para se compreender os meandros que permeiam a dinâmica das áreas de estudo, de seus respectivos atores, bem como as práticas exercidas pelo sistema econômico vigente que corrobora com as relações expressas.

Sistematizar, relacionar e sintetizar semelhanças e dissensos quanto às questões que levam às ordens de mobilidade centrada na força de trabalho da área de estudo possui relevância significativa, uma vez que, as relações trabalhistas de natureza capitalista podem influenciar no deslocamento dos trabalhadores, assim como na materialização espacial do referido sistema econômico. Estes fatores interferem em relações de âmbito político, cultural, educacional, agroindustrial, urbano, entre outros. Destaca-se que os objetivos secundários, necessários para se atingir os principais, são: fazer uma análise do ambiente natural da área de estudo, uma vez que, o espaço natural é a base para a construção do geográfico e interfere nas ações econômicas e sociais; fazer um resgate histórico da área de estudo; revisar bibliograficamente os conceitos de mobilidade humana, território, fronteira, imperialismo e subimperialismo; elencar dados quanto à mobilidade de trabalhadores entre os estados do sul do Brasil e os países fundadores do MERCOSUL; estabelecer relação entre a teoria do subimperialismo e as questões econômicas atuais.

Salienta-se que a geografia é uma ciência humana que abre possibilidade para interpretações diversas quanto às suas áreas de atuação. O espaço geográfico, segundo Roberto Lobato Corrêa (2012) é um dos conceitos chave desta ciência em conjunto com outros quatro: paisagem, região, lugar e território. Nenhum destes vocábulos faria sentido se não fossem legitimados pela sociedade e suas personagens, sendo portanto, também elementos de estudo da Geografia. O espaço e a sociedade se conflitam, intercalam, transformam-se, em um processo dialético que transpõe a escala temporal, de um modo que, entre as escolas geográficas

que podem servir de base para estudos científicos nas áreas, a geografia crítica se apresenta como uma daquelas que possui subsídios para estabelecer relações a partir destes fatos, sendo portanto, a metodologia de análise presente nesta dissertação.

A geografia crítica emergiu em meados dos anos 70 questionando a Nova Geografia no sentido de esta não conseguir elucidar as questões conflitantes que se assentavam entre a geografia e as ciências sociais, nesse sentido, entre as tendências críticas, estabeleceu-se a geografia radical, a humanista e a idealista. (CHRISTOFOLETTI, 1985)

A geografia humanística procura estabelecer relações entre o indivíduo e o espaço a partir da fenomenologia, busca-se compreender seu comportamento a partir de suas experiências. Cada indivíduo possui uma visão de mundo, logo, descarta-se leis universais que estabeleçam regras para um todo. Yi-Fu Tuan é um dos expoentes desta abordagem, onde os sentidos e os valores pessoais de cada sujeito estabelecem relações únicas com o espaço, que passa ser um lugar que possui significado ou não para aquele, apresentando um aspecto afetivo pelo local, que seria a topofilia. Dentro da perspectiva humanística está a geografia cultural, tendo como um dos principais pensadores Paul Claval, estabelece-se por meio desta, relações entre o meio social e a cultura, regras de conduta, indivíduo-sociedade, cultura-poder, entre outros. (COSTA e ROCHA, 2010)

A geografia idealista foi elaborada como uma perspectiva alternativa para o positivismo, considera que as ações humanas não podem ser estabelecidas por regras ou leis universais empíricas ou pré-estabelecidas, isto é, ao contrário dos positivistas que buscavam referências exteriores para explicar fenômenos diversos, os idealistas buscavam partir do interior e explicar o que ocorre fora. (CHRISTOFOLETTI, 1985)

A geografia crítica radical se situa a partir do materialismo histórico dialético, onde as transformações do meio se dão a partir de relações históricas do homem com a natureza por meio do trabalho. As alterações espaciais estão relacionadas a mudanças temporais estabelecidas materialmente pela exploração do homem pelo homem em contato com o meio, estas articulações são dialéticas e se materializam no espaço formando ambientes desiguais. A geografia radical busca subsídios na sociologia, tendo em Marx e Engels a maior inspiração, segundo estes últimos, a desigualdade que se observava entre a burguesia e o operariado no século XIX tinha origem histórica a partir da exploração da burguesia, detentora dos meios de produção, sobre os operários que tinham disponível somente sua força de trabalho. O burguês a partir da obtenção da mais valia expropria a riqueza gerada pelo seu funcionário, riqueza esta que deveria ser socializada com todos os trabalhadores, e acumula capital. No entender de Marx e Engels (1999), o proletariado ao impetrar consciência de classe perceberia que é explorado,

teria então capacidade para contrariar as forças produtivas e iniciar uma revolução, implantar a ditadura do proletariado para posteriormente atingir o comunismo. Neste contexto, a alienação é o principal fator de impedimento desta percepção, uma vez que, a partir dos aparelhos ideológicos do Estado, que trabalham em função da burguesia e do capitalismo, o indivíduo não adquire capacidade para se emancipar e continua a ser explorado. A revolução é vista como uma solução para uma condição social dialética, isto é, há uma problemática que é a exploração do homem, uma tese, a solução seria a revolução socialista, a síntese o comunismo.

A partir dos anos 70, geógrafos procuraram utilizar tal perspectiva para entender as desigualdades presentes no século XX, a África, América Latina e Ásia apresentavam espaços deteriorados, atrasados tecnologicamente, infraestrutura ineficaz e degradação das condições mínimas do ser humano. A partir da miséria que se observava – e ainda se observa - no mundo, percebeu-se que o sistema capitalista era o responsável pelo surgimento de espaços desiguais. A função do geógrafo nesta questão é identificar a razão da ocorrência desta diferença significativa entre os espaços, para tal deve-se procurar a raiz do problema, esta não seria encontrada na simples observação empírica da realidade presente, pois isoladamente é simulacro da realidade social. A explicação é histórica, ao se deparar com as questões temporais que compreendem a desigualdade presente, o geógrafo crítico radical deve estabelecer parâmetros para se atingir a superação social do problema, ou seja, transformar a realidade.

O materialismo histórico é um método de investigação científico que vai além dos aspectos ideológicos, as ciências humanas têm como alicerce a resolução das problemáticas sociais. A partir dos pressupostos tese-antítese-síntese, pode-se analisar criticamente diversas questões que delineiam a relação homem-natureza dentro da observação e construção do espaço.

A presente dissertação tem como problema a identificação de relações desiguais entre nações vizinhas, relações estas que contribuem com o desenvolvimento desigual e combinado, onde, no bloco econômico do MERCOSUL, o Brasil detém tal hegemonia. A partir das observações referentes à mobilidade humana entre os estados membros fundadores do MERCOSUL, identificar-se-á informações que corroborem com tal preeminência, que, a partir dos objetivos do capital torna-se perversa e fere a emancipação humana.

Destaca-se que para atingir a proposta é preciso caracterizar as relações geoeconômicas a partir das ordens de mobilidade de força de trabalho em Argentina, Paraguai, Uruguai e Unidades Federativas do Sul do Brasil, com o objetivo geral de se identificar uma provável ação hegemônica brasileira de fundo subimperialista nos referidos países.

Especificamente, a partir dos pressupostos do materialismo histórico dialético é necessário se analisar historicamente a área de estudo, pois é importante se compreender as raízes diacrônicas que levaram os países em questão a atingir o grau de desenvolvimento econômico atual, bem como se estabelecem suas relações comerciais com os países do bloco MERCOSUL; identificar as principais práticas econômicas da área de estudo é significativo para se compreender as necessidades ao qual cada Estado tem em relação ao outro, o que é justificável também a partir do faturamento comparativo entre suas balanças comerciais; pontuar dados referentes à agroindústria, esta perspectiva está relacionada com a principal prática comercial do bloco, todos os países presente no MERCOSUL tem dependência significativa do ramo agroindustrial, tais informações podem trazer subsídios importantes para a pesquisa; elencar dados referentes à população e mobilidade da força de trabalho, informações gerais de cunho demográfico podem ser ferramentas significativas para se observar dados gerais quanto à qualidade de vida das populações, enquanto que a mobilidade pode ser observada como um fator justificável quanto à migração destas mesmas populações, ou seja, condições adversas provocadas por políticas estatais são passíveis de diferentes graus de mobilidade; sistematizar os dados coletados em pesquisa bibliográfica, depois de fechar as informações anteriores, observa-se a necessidade de colocá-los em gráficos e tabelas com o objetivo de tornar o acesso às informações mais didáticas; sintetizar os dados obtidos e procurar observar a possível existência de práticas hegemônicas do Estado brasileiro nos demais países do MERCOSUL a partir da teoria do subimperialismo de Marini identificada por Luce (2011).

Para que todo conceito teórico possa ser melhor apreendido num processo geográfico, a pesquisa torna-se parte fundamental na finalização e objetivação de um trabalho como este. Portanto, fez-se o reconhecimento das características geoeconômicas e de mobilidade da área a partir de pesquisa essencialmente teórica, isto é, a partir de dados secundários obtidos por meio de órgãos oficiais presentes nos países e estados em questão, bem como instituições internacionais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC) da Argentina, o Departamento de Estatísticas, Pesquisas e Censos (DGEEC) do Paraguai e o Instituto Nacional de Estatística (INE) do Uruguai foram consultados para coleta de informações. No Brasil, além do IBGE, considerar-se-á a presença de outras organizações governamentais com bancos de dados relevantes para a pesquisa, como o Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria do Comércio Exterior.

A dissertação será estruturada em três partes, além da introdução e considerações finais, aos quais serão denominados “1. Caracterização histórico-geográfica da fronteira sul do

Brasil’’, ‘‘2. Pressupostos teóricos: noções de mobilidade, fronteira e imperialismo’’ e ‘‘3. MERCOSUL: mobilidade do trabalho, balança comercial e subimperialismo’’.

A primeira parte aborda brevemente as relações históricas e geográficas da área de estudo, para tal, localizou-se geograficamente, dentro do contexto da América do Sul, os países fundadores do MERCOSUL, ou seja, Brasil (unidades federativas da Região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), Argentina, Uruguai e Paraguai. Uma breve contextualização geográfica também será exposta, questões quanto a clima, vegetação, relevo e biomas serão retratados para se definir as características naturais de cada país e unidade federativa já destacados e um quadro geral comparativo destes dados. Salienta-se ainda a presença de um resgate histórico-geográfico do Brasil, estados sulistas e demais países do MERCOSUL, faz-se necessária uma comparação entre estes aspectos partindo-se do pressuposto que o desenvolvimento de todos tem a obrigatoriedade de participação dos demais, uma vez que, a proximidade entre eles coloca uma predisposição natural de trocas comerciais mais atuantes.

A segunda parte é composta por uma revisão bibliográfica teórica com responsabilidade de discutir, a partir das ideias de autores diversos, as questões referentes a mobilidade, fronteira, território, hegemonia, imperialismo e subimperialismo. Estes conceitos foram trabalhados a partir de sua evolução histórica para o melhor entendimento de sua aplicabilidade atual. A mobilidade pode ser definida como o movimento dos corpos no espaço, este trabalho se refere aos deslocamentos humanos em ambiente de fronteira, faz-se necessário então esclarecer qual o tipo de mobilidade específica deveremos tratar, para tal, saímos do aspecto geral para abordar um conceito específico, que no caso, é a mobilidade da força de trabalho. O movimento populacional nas fronteiras da área de estudo tem como motivação a busca por melhores condições de vida, representada no olhar do migrante por novas oportunidades de trabalho, que podem ser mais atrativas em locais que apresentam maior desenvolvimento. A fronteira também é um aspecto a se definir com clareza, uma vez que, o termo faz referência direta ao território, um dos conceitos chave da ciência geográfica. Não há fronteira sem o território, e ambos devem ser delimitados a partir de todas suas considerações teóricas na área da geografia, pois, a partir deles existe também a questão cultural e simbólica além do econômico e político, uma abordagem ampla que aproxima todos estes fatores é papel da ciência geográfica. O imperialismo com o passar do tempo histórico mudou de significado a partir das mutações sociais que o mundo testemunhou, o termo existe desde a antiguidade, mas só transcendeu um parecer geopolítico a partir do século XIX, período em que as nações mais industrializadas do planeta passaram a explorar as áreas menos desenvolvidas tecnologicamente, exploração esta que buscava beneficiar uma pequena classe social burguesa a partir do aparelhamento do

Estado. Os seres humanos, principalmente aqueles presentes em áreas periféricas ficaram em segundo plano e foram subjugados pelos atores hegemônicos.

Atualmente o imperialismo se faz presente, com o porém de exibir uma nova roupagem, a partir da dominação que se dá por meio dos meandros do mercado financeiro internacional, que gera dependência e dominação de grupos privilegiados que se sustentam de forma rentista por meio das atividades bancárias e utilizam o Estado como aparelho a partir de suas políticas internacionais intervencionistas, que mantém a objetivação de obtenção de mais valia, deixando também os requisitos mínimos de uma vida digna para o ser humano em segundo plano. Mesmo com o termo resignificado, não cabe associar o termo à escala do Brasil na América do Sul, portanto, resgatamos o subimperialismo de Ruy Mauro Marini, sob a ótica e Luce (2011), o qual se coloca como um termo mais apropriado para o recorte deste trabalho.

A terceira parte elencará informações necessárias para se identificar um papel hegemônico do ponto de vista econômico e financeiro no que se refere aos países do MERCOSUL, a priori, realizou-se um resgate histórico de formação e objetivos do bloco, elencou-se dados quanto à mobilidade populacional e do trabalho. As informações coletadas foram esquematizadas em gráficos e tabelas para facilitar a interpretação. Por fim, associou-se à teoria do subimperialismo com o desenvolvimento econômico e político brasileiro no século XXI.

Enfim, a partir dos métodos aqui expressos, pretende-se atingir os objetivos traçados anteriormente, de modo que, nas considerações finais, espera-se ter a possibilidade de construir uma síntese que contribua para o enriquecimento da ciência como um todo, bem como colocar uma medida que possibilite repensar a realidade social atual no que toca os países presentes nas áreas de estudo e, também, outras localidades que possam expressar situações semelhantes.

O materialismo histórico, a partir da geografia crítica radical é uma opção de método científico que prioriza a transformação da realidade por meio da práxis, assim, esperamos que este trabalho saia da teoria e se materialize como uma realidade, isto é, o fato de servir como subsídios que contribuam para a emancipação do pensamento dos seres humanos, já se coloca na prática como uma forma de se anular a alienação de atores diversos, contribuindo para o avanço das conquistas humanas e ampliar a qualidade de vida de toda uma população.

1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA FRONTEIRA SUL DO BRASIL

O MERCOSUL originalmente, entre 1994 e 2012, correspondia à porção sul e central da América do Sul, território que abrangia apenas os Estados de Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Contudo atualmente, com a adesão da Venezuela (GOLDZWEIG, 2013), o bloco atinge também a porção norte do subcontinente. Para esta dissertação, levou-se em consideração a de estudo especificada na figura 01, quando especificarmos as questões de mobilidade e fronteira, abordou-se, além dos países já citados, a região Sul do Brasil, portanto, desconsiderou-se a Venezuela e as demais regiões brasileiras e suas respectivas unidades federativas. Vale ressaltar que as medidas relacionadas às práticas imperialistas, o Brasil será considerado em sua totalidade, uma vez que, as medidas econômicas são tomadas nos centros político e financeiro do país.¹

O motivo primordial para se desconsiderar a Venezuela deste estudo está no fato da proximidade geográfica das unidades federativas do sul do Brasil e os demais Estados já elencados. Tal proximidade geográfica incentiva o deslocamento da população de forma mais conexas.

A mobilidade necessita de motivações diversas, tais aspectos serão tratados na próxima parte, pode-se adiantar porém, o papel da economia como fator atuante quanto às motivações de mobilidade humana. Do ponto de vista econômico, as medidas tomadas quanto ao mercado financeiro, de trocas comerciais em âmbito de MERCOSUL são tomadas fora das unidades federativas descritas, portanto, fatores históricos, políticos e de tomada de decisão (poder) são hierarquicamente decididos em outros locais, sendo no caso, os centros políticos.

Para o início do presente trabalho faz-se necessário uma caracterização geográfica da área de estudo, justifica-se tal análise a partir da relevância de se compreender as particularidades naturais da Região Sul do Brasil, bem como dos Estados de Argentina, Paraguai e Uruguai, ou seja, o território abrangido pelo MERCOSUL, também proeminentes para se atingir os objetivos desta dissertação.

Quanto à questão histórica, salienta-se a importância de se apresentar as mudanças ocorrentes no MERCOSUL, tanto nas questões espaciais, econômicas e sociais. Pretende-se

¹ Segundo Raffestin (1993), todo território delimitado, ao qual o Estado governa o país possui o *topos*, ou seja, área de concentração de poder, em contrapartida, existe também a tensão, área relacionada ao *topos*, porém não necessariamente próxima a este, geralmente ocorre nas áreas limítrofes. O primeiro é caracterizado como regulador da ordem dentro deste território, e o segundo o espaço de relações de produção e poder.

utilizar como método de trabalho o materialismo histórico dialético de tal modo que, a questão histórica é condição para identificar as problemáticas dialéticas que atingem a sociedade e o espaço geográfico como um todo.

A dimensão geográfica dar-se-á inicialmente a partir da caracterização física do território do MERCOSUL, isto é, destacaremos as questões relacionadas à localização, clima, vegetação e relevo, de um modo que, tais informações se mostrem relevantes quanto ao desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, de mobilidade humana da área de estudo.

Posteriormente, far-se-á a contextualização das questões históricas-geográficas, em um primeiro momento dos Estados da Região Sul do Brasil, e em seguida, dos Estados do MERCOSUL. O desenvolvimento histórico geográfico está atrelado à questão econômica, assim, torna-se uma ferramenta necessária para identificar os fatores que levam um espaço a se tornar mais desenvolvido tecnologicamente que outro, tornando-se ponto de atração e conseqüentemente, suscetível a diversas formas de mobilidade humana e social.

Por fim, encerraremos retratando as relações entre o desenvolvimento físico-natural e histórico-geográfico do Brasil e demais Estados membros fundadores do MERCOSUL. Neste recorte, procuraremos sintetizar geograficamente as informações destacadas nos dois primeiros momentos da parte 1.

1.1 Caracterização físico-natural da área de estudo

Este primeiro subitem refere-se à sistematização de características geográficas naturais referentes à área de estudo, para se compreender a razão da distribuição de tais fatores físicos, faz-se necessário primeiramente a localização da área de estudo a partir de uma representação cartográfica conforme a figura 01.

Figura 1: Países Membros do Mercosul



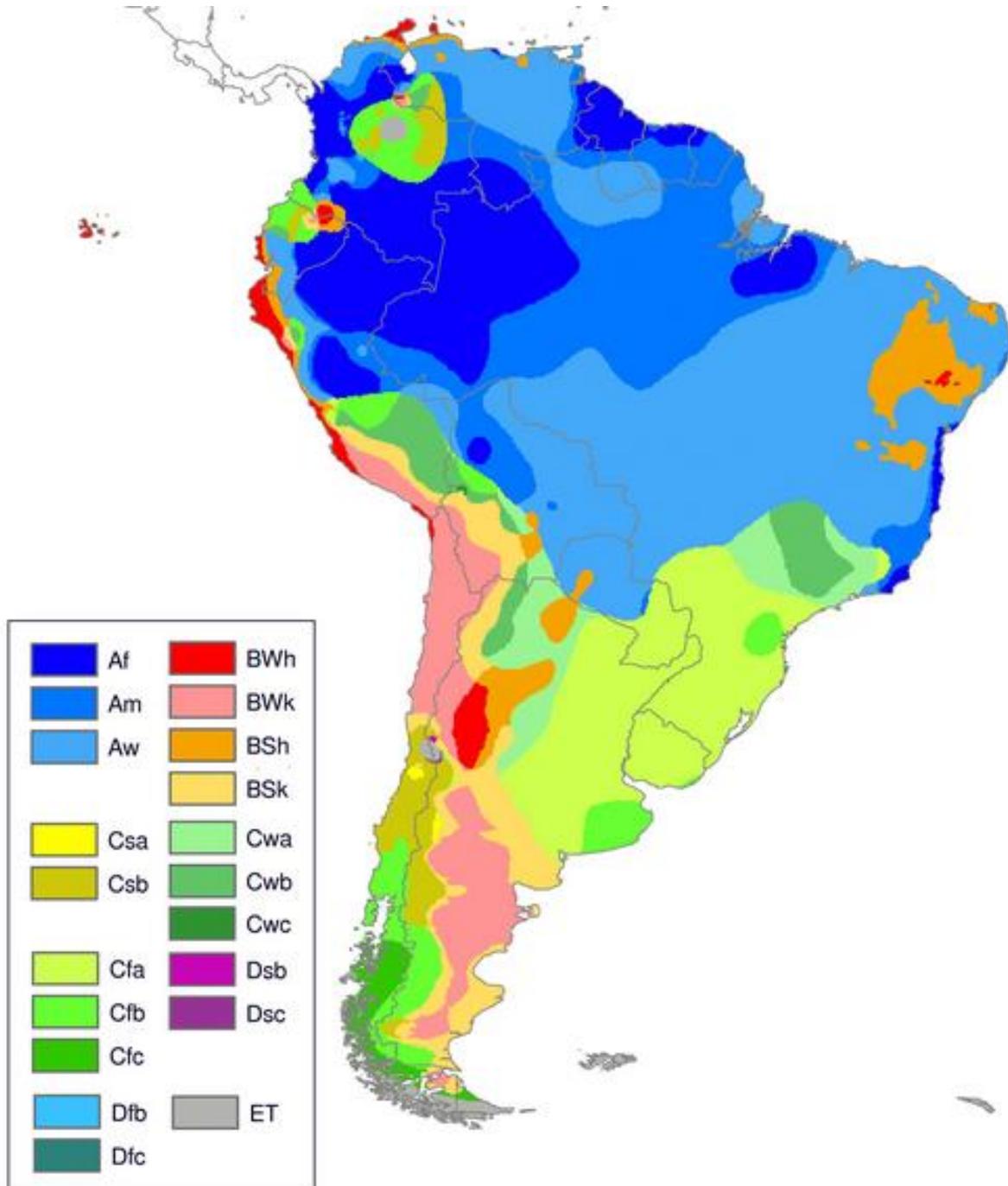
Fonte: Base Cartográfica IBGE. Organização: Alexandre L. Ponce Martins, 2013.

De modo geral pode-se considerar que o bloco econômico denominado MERCOSUL está integralmente localizado no continente americano, mais precisamente no subcontinente da América do Sul. A partir destas informações, salienta-se que tal área se encontra dentro do hemisfério ocidental da Terra, com maior parte no hemisfério Sul, corresponde, portanto, aos territórios integrais dos Estados de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

A área de estudo já delimitada deve ser identificada a partir de seus pressupostos geográficos físicos e naturais, para se compreender também, além de sua localização geográfica, as motivações de ordem natural que podem influenciar até a atualidade alguns aspectos econômicos e sociais presentes na população que se move ou visa se mover.

A partir da classificação climática de Köppen, há a predominância do tipo climático Cfa, ou seja, clima temperado úmido com verões quentes, favorável às práticas agrícolas. Ocorre ainda a presença de Cfb, Am (clima tropical de monção), Aw (clima tropical com estação seca de Inverno), Cfb (clima temperado úmido com Verão temperado), BSh (clima das estepes quentes de baixa latitude e altitude), BSk (clima das estepes frias de média latitude e grande altitude), Cwa (clima temperado úmido com Inverno seco e Verão quente), Cwc (clima temperado úmido com Inverno seco e Verão curto e fresco), BWh (clima das regiões desérticas quentes de baixa latitude e altitude), Csa (clima temperado úmido com Verão seco e quente) e Csb (clima temperado úmido com Verão seco e temperado). A maior diversidade climática ocorre na Argentina, pois a latitude e a heterogeneidade de relevo contribui para tal fato, conforme está demonstrando a figura 2. (SÁ JUNIOR, 2015).

Figura 2: Classificação climática de Köppen-Geiger



Fonte: (Peel et. al. 2007)

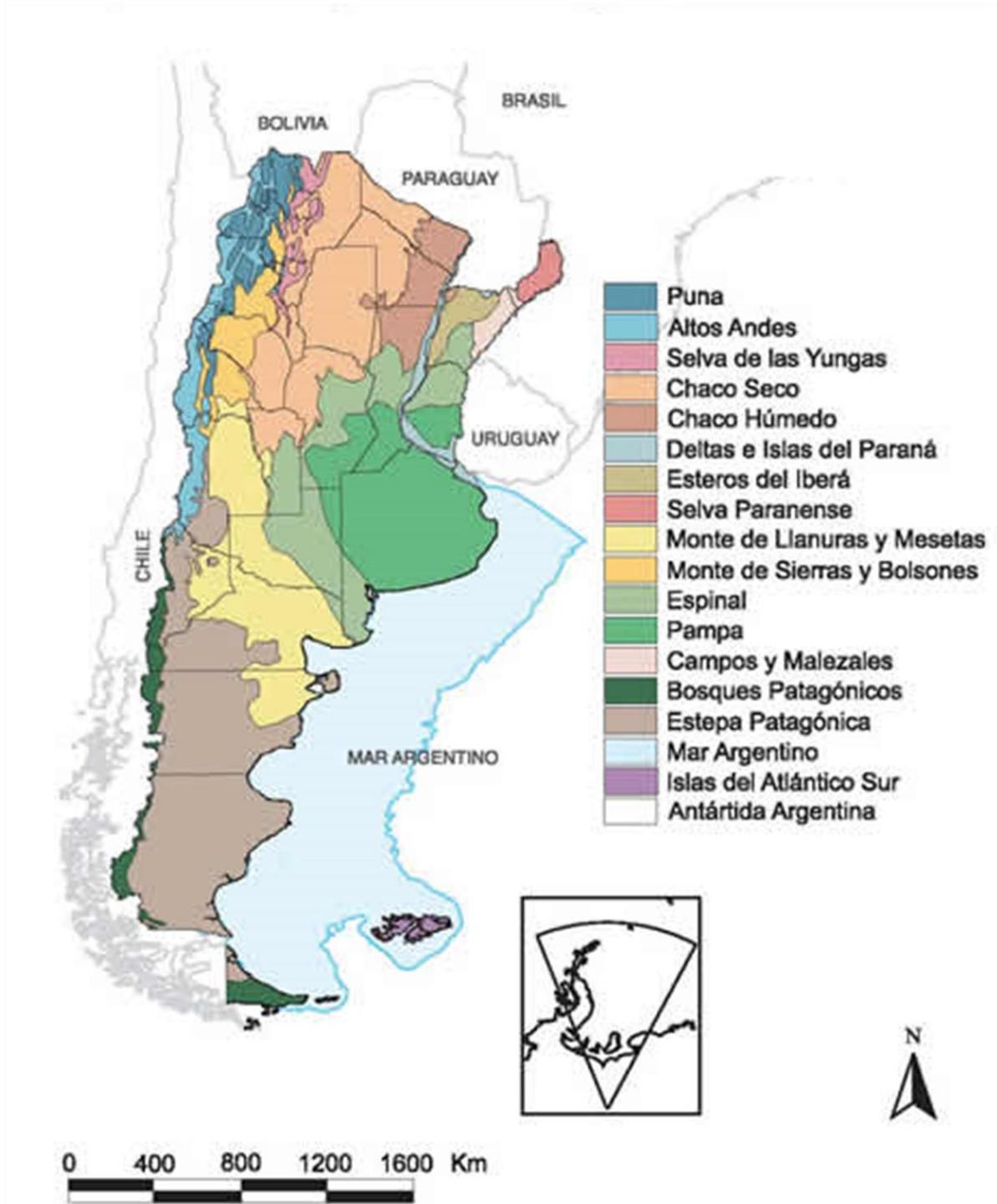
As paisagens da América do Sul são demasiadamente diversificadas, as latitudes e altitudes são fatores preponderantes na formação dos climas e conseqüentemente na vegetação. No extremo sul da América é possível se observar tais distinções, visto que, há uma significativa

variação climática no território argentino, principalmente pela extensão em direção às altas latitudes e terrenos de elevada altitude, na cordilheira dos Andes.

1.1.1 Caracterização físico-geográfica de Argentina, Paraguai e Uruguai

Para se delimitar as diversidades paisagísticas da Argentina utilizamos os dados de Burkart (et. al., 1999), o autor delimitou unidades paisagísticas com similaridades climáticas e fitogeográficas que permitem sistematizar os territórios do país com finalidade de planejamento e gestão. Assim, foram definidas 18 ecorregiões presentes na figura 3:

Figura 3: Ecorregiones argentinas



Fonte: Burkart et. al. 1999.

As ecorregiões argentinas, segundo Burkart (p. 7, et. al. 1999) é o resultado da análise de três critérios fundamentais, as quais os próprios expõem:

i. definir las ecoregiones utilizando elementos de juicio múltiples, en base a unidades de paisaje (geomorfología, hidrología, suelos, vegetación) y el clima, ii. integrar en um solo producto la información disponible que se halla, aún, parcializada y dispersa y iii. enforzar esta versión de las ecoregiones como parte de un processo de aproximaciones sucesivas efectuadas a medida que avanzan los conocimientos científicos que la sustenta.

Os autores destacaram, como descrito no recorte anterior, que as ecorregiões foram criadas a partir de dados de geomorfologia, hidrografia, solos e vegetação, o que tornam os critérios muito semelhantes aos domínios morfoclimáticos brasileiros de Ab'Saber, descrito pelo autor como “um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climáticos-hidrológicas.” (AB'SABER, 2012, p. 11 e 12).

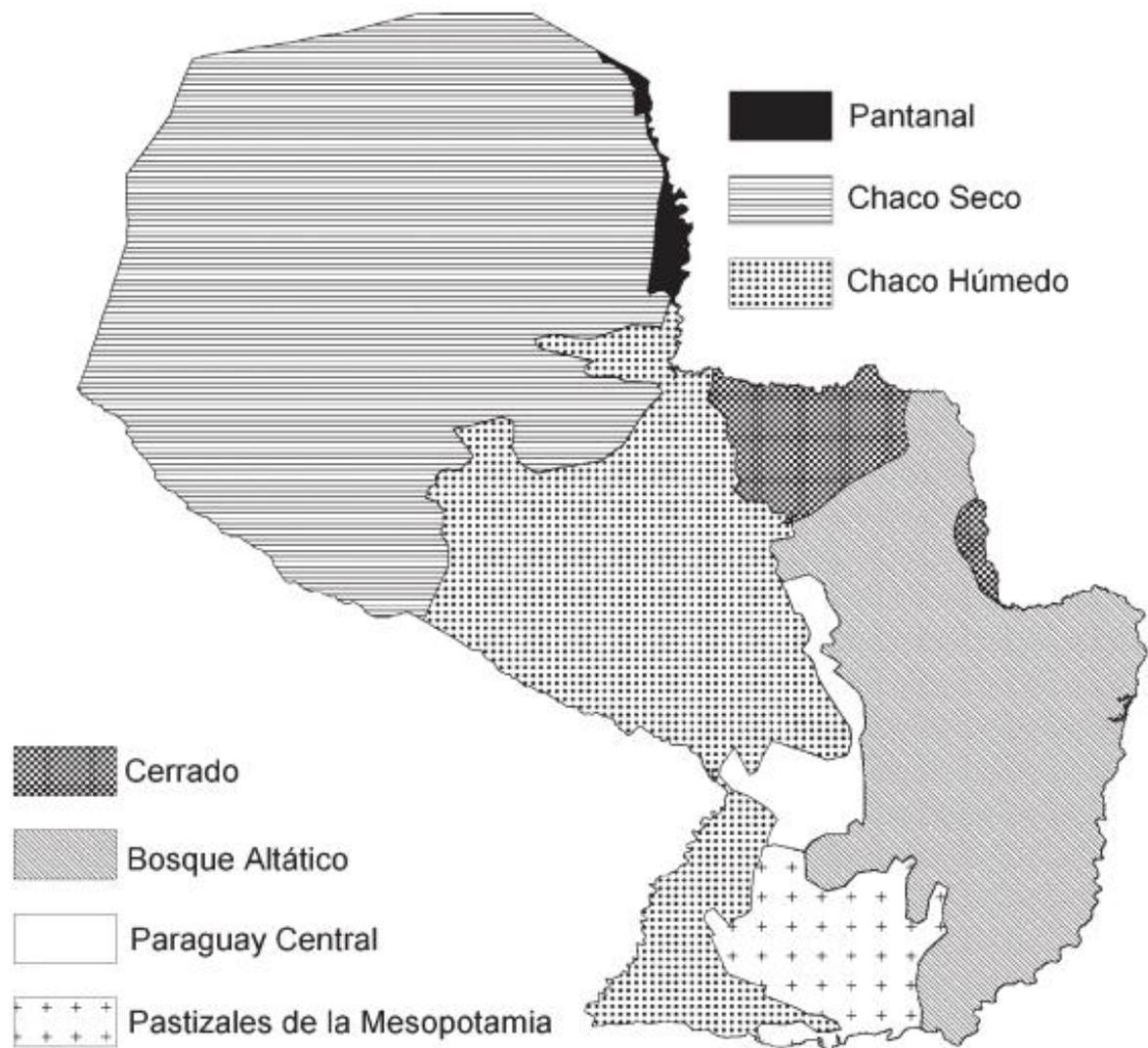
Neste sentido, observa-se as ecorregiões de Altos Andes, Punas, Monte de Sierras e Bolsonese Yungas e Montes de Llanuras e Mesetas como regiões de alteração significativa a partir das mudanças de altitudes, dispostas anteriormente da porção mais elevada para a menos elevada neste contexto, todas se encontram na porção oeste da Argentina com influência da cordilheira dos Andes, isto é, a vegetação varia conforme a altitude se eleva, deixando-a mais escassa e menos diversificada. Os chacos secos e úmidos se caracterizam como uma planície sedimentar aluvial e pluvial com presença de material desgastado da cordilheira dos Andes, diferenciam-se pela diferença de umidades, sendo o segundo mais úmido e diversificado que o primeiro. A Selva Paranaense é uma continuidade das formações florestais do sudoeste do Paraná, isto é, formada por ambientes úmidos com significativa biodiversidade vegetal. Os Esteros del Iberá são terrenos de inundação periódica, proporcionadas a partir do regime do rio da Prata, tais processos permitem que se forme uma região semelhante ao pantanal, porém em menor extensão. Os Campos Malezales são formados por espécies gramíneas e herbáceas adaptadas a climas úmidos com ocorrência de matas galerias. Os Deltas e Islas do Paraná estão relacionadas às áreas baixas do Rio Paraná e seus afluentes, o ambiente sempre úmido favorece a formação de matas nas partes mais altas e vegetação aquática mais próximas aos deltas, ou seja, uma espécie de igapó e várzeas. A ecorregião Espinal é formada por vegetação xerófita com presença de plantas espinhosas e lenhosas nas áreas mais áridas, há porém também, espécies mais densas em locais mais úmidos, pois é uma transição entre os chacos e os pampas. Os pampas são formados por espécies gramíneas adaptadas a ambientes com chuvas regulares com o clima mais ameno. Nos Bosques Patagônicos estão presentes diversas espécies vegetais

de clima temperado úmidos com variações decíduais, que ocorrem a partir de diferenças de altitude. As Islas Del Atlântico Sur são compostas por vegetações de clima frio, pois as latitudes são muito próximas aos ambientes antárticos, formam-se escassas gramíneas além da tundra. O mar argentino é composto pelas espécies de fauna e flora que habitam dentro do ambiente oceânico. Quanto à Antártica², encontra-se no local a predominância de climas polares que permite a ocorrência de espécies vegetais apenas no verão, mesmo assim, compõem-se de líquens e musgos. (BURKART et. al., 1999).

O Paraguai também subdivide-se em sub-regiões morfoclimáticas denominadas ecorregiões, as quais destacam-se Pantanal, Chaco Seco, Chaco Húmedo, Cerrado, Bosque Atlântico, Paraguay Central e Pastizales de la Mesopotâmia, conforme figura 4. (CACCIALI, 2010).

² A ecorregião Antártica não é reconhecida internacionalmente, em curso há uma reivindicação do governo argentino para posse do território, assim como nas Ilhas Malvinas. (VIEIRA, 2006).

Figura 4: Ecorregiones paraguayas



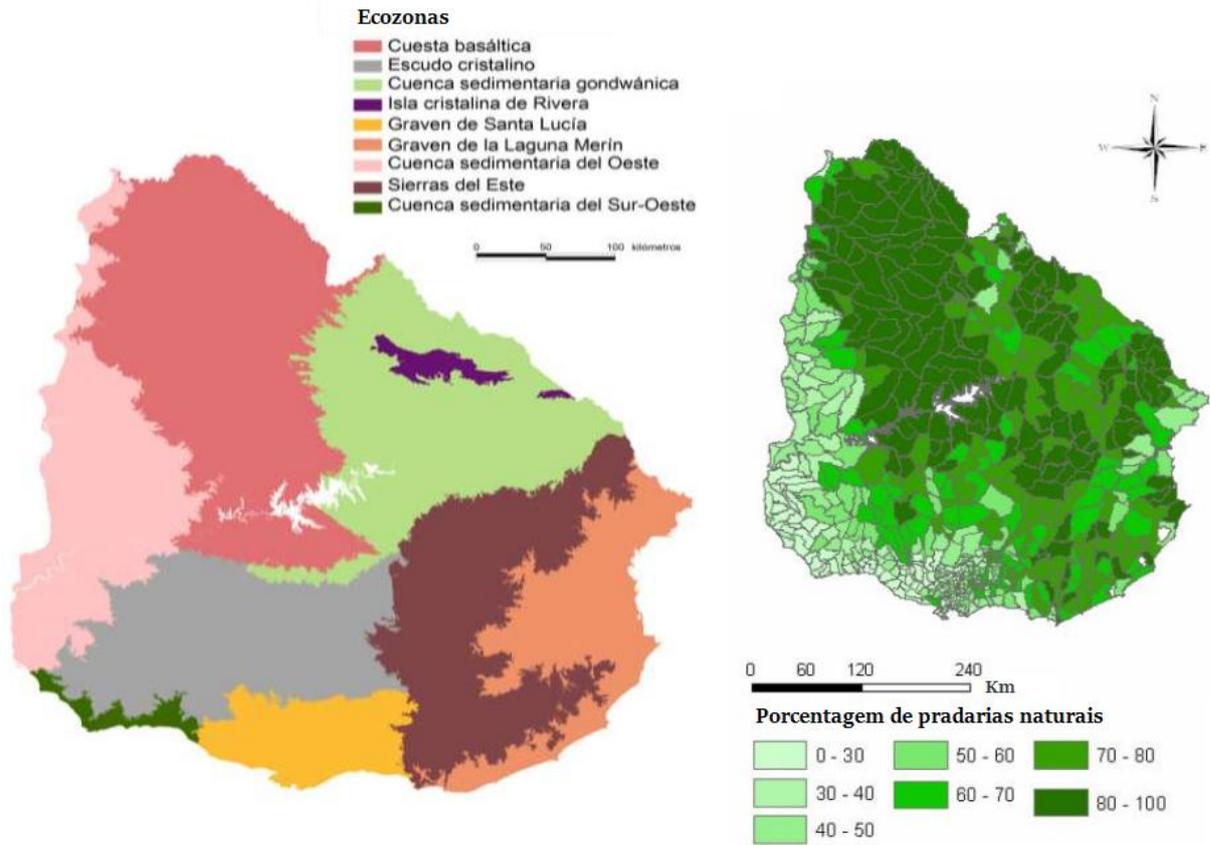
Fonte: Cacciali, 2010.

Os chacos secos e úmidos são uma continuidade das ecorregiões de mesmo nome presentes na Argentina, de modo que, suas características são semelhantes. O Pantanal, no Paraguai, é uma pequena parte do bioma que se encontra, em maior parte também, em território brasileiro, caracteriza-se por áreas alagadiças em períodos sazonais, tal fato se reflete na vegetação, que apresenta espécies adaptadas à água e também à seca. (PRANCE e SCHALLER., 1982). O cerrado se apresenta em pequenas áreas, assim como o Pantanal, Ab'Sáber (2012) denominou tal bioma, ou ecorregião como chamado no Paraguai, de “Domínio dos chapadões Recobertos por Cerrados e Penetrados Florestas Galeria”, ao qual especifica a presença de “Cerradões, cerrados e campestres nos interflúvios e florestas galerias contínuas, ora mais largas, ora mais estreitas no fundo e nos flancos baixos dos vales”

(AB'SÁBER, 2012, p. 18). Segundo Angelo (2009), o Bosque Atlántico é compartilhado entre Brasil, Paraguai e Argentina, entre estes três, forma-se uma floresta subtropical semidecidual com árvores de grande porte influenciadas pelas características estacionais. Os Pastizales de la Mesopotamia são formações vegetais gramíneas, muito semelhantes ao Campos Malezales argentinos (Parera et. Al., 2014). O Paraguay Central é uma área de transição entre os pastizales de la Mesopotamia, os Bosques Atlánticos e o chaco úmido, o que lhe insere características combinadas entre todas aquelas ecorregiões.

O Uruguai foi regionalizado a partir dos estudos geomorfológicos de Panário (1987), contudo, em 2011 o autor desenvolve o conceito de ecorregiões para apontar as características que vão além da sub área da geomorfologia, a partir de elementos que associam clima, vegetação e fauna, além dos pressupostos geomorfológicos chega a caracterizar suas próprias ecorregiões (BRAZEIRO et. al., 2012). A partir da figura 5, observa-se as ecozonas delimitadas, contudo, do ponto de vista vegetativo, há poucas distinções entre as espécies em si, predomina no Estado uruguaio a presença de pradarias, que se caracterizam, segundo Ab' Saber (2012) como um padrão de paisagem individualizado que se estende por Brasil, Argentina e o próprio Uruguai, sendo que, as variações são decorrentes a partir da porcentagem de pradarias naturais ou não. Deste modo, salienta-se que as ecozonas mais preservadas se encontram no centro-norte do país, majoritariamente na Cuesta Basáltica, enquanto que, as áreas mais devastadas são correspondidas pelo sul, nas Cuencas Sedimentarias del Oeste e del Sur-Oeste.

Figura 5: Ecozonas uruguaias e porcentagem de pradarias naturais



Fonte: Panário (1987) e Brazeiro et. al. (2012)

De modo geral, a Argentina apresenta significativa diversidade paisagística justificada a partir de sua variabilidade de latitude a altitude. Vale salientar que Paraguai e Uruguai possuem menor diversidade justamente pelos mesmos fatores, pequena variação latitudinal e de altitude. Destaca-se a importância de tais dados para justificar a presença humana e tais locais, bem como sua atuação a partir do sistema econômico. As áreas mais degradadas são aquelas mais próximas da linha litorânea, com significativa ocupação humana. Algumas exceções quanto à ocupação se justificam a partir de outros fatores, não de ordem natural neste caso, mas sim a partir de questões políticas e econômicas, como nas fronteiras com a Argentina a oeste e com o Brasil ao norte e parte do leste.

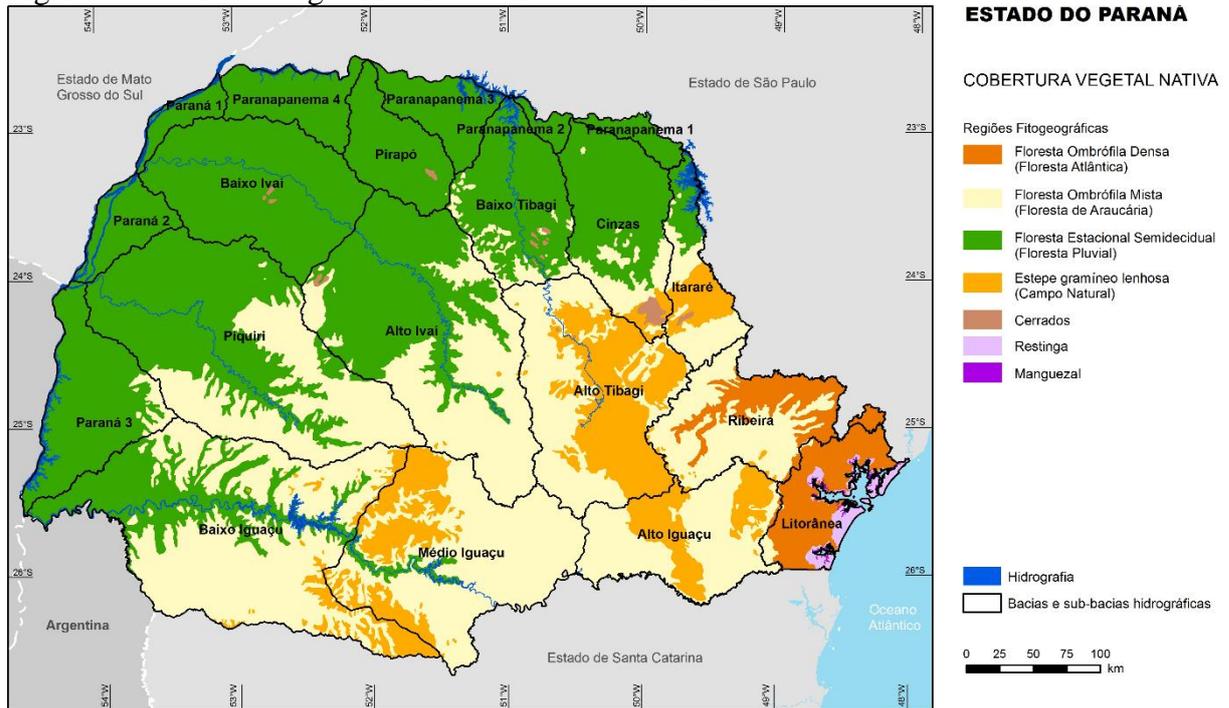
1.1.2 Caracterização físico-geográfica dos estados do Sul do Brasil

Segundo Silva (2012), os Estados da Região Sul do Brasil foram regionalizadas, como conhecemos na atualidade, a partir de critérios homogêneos que tiveram como base o estudo de

sete temas específicos nos anos de 1969 e 1970, estes critérios foram: domínios ecológicos, população, regiões agrícolas, indústria, transportes, atividades terciárias e centralidade. Cada um destes teve como resultado uma carta temática que posteriormente foi sintetizada e tornou-se uma regionalização muito próxima a qual utilizamos atualmente. Algumas mudanças ocorreram após os anos 70, mas apenas criação de novas unidades federativas, a região Sul não sofreu alterações, mantém-se Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul na região até os dias atuais.

O Paraná está localizado ao norte da Região Sul do Brasil, tal situação pressupõe similaridades com os países e unidades federativas circundantes. Ab'Sáber (2012) destacou que no Paraná é possível se encontrar os domínios compostos por Araucárias e Mares de Morros, este último tem continuidade em Paraguai e Argentina com outras denominações, como já destacado anteriormente, Selva Paranaense e Bosque Atlântico, respectivamente. Em uma perspectiva mais abrangente, observa-se que estes dois domínios possuem enclaves de Cerrado e formação significativa de campos naturais, chamadas de estepes gramíneas lenhosas. As florestas do norte do Paraná são distintas daquelas presentes no litoral, Floresta Estacional Semidecidual e Ombrófila Densa, apesar de terem a mesma origem, possuem regime de precipitação distintos, sendo a última mais privilegiada no quesito (Figura 6). As florestas de Araucárias, chamadas de Ombrófilas Mistas, estão associadas a climas mais frios proporcionados pelas diferenças de altitude presentes nos planaltos paranaenses, conformes a figura 7 demonstra a partir da classificação de Köppen, o clima Cfb, temperado úmido com verão moderadamente quente, ao contrário do Cfa, presente no norte e litoral com verão quente ainda com característica típica de ambientes temperados (SÁ JÚNIOR, 2009). A presença de Mangues e restinga são comuns na planície litorânea.

Figura 6: Cobertura Vegetal Nativa do Estado do Paraná



Fonte: Maack (1990) IPARDES (2007)

Figura 7: Classificação climática de Köppen para o Paraná

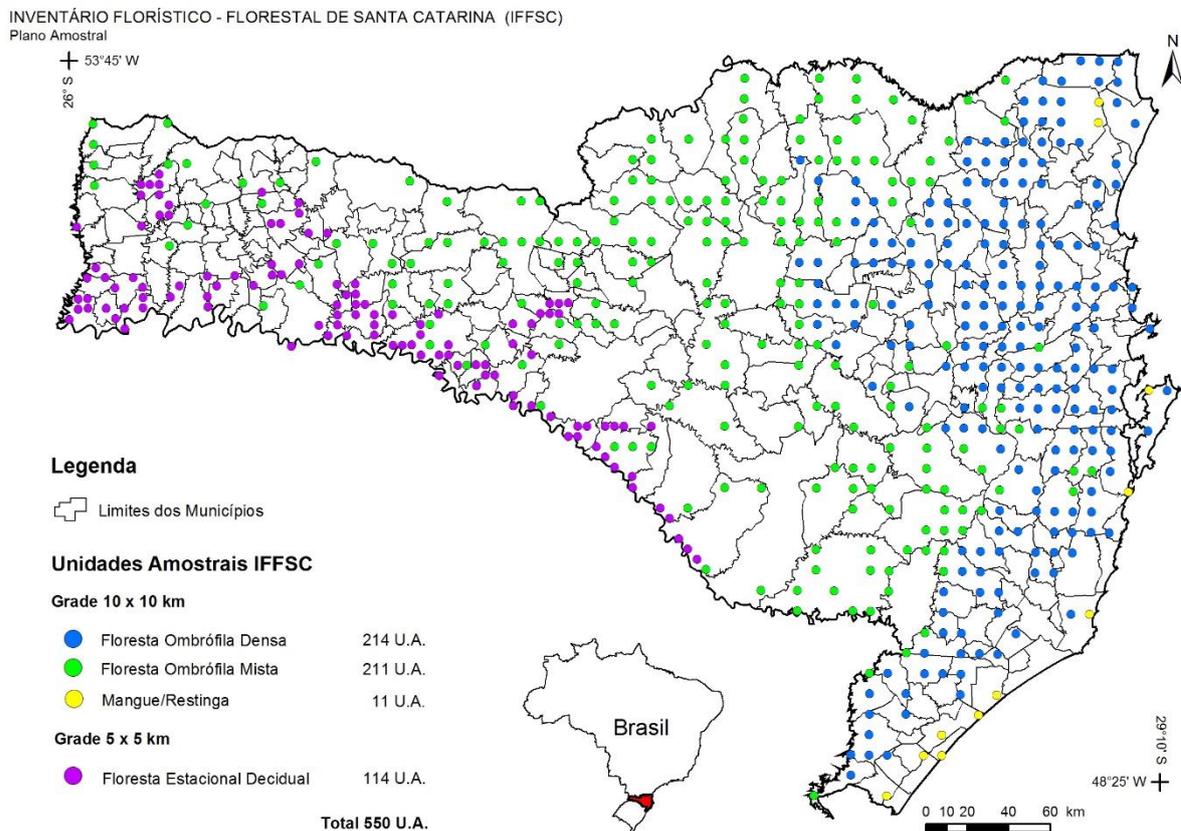


Fonte: Instituto agrônomo do Paraná.

As características naturais de Santa Catarina são semelhantes ao Paraná, a posição latitudinal, bem como a posição das altitudes tem continuidade a partir das divisas entre as duas unidades federativas. Na figura 8, onde se é representado a vegetação de Santa Catarina a partir

de amostras colhidas pelo Projeto Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. Assim, ao norte é possível observar a presença da Floresta Ombrófila Densa na porção interior do estado, uma clara continuidade da vegetação presente ao sul do Paraná. Outro exemplo é a ocorrência da Floresta Ombrófila Mista por todo litoral catarinense, fato também presente em território paranaense, vale ressaltar que na planície litorânea é comum a presença de mangues e restingas. A floresta estacional decidual se encontra na porção interior sul, caracteriza-se por apresentar vegetação menos densa, mais espaçada e cujas folhas tem o costume de cair nos meses mais frios do ano, de modo que, mais de 50% das formações vegetais ficam despidas em períodos desfavoráveis. (VELOSO et. al., 1991).

Figura 8: Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina

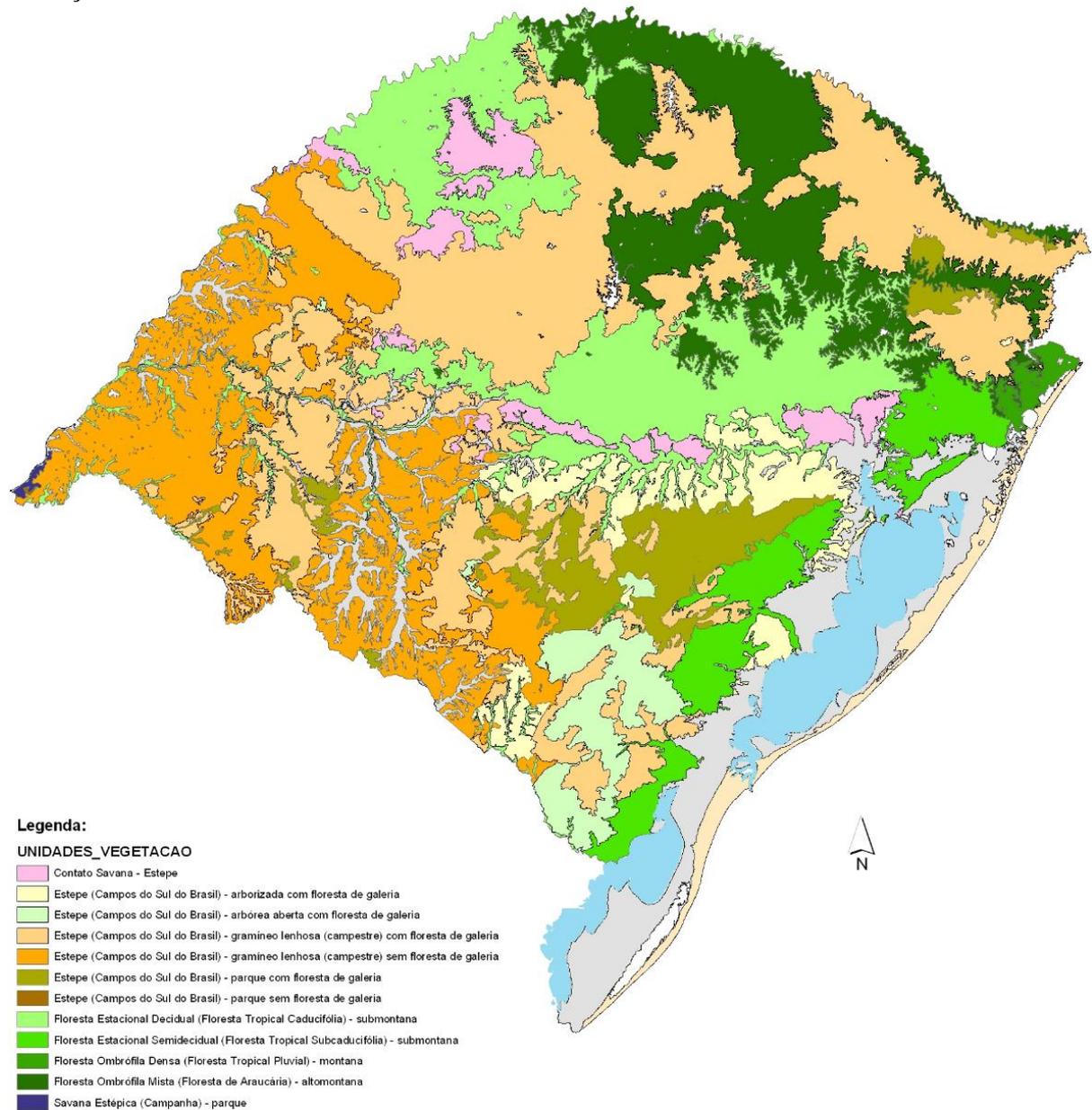


Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina

O Rio Grande do Sul, unidade federativa mais meridional do Brasil possui biodiversidade florestal significativa, uma vez que, faz transição entre Santa Catarina e o Uruguai. Como já destacado anteriormente, as Ecozonas uruguaias apresentam variedades diversas de pradarias naturais, destaca-se que as características naturais sul rio-grandenses também dispõem de tal situação, observa-se na figura 9 a presença de grande variedade de

estepes, também comumente chamados no Brasil de campos sulinos, o que diferencia os campos destacados é a presença de espécies arbóreas ou não, bem como a ocorrência de florestas galerias ou a delimitação de um parque. Nas áreas mais próximas da divisa com Santa Catarina há a ocorrência da Floresta Ombrófila Mista e a Floresta Estacional Decidual, o que corresponde a uma continuidade clara das vegetações catarinenses. Próximo ao litoral, há a ocorrência de vegetação de restinga e em direção ao interior em porções de relevo mais elevado a presença de Floresta Estacional Semidecidual; ao norte, ainda próximo ao litoral em áreas altimetricamente mais elevadas há a ocorrência da Floresta Ombrófila Densa, também conforme continuidade das vegetações Catarinenses. (VELOSO, 1991).

Figura 9: Unidades de Vegetação do Rio Grande do Sul (RADAM). Fundação Estadual de Proteção Ambiental



Henrique Luiz Roessler. Organização Alexandre L. Ponce Martins, 2015.

Vale ressaltar que do ponto de vista climático, conforme a figura 2, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam clima majoritariamente de característica Cfa, isto é, temperado úmido com verões quentes, destaca-se a presença de Cfb em porções ao norte de Santa Catarina, em uma continuidade da parte central do Paraná, onde há ocorrência de elevadas altitudes, onde a característica predominante é clima temperado úmido com o verão mais ameno.

As mudanças climáticas, de altitude e de solos e ainda a presença de recursos hídricos influenciam na diversidade paisagística e de vegetação por toda a porção sul do subcontinente sul-americano, justifica-se a presença de tais informações, por meio da importância que tais

fatores possuem nas relações cotidianas dos atores que vivem em tais áreas, fatores estes que tiveram importância histórica nas nuances que interferiram e interferem em questões geográficas, sócias e políticas até a atualidade.

1.2. Contextualização histórico-geográfica de Argentina, Paraguai e Uruguai

A sociedade quando estudada em diversas escalas e em variáveis situações distintas deve ser analisada a partir de uma perspectiva diacrônica, pois, suas características presentes foram influenciadas a partir de uma série de eventos históricos que se interseccionam no tempo. A partir deste trabalho procura-se encontrar as raízes de problemas atuais da sociedade sul-americana, problemas estes que interferem em fatores econômicos e geográficos, além dos sociais, portanto, procuraremos estabelecer um resgate histórico de Argentina, Paraguai e Uruguai, de modo a trazer à luz questões que interferiram nas relações das políticas atuais no contexto do MERCOSUL.

1.2.1 Processo de formação da Argentina

Voltando brevemente ao período pré-colonial do contexto sul americano, vale destacar que os habitantes nativos possuíam uma estrutura social delimitada a partir de suas relações políticas e tecnologias disponíveis, bem como a disponibilidade de recursos naturais. No contexto do atual território argentino, podemos destacar a presença dos povos araucanos, que habitavam os ambientes de grande altitude da Cordilheira dos Andes, os querandíes que habitavam as margens do Rio da Prata nas áreas menos elevadas com presença de planícies, ao qual denominaram pampas, e mais a leste, adentrando nos atuais territórios de Brasil e Paraguai, estavam os guaranis, povo mais privilegiado do ponto de vista natural, pois habitavam áreas de imódicos recursos florestais. Além destes destaca-se a presença de outros povos, que habitavam outras áreas, como a Patagônia ou as ilhas do Atlântico sul, referimo-nos aos maticos, guaycurúes, chanés, tehuelches, onas, yaganes, entre outros. (ROMERO, 1997).

Segundo Romero (1997), a conquista hispânica da América entrou em conflito com os povos autóctones, de modo que, muitos deles foram escravizados, eliminados e aculturados a partir da catequização promovida pela coroa espanhola. Os primeiros exploradores tinham

como objetivo encontrar uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, contudo, histórias que explanavam a possibilidade de encontrar riquezas em demasia alimentavam o imaginário dos exploradores que procuraram encontrar reinos lendários onde tais recursos abundavam. Todas estas situações incentivaram a criação dos primeiros núcleos urbanos e sedimentou a exploração dos espanhóis sobre os povos nativos, ocorreu a miscigenação entre indígenas e europeus que formaram mestiços e descendentes de espanhóis americanos formaram os criollos. Os indígenas nativos sofriam com as formas de exploração, a partir da mita e da encomienda muitos grupos desapareceram enquanto que os restantes foram aculturados pelas missões jesuíticas ou franciscanas, de forma que, os religiosos passaram a exercer influência significativa na sociedade colonial da chamada, então, Colônia do Rio da Prata.

No século XVIII a Espanha se encontrava em decadência quando comparada ao seu passado pioneiro nas grandes navegações e explorações coloniais do século XVI. Estava muito atrasada em relação aos ingleses e iniciou algumas mudanças. A primeira foi a criação do Vice Reinado do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires. A descentralização era considerada essencial para o desenvolvimento administrativo e econômico, tendo como consequência maior estabilidade econômica. Na mesma época ocorreu a expulsão das ordens jesuíticas, assim como ocorreu nas colônias portuguesas, os padres discordavam do método do despotismo esclarecido exercido pela coroa espanhola, o que culminou em seu banimento. Civis e ordens franciscanas fizeram o papel que outrora foram dos jesuítas, contudo, o desleixo e a falta de lealdade destes sujeitos contribuíram para a desagregação das missões que perderam população no início do século XIX. Insatisfeita, a coroa espanhola delegou os cargos administrativos aos espanhóis natos, o que prejudicou os criollos e a classe urbana que surgia no vice reino, essa parcela da população se indisps com o controle espanhol. Economicamente, os portos de Buenos Aires abrem-se para outros países, com o porém de passar na Espanha para o pagamento de altos impostos. As reformas no geral permitiram maior desenvolvimento, mas ao mesmo tempo ampliaram o descontentamento da elite local com a coroa espanhola. (BEIRED, 1996).

Tais desdobramentos incentivaram movimentos em direção à independência da Argentina. Dois grupos surgiram com tal objetivo, aqueles que defendiam o unitarismo e aqueles que almejavam o federalismo. Os primeiros queriam a centralização dos poderes da nova república em Buenos Aires, tendo portanto, apoio destes, e aqueles últimos ansiavam maior autonomia política para as províncias, descentralizando o poder. Tropas napoleônicas invadem a Espanha na Europa e antecipam o processo de independência, o receio de ser dominados pelos franceses eclodiu diversos processos de separação por toda América espanhola. No contexto do Vice Reino do Prata ocorreu conflitos diversos nesse período, entre

os quais invasões inglesas e enfrentamento interno com os espanhóis natos, a independência foi oficializada somente em 1816. (BEIRED, 1996).

A formação de um governo próprio foi conturbada, grupos internos contrários disputavam o poder da nova nação independente, neste processo houve discussões quanto à forma política, bem como a nova constituição a se firmar. Havia grupos monarquistas e republicanos; unitaristas e federalistas. Os problemas internos se expandiam além das fronteiras, a província da Banda Oriental havia sido perdida para o Brasil ao qual se tornou província Cisplatina. Sob todo este contexto perturbado surge Juan Manuel de Rosas, um estancieiro com o apoio popular, ele chega ao poder e o exerce de forma ditatorial até 1852. (BEIRED, 1996).

Para se manter no poder Rosas perseguiu e eliminou seus adversários, derrotou os federalistas e ampliou o poder unitarista. Um de seus objetivos foi controlar os conflitos existentes entre os poderosos caudilhos do litoral e interior. Essa estrutura política ficou conhecido como Confederação Rosista. Sob seu governo, Buenos Aires ascendeu economicamente, a criação de gado e a venda de charque foram os pontos altos deste processo, o que deu maior poder para os grandes proprietários de terra, incluindo o próprio Rosas. Ampliou as fronteiras do país, em um processo conhecido como “expedição ao deserto” ao qual invadiu militarmente terras indígenas ao sul e deslocou os indígenas da região para a Patagônia. A atuação de Rosas, de um modo geral, consolidou o poder de Buenos Aires sob uma forma de governo centralizada, apesar do mesmo Rosas ter um discurso federalista. (BEIRED, 1996).

Na segunda metade do século XIX, desenvolveu-se uma mão de obra relacionada à uma economia agroexportadora baseada na imigração que adentrava no país. Após sete décadas da independência a população passou por um processo de branqueamento, a escravidão já era proibida desde 1853, em uma economia não dependente deste tipo de trabalho. Neste período estabeleceu-se um governo federalista, republicano e liberal, dividido em três poderes, legislativo, executivo e judiciário. Tal situação não durou muito tempo, pois Buenos Aires não aceitou as medidas federalistas colocadas pelo novo governo e rompe com Estado, formou-se dois países que muito se confrontaram até sua reunificação. O governo do presidente Sarmiento foi um marco para várias bases da estrutura política argentina, era um liberal iluminista que lutava contra as heranças do caudilhismo de Rosas, implantou ensino laico, público e gratuito, contudo tais aspectos não duraram muito tempo, o que favoreceu a ascensão de autoridades oligárquicas e conservadoras. (BEIRED, 1996).

A partir de 1880, percebeu-se mudanças drásticas na Argentina, a imigração incentivou grande aumento da população, inclusive apresentava imigrantes provenientes de outros países quando em 1914 chegou a ter 30% de seus habitantes estrangeiros. Buenos Aires tornou-se uma metrópole, em 1930 já tinha 2 milhões de habitantes. Economicamente se desenvolveu com auxílio da pecuária, composta por bovinos e ovinos com introdução de raças europeia. Ferrovias foram expandidas, considerando-se 1880 e 1916 ampliou-se quase 15 vezes chegando a quase 34 mil km de extensão. A agricultura cresceu significativamente, tendo o monopólio na exportação de vários itens no mercado mundial, como o linho (72%), o milho (66%), aveia (32%), trigo (20%) e a carne (50%). Tal desenvolvimento primário expandiu o secundário e terciário, o que incentivou a criação de uma classe operária. (BEIRED, 1996).

A partir de 1916, iniciou-se um novo período na política argentina, os grupos políticos conservadores que por muito tempo controlaram o governo foi derrotado por um grupo radical. Estes enfrentaram ao longo do final da década de 10 e início da década de 20 vários conflitos envolvendo greves operárias que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho, mesmo com atuações, muitas vezes, violentas, conseguiram se perpetuar no poder até a 1930, ano ao qual perderam folego em razão da crise de 1929. Ocorre um golpe em 1930 onde conservadores retomam o controle político com apoio de militares, classe média e proprietários de terra. (BEIRED, 1996).

Os governos que se seguiram tinham como característica o conservadorismo, o interesse pessoal e constantes fraudes eleitorais. Surgiram grupos nacionalistas de oposição a tal situação, alguns mais radicais, outros conservadores. Estes grupos ganhavam força e tinham aspirações quanto às eleições que ocorreriam em breve, contudo antes disso, outro golpe é desferido ao qual ascende ao poder um grupo militar favorável às nações do eixo na Segunda Guerra Mundial, estes eram contra as eleições e criaram um governo ditatorial ao qual se proibiram os partidos políticos e impuseram a censura para os meios de comunicação. Neste contexto, ascendeu o coronel Juan Domingo Perón, responsável pela secretaria do trabalho, aproximou os sindicatos favoráveis ao governo e reprimiu aqueles contrários. A derrota do eixo na Europa pressionou o governo, de modo que, Perón é preso quando ocupava o cargo de vice-presidente, contudo sua atuação junto aos trabalhadores aumentou a média salarial e criou outros benefícios, sua popularidade não permitiu que ficasse preso por muito tempo, foi solto e se elegeu presidente posteriormente. (BEIRED, 1996).

Perón ao assumir o maior posto político da Argentina implantou medidas jamais vistas anteriormente no país, favoreceu as classes trabalhadoras com aumento salarial e ampliou os benefícios que já fizera no governo anterior. Sua esposa, Eva Perón se tornou uma figura

pública popular, ao qual incentivava com o apoio do marido, políticas sociais que melhoraram educação, saúde e bem estar social. Todavia, os gastos públicos não foram suficientes para manter todas estas mudanças, as reservas acumuladas com a Segunda Guerra Mundial. Algumas camadas da população ficam descontentes e aumenta o autoritarismo governamental, um fator importante na queda de Perón foi o conflito que teve com a Igreja Católica, os grupos descontentes se uniram e derrubaram o presidente. (BEIRED, 1996).

Os anos que se seguiram foram de desarticulação política, os militares não entraram em consenso apesar de controlar os processos eleitorais que se seguiram, dois presidentes foram depostos até o estabelecimento de Juan Carlos Onganía na presidência. Ele favoreceu uma política liberal de entrada de capital externo que onerou a qualidade de vida conquistada pela população, a qualidade de vida caiu e os índices de exportação também. Os peronistas que eram perseguidos desde a queda de Perón ganhavam força e manifestações começaram a ocorrer em 1969. O governo foi duro para abafar as manifestações, censura, fechamento de universidades e meios de comunicação e fuzilamento de manifestantes peronistas ocorreram para se restabelecer a ‘ordem’. Perón retorna, porém não se permite sua candidatura à presidência, contudo lança um candidato de sua confiança, Héctor Cámpora, e vence as eleições em 1973. Conflitos dentro do Partido Peronista faz com que Cámpora renuncie no mesmo ano, o que permite convocação de novas eleições, estas vencida por Perón. Isabelita Perón, sua esposa e vice presidente assume o cargo, mas sem apoio ou força política, o sistema econômico ruía com a problemática da crise do petróleo e o novo golpe é desferido, os militares voltam ao poder. (BEIRED, 1996).

A ditadura que seguiu-se foi uma das mais violentas da América Latina, os militares foram duros na perseguição de seus adversários políticos, além da censura, foram implantados campos de concentração, centros de tortura, sequestros e assassinatos. A ditadura só foi interrompida após uma tentativa frustrante de retomar as ilhas Malvinas que estavam sob a posse da Inglaterra, denominada por estes como ilhas Falkland. O conflito durou pouco mais de dois meses com derrota argentina. Mais do que isso, o saldo foi extremamente negativo do ponto de vista político, pois além dos soldados mortos, vieram à tona notícias referentes ao despreparo das tropas, problemas com equipamentos e até falta de fardas adaptadas para ambientes frios. Tal situação revoltou a população que pressionou o governo, este não viu outra alternativa a não ser abrir o processo democrático. (BEIRED, 1996).

A democracia foi conturbada nos primeiros anos, visto que, os militares começaram a ser julgados logo em seguida por seus crimes durante a ditadura que ocorreu a partir de 1976. A instabilidade econômica também prejudicou os primeiros governos, de modo que, o

desemprego era alto, assim como a inflação, o poder de compra da população não acompanhava tais valores e o valor do dólar subia vertiginosamente. Tais problemas incentivaram a ascensão do peronista Carlos Menem à presidência, para a surpresa de muitos, o político implantou medidas neoliberais, o que contrapôs a ideologia do partido. (BEIRED, 1996).

Os anos 90 foram de estabilização econômica por meio de políticas neoliberais, apesar da regulação da contas, as questões sociais se mantiveram precarizadas e até pioraram nesta década. O século XXI iniciou-se marcado por uma grave crise econômica. Neste cenário Nestor Kirchner é eleito e tem como característica principal os avanços nos direitos humanos, investimento em políticas sociais, aproximou-se dos sindicatos e elegeu sua sucessora e esposa, Cristina Kirchner. Ela mantém as medidas populistas de seu antecessor, mas passa a ser duramente criticada pelos seus opositores que ganharam notoriedade a partir das dificuldades que surgiram após a crise de 2008, não consegue eleger seu sucessor em 2015, onde é eleito um presidente de direita liberal. (BEIRED, 1996 e TELLA, 2011).

1.2.2 Processo de formação do Estado paraguaio

O Paraguai no período de colonização espanhola apresentava certa característica de isolamento em relação às demais colônias hispânicas e portuguesa vizinhas. Tal fato, deu-se em razão do monopólio do comércio marítimo por meio do Rio do Prata com o controle de Buenos Aires e a não existência de jazidas minerais mais valiosas encontradas também em outras colônias. A população local formada por nativos e criollos não dispunham de experiência política, pois esta era exercida por indivíduos que vinham da Europa. (SILVA, 2010).

Após a independência o país passou a ser governado por ditadores que procuravam colocar em primeiro plano seus interesses pessoais em vez das questões relevantes para o desenvolvimento da nova nação que a pouco se estabelecia. Neste sentido, o primeiro daqueles a se destacar foi José Gaspar Rodríguez que ascendeu ao poder em meio a incompetência da junta militar que tentava reorganizar o país após se livrar dos laços da cora espanhola. Em 1840, após sua morte deixou como herança um Estado relativamente igualitário, independente, politicamente estável, com finanças equilibradas e militarmente forte. (SILVA, 2010).

Carlos Antônio Lopez assume a responsabilidade de comandar o país, para tal, mantém a política de seu antecessor, ampliando o investimento no exército e infraestrutura que, conseqüentemente auxiliou no desenvolvimento do país. Contudo, o Estado argentino impunha limites ao crescimento paraguaio, uma vez que o crescimento deste último dependia do

escoamento de mercadorias pelo estuário do rio da Prata, já que a dependência de importações era significativa e a rota comercial era dominada pelos argentinos. Tal situação aproximou Brasil e Paraguai em razão da rivalidade da antiga colônia portuguesa em relação à própria Argentina. (SILVA, 2010).

Com o falecimento de Antônio Lopez, assume seu filho Solano Lopez, este investiu em um estreitamento das relações comerciais com o império inglês. Os contatos estabelecidos na Europa permitiram troca de tecnologia e investimentos no Paraguai, de modo que, o país sul-americano passou a apresentar significativa dependência em relação ao capital estrangeiro. Destaca-se que na historiografia brasileira existe um equívoco em colocar o desenvolvimento do Paraguai com origens internas e motivo preponderante para a Guerra do Paraguai. (SILVA, 2010).

Antes de se chegar à Guerra do Paraguai, salienta-se que Solano López almejava tornar seu país uma terceira força no contexto do estuário do Prata. Para atingir tal objetivo postulou-se como mediador de questões conflituosas no Uruguai envolvendo blancos e colorados. Brasil e Argentina não digeriram esta posição e se posicionaram em conjunto contra o Paraguai. As negociações não surtiram o efeito desejado e, ainda, teve como fator decisivo a intervenção militar brasileira no Uruguai. Não satisfeito, Solano López invade o Mato Grosso e impede o abastecimento das tropas brasileiras no sul, posteriormente organizou um ataque ao Rio Grande do Sul a partir de território argentino, sem a autorização deste último. Os eventos aqui colocados foram suficientes para a criação da Tríplice Aliança, formada por Brasil, Argentina e Uruguai, que tinham como meta subjugar o Paraguai de Solano López. (SILVA, 2010).

A guerra foi desastrosa para o Paraguai, o país não dispunha de forças para um conflito longo, tal fator associado à baixa qualificação de suas altas patentes militares contribuiu para a queda de Solano López. O fato de estar cravado territorialmente entre países inimigos também auxiliou no enfraquecimento paraguaio, uma vez que, o desabastecimento precarizou as já enfraquecidas tropas guaranis. Ao final do conflito, Brasil e Argentina anexaram partes do território Paraguai e ocuparam o país por seis anos. (SILVA, 2010).

Neste período um grupo de exilados dos governos anteriores voltaram ao Paraguai com o objetivo de criar uma constituição democrática, foram denominados Legião Paraguaia, viviam na Argentina e faziam parte de uma elite que perdeu espaço em outrora. As disputas internas entre os legionários, muitas vezes eram mediadas por tropas brasileiras, contudo após o fim da ocupação destes últimos o general Bernardino Caballero ascendeu ao poder e influenciou por mais de vinte anos a política paraguaia. Tanto Caballero quanto os legionários liquidaram as riquezas do país a preços baixos para interesses estrangeiros, negócios foram realizados de

forma a atingir mais interesses pessoais do que coletivos em benefício da nação. A instabilidade política durou décadas, mesmo com a ideia de se instalar um estado democrático, os liberais que chegaram então ao poder, e muitos anos ali ficaram, sem efetivamente resolver a situação econômica do país, a principal consequência dessa fase foi a rivalidade entre Colorados e o Partido Liberal que se intensificou. (SILVA, 2010).

Outro evento histórico que marcou a evolução do processo de formação do território paraguaio foi a Guerra do Chaco, o conflito foi motivado pela intensão da Bolívia em adquirir um acesso ao Rio Paraná. A área era pouco ocupada pelos paraguaios, de modo que o avanço boliviano ocorreu a partir de fortificações militares auxiliadas por especialistas alemães. Os paraguaios se mostraram mais adaptados às condições adversas da região do Chaco, de forma que mesmo estando militarmente em desvantagem obtém uma importante vitória sobre os bolivianos. Tal situação fortalece a posição do exército, descontentes com o governo e sua atuação com relação aos veteranos de guerra ocorre uma revolução nacionalista que tira os liberais que há muito estavam no poder. O que se observa a partir de então é uma sucessão de conspirações e golpes que ainda mais desestruturam a política paraguaia, com a queda do presidente Eusebio Ayala, sucede-lhe no poder Rafael Franco, que logo caiu a partir de outra conspiração, a qual colocou no poder José Félix Estigarribia, por infortúnio do destino vem a falecer em um acidente aéreo. Deste modo os liberais tentam voltar ao poder utilizando Higinio Morínigo como laranja, contudo este se mostra um bom articulista político afasta as influências liberais, declara-se apertadário e passa a governar sob grande popularidade. O fator desestabilizador do governo de Morínigo foi a Segunda Guerra Mundial, que apesar de ser favorável aos sul-americanos politicamente foi ruim aos governos ditatoriais, uma vez que, a derrota do eixo incentivou a contestação deste tipo de regime, muito semelhante aos derrotados do eixo. Com estas contradições o governo teve de liberalizar sua política, assim os liberais que estavam no exílio voltaram ao país. Afim de evitar novas conspirações o governo passou a fazer uma coalizão com grupos liberais, comunistas e colorados. Com maior participação dos colorados iniciou-se algumas manobras afim de manter Morínigo no poder, o que não agradou a oposição e provocou uma guerra civil. A guerra acabou com qualquer esperança de democracia no período, os governos seguintes foram marcados por conspirações e golpes e foi se estabilizar somente em 1954, ano em que Alfredo Stroessner chega ao poder. (SILVA, 2010).

Mais próximo do contexto do Brasil, segundo Priori e Klauck (2010), após o golpe militar paraguaio nos anos 50, o presidente Stroessner buscou se afastar da Argentina e com o apoio dos Estados Unidos construiu diversas obras de infraestrutura em conjunto com o primeiro Estado citado. Tal fato ampliou a entrada de brasileiros no Paraguai em vias de

incentivar o desenvolvimento de uma agricultura moderna e competitiva, este estímulo foi intensificado pelo esgotamento da fronteira agrícola no sul do Brasil, fato que na atualidade gera conflitos entre brasileiros e paraguaios.

1.2.3 Processo de Formação do Estado uruguaio

O Uruguai tem em sua história origem semelhante ao que ocorreu com Argentina e Paraguai. Sua população inicialmente era formada por diversos grupos indígenas, entre os quais destacam-se aqueles denominados de Charrúas. Seu processo de extermínio foi lento e duradouro, desapareceram em 1831. As primeiras expedições, no século XVI, que chegaram ao atual território do Uruguai tinham objetivos militares de proteger a passagem de entrada do rio da Prata em direção para os atuais territórios de Argentina e Paraguai. Inicialmente tiveram contato conflituoso com os indígenas, sem o preparo correto saíram derrotados. Tal procedimento só dará certo no século XVII com a vinda de padres jesuítas que iniciam o contato de forma pacífica, diversas missões são criadas na região com o objetivo de uso e catequização dos indígenas. (MORON, 1946).

Os portugueses estavam distantes da entrada do rio da Prata que era uma passagem comercial estratégica, como objetivavam participar desta lucrativa atividade econômica, invadem o território espanhol e criam a colônia de Sacramento. Por lá os portugueses se mantiveram por quase 100 anos entre conquistas e perdas na região. Várias questões litigiosas existiam na região, desde o atual território do Rio Grande do Sul até o Uruguai, as tentativas espanholas de recuperar Sacramento terminaram com o Tratado de Madrid que trocou a área pela região dos Sete Povos das Missões, mesmo assim ocorreram outras invasões que só chegaram ao fim em 1777. (MORON, 1946).

A partir do século XIX, os poucos foram surgindo povoamentos alimentados pela expansão da imigração, esta ocorria por meio de correntes dirigidas ou espontâneas. A economia era essencialmente agrícola, tinha como base a pecuária e a produção de trigo. Neste contexto, vale ressaltar o breve período em que pertenceu ao império brasileiro, a província que até então pertencia à Argentina foi invadida pelo Brasil ainda pertencente a Portugal e se tornou a província da Cisplatina, tal situação só foi contornada anos mais tarde com a interferência da Inglaterra que culminou na independência do Uruguai. (MORON, 1946).

A indústria era insignificante e só foi se desenvolver no século XX. A partir de 1930 as manufaturas têm impulso no Uruguai, principalmente aqueles ligadas a consumo de bens não

duráveis, esta situação se ampliou após a Segunda Guerra e a política de substituição de importações ali aplicada, mesmo assim comparado ao setor agrícola ainda era uma atividade muito tímida no país. (ARNABAL et. al., 2011).

Nos anos 60, a economia que tinha bons resultados nos últimos anos sofre com a abertura dos mercados para o capital internacional e inicia-se um processo de descontentamento junto à população que percebia sua qualidade de vida declinar. O governo passa a ser alvo de manifestações populares, uma vez que, não tinha apoio do legislativo e passava a governar por decretos. O ápice ocorreu em 1973 quando ocorreu o golpe militar, o presidente Juan Maria Bordaberry o faz com apoio do exército. Este período é marcado por dura repressão entre o governo e a oposição, bem como recessão do ponto de vista econômico, em 1984 o Uruguai retorna à democracia. (ALVAREZ, 2010).

A retomada democrática é marcada por um período de melhora na economia e diminuição significativa dos problemas sociais. Entre os países aqui destacados, o Uruguai é aquele que teve o processo de desenvolvimento político menos traumático, a própria ditadura foi mais branda e conseguiu estabelecer a melhor qualidade de vida da América do Sul, mesmo não sendo uma potência econômica. (DUARTE; FENELON, 2014).

1.2.4. Processo de Formação do Estado brasileiro

A colonização americana é resultado do processo que ficou conhecido como grandes navegações, a partir do desenvolvimento de tecnologias náuticas alguns países europeus foram aos oceanos com o objetivo de encontrar os melhores caminhos para o então lucrativo comércio com a Índia, a passagem mais curta não estava acessível e rotas alternativas eram desbravadas, neste contexto a América e o Brasil são descobertos aos olhos dos europeus.

A colonização brasileira não é muito diferente daquela praticada nos países americanos hispânicos, no Brasil os portugueses foram responsáveis pela exploração do território em período de dominação que durou mais de 300 anos, de 1500 até 1822. A história do Brasil, a grosso modo, pode ser dividida em período colonial, império e república, onde dentro destas categorias surgem outras subdivisões. Destaca-se aqui o desenvolvimento do Estado brasileiro por meio destas categorias.

O ano de 1500 marca o início da história do Brasil colonial, a população local era formada por ameríndios de cultura e tecnologias bem homogêneas, porém sem estruturação política centralizada. Fausto (1995) define duas grandes subdivisões entre os povos indígenas

brasileiros, os tupis-guaranis e os tapuias. Os primeiros tinham características semelhantes do ponto de vista linguístico e cultural, os tupis viviam na costa litorânea e os guaranis na bacia do rio Paraná. Os tapuias eram aqueles que tinham culturas distintas em relação aos tupis-guaranis, viviam também no litoral citemos como exemplo goitacases, aimorés, tremembés, entre outros.

No início da colonização o Brasil não despertou interesse imediato dos portugueses, era ainda um território desconhecido a se explorar, enquanto a Índia era uma oportunidade de negócios a curto prazo. Da chegada de Cabral até o início da colonização foram 30 anos, até a formação do governo geral 49. Neste meio tempo a atividade econômica era restrita a extração de pau-brasil, realizado com o auxílio dos indígenas em troca de produtos diversos, era o escambo. Existia dificuldades na época em se delimitar as fronteiras do tratado de Tordesilhas, ao mesmo tempo, muitos estados europeus não reconheciam a divisão do mundo feita por Portugal e Espanha, nesse sentido a costa brasileira era alvo de explorações não portuguesas, esta situação incentivou o início da colonização e a implantação das capitanias hereditárias, que tinham como objetivo administrar a colônia e proteger a costa de possíveis saques estrangeiros. (FAUSTO, 1995).

Foram instituídas as capitanias hereditárias e mais tarde o governo geral. O comércio com as Índias ainda era mais lucrativo na instituição das capitanias, e pouco interesse houve no desenvolvimento destas, de modo que, apenas São Vicente e Pernambuco prosperaram. Associavam a cultura açucareira com bom relacionamento com os indígenas, o que evita possíveis ataques. O declínio do mercado indiano leva a coroa portuguesa a criar o governo geral que tinha como função centralizar a administração da colônia, o que inicialmente não foi fácil, em razão da distância das capitanias em relação à capital, que na época era Salvador. (FAUSTO, 1995).

Com o passar das décadas a administração foi se consolidando, no século XVII a política econômica assumia caráter mercantilista, com intervenção da coroa portuguesa para obtenção de valores, principalmente, inicialmente, por meio dos engenhos, que tinham como característica a monocultura, o trabalho escravo e produção voltada para exportação. Além das atividades açucareiras, destaca-se também a presença do fumo e da pecuária com certa relevância. O papel da colônia era manter auto suficiência da metrópole, ou seja, a relação era monopolista, os recursos tinham como destino principal Portugal. Salienta-se que o século XVII foi conturbado para o estado português, a vacância no trono ascendeu um rei espanhol que unificou as coroas portuguesas e espanholas, criando a União Ibérica. Na mesma época ocorreu invasões holandesas no território brasileiro, um conflito ligado às relações entre Países Baixos e Espanha mudou, conseqüentemente as relações com Portugal. Em 1640 o reino português

retoma sua autonomia com D. João IV e os holandeses seriam finalmente derrotados em 1640. (FAUSTO, 1995).

No século XVIII ocorreu o ápice da exploração de metais preciosos, principalmente o ouro. Esse novo ciclo econômico trouxe benefícios relativos para coroa e colônia. A princípio a coroa portuguesa precisava de uma nova fonte de recursos, uma vez que, o ciclo açucareiro já havia entrado em declínio e precisa estabilizar sua balança comercial debilitada por acordos comerciais com os ingleses. A colônia viveu uma verdadeira revolução social, pois recebeu seu primeiro fluxo de imigrantes significativo e desenvolveu suas primeiras sociedades urbanas, formada por agentes diversos, religiosos, advogados, militares, comerciantes, pequenos proprietários, entre outros. O controle das minas era rígido, altos impostos eram cobrados para se cumprir o objetivo do governo português, entre os impostos citamos “o quinto”, “capitação” e mais tarde a cobrança de 100 arrobas de ouros, que ficou associada com a “derrama”. (FAUSTO, 1995).

O sistema absolutista perdia força na Europa, a revolução francesa, abastecida pelas ideias iluministas, colocavam em cheque o papel dos monarcas déspotas. Na colônia brasileira ocorria o descontentamento da política de impostos da coroa com a colônia, ao mesmo tempo que as minas começavam a esgotar. Medidas tomadas por governantes locais também descontentavam a sociedade que já possuía extratos sociais e uma elite descontente. Tais fatos levou a vários conflitos separatistas republicanos nos anos seguintes, entre os quais a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e, mais tarde, a Revolução Pernambucana (1817). (FAUSTO, 1995).

Na Europa a revolução francesa ascende Napoleão ao governo francês, em uma política expansionista invade Portugal. A família real foge para a colônia e torna o Brasil a sede do reino português. Foi um período de significativo desenvolvimento para o país, pois ao chegar à América o rei não teve alternativas e colocou fim ao pacto colonial, os portos foram abertos às nações amigas (no momento, apenas a Inglaterra) e permitiu a instalação de manufaturas com subsídios. Se instalaram no Rio de Janeiro, fato que mudou a aparência da cidade, tanto fisicamente, quanto culturalmente. Foram instaladas teatro, bibliotecas, academias científicas, jornais, entre outros. Vários cientistas e artistas passaram pela então capital e deixaram seu legado, entre os quais o mineralogista John Mawe, o botânico Martius, o pintor Debret, entre outros. A população dobrou na estadia da corte, saltou de 50 mil para 100 mil habitantes. Ocorreu novamente, a exemplo da influência das minas auríferas, uma revolução social. (FAUSTO, 1995).

Napoleão é derrotado na Europa, mas o rei decide ficar no Brasil, esta decisão não é bem vista pelos portugueses, pois enfrentavam crise política na ausência de seu governante, econômica devido a perda do monopólio do comércio com o Brasil e tinham ainda que enfrentar a influência inglesa na junta de administração de Portugal. Estes fatores eclodiram na revolução liberal de 1820 em Portugal, que para o Brasil não representava avanços, o movimento exigia a volta do rei e criação de uma constituição para criação de uma monarquia constitucional, de modo geral, os portugueses queriam restaurar a posição de colônia do Brasil, o que não agradava os brasileiros. O rei temeroso em perder sua coroa volta a Portugal e deixa em seu lugar seu filho como príncipe regente. A corte portuguesa passa a tomar medidas que desagradam os políticos brasileiros, entre as quais a retirada da autonomia do Rio de Janeiro sobre as províncias, tentativa de revogação de acordos comerciais com os ingleses, retirada das repartições instaladas no Brasil e retorno imediato do príncipe regente. Tais medidas fortaleceram a luta pela independência. O príncipe Pedro decide ficar no Brasil e passa a tomar medidas de ruptura com a corte portuguesa, convocou uma assembleia constituinte para se definir as eleições para a corte brasileira. Portugal revogam os decretos do príncipe e exigem, mais uma vez, sua volta, enquanto os ministros são acusados de traição. Ao saber das notícias Pedro oficializa a ruptura com a coroa portuguesa e declara a independência. (FAUSTO, 1995).

Inicia-se o Brasil imperial, os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer o novo estado independente, os ingleses já o faziam informalmente, Portugal o fez em 1825, mediante uma compensação de 2 milhões de libras esterlinas, adquiridas mediante empréstimo inglês. A constituição da nova nação é redigida em 1824 e cria uma estrutura política hereditária, monárquica e constitucional com quatro poderes, legislativo, judiciário, executivo e moderador; O imperador consegue montar uma estrutura ao qual consegue manter poderes absolutos já que exerce o poder moderador que tinha domínio sobre os outros três. O voto era indireto e censitário, o que permitiu somente a participação das elites no processo político. A constituição deu altos poderes para D. Pedro I, que podia dissolver a câmara, escolher senadores vitalícios e escolher os governantes das províncias. Tal autoritarismo viria a resultar em diversos conflitos, o mais significativo a Confederação do Equador. (FAUSTO, 1995).

Os conflitos nos anos 20 do século XIX foram muitos, o mais significativo de todos a Guerra da Cisplatina, que ao fim resultou na criação do Uruguai e prejudicou muito as contas brasileiras, a moeda estava muito desvalorizada em relação às libras esterlinas e a popularidade do imperador estava baixa. A inflação, a derrota na guerra, o descontentamento da população e as revoluções liberais na Europa aumentaram a pressão sobre o imperador que foi obrigado a

abdicar em nome de seu filho D. Pedro II. Este último tinha 5 anos e, portanto, não era capaz de assumir funções administrativas até sua maioridade, o que força a assembleia a convocar uma junta regencial para exercer tal função. (FAUSTO, 1995).

O período regencial foi agitado, políticos centralizadores e flexíveis disputavam o controle da regência, a dificuldade se encontrava em associar interesses de elites centrais e locais que passaram a conflitar. O resultado foi a eclosão de várias revoltas que se estenderam além do período aqui citado. Foi um momento de maior autonomia para as províncias e tentativas de separação do governo central, diminuiu-se o poder das instituições monárquicas e aumentou-se as legislativas. Os principais conflitos foram a Cabanagem (Pará 1835-1838), Sabinada (Bahia, 1837-1838), Balaiada (1838-1840) e Farroupilha (1836-1850). Mesmo com maior autonomia cedida pelos regentes, ocorreram conflitos separatistas, tal fato ocorre em razão das disputas internas locais em determinadas províncias. Ao fim do período regencial as medidas descentralizadoras foram revogadas a partir de uma interpretação da própria lei que estabeleceu estas mesmas medidas, assim como estabeleceu-se a antecipação da maioridade do imperador, que assume o cargo com 14 anos em 1840. (FAUSTO, 1995).

A economia na primeira metade do século XIX era baseada na exportação cafeeira, o vale do Paraíba ofereceu condições propícias para a expansão do cultivo. As fazendas tinham como mão-de-obra o trabalho escravo que continuava a ser um negócio lucrativo, porém havia pressão inglesa para que tal prática se extinguisse desde antes da independência, era porém um fator que prejudicava os cafeicultores. A partir da década de 50, onde algumas mudanças ocorreram com o objetivo de modernizar o país, surge a Lei de Terras, extingue-se o tráfico de escravos no Brasil e foi aprovado o primeiro código comercial. Como consequências a economia passa a se diversificar com o surgimento de bancos, indústria, entre outros ramos. A rede de transportes foi ampliada, o que permitiu o desenvolvimento cafeeiro no oeste paulista. No decorrer das décadas o oeste paulista se consolidou e o vale do Paraíba começa a entrar em decadência, assim como as áreas cafeeiras do Rio de Janeiro, o primeiro estava se desenvolvendo ao mesmo tempo que integrava mão de obra assalariada (principalmente imigrantes), ao contrário dos outros dois que dependiam dos trabalhadores escravos e tinham ainda o desgaste de suas terras por anos de cultivo. O excedente acumulado destas atividades era revertido em outras atividades que tinham como foco principal São Paulo. No campo político as novidades enfraqueciam o poder do imperador que era a representação de um sistema antigo e absolutista, mesmo tendo implantado diversas novidades desde o momento que assumiu o cargo, estava enfraquecido nos setores mais influentes da sociedade: igreja, proprietários de terra (principalmente cafeicultores, descontentes com a possível abolição da

escravatura que se aproximava) e militares (fortalecidos pela Guerra do Paraguai), não suportou a pressão e um ano após o fim da escravidão (1888) é forçado a deixar o Brasil, inicia-se o período republicano. (FAUSTO, 1995).

A primeira república ocorre entre 1889 e 1930, é um período ao qual forças militares e civis oligárquicas tiveram monopólio sobre o controle do governo. É marcado também por conflitos centralizadores e federalistas em seu início, bem como problemas com o setor econômico e político. Em um segundo momento destaca-se a hegemonia dos estados de São Paulo e Minas Gerais no processo de sucessão presidencial, momento ao qual ficou conhecido como república do café com leite. No campo econômico, mais mudanças significativas ocorreram, entre as quais cita-se o aumento da imigração e ampliação do mercado consumidor brasileiro. O setor agrícola ainda tinha o maior peso econômico, porém o avanço da urbanização ampliou o setor industrial que irradiava principalmente do estado de São Paulo. Os setores têxtil, de alimentação e vestuário eram aquelas que mais cresciam, mas ainda faltavam as indústrias de base, o que forçava a importação de equipamentos industriais. A Primeira Guerra favoreceu as indústrias que procuravam se diversificar devido aos problemas de importação. No final da década de 20, ocorre a crise provocada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, a consequência é a queda das exportações de café e consequente crise econômica no Brasil também. Politicamente a república do café com leite entra em declínio e a cisão entre estes estados culmina na revolução de 30, ao qual o gaúcho Getúlio Vargas, apoiado pelos mineiros, é colocado na presidência com auxílio do exército e forte apoio popular, em detrimento do candidato vencedor das eleições Júlio Prestes, paulista, apoiado pelo presidente anterior, Washington Luís, também paulista. (FAUSTO, 1995).

A era Vargas é um período importante para a economia brasileira, a indústria por meio de incentivos estatais tem um grande impulso e como consequência a consolidação das indústrias de base. Vargas incentivou a criação de leis trabalhistas o que lhe conferiu grande popularidade. Na esfera política enfrentou a revolução constitucionalista que buscava retomar o controle paulista e almejava o cumprimento da constituição e convocação de novas eleições, mesmos derrotados ocorrem eleições legislativas para uma assembleia constituinte promulgada em 1934, além de criar uma nova constituição foram os responsáveis por eleger o futuro presidente, portanto de modo indireto Vargas é eleito para se manter no cargo até 1938. Quando estas eleições se aproximavam, ocorreu o chamado plano Cohen, uma suposta tentativa de golpe comunista que estaria sendo implantada no Brasil, tal informação chocou a população, algumas classes políticas e o exército, a consequência foi a deflagração de um golpe por parte de Vargas, foi declarado estado de emergência e o governo passou a administrar a partir de decretos

presidenciais, permitida pela nova constituição criada ainda em 1937, inicia-se o Estado Novo. Vargas ficou no cargo até 1945, quando por pressões políticas teve de deixar o cargo, uma vez que, ao mesmo tempo que lutava contra os fascistas na Europa, seu poder era legitimado por uma constituição semelhante, ao mesmo tempo que a guerra trouxe benefícios econômicos importantes, pois a política de substituição de importações muito auxiliou no desenvolvimento da indústria nacional. (FAUSTO, 1995).

Inicia-se um período de democracia que vai durar até 1964. O primeiro presidente eleito em quase vinte anos é Eurico Gaspar Dutra, este promove a criação de uma nova constituição que reestabelece os direitos que existiam antes do Estado Novo. No campo econômico abre a economia para importações com uma política liberal, tal proposta de governo consome as economias do estado adquiridas durante a Segunda Guerra Mundial. A política econômica foi estabilizada às custas da classe trabalhadora, o custo de vida aumentou mas os salários pouco cresceram, sindicatos foram reprimidos, mas a política econômica fez efeito, os últimos anos do governo Dutra foram de crescimento. Vargas é eleito em 1950, pela primeira vez com voto direto, voltou a implantar uma forma de governo com maior controle estatal, investiu em energia, transportes, incentivou a industrialização. Contudo enfrentou uma forte inflação que lhe ameaçava a popularidade, greves se espalhavam pelo país provocadas pelo aumento do custo de vida. Vargas se desgastou ao começar a tomar medidas que iam contra suas políticas trabalhistas de anos anteriores, a pressão da oposição aumentava. Uma tentativa de assassinato a um dos líderes mais críticos da oposição, Carlos Lacerda, acabou fracassado, onde seu acompanhante foi morto, um major da aeronáutica. O ataque foi atribuído a Vargas que perdeu o apoio do exército, cercado por todos os lados ele se suicida. Nas eleições seguintes, Juscelino Kubitschek é eleito presidente da república, o seu mandato foi marcado por grande crescimento econômico, mas também de grande endividamento, seu lema era crescer cinquenta anos em cinco, para tal fez diversos empréstimos de origem estrangeira e investiu na infraestrutura brasileira por meio de um plano de metas distribuído por energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e construção de Brasília. O plano foi um sucesso, o crescimento da indústria foi altíssimo, chegando a 80% no caso das indústrias de base, 600% nas indústrias de materiais de construção, 380% em energia e comunicações e 125% em indústrias mecânicas. No geral o crescimento na década de 50 foi três vezes maior do que em toda a América Latina. A indústria automobilística recebeu incentivos e começaram a fabricar automóveis no Brasil, as principais empresas a entrar no país foram a Ford, a Volkswagen e a General Motors. Em contrapartida, o déficit da balança comercial era alto, o número de importações aumentou em detrimento das exportações, o que fez com que o governo tivesse problemas com o FMI, a

esquerda acusava o presidente de entregar a indústria nacional para o capital externo, o que fez com que Juscelino rompesse com este antes do fim de seu mandato. Jânio Quadros é o sucessor de Juscelino, alcança o cargo máximo do país ao vencer as eleições de 1960. Renunciou cedo, tratava de assuntos pouco relevantes como briga de galos, proibição de biquínis e lança perfume, enquanto os assuntos políticos mais sérios eram colocados de forma balanceada entre a direita e a esquerda, o que lhe tirou a popularidade entre ambos. Externamente ocorreu a revolução cubana um ano antes, e Quadros demonstrava uma possível simpatia quanto Fidel Castro e seu regime, inclusive visitou Cuba no mesmo ano em que foi eleito e premiou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Na economia tomou medidas de austeridade para controlar os excessos de JK, cortou subsídios e gastos públicos, contraiu novos empréstimos e protelou a dívida. Em 1961 Quadros renuncia sem qualquer motivo aparente, alguns teóricos acreditam que ele considerou ter apoio amplo e que ocorreriam manifestações para sua volta, o que de fato não aconteceu, João Goulart, o vice-presidente assume o posto. Goulart era visto como populista e tentou favorecer as classes operárias e camponesas durante seu mandato. Tentou mudar a constituição para implantar mecanismos para a reforma agrária e urbana (dispositivo para tornar inquilinos donos da residência). As elites conservadoras não concordaram com tais ideias e acusaram Goulart de comunista, a igreja e o exército também estavam descontentes. Conforme as medidas de Jango se radicalizavam, surgia na oposição maneiras de diminuir seu poder, o sistema parlamentarista foi implantado com este objetivo, contudo caiu rapidamente por meio de consulta popular. Sem o apoio do congresso Goulart viu como forma de atingir seus objetivos quanto às reformas populistas por meio de decretos presidenciais, ao qual 13 de março de 1964 sancionou em um comício com mais de 150 mil pessoas, este fato choca as elites conservadores e leva o exército a assumir o governo em 31 de março de 1964. (FAUSTO, 1995).

O exército ao assumir o governo, começou a mudar as instituições do país por meio de decretos, o que ficou conhecido como Atos Institucionais, foram 17 ao todo, sendo o AI-5 o mais significativo de todos, por meio dele, de modo geral, cassava-se os principais direitos civis da população, entre os quais, habeas corpus para crimes políticos, cassação de mandatos, intervenção em estados e municípios e controlar as funções legislativas. Do ponto de vista econômico, foi um período de amplo desenvolvimento industrial e estrutural, este período ficou conhecido como “milagre brasileiro”, estendeu-se de 1969 a 1973, e teve atuação significativa do capital estrangeiro e entrada de novos empréstimos. O setor automobilístico, mais uma vez, foi um dos grandes beneficiados, liderou o crescimento industrial mesmo após 1973. Subsídios à exportação foram necessários para manter o crescimento do país, no meio agrícola a soja

ganha importância e acesso a subsídios também, diminuiu-se a dependência quanto ao café, aumenta-se a arrecadação de impostos e cai a inflação. Os pontos negativos estavam relacionados a grande concentração de renda e dependência da economia internacional, portanto, o milagre não chegou às classes menos favorecidas e a crise do petróleo de 1973 prejudicou o crescimento a partir de 1974. Grandes projetos foram colocados em ação para incentivar o crescimento, entre os quais destaca-se a construção da rodovia transamazônica (um fracasso) e a usina de Itaipu. A decadência econômica inicia a abertura política, um processo lento que levou aproximadamente dez anos, apesar do crescimento do PIB, as empresas estatais se endividavam e o déficit da balança comercial se elevava a cada ano com mais empréstimos. A partir dos anos 80 a conta começa a ser paga, pressionado internacionalmente o governo começa a cortar gastos públicos e subsídios, aumentou-se os impostos e os primeiros anos desta década foram de recessão. Do ponto de vista político, inicia-se a abertura para a democracia, as elites já não mais apoiavam os militares que não conseguiam controlar a economia, a inflação chegara a mais de 200% em 1984 e a população ia às ruas pedindo eleições diretas, o que não aconteceu por pouco inicialmente, as eleições de 1985 foram indiretas, contudo o candidato vencedor não era militar e nem foi apoiado por estes, era Tancredo Neves. Antes de assumir o cargo, faleceu e levou ao Planalto seu vice José Sarney. Ficou definido que as eleições diretas seriam em 1989. Sarney não conseguiu controlar a frágil economia brasileira, a inflação continuava alta, os planos econômicos criados não surtiram efeito desejado. Politicamente a criação da constituição de 1988 foi um marco que finalmente acabou com os últimos resquícios da ditadura, porém a transição lenta impediu qualquer possibilidade de julgamento rápido quanto aos crimes praticados contra os direitos humanos. (FAUSTO, 1995).

Collor é eleito em 1989 por voto direto pela primeira vez desde Jânio Quadros em 1960, são quase trinta anos até que o presidente fosse eleito democraticamente. Seu governo é marcado por políticas econômicas desastrosas e escândalos de corrupção. Abre o mercado para o capital estrangeiro e inicia a aplicação das políticas neoliberais no Brasil, tenta enxugar a participação do Estado por meio de privatizações que se seguirão além de seu governo. É o primeiro presidente deposto por via democrática, as acusações de corrupção aliadas à política econômica foram suficientes para levar a população às ruas e o congresso impediu sua continuação no cargo. Assumiu seu vice Itamar Franco, imune às acusações de corrupção, teve em seu governo a idealização do Plano Real, considerado um sucesso do ponto de vista inflacionário, com o porém de corroer as divisas do país e como consequência incentivar mais empréstimos externos. Seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, mantém esta política, parecia o real e o dólar por muitos anos valorizando o primeiro, tal fator prejudicava as exportações e

determinada sucessivos déficits comerciais, mas a inflação se mantinha controlada. Cardoso mantém as políticas neoliberais, várias empresas de porte estatal são cedidas à iniciativa privada e poucos avanços sociais são conquistados no âmbito dos anos 90. (FAUSTO, 1995).

Em 2002 é eleito Luís Inácio Lula da Silva, um presidente operário que ascendeu na política nos anos 80 com o fim da ditadura. Tem como característica de governo um ideário populista com práticas semelhantes à social democracia. Articulou objetivos da esquerda e da direita em um período de elevado crescimento econômico, incentivado pelo aumento do preço das commodities no mercado internacional. Expandiu programas sociais de distribuição de renda e beneficiou os lucros das principais instituições financeiras no país. Reeleito, teve popularidade suficiente para eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, que a princípio manteve as bases de seu antecessor, porém passa a enfrentar dificuldades econômicas que se iniciam em 2014. Os avanços sociais foram significativos nos dois mandatos da presidente, contudo o baixo investimento relativo na produção industrial e infraestrutura prejudicaram um potencial maior de desenvolvimento no período em que estiveram no poder.

1.2.5 Formação histórica dos estados do Sul do Brasil

A Região Sul atualmente possui intensa atividade agropecuária, contudo no início efetivo da colonização portuguesa e espanhola, a área não foi de interesse das monarquias ibéricas. Segundo Krone (2006), as primeiras ocupações ocorreram a partir do século XVII por meio de missões jesuíticas ordenadas pela coroa espanhola, o objetivo era impedir o avanço dos portugueses que ameaçavam a região no atual Rio Grande do Sul. Os jesuítas buscavam evangelizar os nativos e com o crescimento das reduções, a pecuária foi introduzida para alimentar os índios que também trabalhavam em lavouras de subsistência, as áreas de gado eram chamadas de vacarias pelos padres. No século XVIII, os jesuítas foram expulsos do país pela reforma educacional pombalina, a inserção da educação laica efetivou este processo, assim, os gados foram abandonados e se reproduziram sem qualquer interferência antrópica formando uma reserva de animais. A descoberta do ouro e efetivação da sociedade mineradora fez crescer a procura de alimentos para abastecer a região de Minas Gerais, desta forma, o Rio Grande do Sul era a região mais propícia à criação de gado, visto que possuía grande rebanho bovino. O sul brasileiro desenvolveu o tropeirismo, foi a atividade econômica que integrou a região ao resto da então colônia brasileira. Surgiu a Estrada da Mata, principal caminho de ligação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. (WACHOWICS, 1977).

Segundo Corrêa (1999), em meados do século XVII o território do atual estado de Santa Catarina já era conhecido por bandeirantes paulistas, estes criaram as primeiras ocupações, as quais foram São Francisco, Desterro e Laguna. A posse efetiva da terra era transmitida por meio de sesmarias, de forma que, efetivamente somente aqueles reconhecidos nobres tinham acesso à concessão. Contudo, com o desinteresse destes, os primeiros ocupantes das terras produziam munidos de instrumentos simples e poucos recursos, o acesso à região era marítima, uma vez que a Serra Geral era uma barreira natural que dificultava a mobilidade dos habitantes. A criação do caminho de Viamão não incentivou a ocupação da região, contudo evitou seu completo isolamento, de modo que a área passou a ser um ponto de descanso para o gado que saía do Rio Grande do Sul em direção à Sorocaba. A possibilidade de invasão da costa sul brasileira preocupava os portugueses, como medida criou-se o a capitania da ilha de Santa Catarina, ato ainda insuficiente em vista da pequena população que habitava o local. A partir das considerações de Findlay (2009), a ocupação efetiva ocorreu a partir da metade do século XVIII, com a chegada de imigrantes açorianos, portugueses do continente, paulistas da capitania de São Vicente, negros e índios. Os açorianos chegaram à região com o auxílio da coroa portuguesa, muitos casais receberam sesmarias próximas aos povoados já instalados, o que também incentivou esta migração foi a dificuldade econômica que já enfrentavam em Portugal. Já no século XIX, com o país independente, o governo imperial passou a incentivar a entrada de imigrante europeus para ocupar a região sul, Santa Catarina, naturalmente, foi destino destes indivíduos, pois era ainda pouco ocupada, aos poucos foram chegando os europeus, principalmente alemães e italianos. Muitos deles conheciam técnicas manufactureiras, o que lhes concedia uma melhor qualificação que os ocupantes anteriores, uma parcela destes imigrantes tinham hábitos urbanos e alguns aqueles que se dedicaram a cultivos agrícolas conseguiram adquirir suas terras, mesmo em condições precarizadas. No início do século XX, Paraná e Santa Catarina definiram suas divisas após a Guerra do Contestado, de modo que, companhias colonizadoras passaram terminar o processo de ocupação por meio da venda de lotes de terra, a exemplo do Paraná, como veremos a seguir. As transformações na economia brasileira a partir do final dos anos 50, início dos 60, contribuição para interligação de Santa Catarina com o resto do país, com a melhora na economia do estado, as últimas áreas passaram a ser ocupadas, auxiliado pela gênese de uma agroindústria que se tornou forte futuramente, e ainda é nos dias atuais. (CORRÊA, 1999).

A colonização paranaense ocorreu em três etapas, sendo a primeira no planalto de Curitiba, a segunda no Norte do Paraná e a terceira no Sudoeste Paranaense. O planalto de Curitiba possui uma colonização tradicional que remonta um breve ciclo do ouro em Paranaguá

no século XVII e ao tropeirismo do século posterior (LICCARDO, 2004). As Estradas criadas a partir do tropeirismo foi um importante fator no processo de ocupação da área, principalmente a já citada Estrada da Mata. Esta fomentava um comércio que desenvolveu importantes cidades como Guarapuava, Ponta Grossa, Lapa entre outras. No norte e noroeste do Estado a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) destaca a regionalização do Paraná feita por Wachovics (1977), dividido em norte velho, norte novo e norte novíssimo; o primeiro é limitado entre o rio Itararé, a leste, e Tibagi, a oeste; o segundo, limitado por uma linha imaginária entre os municípios de Terra Boa-PR e Terra Rica-PR; e por fim o terceiro, que se estende desse limite até o rio Paraná. A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) colonizou até, aproximadamente, a cidade de Mandaguari-PR; a CMNP colonizou a partir das proximidades de Maringá-PR, passando por Cianorte-PR e chegou até Umuarama. As demais regiões do norte do Estado foram colonizadas por outras companhias particulares, e também pelo Governo Estadual, por meio da colonização oficial. O sudoeste paranaense possui dados de concessão de terras datadas ainda no século XIX (LIMA, 1993), contudo a em meados dos anos 50 ainda haviam terras não efetivamente ocupadas por companhias colonizadoras, de modo que, por favoritismo político muitas empresas obtiveram concessão de terras do Estado para loteamentos onde já havia posseiros. A consequência foi uma série de conflitos pela posse da Terra, os atores eram diversos: grileiros, companhias imobiliárias, posseiros e colonos. A partir de 1961 foi eleito um novo governo no Paraná, Ney Braga assumiu e desapropriou terras que considerava ilegítimas. O governo federal, para resolver os conflitos, cria a GETSOP, Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, tinha como objetivo extinguir os problemas de terra restantes. Atualmente os conflitos diminuíram, todavia ainda ocorrem problemas quantos às práticas colonizadoras do século XX.

1.3 Síntese físico-histórico-geográfica da área de estudo

Salienta-se que as características naturais aqui apresentadas foram de relativa importância para o estabelecimento dos grupos humanos nativos na região. Clima, relevo e vegetação foram preponderantes na fixação destes povos e também serviram de base para os colonizadores posteriormente. No contexto dos atuais Estados de Argentina, Uruguai e Paraguai os ambientes físicos interioranos colocaram e separaram tais grupos, de um modo que, os indígenas se concentraram próximos a margens de rios. Entre eles, o principal, o Rio do Prata.

Tal localização dos indígenas incentivada, a princípio, por aspectos naturais, foi legitimada posteriormente pelos colonizadores, pois agregavam boa vantagem para os objetivos econômicos traçados pelas metrópole colonial, o reino da Espanha. Justifica-se, a posição das principais cidades dos atuais Estados de Paraguai, Uruguai e Argentina, todas às margens de algum relevante curso hidrográfico. A cordilheira dos Andes, por seu difícil acesso manteve os colonizadores espanhóis e posteriormente os argentinos no sopé da montanha. O que demonstra a baixa densidade que ainda existe nas áreas de elevada altitude.

O processo colonial brasileiro também acompanhou os aspectos naturais da nova terra então encontrada, o litoral foi ocupado a princípio pela facilidade e proximidade, enquanto que o interior era pouco explorado, com algumas raras exceções. A questão climática e de relevo também foi considerada, uma vez que a tecnologia disponível até então tinha de ser gerida com maior participação da natureza. Exemplifica-se tal fato observando os ciclos econômicos das drogas do sertão na Amazônia, do Açúcar na Região Nordeste e até o ciclo do ouro em Minas Gerais. Influenciados respectivamente, pelo Rio Amazonas, pelo clima do agreste associado ao solo de massapé e os escudos cristalinos da Região Sudeste. Deste modo, o Sul do país passou a ser visto economicamente após o fim destes ciclos, somente no século XIX. Este atraso do ponto de vista da ocupação deixou os povos que se estabeleceram no sul, de uma certa forma, isolados. Enquanto que essa área de transição entre o centro do Brasil e o Rio Grande do Sul, no início do século XX era ainda de vegetação natural. A colonização de Paraná e Santa Catarina, em suas porções oeste, foram concluídas após a segunda metade do século, período em que ocorreu o contato com os argentinos e paraguaios que faziam sua marcha para o leste. O Uruguai ainda possui o interior despovoado, pois mais da metade da população se concentra nas proximidades de Montevideo, sendo ainda um espaço pouco dinâmico do ponto de vista social e econômico.

Portanto, as características físico-naturais alteraram significativamente as relações entre estes países vizinhos por séculos, que tinham contatos oficiais por meio de seus representantes centrais. O avanço tecnológico após o século XX, preencheu as últimas áreas intocadas e acendeu as relações fronteiriças de cunho social e econômico. O grande fator a se considerar é exatamente a construção de Itaipu, que incentivou o povoamento da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Neste período já haviam negociações quanto à criação de um bloco comercial no âmbito da América Latina, a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) foi instituída em 1960 e substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980, ambos os acordos foram pioneiros e serviram como instituições

pioneiras que abriram espaço para a futura implantação do MERCOSUL. As questões que envolveram a criação destes blocos econômicos serão abordadas posteriormente na parte 3.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: NOÇÕES DE MOBILIDADE, FRONTEIRA E IMPERIALISMO

De acordo com a proposta desta dissertação, é relevante salientar a necessidade de se construir uma discussão conceitual que trate dos três conceitos que tangem a base deste estudo, isto é, mobilidade humana, fronteira e imperialismo. Doravante dividir-se-á esta parte de modo a compreender a relevância destes conceitos para os objetivos propostos por este trabalho e subsidiar suas resoluções.

A mobilidade humana é uma das consequências das medidas capitalistas inseridas no meio social e econômico. O conceito pode traduzir áreas de atração e repulsão populacional a partir de medidas tomadas pelo Estado, e também, outros agentes diversos. O esgotamento da reprodução de capital abre novas áreas de investimento que pode levar a população como massa de manobra e recurso para reprodução ampliada de capital, isto é, não há mais valia sem a exploração do trabalho humano.

Em segundo lugar, as noções de território e fronteira colocam diretamente o papel do Estado no debate, sendo que o primeiro é o espaço de soberania das nações, e o segundo o ambiente de tensão entre a transição de seu espaço e de outra nação próxima. Esta tensão é articulada por atores diversos e se espelha nas relações capitalistas de produção, assim como no espaço geográfico. Esclarecemos, contudo, que o território é um conceito amplo e permite interpretações diversas, no que tange questões políticas, sociais e culturais, de modo que, todos devem ser esquadrihados para abranger com clareza aquele ao qual se encaixa no perfil desta pesquisa.

Por fim, em terceiro, o imperialismo é responsável pelas relações de poder presentes de forma assimétrica no que tange as relações capitalistas entre nações. É um vocábulo muito antigo, com o porém de ter sido resignificado em diversos momentos da história humana. Nesse sentido os imperialismos dos séculos XIX e XX e sua reinvenção na contemporaneidade a partir das articulações do mercado financeiro, são essenciais para se nutrir as implicações da temática aqui retratada.

Os três conceitos em conjunto revelam as nuances que o sistema capitalista cria no processo de produção do espaço em conjunto com os Estados, estas implicações estabelecem relações assimétricas de reprodução de capital, situações estas que influenciam a mobilidade da população em busca de trabalho, tanto no espaço interno, quanto externo das nações, o que tange a importância das noções de território e fronteira, os quais se estabelecem regras para o melhor funcionamento da economia interna do país. Muitas vezes para se alcançar

desenvolvimento econômico, as medidas tomadas nas relações entre os Estados são desiguais, o que provoca ações imperialistas para se atingir tais objetivos.

Portanto a relação entre os três conceitos já, ainda de forma incipiente, tratados é de relevância para as relações econômicas, internacionais, principalmente no que se refere às práticas financeiras dos Estados membros do MERCOSUL, inseridos nas lógicas de mobilidades, território/fronteira e imperialismo.

2.1. A Mobilidade Humana

O ser humano enquanto um dos aspectos de estudo da geografia, deve ser considerado sempre fator de interação e alteração do espaço geográfico. A capacidade de transformação do homem quanto à natureza e suas respectivas relações permitiu a criação da História. As mudanças estabelecidas na natureza por meio do homem são realizadas por meio do trabalho.

Se as noções de mobilidade estão diretamente relacionadas ao aspecto temporal, faz-se necessário discutir teoricamente alguns aspectos históricos quanto à própria mobilidade dentro da área da geografia a qual mais adquire afinidade, a geografia da população. Para tanto, discute-se posteriormente as articulações que se desenvolveram até se chegar aos conceitos contemporâneos.

2.1.1. Geografia da população e mobilidade, aspectos históricos

A mobilidade populacional não é um aspecto recente a ser abordado na ciência geográfica, segundo Mormul (2012), várias correntes da geografia consideraram o tema em diferentes vieses, contudo vale salientar a priori, que é significativo para compreender a temática criticamente as contribuições históricas anteriores à sistematização científica da geografia, tanto quanto à geografia da população, quanto à própria mobilidade.

Dentro das perspectivas populacionais da antiguidade, destacamos as contribuições significativas de Platão e Aristóteles, ambos filósofos já tratavam as dinâmicas populacionais como fator estratégico. Platão já apartava o conceito de ótimo da população, uma relação de espaço e recursos para se chegar a um padrão de vida qualitativo para a população; Aristóteles em “Política”, salientava que o excesso populacional prejudicaria a ordem social,

criminalidade, pobreza e conflitos seriam consequência, a partir deste ponto de vista. De um aspecto geral, observa-se que a população em demasia era considerada um fator negativo, gerador de miséria e conflitos sociais. Em contrapartida, os romanos usavam a explosão demográfica como justificativa de conquistas, pois conforme a população crescia, aumentava a demanda por espaço físico.

A idade média, do ponto de vista demográfico, foi influenciada por um panorama religioso e moral, as interpretações bíblicas eram utilizadas para se fazer valer os interesses políticos e econômicos da época. Quanto à estratégia militar, a população elevada era considerada um fator positivo, o maior número de soldados era considerado um fator estratégico para conflitos bélicos, um exemplo seria as cruzadas.

A partir do século XVIII, momento em que o iluminismo favoreceu a eclosão das revoluções industrial, estabeleceu-se métodos qualitativamente superiores, não somente quanto à geografia da população, mas também com relação aos métodos científicos em um âmbito geral. Uma das teorias que surgiram nesse contexto foi proposta por Thomas Malthus, o pensador inglês estabeleceu uma relação entre duas forças, o crescimento populacional e a produção de alimentos, a primeira cresceria em proporção maior que a segunda, a consequência seria a proliferação da miséria e fome que equilibraria aquelas forças, isto é, seriam fatores positivos para evitar o avanço da própria miséria, uma vez que fome, doenças e outros fatores aumentariam a mortalidade e regulariam a população. Damiani (2012) explicita que os cultivadores poderiam se aproveitar da oferta de mão de obra e abrir novas frentes de cultivo, ou seja, aumentaria a demanda de alimentos e diminuiria a fome, o autor, portanto, desconsidera a dimensão espacial. Posteriormente, os avanços da medicina e o desenvolvimento tecnológico ajudaram a desacreditar a teoria de Malthus, contudo estudos recentes, chamados de neomalthusianos, ainda consideram o crescimento elevado da população como um fator decisivo para o subdesenvolvimento.

Damiani (2012) argumenta que para Karl Marx, o pobre não é somente aquele que não dispõe das condições mínimas para sobreviver, mas também aquele que não se apropria dos meios de produção. O crescimento da população estaria relacionado às condições históricas do processo de acumulação capitalista de cada lugar, essa população pobre excedente é denominada superpopulação relativa, uma reserva de trabalhadores que tinha como função manter os salários baixos. Percebe-se uma distinção entre os pensamentos de Malthus e Marx, para o primeiro a população se origina a partir das relações de subsistência, enquanto que para o segundo seria consequência das relações desiguais provocadas pelo capitalismo.

No século XIX, as contribuições de Ratzel e La Blache são também significativas, dentro do contexto das escolas determinista e possibilista respectivamente. Ratzel tem importante contribuição na sistematização da geografia como ciência, ele trata a população sob uma perspectiva secundária, pois seus estudos focavam a dispersão dos povos em uma perspectiva interdisciplinar, onde se considerava, além da geografia, a biologia, a etnologia e a história. La Blache dedicou mais espaço à geografia da população, considerava o estudo demográfico a partir de dados numéricos e padrões, sem aprofundamento quanto à sistematização ou classificação destes dados. (MORMUL, 2012).

A geografia da população foi interpretada, até então, a partir de um panorama empírico sem uma dimensão crítica, chamada também de neoclássica (BECKER, 2006) apesar dos indicadores demonstrarem, de certa forma, características das realidades socioeconômicas, a compreensão por uma ótica criticista ocorreu com Foucault:

Uma importante contribuição para pensar ou entender a população, parte de Foucault que insere a população no centro da discussão quando faz o estudo do biopoder. Na interpretação de Foucault, população é uma multiplicidade de indivíduos que só existe profunda, essencial, biologicamente ligado à materialidade dentro da qual vivem. (MORMUL, 2013, p. 108).

Foucault analisa a sociedade a partir das relações de poder, o autor busca se ater em obras como “O Político” de Platão e “O Príncipe” de Maquiavel, para analisar diversas formas de dominação política. Discorrendo quanto às questões morais e religiosas, típicas de governos pré-modernos, demonstra que a população é influenciada por fatores econômicos, sociais e políticos; isto é, pode ser doutrinado a seguir aspectos que favoreçam as classes hegemônicas, que dominam as esferas políticas.

As contribuições de Foucault foram significativas, seus contemporâneos estabeleceram métodos críticos que levaram à uma evolução das análises qualitativas no que tange à ciência da geografia da população, dentro deste âmbito a mobilidade passa a ser estudada como consequência social do meio capitalista, e não mais como motivação pessoal de determinado sujeito. A seguir, destacaremos as contribuições de autores que consideraram as mobilidades a partir de métodos críticos.

2.1.2 Formas de Mobilidade e força de trabalho

A mobilidade se mostra um conceito essencial para se analisar a dualidade homem natureza. A mobilidade pode ser definida como o movimento dos corpos a partir do espaço, sendo portanto sujeita à qualquer espécie de deslocamento, sendo humano ou não. Salienta-se que no presente caso, considerar-se-á o que se denomina “mobilidade humana”, esta se refere ao movimento dos seres humanos a partir de incentivos diversos, entre os quais, se destaca, a mobilidade humana com ênfase na influência exercida pelas forças de trabalho.

A mobilidade da força de trabalho está presente na sociedade capitalista e possibilita dinamismo significativo no que se refere às trocas comerciais, e conseqüentemente, na reprodução do capital. No caso das relações econômicas dos Estados membros do MERCOSUL, pode-se considerar elevados fluxos de deslocamento, principalmente em ambientes de fronteira. Considerando esta situação possibilitada pelos benefícios comerciais estabelecidos pelo bloco econômico, é plenamente justificável discorrer de maneira crítica as delineações que se dão a partir do conceito de mobilidade.

Tratando-se de estudos de mobilidade, podemos salientar primeiramente que, o conceito é tema de estudo de diversas disciplinas científicas, entre as quais, pode-se citar sociologia, psicologia, demografia e economia como discorre Rocha (1998). Esta ampla abordagem do tema aplica uma dimensão transdisciplinar, que por sua vez, permite uma visão mais ampla no que tange, principalmente a articulação das ciências sociais.

A mobilidade humana se delinea a partir de três outras ordens de mobilidade; a mobilidade física, a mobilidade social e a mobilidade centrada no trabalho, como afirma Rocha (1998).

A mobilidade física é subdividida em macromobilidade física e micromobilidade física, a primeira se caracteriza por movimentos entre sujeitos em grande escala, isto é, escala internacional, nacional, estadual e municipal; este tipo de deslocamento não considera a dimensão do cotidiano, pois são fluxos demográficos. A micromobilidade abrange o cotidiano como deslocamentos para trabalho, escola, compras, entre outros. (ROCHA, 1998).

A mobilidade social se refere à mudança estrutural dentro das classes sociais, é um movimento vertical não concreto espacialmente, mas refletivo conseqüentemente na territorialização do espaço. Este tipo de mobilidade é abordada comumente a partir das ciências sociais, contudo não deixa de ser objeto de estudo da geografia, pois suas conseqüências se materializam no espaço geográfico. (ROCHA, 1998).

Por fim, a mobilidade centrada no trabalho se refere ao movimento populacional incentivados aos interesses econômicos do capitalismo, interesse que incentiva, mesmo que de forma inconsciente, o deslocamento de pessoas em função de trabalho. (ROCHA, 1998)

É relevante ressaltar que entre as formas de mobilidade já aqui retratadas que a mobilidade centrada no trabalho tange a temática abordada nesta dissertação de forma mais significativa. Mesmo que a macromobilidade e micromobilidade física ocorram a partir das relações de trabalho, analisadas separadamente, correspondem majoritariamente a dados quantitativos representados por linhas, setas e fluxos, porém, se analisadas a partir de um pressuposto histórico e crítico, observa-se o quanto há de interesse para os capitalistas e pressupõem a mobilidade forçada, que recaem na mobilidade social e do trabalho.

Sobre a mobilidade Becker (2006) destaca que o termo foi objeto de análise de várias interpretações, sendo que entre estas, relevou dois modelos, um de julgamentos neoclássicos e outro de base neomarxista. Isto é, são estudos ou voltados à interpretações quantitativas acríticas ou respectivamente a abordagens críticas. Até os anos 70, a visão dos fluxos migratórios estava sedimentada nos movimentos individuais da população onde as informações estatísticas da ciência demográfica se sobrepuja quanto ao fatos histórico-geográficos. Becker (2006 p. 323) escreve que:

Tal concepção levava a um modelo reduutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da “decisão pessoal” e não pressionada ou produzida por forças sócio-econômicas exógenas.

Entre os trabalhos que Becker (2006) considera como neomarxista, está a publicação de Gaudemar (1977), o economista francês retrata que o deslocamento da população está relacionado aos interesses do sistema capitalista de produção. A partir das ciências econômicas Gaudemar (1977) contribui de maneira significativa para o desenvolvimento do conceito de mobilidade. Para o autor, a mobilidade possui influência significativa no âmbito das relações de trabalho no sistema capitalista, isto é, a qualidade da força de trabalho coopera para o surgimento de uma série de fenômenos de mobilidade, como por exemplo, os trabalhos temporários, imigrações, movimentos pendulares, entre outros.

Contrapõe-se portanto, as abordagens do modelo neoclássico, a partir do momento que o capital passa a exercer uma espécie de “mobilidade forçada”, elimina-se a hipótese da decisão pessoal enquanto determinante para o deslocamento. Rocha (2008) explicita que esta

“mobilidade forçada” ocorre a partir dos interesses do capitalismo e as condições para deslocamento são exógenas à vontade do trabalhador, Gaudemar (1977), também retrata que o capitalismo influencia a maneira como os seres humanos estabelecem seus comportamentos, em meio aos interesses do sistema ocorre a mobilidade da força de trabalho. Neste sentido, todo planejamento capitalista de mobilidade, é, também, mobilidade forçada. Assim Gaudemar (1977 p. 190) coloca que a “[...] mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício de sua ‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital.”, ou seja, existe uma “escolha” em se deixar explorar pelo capital para gerar mais valia para os donos dos meios de produção. Mais adiante esclarece:

A relação entre mobilidade e a liberdade da força de trabalho pode ser ainda precisada. No seu aspecto positivo, a liberdade condiz à possibilidade do trabalhador escolher seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e o seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce. (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

Mais uma vez o autor procura colocar entre aspas a palavra “liberdade”, pois é uma situação de coação, a vontade de se deslocar para outra área é, na verdade, forçada porque as medidas que coagem os trabalhadores a se deslocarem não são tomadas pelos próprios, além das grandes empresas capitalistas, o autor ressalta que medidas do Estado visam facilitar a repulsão ou atração de imigrantes de determinados pontos do território francês, as populações imigradas formam uma força de trabalho que se move, desloca-se de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo conforme a necessidade de seu trabalho. Gaudemar (1977) demonstra que a força de trabalho imigrante se desloca de acordo com os interesses do Estado, sem se importar realmente com os problemas sociais que tal fato geraria.

Vale salientar que, os estudos do autor estão relacionados temporalmente ao contexto dos anos 70, e que no contexto da França, atualmente há diferenças nas políticas públicas migratórias e estas são ainda não tão significativas se comparadas às ações de grandes corporações, mas são aliadas quando se trata dos interesses do capital.

Os trabalhadores que vem a se deslocar no espaço em função dos interesses capitalistas fazem parte de uma reserva de trabalhadores criadas para serem utilizadas quando o capital necessitar. Este excedente de trabalhadores é chamado de exército de reserva, podem estar já inseridos na sociedade capitalista ou surgir a partir de novas relações de trabalho a partir da

dinâmica homem e natureza, ou seja, neste último o desenvolvimento de novas técnicas que podem vir a provocar desemprego. Como exemplo, Becker (2006) descreveu o caso dos pequenos proprietários de terra que são expulsos do campo por meio de mudanças da sociedade capitalista, como expropriação da terra via pressão de mercado ou surgimento de maquinários agrícolas, no caso é criado um trabalhador livre para o exército de reserva, este fica latente até uma nova atividade o absorver, muitas vezes em outras localidades, o que tem como consequência a mobilidade do indivíduo. Existe ainda aquele indivíduo que se encontra em situações de emprego irregular, esta população se encontra em situação precária no que condiz às suas relações de trabalho como condições instáveis e baixas remunerações. Muitas vezes na informalidade, estes trabalhadores também se deslocam em busca de trabalho, como exemplo alguns trabalhadores rurais que começaram a praticar a migração sazonal a partir da modernização da agricultura. (RIBEIRO, 2011)³.

Tais casos se assemelham à questão dos brasiguaios, estes segundo Silva (2010), tiveram seus movimentos influenciados por planejamentos governamentais de Brasil e Paraguai. São casos de pessoas que passaram a viver em ambos os países sob diversas condições, vários tipos de trabalho e quase nenhum apoio. Criam uma identidade própria ao mesmo tempo que são renegados pelos dois países. Estes planos oficiais foram incentivados pela exploração capitalista naquele ambiente de fronteira e incentivou o deslocamento forçado destes atores.

As relações capitalistas transformaram de forma significativa o modo que as populações dependentes do sistema visam se deslocar a partir do espaço. Salienta-se aqui novamente, que a mobilidade humana não tem gênese a partir do advento do capitalismo, visto que, em sociedades da antiguidade ou mesmo aquelas que podemos chamar de primitiva, também praticava tal ação. O que a mobilidade centrada no trabalho tem em comum com os antigos deslocamentos é a necessidade. Primitivamente os povos se deslocavam em busca de alimentos, local seguro, terras férteis, entre outros; atualmente estas necessidades são produzidas externamente ao que se refere ao consciente do indivíduo, este continua a carecer de alimentos e outras necessidades, contudo é influenciado a se mudar para locais específicos, onde ele acredite em uma maior possibilidade de suprir estas mesmas necessidades. (BECKER, 2006).

Neste sentido, Becker constrói um quadro comparativo quanto às duas abordagens migratórias explicitadas até então:

³ Ribeiro (2011), procurou investigar a mobilidade dos trabalhadores rurais ligados ao setor canavieiro em função do aumento expressivo da cana-de-açúcar no interior do Paraná, de modo que, ocorreu o aumento da mobilidade forçada ao qual os trabalhadores rurais se submetem e queda da produção baseada na policultura.

Quadro 1: Paralelo entre os enfoques neoclássicos e neomarxistas em migração

ENFOQUE NEOCLÁSSICO	ENFOQUE NEOMARXISTA
<p><i>Decisão de migrar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ato de caráter individual, de livre escolha não determinado por fatores externos. - Enfoque atomístico reduzido ao indivíduo; pretensamente neutro e apolítico. 	<p><i>Decisão de migrar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Migração como mobilidade forçada pela necessidade de valorização do capital e não como ato soberano de vontade pessoal.
<p><i>Significado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elemento de equilíbrio em economias subdesenvolvidas, especialmente as mais pobres. - Industrialização e modernização como força positiva propulsora da migração. 	<p><i>Significado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultado de um processo global de mudanças. - Expressão da crescente sujeição do trabalho do capital.
<p><i>Metodologia:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise descritiva, dualista e setorial do fenômeno. - Enfoque causal, isolado e pontual das migrações. - Considera as características individuais dos migrantes. 	<p><i>Metodologia:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise histórico-estrutural das migrações. Visão de processo. - Enfoque dialético. - Considera a trajetória dos grupos sociais.
<p><i>Categoria de análise:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - O indivíduo. 	<p><i>Categoria de análise:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os grupos sociais.
<p><i>Dimensão espaço-temporal:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Deslocamento do indivíduo entre dois pontos no espaço (fluxos, linhas, pontos). - Visão fixa de mercado de trabalho homogêneo e pontual. 	<p><i>Dimensão espaço-temporal:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Movimento de um conjunto de indivíduos, num certo período do tempo, sobre o espaço geográfico. A trajetória pode apresentar vários pontos a ser de longa duração, pois representa um processo e não apenas fluxos isolados. - Mercado de trabalho multidimensional em transformação no tempo e no espaço.

Fonte: BECKER, Olga Maria Schild, 2006, p. 344.

Pode-se considerar o quadro 1 como um reflexo de duas formas de se ver as relações migratórias no mundo, uma via opressor, outra via o oprimido, sendo respectivamente representadas pelo viés neoclássico e o viés marxista. A primeira se estabelece a partir de uma visão individualista de mundo, desconsidera os processos históricos que influenciam o indivíduo a migrar, de modo que acredita que este se desloca a partir de um pressuposto individual, observa estes deslocamentos como algo positivo, uma vez que esta movimentação seria resultado de uma força de equilíbrio para o desenvolvimento econômico de determinado local. O segundo viés destaca que os processos históricos, econômicos e sócias externos à consciência do indivíduo o levam a tomar decisões que lhe são alheias, portanto, apesar de tomar uma decisão, esta não é individual, é coerciva. É uma relação extremamente para o trabalhador, que, em suma, é oprimido pelas sujeições que o capital lhes impõem, estas mesmas sujeições, o coagem a migrar. Destaca-se que neste estudo, realizar-se-á uma abordagem da

mobilidade a partir de uma perspectiva crítica, isto é, próxima ao quadro referente à abordagem neomarxista.

Além destes pressupostos destacados por Becker, vale considerar que existe o tipo de mobilidade que não é forçada, de forma que, os indivíduos neste caso adquirem o desejo de se deslocar a partir de um referencial, que não necessariamente, tenha haver com as práticas do capital. Por exemplo, indivíduos que se deslocam para estudar ou em razão de oportunidades de melhor remuneração salarial. Neste último contexto, esclarece-se que o sujeito possui maior clareza quanto à sua escolha, ou seja, entre ficar ou se mover para o outro local, essa mesma escolha não alteraria significativamente sua qualidade de vida, o que não ocorre com o proletário que é explorado pelo sistema, muitas vezes não tem outra alternativa, ou migra ou tem uma piora significativa em seu modo de vida. Por vezes estas relações podem ocorrer de forma integrada, o que salienta a complexidade de tal relação.

Para se abordar um estudo geográfico a partir de um pressuposto crítico, deve-se levar em consideração o espaço geográfico enquanto ambiente de transformação das relações sociais de poder geoeconômico. Portanto, o estudo do território faz-se necessário para atingir tal objetivo.

2.2. Território e Fronteira

O espaço é um conceito amplo para os estudos geográficos, isto é, quando tratamos do território, devemos ressaltar que este último tem como base um espaço em essência que lhe suporta, dá base. Raffestin (1993) descreve: “O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.”. O território pode ser definido, portanto, como uma série de relações criadas pelos seres humanos, relações estas fomentadas pelo poder.

Os homens são os atores responsáveis pelas construções que criam os territórios no espaço, um único ator pode ser o idealizador de seu território, contudo como não existe apenas um ator em nosso mundo, as ações passam a ser relacionais e conseqüentemente conflituosas. O poder, portanto, é uma ferramenta utilizada para um ator, ou grupo de atores se sobreporem com seus objetivos quanto ao seu território ou em um outro específico.

Os territórios e suas respectivas territorialidades passam por modificações conceituais que se resignificaram e ainda o fazem a partir do decorrer histórico. Tais mudanças ocorrem a

partir das transformações que os atores sociais permitem no meio que vivem, de modo a transformar também o espaço em que vivem. Este espaço é legitimado por alguns a partir do poder que exercem sobre ele. A dominação ao qual o espaço é condicionado ocorre a partir de escalas diversas, por instituições e atores diversos a partir de um processo de desterritorialização e reterritorialização constante e rápido. Desterritorialização e reterritorialização ocorrem quase que simultaneamente, uma vez que o capitalismo a partir de suas exigências em busca de reprodução de capital resignifica espaços modificando o poder que ali atua, provocando alteração da entidade que controla tal local. (SAQUET, 2013).

Segundo Saquet (2013) a questão da territorialização existe, inclusive, no campo da psicanálise, o autor coloca as contribuições do filósofo Gilles Deleuze, filósofo, e Felix Guattari, psicanalista, que trabalham com o conceito a partir do imaginário, onde o desejo do indivíduo influencia na reprodução da lógica do capital, isto é, uma subjeção que contribui para ampliação das questões de desigualdade no real. Desigualdade esta que também é retratada por meio do pensamento de outros autores, assim Saquet esclarece os primeiros estudos de Dematteis (1970) ao qual argumenta que o território:

[...]é compreendido como uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), como características naturais (clima, solo...), relações horizontais (entre as pessoas, produção, circulação...) e verticais (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat...), isto é, significa uma complexa combinação particular de certas relações territoriais (horizontais e verticais). (SAQUET, 2013 p. 57).

Observa-se que o território é demasiadamente complexo pois está inserido em dinâmicas que perpassam o social, atingem o natural em diversas escalas tanto de alcance – do local ao global –, como de atuação – vertical e horizontal –. Observa-se que a questão natural adquire importância na concepção de Dematteis (1975), mas sempre articulando com processos históricos e sociais. Um viés coerente na perspectiva geográfica, que por vezes não condiz com o pensamento de outros pensadores. Assim, Saquet (2013, p. 66) coloca:

Agrupando obras e autores de ciências sócias, dos anos 1970, foi possível identificar: a) uma tendência na qual se efetiva uma abordagem mais conservadora, materialista e areal; b) outra, centrada no conceito de território usado e apropriado econômica e geopoliticamente e, c) outra tendência, cada vez mais significativa, voltada à problemática do desenvolvimento territorial, tentando conciliar áreas, redes e múltiplas relações sociais.

A primeira perspectiva colocada por Saquet (2013) é condicionada pela visão de que o território existe a partir de relações naturais e humanas por meio dos órgãos do poder público, são territórios políticos vizinhos e não sobrepostos, o que torna tal concepção limitada pois se refere apenas à atuação do Estado, desconsiderando as demais relações sociais. Quanto à perspectiva ‘‘b’’ o autor descreve que pode-se dividir tal concepção em outros dois aspectos, um primeiro que estabelece o território a partir das relações de soberania de entre Estados, a partir de expoentes econômicos sob elementos materiais e imateriais, portanto, geopolítico, e um segundo que se baseia na teoria materialista histórica, sob as circunstâncias do, trabalho, espaço e reprodução do capital. A última perspectiva é colocada em pauta por Bagnasco (1977), o autor define a problemática do desenvolvimento territorial a partir dos processos históricos que o constituem, isto é, compreende o conceito por uma ordem multifacetada, onde são considerados todas as interações sociais, decorrentes de fatos temporais sob ordens econômicas, políticas e culturais sob o espaço geográfico. Acreditamos que a terceira abordagem é a mais completa quanto às considerações territoriais, pois abrange os principais aspectos teóricos dos dois primeiros. Entre os principais expoentes desta abordagem está Claude Raffestin (1993).

O território, segundo Raffestin (1993) é um sistema que pode ser representado em uma fórmula onde está inserida as relações de trabalho e produção, o qual o autor chama de sistema territorial. Este é composto por três subconjuntos estruturais: as superfícies, os pontos e as linhas.

Quadro 2: O Sistema territorial

Sistema de objetivos e de ações Conhecimento e práticas Elementos do espaço	Econômicos	Políticos	Sociais	Culturais
Superfícies	Tessituras	Idem	Idem	Idem
Pontos	Nós	Idem	Idem	Idem
Linhas	Redes	Idem	Idem	Idem

Fonte: Raffestin 1993.

Para Raffestin (1993) o quadro 2 revela as relações de produção, de poder e suas respectivas representações no território, é a partir dos seus significados que se chegaria ao entendimento profundo do território. Os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais estão sempre sendo analisados e re-significados pelo Estado, utilizados pelas grandes empresas e também pelos indivíduos; todos estão presentes no sistema, desde um financiamento de uma residência até a construção de infraestruturas de grande porte.

Caracterizando cada um dos três subconjuntos, temos os pontos, estes representam, para Raffestin (1993) a expressão do indivíduo, ou seja, é o local onde os egos dos atores entram em concordância ou conflito. As linhas, ainda a partir do raciocínio do mesmo autor, representam as relações entre os atores, estas redes possuem possibilidades quase infinitas, uma vez que as ligações entre três pontos representam oito possibilidades de redes, enquanto que seis pontos já seriam mais de trinta e duas mil. Colocando esta premissa para a realidade dos territórios dos Estados-Nação, é possível elencar uma série de possibilidades de ações para o Estado.

As tessituras justificam o surgimento dos limites, uma vez que, as superfícies são as zonas de atuações dos atores diversos no território. Seria mais simples analisar os territórios se este terminasse em algum limite simples, porém não é o que ocorre, as áreas de influência dos territórios se fundam, se intercalam e superpõem, sob a ordem de vários poderes, atuantes em diversas escalas. Quanto aos limites:

Toda tessitura implica a noção de limite. Aqui também se descobre que a noção de limite é um dos componentes gerais de toda prática, não somente espacial. Seria fácil mostrar que a imagem da noção de limite é quase universal em todos os tipos de práticas e de conhecimentos. Definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir implicam a noção de limite: é preciso delimitar. Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

O Estado Nação possui limites menos dinâmicos, o que não implica historicamente em mudanças, todavia se comparado às regiões econômicas, as regiões administrativas são muito mais estáticas do que as demais formas de território. O território pode ser significado de formas diversas, deve-se portanto, contextualiza-los para compreender aqueles aos quais iremos tratar.

Os territórios mais dinâmicos não possuem um limite fixo, uma vez que, as áreas de atuação se misturam, os territórios menos dinâmicos, os administrativos por exemplo, são regulados de forma mais rígida, em função dos objetivos de um Estado que ali é soberano. A soberania é um termo antigo que permeia relações políticas há muito tempo no decorrer histórico, segundo Azevedo (19.. p. 19), vulgarmente o termo soberania se refere ao “poder incontestável do Estado, acima do qual nenhum outro poder se encontra”, porém o autor ressalta também que o termo tem uma origem etimológica no latim, do *superanus* ou *supremitas*, que se referia ao poder, considerado absoluto, de deus. Outra possível associação a palavra pode ter ocorrido na idade média a partir das relações de suserania e vassalagem, onde

o conceito pode ter evoluído a partir do primeiro, os senhores tinham influencia sob seus vassallos, onde por vezes dependia apenas do rei. A partir da origem da palavra, Azevedo (19..) destaca-se que o vocábulo ganha sentido, inicialmente, a partir do ponto de vista jurídico, uma vez que, por meio das leis, o Estado se faz soberano de um modo que não permite qualquer outro poder maior que o seu no que tange suas políticas internas, externamente, possui liberdade para negociar acordos com os demais estados ou seu reconhecimento internacional, que no caso se refere à sua independência.

Porém a soberania do Estado não é única, existe ainda a soberania popular, em teoria o governante é um representante da vontade popular, ao qual é plena sua soberania enquanto parte da nação. Jean Jacques Rousseau (1999) discorre quanto à questão, onde declara que Estado e povo devem entrar em acordo a partir de um contrato social, onde afirma que “Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo seu poder sob a mesma direção da vontade geral e recebemos no corpo a cada membro como parte indivisível do todo” (ROUSSEAU, 1999, p. 22), assim o povo compartilha com o Estado seu poder, enquanto este governa para o todo.

Atualmente o discurso clássico da soberania sofre a partir das modificações implicadas no mundo atual a partir do processo de globalização, os Estados não têm o mesmo controle de suas fronteiras, que delimitariam, em teoria, o território ao qual é soberano. Segundo Hermann (2011) a soberania do Estado é constantemente confrontada pela dinâmica dos fatores ligados à globalização, como por exemplo os ativismos internacionais, os direitos humanos, movimentos étnicos, entre outros.

A partir do fim da Guerra Fria e com o advento da globalização, a cena internacional passou a ser objeto de mudanças que puseram em questão os conceitos utilizados até então para interpretá-la. [...] a regulação de vários fatos próprios à vida internacional passou a ser questionada de forma reiterada. A intensa porosidade das fronteiras nacionais, que dificulta a clara distinção entre o interno e externo; o surgimento e a expansão do transnacionalismo, que engendrou a organização de interesses supranacionalmente; o aparecimento de corporações globais; e a internacionalização dos direitos humanos criaram um cenário complexo, desafiador e intrigante, que não raro pôs em dúvida a manutenção do conceito de soberania em sua concepção clássica, ligada à não intervenção nos assuntos domésticos. (HERMANN, 2011, p. 145 e 146).

As relações internacionais atuais foram modificadas a partir do avanço das tecnologias de informação que aumentou fluxos diversos, de modo que, o Estado não consegue vigiar suas fronteiras como em outrora. A questão da soberania enfrenta um embate onde o povo terceiriza

sua soberania para operação do Estado que burocratiza as fronteiras com o objetivo de obter um maior controle do local, porém prejudica a soberania da população local que possui uma noção de território e fronteira cultural mais legítima subjetivamente do que o ponto de vista político. Percebe-se neste contexto que as áreas limítrofes de um Estado Nação não são heterogêneas, a partir do momento em que se passa o limite, ocorre uma zona de transição em que ambos os Estados têm os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais em sobreposição, a esta zona o qual denominamos fronteira.

Historicamente, as relações humanas passaram por fases diversas quanto às suas relações sociais, políticas e econômicas. Essas relações possuem motivações variáveis que se caracterizam pelas condições temporais, que refletem no espaço geográfico. A fronteira é uma consequência das motivações e mudanças provocadas pelas relações sociais. É um conceito que permite várias análises, abordagens e entendimentos. Vale salientar que, apesar de permitir várias interpretações, é adequado destacar a sociedade humana capitalista é dialética, está em constante mudança em cada recorte temporal, mudanças estas que influenciam tempos posteriores, o que torna o território dinâmico, não estático. Sobre o território no contexto da geografia brasileira Souza (2012 p. 81) escreve:

Retornando ao conceito de território, é imperioso que saibamos despi-lo do manto de imponência ao qual se encontra, via de regra, adornado. A palavra território normalmente evoca o território nacional -, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação, em ‘defesa do território pátrio’ em guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor... No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN), territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o ‘território nacional’

Souza (2012) coloca em questão o problema do senso comum que tange o conceito de território, este é aplicado conforme as relações do Estado-Nação, o que de fato não é incorreto,

porém torna-se equivocado quando ignora as demais formas de território. Como o autor bem colocou, os territórios assumem formas, escalas e periodicidade diversas, assim, ampliando sua escala de atuação, muitas vezes interpondo-se. Quanto à questão Haesbaert (2012) retrata os conflitos entre a fronteira política do Estado-Nacional e a fronteira cultural que resiste a partir dos atores locais:

Assim, quando nos reportamos à desterritorialização, precisamos deixar claro se estamos nos referindo à imbricação de suas dimensões, uma política, mais concreta, e outra cultural, de caráter mais simbólico, ou privilegiando uma delas, mesmo porque muitas vezes se tratam de processos não-coincidentes. Embora fronteiras de domínio político possam corroborar e mesmo criar uma identidade cultural, como foi o caso de muitos Estados-nações, nem toda fronteira de apropriação territorial no sentido cultural coincide com o e/ou proporciona uma fronteira política concreta. Muitos processos de desterritorialização contemporâneos, como nos casos dos refugiados de Ruanda e dos palestinos, decorrem, pelo menos em parte, dessa desconexão entre territórios no sentido de domínio político e territórios no sentido de apropriação simbólico cultural. (HAESBART, 2012. p. 169).

Mesmo os Estados que tem uma fronteira política definida, pode apresentar conflitos no que tange a identidade cultural expressão em fronteira, Haesbaert (2012) coloca em evidencia fronteiras instáveis politicamente em razão de questões culturais. Portanto, as duas dimensões territoriais sempre devem ser consideradas quando se trata de território em ambiente de fronteira.

Fronteira é um termo que pode ser associado a várias interpretações, como se observou anteriormente, nesta pesquisa, é essencial o estabelecimento do conceito de fronteira como limite entre os Estados Nacionais. Neste sentido, Max e Oliveira (2009) destacam o termo a partir da perspectiva aqui proposta, assim, fronteira é descrita como limite que separa o território nacional do internacional, é o início e o fim do Estado, sendo que, o limite propriamente dito, pode ser entendido como as extremidades das regiões, que são designados com papel de dividir politicamente governos, regiões, municípios territorialmente, isto é, é no limite que se inicia ou acaba a soberania de tal indivíduo ou grupo. O autor destaca ainda que os limites internacionais devem ser tratados com caráter especial, uma vez que, há maior importância devido ao fato de se tratar das margens das maiores unidades políticas do mundo atual, os próprios países. Para Frasson (2014), a fronteira é uma “faixa do território de um país que se estende ao longo da linha limite.” (Frasson, 2014, p. 54 e 55). Quando se trata de uma análise próxima a regiões de fronteira, deve-se considerar as características presentes, isto é, a

diversidade cultural, as regulamentações alfandegárias e a criminalização, são fatores de tensão entre a fronteira e o Estado (RAFFESTIN, 1993). Neste sentido, observa-se que a fronteira possui uma área maior de influência que vai além da própria linha-limite, ou seja, existe uma área dentro dos territórios nacionais, que possuem em vários aspectos dissensos quanto às áreas centrais do próprio país, estes são fatores de tensão entre a fronteira e o Estado. No território soberano do Estado, há a capital política, onde geralmente, localizam-se os centros econômicos, políticos e culturais, enquanto que, a fronteira é demarcada pelo perímetro desenhado nas margens do Estado. O centro é o local onde estão os atores que detém o poder do Estado, aquele que territorializa o espaço, e o transforma conforme seus interesses, de modo que, gera uma tensão com os indivíduos que vivem em ambiente de fronteira:

É, em primeiro lugar, a existência de uma coletividade soldada por ações criadoras de relações, que fundamentam diferenças específicas. O lugar, sem essas relações, não passa de um lugar entre muitos outros. Que esses locais muitas vezes tem ocupado o centro geométrico nada mais significa que o fato de a unidade se constituir sempre “em volta” de alguma coisa, mas isso é apenas uma imagem construída a posteriori. A centralidade é, portanto, na sua essência uma entidade com duas faces: Um “topos” e uma “tensão”. (RAFFESTIN, 1993, p.187).

Portanto, o “topos” seria a capital política do Estado e a “tensão” as regiões de fronteira, marcadas por políticas exógenas às suas pretensões econômicas. Neste sentido, deve-se considerar além dos fatos econômicos, também os diplomáticos, militares e os políticos.

O motivo de se manter uma área de contínua tensão é o seu propósito, ou seja, a soberania e a defesa do Estado, nesse sentido Guichonnet e Raffestin delimitaram cinco funções para atingir tal propósito, estes são: função legal, função fiscal, função de controle, função militar e função ideológica. Max (2008) destaca as cinco funções definidas por Guichonnet e Raffestin (1974), sua função legal é alicerçada pela área espacial do Estado, a função fiscal tem motivações protecionistas e as utiliza por meio de barreiras alfandegárias, a função de controle é legitimada para impedir a entrada de pessoas e mercadorias que possam ferir a legitimidade jurídica do Estado, a função militar é desencadeada pela proteção da soberania do centro do Estado e a função ideológica se dá a partir da diferenciação dos sistemas políticos e ideológicos, muito comuns ainda no período da Guerra Fria, o muro de Berlim ou a cortina de ferro são exemplos.

Conclui-se que as fronteiras, os territórios e os poderes que ali se relacionam são de extrema complexidade, uma vez que, devem ser considerados a partir de aspectos diversos, ora

legais, ora estatais, influenciados por novas tecnologias sob aspectos históricos. Considera-se portanto, que há Estados soberanos que conflitam com os atores sociais que habitam os próprios Estados, donos também de sua soberania, que lhes é alijada a partir dos contextos legais, todavia no contexto cultural e histórico possuem direitos que legitimam os conflitos que ocorrem em ambiente de fronteira. O capitalismo exerce uma função econômica e sobrepõe do ponto de vista econômico Estados sobre outros, a partir de uma lógica regional ao qual aquele mais desenvolvido tecnologicamente passa a impor seus objetivos sobre outras nações, o que pode provocar uma política imperialista ou ainda, em menor escala subimperialista.

2.3. Imperialismo

Tratando-se de um estudo geoeconômico e político em que se pressupõe, a partir de uma influência, a priori, imperialista, onde vieses diversos induzem os aspectos geográficos e sociais, faz-se necessário compreender a natureza do próprio imperialismo e como este conceito interveio e intervém nas relações entre os Estados nacionais. Nesse sentido, consideraremos a priori as concepções de Andrade (1999). O autor expõe que a palavra possui amplos significados, desde o sentido de expressão de atuação de dado império, expressão política pessoal de Don Pedro II e a política externa do Império Britânico

O significado relacionado à origem da palavra pode ser especificado de várias formas, como: por um imperial arbitrário estar relacionado à aprovação das medidas tomadas no império Britânico, ou seja, imperialista era quem estava de acordo com as medidas expansionistas do governo de então, à dominação específica dos Estados europeus quanto ao território africano e asiático, vale ressaltar que, o tamanho considerável de tal dominação colocava as nações em situação de relevância quanto aos seus adversários, o conceito crítico popularizado por Lênin a partir de “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, trataremos posteriormente de modo mais particular, e, por fim, aquele que se refere à dominação atual exercida por nações contemporâneas potentes, do ponto de vista econômico e militar, à outras nações com menos possibilidade de enfrentar tal interferência de modo efetivo, salienta-se que esta última dominação não está relacionada à anexação de territórios, comum no século XIX.

Analisando as relações geoeconômicas em âmbitos diversos, relações que envolvem principalmente os Estados no mundo atual, há de se observar que os aspectos históricos construíram uma gama de perspectivas que, a partir de uma análise sincrônica tornar-se-ia

improvável tirar considerações suficientes para um estudo crítico. Considerou-se neste recorte compreender a evolução do vocábulo imperialismo no decorrer da História.

O termo imperialismo é polêmico, visto que, diversos autores expressam a ideia de que na atualidade o conceito perde seu significado original, em vista dos acontecimentos do mundo contemporâneo que, não refletiria, em partes, os acontecimentos do século XIX e início do XX, período de construção do termo enquanto conceito sociopolítico. Para esclarecer estes fatos dividiremos teoricamente o conceito em três partes, de modo que, o entendimento do todo fique mais claro, em um primeiro momento, será explorada uma análise diacrônica, em que se abordará o imperialismo antigos e modernos; em segundo, abrangerá o conceito do novo imperialismo de David Harvey, presente na contemporaneidade; e por fim, em terceiro, o imperialismo brasileiro exercido em âmbito regional.

Historicamente o imperialismo pode ter origens ainda na antiguidade, tempo em que emergiram grandes impérios expansionistas, incentivados pela exploração escravista. É justificável esclarecer alguns aspectos deste período, bem como identificar semelhanças e dissensos com o imperialismo moderno e contemporâneo.

A atual conjuntura geopolítica mundial faz emergir um novo imperialismo, com as raízes semelhantes no século XIX, porém com novas perspectivas, principalmente no que se refere aos meios utilizados para se consolidar a dominação política e econômica entre as atuais grandes potências e os Estados atualmente subjugados.

Outra questão se relaciona à posição do Brasil frente aos seus vizinhos de fronteira. Do ponto de vista teórico, teria o Brasil uma posição imperialista ou de parceria cuja relação principal seria uma liderança regional? Procura-se esclarecer estas indagações posteriormente, para tal, explicitemos a priori o imperialismo.

2.3.1 – Breve consideração quanto à hegemonia

Destaca-se a princípio o conceito de hegemonia e suas implicações no cerne do imperialismo. Necessita-se de tal apresentação para se justificar as intersecções e distanciamentos destes dois conceitos, uma vez que, hegemônico não é necessariamente imperialista, esta última colocação é explicitada por Marini (2012) e Luce (2011).

Segundo Ramos (2005) a hegemonia era utilizada para se referir às influências de determinadas classes trabalhadoras sobre outras na Rússia do início do século XX.

Posteriormente Antonio Gramsci ampliou o uso do conceito para retratar a dominação burguesa sobre as demais classes sociais.

A hegemonia deve ser exercida a partir do consenso dos dirigidos, ou seja, ocorre por meio de aspectos políticos e culturais por meio dos aparelhos ideológicos do Estado, de modo que, não há o interesse em se utilizar a força como forma de dominação, pois os indivíduos em questão são ferramentas de assimilação, assim: “o recurso às armas e à coerção é pura hipótese de método e a única possibilidade concreta é o compromisso já que a força pode ser empregada contra os inimigos, não contra uma parte de si mesmo que se quer assimilar rapidamente e do qual se requer o entusiasmo e a boa vontade” (GRAMSCI, 1978, p. 33). A parcela da população ao qual se espera uma relação hegemônica não é passível de uso da força, já que se espera a contribuição destas pessoas para se manter o jogo econômico que objetiva a reprodução do capital a partir de sua força de trabalho. O autor busca diferenciar o domínio e a direção intelectual já que aqueles ao qual não se tem a hegemonia diretiva a solução ocorre a partir da força, de forma que:

[...] a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’. (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

Esta diferenciação é necessária para se colocar em pauta as questões contra hegemônicas. Estes atores não são manipulados a partir das questões diretas intelectuais e morais, sendo portanto, objetos passíveis de eliminação. De modo que, é necessário, nestes casos, para se manter sua posição de dirigente que determinadas classes usem a força.

No que diz respeito às ações do Estado, destaca-se o fato de se estabelecer por meio dele a direção sobre a sociedade civil, ou seja, existe um aspecto hegemônico do Estado sobre a sociedade ao qual se administra. Gramsci via o Estado metodologicamente de dois modos, de forma restrita e ampliada. Restrito quando colocado somente sob a perspectiva administrativa, ampliado quando relacionado à sociedade civil e política, como destaca Ramos (2005, p. 29):

É interessante notar que Gramsci possui tanto um conceito “restrito” quanto “ampliado” de Estado. O primeiro – o conceito “restrito” de Estado – corresponde à “sociedade política”, que se refere ao aparato governamental formal do Estado, seja ele administrativo, legal ou coercitivo. Já o conceito “ampliado” vê o Estado como fundido às sociedades civil e política.

A leitura de Gramsci quanto à hegemonia se deu em um âmbito nacional, entre classes, Estado e a sociedade civil, considerou aspectos econômicos, políticos e culturais. Destarte, no que se refere às políticas internacionais suas leituras foram resignificadas para se contemplar novas perspectivas das últimas décadas no contexto mundial atual. Entre os autores que buscaram fazer essa transposição, se destaca Cox (1981). Para o autor, a hegemonia, quando referida nos meandros das relações internacionais, tem naquele Estado ao qual pretende dirigir seu empoderamento a partir de um bloco que estabeleça relações de interação onde ocorra compatibilidade entre os grupos dirigentes e dirigidos. Dentro deste contexto, surgem regras para se manter a hegemonia de determinado Estado. Assim, segundo Camargo (2013 p. 38):

[...]o consentimento se dá através da institucionalização e da constituição da legitimidade por meio da capacidade da hegemonia em fazer concessões e estabelecer compromissos entre os demais atores, criando-se, assim, instrumentos internacionais de legitimação do poder. Ao incorporar o conceito de hegemonia em sua análise, Cox abrange esses processos e atenta para o fato de que, nesse âmbito, ainda que se busque o consentimento, a ideologia, amparada pela hegemonia, muitas vezes não dá conta de velar as contradições existentes no sistema.

Ainda assim, não existe consentimento absoluto dentro do sistema mundial, pois este é cheio de contradições. Hegemonia e ideologia podem não conseguir manter em estabilidade os processos dinâmicos que ocorrem como um todo. O que legitima a criação de novas hegemonias, contra hegemonias e conseqüente conflitos.

2.3.2 Imperialismo na antiguidade e o Imperialismo Clássico

O conceito imperialismo foi utilizado pioneiramente na França na primeira metade do século XIX, como expõe Mariutti (2013). No período o termo era relacionado aos partidários apoiadores do Império Napoleônico, sendo usado posteriormente, ainda no mesmo século em meados de 1848, com intenção de criticar as pretensões de Napoleão III de chegar ao poder na França. Na Inglaterra a palavra ganha exposição a partir dos anos 70 do século XIX, em meio

às pretensões inglesas de criar um império unificado “civilizador”⁴, onde o europeu tinha o fardo de civilizar os povos atrasados do mundo. O imperialismo passa a se identificar com o colonialismo inglês, como descreve Mariutti (2013, p. 4):

A intensificação desta batalha ideológica e a vastidão do império britânico no final do século XIX fundamentaram a forte identificação do termo imperialismo ao “colonialismo britânico”. Esta associação era bastante nítida na imprensa europeia e, também, nos círculos acadêmicos do continente. No entanto, apesar da disputa polissêmica ser um pouco mais antiga, os estudos mais sistemáticos sobre o imperialismo começaram a ganhar impulso à medida que o final do século XIX se aproximava.

Os estudos relacionados ao termo passam a ganhar notoriedade científica a partir de duas ideias principais, primeiro aquelas que consideram os ideários imperialistas a partir da concepção do capitalismo e, segundo, outras que consideram a existência do termo por meio de uma existência anterior ao capitalismo, isto é, relações imperialistas de dominação anterior ao surgimento do sistema econômico, Mariutti (2013 p. 4) trata da questão a seguir:

É neste contexto que o debate sobre a natureza e o significado do imperialismo começa a ganhar os seus contornos básicos. [...] De um lado situam-se as diversas e heterogêneas interpretações que separam os dois fenômenos, alegando que o imperialismo é muito mais antigo do que o capitalismo e que, portanto, este jamais pode determinar o imperialismo. De outro, situam-se as interpretações que estabelecem um vínculo orgânico entre capitalismo e imperialismo. No primeiro caso, há duas grandes variantes: o capitalismo modera as tendências imperialistas ou, alternativamente, o capitalismo não é a causa do imperialismo mas, em algumas circunstâncias, pode intensificar os seus efeitos.

No segundo caso, as interpretações das análises tendem a se esquivar quanto à responsabilidade do capitalismo sobre as consequências do imperialismo do século XIX, onde as interpretações colocam o sistema como regulador ou intensificador dos efeitos do conceito, todavia, outras interpretações mostram que imperialismo, significado como forma de dominação, pode ter ocorrido em outros períodos, ainda que não com essa denominação.

Andrade (1999) trata o imperialismo desde a expansão colonial do século XV, o autor se refere ao domínio de alguns estados da antiguidade sobre outros estados, de modo que, os

⁴ Segundo as contribuições de Facina (2006, p. 66) a palavra civilizador era utilizada como uma justificativa para legitimar a dominação de povos da África e Ásia, uma vez que os interesses reais eram explorar as matérias-primas e o mercado consumidor local.

povos antigos mais poderosos subjugavam outros em relação à sua técnica menos avançada. Como exemplo, ainda Andrade (1999), destaca como referência impérios da idade antiga como os egípcios, romanos, francos, chineses, mongóis, maias, astecas, incas, os reinos africanos de Mali, Songai, Benin, entre outros. Lenin (2011, p. 208), também trata do tema quando afirma que “a política colonial e o imperialismo existiam já antes da fase mais recente do capitalismo e até antes do capitalismo. Roma, baseada na escravatura, manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo.” Assim, fica evidente que o imperialismo, enquanto política de dominação, não é um fato novo até então, mas um resgate de uma relação de dominação antiga com novas características.

Entre a antiguidade e o colonialismo iniciado a partir do século XIV, se deu a idade média, isto é, um período com significativa diminuição das relações urbanas e comerciais, iniciado no fim do Império Romano e encerrado com a reconstrução destas mesmas relações, reconstrução esta fomentada pelas cruzadas, pelo surgimento da burguesia, pela formação dos Estados Nacionais e pelo conseqüente fortalecimento da monarquia. Inicia-se a idade moderna, período ocorrido a partir do século XV, marcado pelas grandes navegações e surgimento do mercantilismo, estes fatos são considerados por muitos autores como o início da globalização (SILVA E LOPES JUNIOR, 2008) e da acumulação do capital primitivo (MARX, 1996) que resultaria no desenvolvimento do capitalismo.

O colonialismo europeu fomentado pelo mercantilismo foi mais atuante nas colônias americanas, diversas nações desenvolveram lucrativas relações comerciais por todo o continente, entre as quais Portugal, Espanha, Inglaterra e França foram os responsáveis pelo domínio de maior parte do território (ANDRADE, 1999). Pela extensão do continente e mudanças naturais em cada ambiente natural, as práticas coloniais foram bem distintas com relação às ações econômicas de cada colonizador.

Os franceses dominaram boa parte da América do Norte, contudo, perderam territórios do Quebec para a Inglaterra na Guerra dos Sete Anos no século XVIII e venderam a Luisiana para os Estados Unidos no início do século XIX, restaram, portanto, suas possessões no Caribe e na América do Sul, o aproveitamento econômico foi direcionado para o cultivo de culturas tropicais (ANDRADE, 1999).

As colônias anglo-saxônicas se revoltaram contra o domínio da coroa inglesa, tinham atingido certo grau de desenvolvimento e partir da Guerra de Independência, livram-se das amarras coloniais precocemente. As colônias do Canadá, por sua vez, continuam a fazer parte do Império Britânico, conquistam sua independência somente na segunda metade do século XVIII (ANDRADE, 1999).

A América espanhola, devido à sua grande extensão territorial, se organizou do ponto de vista administrativo de modo muito diversificado, visando atender as diferenças naturais e culturais ao qual se confrontavam desde o extremo sul da América do Sul até o extremo Norte do Vice Reino da Nova Espanha, atual México e Estados Unidos. Em cada região administrativa criada, procurava-se aproveitar o potencial local para incentivar a economia colonial (ANDRADE, 1999).

O caso das colônias portuguesas foi distinto, o fracasso da implantação das capitâneas hereditárias prejudicou desde o início a fragmentação da administração da colônia. A exploração econômica se deu em ciclos diversos e pontuais, pau-brasil no século XVI, cana-de-açúcar no XVII e ouro no XVIII. A presença da família real no Brasil, entre 1808 e 1816, também mudou as relações entre colônia e metrópole, uma vez que, a partir de então, a colônia foi elevada à categoria de reino.

A exploração colonial tinha como característica expressão semelhante ao significado do vocábulo imperialismo, ou seja, a questão da dominação de uma civilização de nível tecnológico superior sobre outra. Portanto, os colonizadores europeus entraram em conflito com os povos nativos americanos, como afirma Andrade (1999, p. 27):

O problema indígena é mais acentuado naqueles países em que essa população era mais densa e de mais elevado nível de civilização; [...] Em outros países a população indígena foi quase totalmente dizimada pelos colonizadores – no Brasil as 180 nações indígenas têm hoje menos de 250 mil pessoas que estão colocadas em reservas.

Assim, a exploração colonial pode ser considerada uma forma de imperialismo, uma vez que, as antigas nações nativas americanas foram subjugadas por conta dos interesses econômicos e políticos das metrópoles europeias.

Os processos de independência das Américas tiveram como característica comum inspiração nos ideais iluministas fomentados pela Independência dos Estados Unidos e pela Revolução Francesa com a participação da burguesia nascida já no continente. Contudo, as relações de dominação que existiam anteriormente não terminaram naquele momento, pois as relações de dominação colonial foram substituídas pela dominação econômica das potências que se erguiam na época, no caso americano, os Estados Unidos e a Inglaterra.

No século XIX a Inglaterra, que consolidava seu império em toda a superfície da Terra, mantinha o controle econômico dos países latino-americanos no comércio internacional, construindo portos e estradas de ferro e explorando rendosas jazidas minerais. [...] O imperialismo inglês só foi contestado pelo americano quando os Estados Unidos, após realizarem sua expansão para o oeste, dizimando as nações indígenas, passaram a desenvolver uma política de expansão. (ANDRADE, 1999, p. 31 e 33).

A Inglaterra, maior império do mundo até então, e os Estados Unidos já com a conclusão de seu projeto de conquista do oeste, influenciavam nas questões políticas latino-americanas, fato que se manteve e consolidou no século XX, principalmente quanto aos Estados Unidos.

2.3.3 Imperialismo no contexto do final século XIX e início do XX

O período referente ao colonialismo mercantilista se encerra no século XIX, momento em que as colônias americanas conquistam sua independência política frente às metrópoles europeias. Nesse sentido, o foco da atuação capitalista europeia tende a se voltar para outros continentes, uma vez que, a reprodução de capital começa a saturar o mercado europeu, os investimentos passam a ser exportados para locais ainda não colonizados ou colonizados de maneira incipiente, isto é, principalmente África e Ásia. O conceito de imperialismo enquanto sinônimo de dominação, é formulado, em consequência da observação da atuação das potências industriais naqueles continentes, por autores como Hobson (1902), Lênin (2011), Arendt (2012), Luxemburgo (1970), Hobsbawn (2011) e Vesentini (2003), a partir de pressupostos históricos, conceituais e geográficos.

Primeiramente, a através de considerações históricas os Estados Unidos, como potência em ascensão, buscavam impedir a interferência dos impérios europeus no continente americano, o faz a partir da legitimação da Doutrina Monroe, ao qual segundo Hobsbawn (2011, p. 101):

[...] expressa pela primeira vez em 1823 e subsequente repetida e elaborada pelos governos dos EUA, manifestava hostilidade a qualquer outra colonização ou intervenção política de potências européias no hemisfério ocidental. Mais tarde, isto passou a significar que os EUA eram a única potência com o direito de interferir em qualquer ponto do hemisfério. À medida que os EUA foram se tornando mais poderosos, a Doutrina Monroe foi sendo encarada com mais seriedade pelos Estados europeus.

As potências imperialistas europeias, portanto, não mantiveram interesse em interferir nos Estados americanos, uma vez que, teriam de entrar em conflito com os Estados Unidos, detentor da influência política e econômica no continente a partir da segunda metade do século XIX. Sobre tal questão Harvey (2013) também discorre:

Os Estados Unidos tiveram fases de emulação dos europeus, momentos episódicos em que a expansão geográfica parecia economicamente essencial, e já tinham declarado, havia muito tempo, por meio de várias declarações da Doutrina Monroe, que a totalidade das Américas deveria ser livre do controle europeu e, portanto, enquadrar-se de fato em sua própria [dos Estados Unidos] esfera de dominação. (HARVEY, 2013, p.47).

Naquele momento os Estados Unidos estavam mais interessados em manter e consolidar sua dominação no continente americano, o fez a partir, principalmente, de uma liderança coercitiva, uma vez que, as repúblicas que surgiam no território das Américas tinham obtido sua liberdade política a partir de guerras de independência, do mesmo modo que os próprios estadunidenses, tiveram de exercer seu predomínio sem comprometer a liberdade política dos novos Estados.

Todavia, vale salientar que os demais continentes do planeta foram lesados de forma mais significativa pela corrida imperialista que teve seu ápice entre 1870 e 1914, sendo que, a África, entre as quais, fora a mais prejudicada, até o início da primeira guerra mundial possuía apenas duas nações independentes, a Libéria e a Etiópia (HOBSBAWN, 2011).

As principais nações imperialistas estavam representadas por Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Rússia, Estados Unidos e Japão, todas obtiveram aumento significativo em seus territórios, conforme a tabela 1 e 2. Em contrapartida, alijaram os direitos de povos africanos e asiáticos, sendo neste último caso, principalmente os povos do pacífico. (HOBSBAWN, 2011).

Tabela 1: Evolução territorial e demográfica das principais potências imperialistas do século XIX

<i>Países</i>	<i>Colônias</i>				<i>Metrópoles</i>		<i>Total</i>	
	<i>1876</i>		<i>1914</i>		<i>1914</i>		<i>1914</i>	
	<i>Km²</i>	<i>Hab.</i>	<i>Km²</i>	<i>Hab.</i>	<i>Km²</i>	<i>Hab.</i>	<i>Km²</i>	<i>Hab.</i>
Inglaterra	22,5	251,9	33,5	393,5	0,3	46,5	33,8	440,0
Rússia	17,0	15,9	17,4	33,2	5,4	136,2	22,8	169,4
França	0,9	6,0	10,6	55,5	0,5	39,6	11,1	95,1
Alemanha	-	-	2,9	12,3	0,5	64,9	3,4	77,2
Estados Unidos	-	-	0,3	9,7	9,4	97,0	9,7	106,7
Japão	-	-	0,3	19,2	19,2	53,0	0,7	72,2
Total para as 6 grandes potências	40,4	273,8	65,0	523,4	16,5	437,2	81,5	960,6
Colônias das outras potências (Bélgica, Holanda, etc.)							9,9	45,3
Semicolônias (Pérsia, China, Turquia)							14,5	361,2
Outros países							28,0	289,9
Total a Terra							133,9	1.657,0

Fonte: LÊNIN 2011, p. 206.

Tabela 2: Porcentagem de territórios pertencente às potências coloniais europeias e aos Estados Unidos

	<i>1876</i>	<i>1900</i>	<i>Diferenças</i>
Na África	10,8 %	90,4 %	79,6 %
Na Polinésia	56,8 %	98,9 %	42,1 %
Na Ásia	51,5 %	56,6 %	5,1 %
Na Austrália	100,0 %	100,0 %	-
Na América	27,5 %	27,2 %	0,30%

Fonte: LÊNIN 2011, p. 200.

Segundo Hobsbawn (2011), a motivação europeia para a repartição das áreas ainda não ocupadas no mundo tinha, principalmente, natureza econômica. As potências industriais observavam a possibilidade de colocar os seus produtos à venda em novos mercados, cujo potencial de venda era promissor, pois, as crises de superprodução, por exemplo, poderiam ser controladas a partir da exportação em larga escala para os países pouco desenvolvidos. A necessidade de novos mercados incentivou a dominação de povos menos tecnológicos, cuja

função era suprir a demanda de matérias primas e consumir o que já estava saturado na Europa. Além da exploração em si, outra problemática aparente foi a questão do excesso de protecionismo que se deu em todo este processo, a fim de barrar a entrada de outros produtos e impedir o acesso dos concorrentes a determinados territórios, os europeus criaram rivalidades.

A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LÊNIN, 2011, p. 209).

A fase do imperialismo que compreende este período está atrelada à fase monopolista e financeira do capitalismo, pois, a conquista de novas colônias e os exacerbados protecionismos implantados até o momento, nada mais são do que mais um exemplo de prática monopolista, como retrata Lênin (2011). Ainda quanto à temática, em um outro sentido:

[...] as potências rivais começaram a recortar o mapa da África ou da Oceania, cada uma delas tentou, naturalmente, evitar que uma porção excessiva (ou uma parcela particularmente atraente) fosse para outras mãos. Uma vez que o *status* de grande potência se associou, assim, à sua bandeira tremulando em alguma praia bordada de palmeiras (ou, mais provavelmente, em áreas cobertas de arbustos secos), a aquisição de colônias se tornou um símbolo de *status* em si, independente de seu valor. (HOBSBAWN, 2011, p. 114).

A corrida imperialista, segundo Hobsbawn (2011), não foi uma ação somente econômica, possuía traços de status em uma escala internacional, isto é, quanto mais colônias, maior demonstração de poder, tal fato permitiu a conquista de áreas não necessariamente lucrativas. Buscava-se, ainda, incentivar um orgulho quanto a atuação da nação em âmbito internacional, ou seja, as conquistas poderiam acender um orgulho nacionalista que seria utilizado como manobra de massas descontentes. Contudo, essa expansão trouxe prejuízos para as classes operárias das metrópoles imperialistas, a crescente industrialização colonial criava classes proletárias coloniais, cuja mão de obra era muito mais barata que a metropolitana, portanto, vale ressaltar que os movimentos da esquerda operária deixavam em segundo plano as discussões coloniais.

Do ponto de vista conceitual, segundo Arendt (2012), o inglês Hobson foi o primeiro a tratar o imperialismo a partir de um viés crítico, o autor escreveu “Imperialism a study” em 1902. A partir de suas observações concluiu que o maciço investimento no mercado externo provocava problemas econômicos sociais no mercado interno inglês, para Hobson (1902), o capital direcionado à economia externa deveria ser investido no mercado interno, de modo que, uma distribuição de renda adequada para a população local aumentaria os salários e incentivaria o consumo, fato que, findaria conseqüentemente em crescimento econômico e eliminaria a necessidade da expansão externa.

É evidente que as ações imperialistas ocorridas no final do século XIX, tinham prioritariamente um viés econômico, mesmo com a presença de teorias que procuravam desviar o foco para outras possibilidades. No caso de Hobson (1902), crítico do imperialismo e também do marxismo, o autor apresentava ideias reformistas (FERREIRA, 2011), para ele os motivos para a expansão imperialista são diversos, de modo que o fator econômico não se configura como único motivo para a efetivação daquelas mesmas ações imperialistas, de forma que, práticas relacionadas a patriotismo, aventura, militarismo, política e a filantropia eram muito mais atuantes que o capitalismo propriamente dito, sobre o fato, Hobson acreditava em uma reforma do sistema capitalista, reforma esta como já exposto, distribuir os excedentes em forma de salários. O imperialismo seria uma anomalia causada pela superprodução de capitais acumulados nos países industrializados, uma forma de reinvestir era levar estes capitais para as colônias, visto que, as metrópoles já estavam saturadas, solução utilizada pelos Estados, porém, não vista como a ideal por Hobson. Para se chegar a tal ideal político, distribuição por meio de melhoria salarial, seria necessário aplicar a uma política democrática que visasse uma melhor distribuição de renda, todavia esta idealização barrava no próprio governo, que controlado pelas grandes empresas monopolistas, utilizavam os aparelhos do Estado para reproduzir capital.

A contribuição mais relevante entre autores marxistas é a publicação de Lênin (2011), “Imperialismo, fase superior do capitalismo”. Ao contrário de Hobson, Lênin acreditava que a solução para frear o avanço imperialista estaria no fim do sistema econômico capitalista, isto é, o primeiro buscava soluções por meio de medidas liberais reformistas, o segundo a partir de uma revolução que derrubaria o sistema econômico vigente até então. Segundo Lênin (2011, p.216):

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas.

A afirmação de Lênin demonstra uma das características que serão também colocadas por outros autores a seguir, o fato do imperialismo investir o capital a partir de relações monopolistas. Ou seja a etapa imperialista do capitalismo, para o autor, teria como principal característica *o câmbio do livre mercado para o monopólio*.

Os autores marxistas diferiam em partes da teoria de Hobson, diferentemente do que o economista pregava, a solução para eliminar o imperialismo seria o fim da sistema capitalista, uma vez que, a necessidade para se buscar novos territórios era ampliar a reprodução do capital que já não era suficiente na economia nacional interna, não suficiente pois as relações capitalistas naquele momento eram monopolistas. Quanto a isso Lenin (2011, p. 219) escreve cinco traços fundamentais que expõe sob uma perspectiva marxista a definição do imperialismo:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira;
- 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e
- 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Fica claro, a partir das definições de Lênin que, primeiramente o capitalismo criou os monopólios, sendo, portanto, uma fase mais desenvolvida do sistema; em segundo, a fusão destes monopólios, isto é, bancários e industriais, criam o capital financeiro, o que cria uma camada social privilegiada quanto à acumulação de capitais; em terceiro, os capitais, agora financeiros, passam a ser exportados, e se tornam muito mais lucrativos que as mercadorias,

uma vez que, as transações são mais rápidas; em quarto, os monopólios se internacionalizam a partir das exportações, tendo como filiais as colônias conquistadas; por fim em quinto, os territórios no mundo ainda não “ocupados” são divididos pelas nações imperialistas.

Ao contrário de autores que colocam a responsabilidade do imperialismo, ou parte dela, em outros fatores, fica explícito que Lênin acredita que os monopólios são os grandes responsáveis, sendo que inclusive, utilizaram a máquina pública para chegar a tal objetivo, visto que, os lucros da expansão imperialista eram muito mais elevados para estes investidores do que para os próprios Estados. Para exemplificar, Lênin (2011) aponta que o crescimento das vias férreas, foi muito mais intensa a partir de 1890, momento em que o capital financeiro já estava estabelecido, todavia a maior parte destas linhas férreas pertenciam a grupos franceses e ingleses, fato que implica, mais uma vez, a acumulação de capital a partir dos monopólios.

[...] existem outras leituras ou teorias sobre o imperialismo, principalmente as liberais, mas não as levamos em conta nesta obra porque elas, além de não terem alcançado grande difusão nos meios populares e mesmo acadêmicos, partem de outros pressupostos: nelas, por exemplo, não há uma ligação orgânica entre imperialismo e expansão capitalista. (VESENTINI, 2003, p. 32).

Concordamos com o ponto de vista de Vesentini (2003), a partir do momento em que estes autores sociais democratas tentam dissociar a responsabilidade do capitalismo quanto à expansão imperialista, perde-se o aspecto crítico que procuramos abordar. O ponto de vista de Lênin ganhou notoriedade a partir do sucesso da revolução bolchevique em 1917 e a partir de então se tornou hegemônica entre os pensadores marxistas. Tal fato fez com que as preposições de Lênin fossem duramente críticas a outros autores na época, para ele o imperialismo era a etapa superior ou final do capitalismo, visto que, inevitavelmente o socialismo seria a próxima, enquanto que para outros pensadores como Hilferding, Kautsky ou Rosa Luxemburgo, uma política expansionista incentivada pelo monopólio do capitalismo somente. (VESENTINI, 2003).

A partir das considerações de Luxemburgo (1970), pode-se ressaltar que além do pressuposto da monopolização do capital, deve-se considerar ainda o aspecto político atrelado à evolução do imperialismo que expandiu para África e Ásia, assim:

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontrem ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da Terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau das forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para a sua expansão. Isso determina o atual jogo internacional do capital no cenário mundial. Dados o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta dos países capitalistas para conquistar territórios não-capitalistas, o imperialismo aumenta sua agressividade contra o mundo não-capitalista, aguçando as contradições entre os países capitalistas em luta. (LUXEMBURGO, p.392).

A autora destaca no recorte anterior que além do fato político e econômico, o imperialismo, e conseqüentemente o capitalismo, se alimentam da concorrência provocada pela corrida em direções às nações ainda não avançadas no modo de produção capitalista, corrida esta muitas vezes violenta, devido ao fato destes mesmas nações, estarem até então, cada vez menos disponíveis para expansão.

Kautsky a partir de uma série de artigos publicados em 1914 procura discorrer quanto ao desenvolvimento da fase capitalista que até então provocava o primeiro conflito de conseqüências mundiais. O autor acredita que o capitalismo trocou o livre comércio pelo monopólio investido em países menos desenvolvidos, o qual chamou de agrários:

O imperialismo foi especialmente gerado pelo sistema de aplicação de capitais em países agrários. Como por exemplo, pela construção de ferrovias buscando o desenvolvimento das regiões pouco povoadas. Para protegê-las e assegurar seu funcionamento para os capitalistas, era necessário e dever dos governos que defendam tais interesses. Os governos, a casa dos capitalistas, naturalmente, servem para estes fins de maneira eficiente. Estas observações também se aplicam aos grandes investimentos que procuram gerar o desenvolvimento das minas ou de qualquer outra fonte de riqueza. (KAUSTSKY, 2012, p. 12 e 13).

Anteriormente, Kautsky detalha que a origem do imperialismo no contexto de sua época estava diretamente ligada à exportação de capitais para os países que denominou de agrários. Estes países não eram industrializados e tiveram de aceitar esta expansão, provocada pelo consentimento dos Estados nacionais.

Neste contexto, ressalta-se a importância da contribuição de Trotsky para a teoria marxista a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Marx não pode analisar as

questões referentes ao período do imperialismo clássico, de modo que, o primeiro autor tenta explicar as transformações de seu período a partir da dialética produzida pelas relações imperialistas. Relacionou o então estágio do capitalismo russo com a evolução do sistema econômico no restante do continente europeu, observando o papel periférico do país. As novas configurações capitalistas transformam o Império Russo, diversos estágios tecnológicos se intercalavam no respectivo território, desde as novas tecnologias advindas do ocidente até grupos humanos considerados, ainda, primitivos. Tal fato gerou um salto quanto ao que se considerava o processo “orgânico” de desenvolvimento do sistema capitalista, isto é, a passagem das fases de manufatura até a maquinofatura propriamente dita. Tal observação se deu tanto no campo quanto na cidade, o salto destas etapas estabelece o desenvolvimento desigual, uma vez que, conviviam no mesmo território diversos processos em escalas técnicas distintas, ao mesmo tempo que, estas mesmas técnicas tinham uma gama de relações que tinham como resultado a própria Rússia czarista. (LÖWY, 1980).

A análise de Trotsky, apesar de ter sido formulada na época da Rússia czarista, pode ser adaptada a realidade do mundo contemporâneo, uma vez que, a tecnologia disponível no mundo atual não se estabelece no mesmo nível quando se compara as nações exploradoras e aquelas exploradas, ao mesmo tempo que, estas mesmas nações possuem complexas relações que mantêm o funcionamento do sistema capitalista. Em análises regionais ou locais tal configuração se repete, da mesma forma que, o Brasil, enquanto hegemônico no contexto do MERCOSUL, apresenta maior desenvolvimento que os demais países, ao mesmo tempo que possui significativa relação com eles.

Arendt (2012) esclareceu as origens do totalitarismo que precede a Segunda Guerra Mundial, para tal divide sua principal publicação “Origens do Totalitarismo” em três partes: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. Para chegar a tal resultado, considerou de extrema importância estudar o imperialismo, que seria, para ela, um dos embriões do totalitarismo. Nesse sentido, para a autora, o conceito aqui abordado foi o resultado da incompatibilidade dos Estados Nacionais em conviver com a intensa e constante industrialização que ocorria no final do século XIX. Além das rivalidades entre estes Estados coloca-se em pauta a emancipação da classe burguesa e as teorias relativas às superioridades raciais ou étnicas. Ao contrário de Lênin, Arendt (2012, p.168) considerava o imperialismo “o primeiro estágio do domínio político da burguesia e não o último estágio do capitalismo”. Historicamente a autora está em uma geração posterior e pôde observar que o capitalismo estava distante de um capítulo derradeiro, observou que a classe burguesa chegara ao poder político, como podemos observar no recorte a seguir:

Quando, na era do imperialismo, os comerciantes se tornaram políticos e foram aclamados como estadistas, enquanto os estadistas só eram levados a sério se falassem a língua dos comerciantes bem-sucedidos e "pensassem em termos de continentes", essas práticas e mecanismos privados transformaram-se gradualmente em regras e princípios para a condução dos negócios públicos. (ARENDRT, 2012, p.168).

Anteriormente à fase do imperialismo do século XIX os comerciantes se contentavam em deixar a política para os estadistas, desde que mantivessem seus direitos de propriedade intactos. Porém, a partir do momento em que a classe burguesa começa a entrar para o corpo político do Estado, suas aspirações de alcance de mais valia e reprodução de capital começam a ser incorporados na política do Estado, assim como no espírito nacionalista, e racista, de cada território.

Embora seja óbvio que o racismo é a principal arma ideológica da política imperialista, ainda se crê na antiga e errada noção de que o racismo é uma espécie de exagerado nacionalismo. Contudo, valiosos trabalhos de estudiosos, especialmente na França, provaram que o racismo não é apenas um fenômeno a-nacional, mas tende a destruir a estrutura política da nação. Diante da gigantesca competição entre a ideologia racial e a ideologia de classes pelo domínio do espírito do homem moderno, já houve quem se inclinasse a ver numa a expressão de tendências nacionais, que preparavam mentalmente para guerras civis, e na outra a expressão de tendências internacionais, isto é, a preparação mental para a guerra entre as nações. Essa confusão foi possível porque a Primeira Guerra Mundial continha uma curiosa mistura de antigos conflitos nacionais e novos conflitos imperialistas, mistura na qual os antigos lemas nacionais demonstraram ter ainda, para as massas dos países envolvidos, uma atração que superava qualquer objetivo imperialista. (ARENDRT, 2012, p. 190 e 191).

Arendt ainda retrata o fato do racismo e nacionalismo terem atingido a concepção dos povos europeus de forma significativa, o primeiro conceito está relacionado ao fato de tal grupo se considerar superior aos outros, ele difere do nacionalismo quando é ocorrente dentro do território da nação, ou seja, classes de um mesmo local podem vir a entrar em conflito civil, o que atinge a estrutura interna do país. O racismo quando expande as fronteiras estabelece um caráter nacionalista e pode gerar guerras de grandes proporções, como ocorreu primeiro em 1914 e posteriormente em 1939. Isto é, o nacionalismo poderia ser vantajoso para os princípios imperialistas, quando levava à um não questionamento das práticas imperiais nas colônias, por parte da população, ou poderia ser prejudicial quando incentivava conflitos entre a própria população, um exemplo pode ser explicitado com o estopim da Primeira Guerra Mundial, o

assassinato do príncipe herdeiro do Império Austro-húngaro por um rebelde sérvio, que almejava unir os povos dos Balcãs sob a bandeira Sérvia. A diversidade étnica de muitos Estados Europeus não resistiu ao fim das duas guerras mundiais.

Em suma, esclarece-se que o imperialismo tem inspiração nos conceitos advindos da antiguidade, onde grandes impérios faziam-se valer de seu poderio militar para conquistar povos de menor poder, o resgate do termo ocorre no começo do século XIX e ganha força a partir das conquistas imperiais francesas e seus apoiadores. A Inglaterra enquanto maior representante do capitalismo daquele século torna-se o protagonista das transformações que o capitalismo estava a passar, a reprodução exacerbada do capital, via lógica financeira, obrigava os grandes monopólios a exportar o capital para fora das fronteiras nacionais já saturadas, para tal o Estado foi utilizado como ferramenta, uma vez que, era influenciado pelas oligarquias monopolistas dos países industrializados na época. A consequência foi a expansão do capitalismo para áreas ainda não conquistadas, aumento significativo do território destas potências, acumulação de capital, exacerbção do sentimento nacionalista, maior organização operária, a Segunda Guerra Mundial e as revoluções socialistas de 1917.

Salienta-se a importância das duas formas, ou significados do vocábulo imperialismo analisados até então, são bases para a formulação de um novo imperialismo praticado em âmbito contemporâneo, imperialismo este que tem características que se assemelham aos antigos, porém adaptado às novas relações econômicas, políticas e sócias referentes à globalização atuante no século XXI.

2.3.4 O “novo” imperialismo

O imperialismo, como retratado anteriormente, é um conceito antigo que foi significado e resignificado com o passar da história a partir das características econômicas. Isto é, os termos sociais podem se reinventar a partir das mudanças que ocorrem com as transformações que as sociedades estabelecem.

Sobre tal questão Harvey (2013) trata de uma nova conceituação para as relações de dependência que passaram a ocorrer após as duas primeiras guerras mundiais. A partir de uma abordagem crítica observa que até a primeira metade do século XX a ideia de império ainda fazia sentido nas questões geopolíticas, contudo a decadência do Império Britânico passou a ser sentida de forma inquestionável. Um marco que corrobora para tal afirmação é a Independência da Índia que se deu em 1947. Nos anos posteriores ocorreram diversas guerras de independência

em Ásia e África, de modo que, os principais impérios do século XIX não detinham mais força para mantê-los colônia por muito mais tempo. Nesse sentido um novo ator emergiu na cena geopolítica mundial, os Estados Unidos passaram a interferir de forma incisiva e recorrente nos interesses ligados às potências do velho mundo, um exemplo de tal situação é o desfecho relativo à questão do canal de Suez em 1956, Inglaterra e França tentavam retomar o controle do canal e foram impedidos por atuação dos Estados Unidos, fato que solidificou o declínio dos primeiros e fortalecimento do último.

Tratar do imperialismo praticado na contemporaneidade é de fato delicado, segundo Harvey (2013) há relatos de diversos autores que já inclinavam a discorrer quanto às medidas imperialistas dos governos estadunidenses desde os anos sessenta do século passado. A polêmica inserida em tal discussão se encontrava no fato de que no pensamento da esquerda ainda havia aqueles que acreditavam na velha forma de se tratar o imperialismo, aquele proposto ainda por Lenin e seus contemporâneos nos longínquos anos dez do século XX. Outros perceberam que as mudanças pela qual o mundo passava naquele momento exigiam uma nova forma de se analisar a política econômica global.

Basicamente, pode-se definir o imperialismo atual como “imperialismo capitalista”, esta nomenclatura foi colocada por Harvey (2013) em meio a duas divisões conflitantes e complementares, como exposto a seguir:

Defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre a “política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem primazia). (HARVEY, 2013, p.31).

A relação em duas partes que Harvey (2013) expõe são essencialmente dialéticas, uma vez que as expressões da “política do Estado e do império” e “os processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo” podem se auxiliar em seus respectivos objetivos, ao mesmo tempo que podem dificultá-lo. No primeiro caso o autor teve como meta expor os meandros criados pelos Estados para expor suas estratégias em âmbito político, militar e diplomático, necessários para atingir determinados fins. No segundo caso, refere-se aos movimentos estabelecidos pelo poder econômico no espaço territorial de Estados ou blocos

regionais de poder, a partir de trocas comerciais, fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, especulação, fluxos de informação, entre outros. Estas lógicas, chamadas por Harvey abreviadamente de territoriais e capitalistas, historicamente possuem relações conflitantes e de convergência.

Na prática, é muito comum que estas duas lógicas vivam em confronto em algumas ocasiões a ponto de um total antagonismo. Seria, por exemplo, difícil entender a Guerra do Vietnã ou a invasão do Iraque apenas em termos dos requisitos imediatos da acumulação do capital. Em verdade, pode-se alegar plausivelmente que esses empreendimentos antes inibem do que promovem as vicissitudes do capital. Todavia, da mesma maneira, é difícil entender a estratégia territorial geral da contenção do poder soviético pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial – a estratégia que criou as condições para a intervenção norte-americana no Vietnã – sem reconhecer a necessidade premente dos interesses comerciais dos Estados Unidos no sentido de manter a maior parcela possível do mundo aberta à por meio da expansão das trocas, do comércio e das oportunidades de investimento externo. (HARVEY, 2013, p.34).

As ligações entre as lógicas imperialistas territoriais e capitalistas são contraditórias e de difícil análise, uma vez que, uma abordagem rasa pode culminar em um resultado ou extremamente político ou predominantemente econômico. O ideal é observar tais fenômenos sociais em conjunto, o que muitas vezes não é devidamente realizado. (HARVEY, 2013).

A partir das considerações de Harvey (2013), pode-se observar que as análises quanto aos fenômenos possivelmente imperialistas necessitam de uma análise em perspectiva territorial e econômica. No caso do imperialismo do século XIX é notório a influência de ambos, uma vez que, a evolução do capital de livre mercado para o estabelecimento do capitalismo monopolista de então são estratégias de âmbito econômico, todavia não se deve ignorar o fato da consequência que se deu após essa transição, os capitais monopolistas foram exportados e os territórios “não ocupados” do globo foram anexados, de forma arbitrária, aos Estados nacionais destes agentes capitalistas. Muitas vezes quando se retrata o imperialismo daquele momento, se coloca uma ênfase exacerbada na conquista territorial destes locais menos desenvolvidos tecnologicamente e deixa-se em segundo plano, ou mesmo ignora-se, os fatores que incentivaram tal conquista. Estas análises se configuram como acrílicas e prejudicam a essência das relações que ocorreram naquele dado momento. Portanto, faz-se necessário tratar este novo imperialismo a partir de uma abordagem história e dialética, logo, crítica.

Sob um viés crítico Harvey (2013) explicita que as práticas imperialistas ocorrem por meio de condições histórico-geográficas desiguais, isto é, as condições desiguais de troca levam à concentração de capitais em locais específicos provocando o que autor denomina de assimetrias:

As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca. Esse é o ponto no qual a dimensão política retorna ao panorama. Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso para ele. (HARVEY, 2013, p.35).

As desigualdades provocadas pelas trocas comerciais injustas influenciam nas diferenças espaciais e geográficas. O crescimento econômico de determinados lugares ocorre a partir da exploração perversa de outros. A regulação de tal relação é feita pelo Estado, de modo a garantir o principal fator que lhe mantém hegemonia, crescimento econômico, bem estar social e espacial, o poder. A manutenção do poder sobre as outras nações lhe mantém sob um status de dominação, o que se configura como uma prática imperialista.

O imperialismo atual tem como foco principal a acumulação de capital a partir das assimetrias já criados historicamente em outros tempos. A lógica territorial a partir deste aspecto não possui protagonismo, mesmo que, em dados momentos, surja ainda de forma significativa. Para se sustentar a manutenção da acumulação de capital e a hegemonia, os Estados têm de se manter em constante expansão, o crescimento é almejado afim de não perder o poder que lhes coloca em vantagem de troca com as demais nações, ou seja, a manutenção de poder permite que continuem acumulando capital perversamente. Caso não mantenha seu poder, perde-se o monopólio sobre o controle das trocas comerciais, o que abre espaço para a concorrência de outro Estado que adquira este poder. Ao mesmo tempo que a expansão pode ser a solução para a manutenção de hegemonia e controle, pode também significar o risco iminente da derrocada deste mesmo império, exemplos como Roma, Veneza, Grã-Bretanha são levantados por Harvey (2013) para considerar tal afirmação. A derrocada destes antigos Estados ou impérios esteve relacionada ao fato de expandir demasiadamente sem obter um controle eficaz sobre suas possessões.

A hegemonia pode ser definida, como estabelece Harvey (2013), a partir de diversas interpretações, as quais entre estas distinguem-se duas mais relevantes, aquela que se pauta na

liderança ou na coerção de determinado Estado. O autor trata destas diferenças a partir de ações dos Estados Unidos no século XX, exemplo de coerção são diversos na história estadunidense, citando como exemplos mais recentes, os embargos econômicos de Cuba e Iraque. Contudo, vale salientar que os Estados Unidos também possuem uma posição de liderança em âmbito mundial, situação criada após a Segunda Guerra Mundial, onde a partir de investimentos e posições políticas influenciou as nações capitalistas do mundo a se manter em seu sistema político econômico. Esta liderança proporciona desenvolvimento econômico e acumulação para vários Estados, contudo este capital fica concentrado para uma pequena parcela da população, os proprietários ou donos dos meios de produção. A partir desta liderança, pode-se discutir a possibilidade de cumplicidade destes Estados representados por estes proprietários, pois aprovam as práticas estadunidenses. Portanto, a situação de liderança pode provocar coerção, uma vez que, corroborados com a convivência de outros territórios, desmantelam-se aqueles que não estão de acordo com os objetivos de alguma nação hegemônica. Harvey (2013) classificou como “Estados clientes” estas nações que legitimam a manutenção de práticas hegemônicas de outras nações, uma vez que, se beneficiam de diversas formas com a posição que se colocam.

Os Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra Mundial, negam sua posição imperialista a partir de suas práticas colocadas em contextos subliminares, para se colocar em uma posição hegemônica em âmbito global tiveram de desqualificar o imperialismo já praticado anteriormente, ao mesmo tempo que deveria maquiagem o seu próprio. Assim passou a negar a expansão territorial como forma de se atingir a hegemonia global, esta deveria ocorrer a partir de outras práticas. Assim:

Instaurou-se um arcabouço internacional de comércio e desenvolvimento econômico no interior e entre esses Estados independentes por meio do Acordo de Bretton Woods, a fim de estabilizar o sistema financeiro mundial, o que se fez acompanhar por toda uma bateria de instituições, como o Banco Mundial, o FMI, o Banco Internacional de Compensações, na Basileia, e da formação de organizações como o GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio] e a OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico], projetadas para coordenar o crescimento econômico entre as potências capitalistas avançadas e levar o desenvolvimento econômico de estilo capitalista ao resto do mundo não comunista. (HARVEY, 2013, p.52).

O governo estadunidense criou todo um aparelhamento econômico internacional a partir de órgãos financeiros, todas estas instituições trabalhavam em conjunto para garantir o fortalecimento do mundo capitalista, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. A recém

criada ONU também exerceu importante papel para garantir os interesses dos Estados Unidos no contexto daquela época, para desautorizar os imperialismos majoritariamente europeus iniciados no século anterior, iniciou-se as propostas que levaram à “Declaração dos Direitos Humanos” que teve significativa atuação quanto à promoção dos direitos individuais e combate ao racismo. Enquanto potência hegemônica os Estados Unidos buscavam vender a imagem de defensores da liberdade, enquanto internamente passava por situações contraditórias, quando comparadas à esta ideologia que tentava perpetuar para os atores externos, como afirma Harvey (2013, p.55): “[...] a recusa formal do racismo no nível internacional criou todo tipo de dificuldades internas para os Estados Unidos, em que a discriminação racial imperava”. As liberdades individuais também não eram respeitadas, qualquer tipo de ameaça comunista interna era reprimida a partir do macarthismo. E ainda, iniciou-se a contenção dos fluxos migratórios de gênese latino-americana.

Do ponto de vista cultural, a abertura econômica gerou uma expansão do modo de vida estadunidense para outros pontos do globo, incentivados pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, o estilo de vida da potência hegemônica passa a ser universalizado a partir da indústria cinematográfica, representada por Hollywood, e fonográfica. Todos estes fatos formam um conceito denominado “imperialismo cultural”, o qual vende o ponto de vista estadunidense, fortalecendo sua atuação hegemônica em âmbito mundial. (HARVEY, 2013).

Em suma, todo e qualquer motivo dos Estados Unidos como defensores da paz e liberdade do globo pós-Segunda Guerra foi uma justificativa para estabelecer-se como potência hegemônica no mundo novo que se formava até então. Todavia os anos 70 trazem novas potências, criadas pelos próprios estadunidenses a partir de seu investimento intensivo em países prejudicados pela Segunda Guerra Mundial, entre estes, Japão e Alemanha se recuperam e passam a rivalizar com a produção dos Estados Unidos.

O conluio (hoje documentado) entre a administração Nixon e os sauditas e iranianos para elevar loucamente em 1973 os preços do petróleo prejudicou muito mais as economias europeias e japonesas do que os Estados Unidos (que na época não dependiam muito das reservas do Oriente Médio. (HARVEY, 2013, p.58).

Apesar de perder a hegemonia no campo da produção, a crise do Petróleo de 1973 desestabilizou de forma mais acentuada os principais rivais estadunidenses neste setor, o regate econômico se deu a partir dos bancos norte-americanos, o que representou uma retomada na hegemonia econômica externa, só que desta vez a partir do setor financeiro. Para concluir tal

ação, restava incentivar os demais Estados capitalistas a abrir suas economias para o mercado internacional. Inicia-se a era do neoliberalismo, conceituado por Harvey:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. (HARVEY, 2008, p. 12).

Harvey (2008) destaca que o neoliberalismo é uma prática econômica capitalista que visa o livre mercado, livre comércio e a base na propriedade privada. O papel do Estado a partir desta lógica é exercer a regulação para estabelecer o melhor funcionamento da economia, isto é, a partir de aparatos de opressão, garantir a liberdade dos fluxos capitalistas. O autor escreve ainda:

Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2008, p. 12).

Como já observado, os Estados teriam a função de regular a economia, contudo intervindo de forma mínima, os Estados Unidos para forçar os demais Estados à abrir suas fronteiras para o capital externo, iniciou uma série de medidas para gerar crises em diversos mercados financeiros pelo mundo. Desvalorização ou revalorização da moeda americana influía em várias economias, tal fato obrigava estes Estados a recorrer a empréstimos às instituições internacionais, como o FMI, resultando em medidas de austeridade que enfraqueceram os movimentos trabalhistas, geraram desemprego e empobreceram milhões de pessoas (HARVEY, 2013).

O caráter da economia estadunidense deixou de ser produtivo e passou a ser rentista, uma acumulação obtida a partir da especulação gerada pelo mercado financeiro. A medida que as demais nações apresentavam dificuldades econômicas e solicitavam ajuda junto aos bancos internacionais e FMI, as medidas de austeridade incentivavam a abertura econômica e a expansão do capital estrangeiro, principalmente o dólar, para suas economias internas. Harvey (2013, p. 61) esclarece que:

Os Estados Unidos estavam caminhando para ser uma economia rentista em relação ao resto do mundo e uma economia de serviços no nível doméstico. Não obstante, uma parcela suficiente de riqueza afluía para dar continuidade ao consumismo, que sempre fora a base da paz social.

A renda obtida a partir dos juros do resgate de várias economias desloca as riquezas geradas por outros países para os Estados Unidos, a consequência é uma relação comercial assimétrica, uma forma de exploração coerciva e consentida mutuamente. Conforme a dependência se acentua, mais Estados clientes se uniam à economia especulativa financeira patrocinada pela potência dominante. A partir desta nova ordem econômica, formou-se três áreas de maior influência quanto à absorção e investimento de capital financeiro, o *North American Free Trade Agreement*, NAFTA, a União Europeia (UE) e os países do leste asiático, entre estes, os Estados Unidos continua a manter uma posição hegemônica, pois “no âmbito dessa estrutura triádica, parecia contudo claro que os Estados Unidos mantinham as principais cartas em virtude de seu imenso mercado consumidor, seu poder financeiro avassalador e sua reserva de força militar incontestes” (Harvey, 2013 p.62).

Contudo, vale salientar que apesar de a economia estadunidense ter “surfado em uma forte onda” de consumismo até o final dos anos 90, todas as ações para se manter a hegemonia a partir do capital financeiro, gera um déficit alto que se segue há muitos anos. O que mantém toda essa engrenagem funcionando é o mercado asiático que passou a ser a base da produção em âmbito global, o próprio capital do leste da Ásia é repassado para a economia dos Estados Unidos, a fim de manter o consumismo exacerbado do país. É de se questionar até quando esse capital será suficiente para manter este ciclo, vale recordar que um colapso da economia estadunidense também é caótico para as demais nações, mesmo aquelas que tem base produtiva em sua reprodução de capital, não sobreviveriam sem o seu mercado consumidor mais atuante, o próprio Estados Unidos. (HARVEY, 2013).

O fortalecimento de outras regiões no globo terrestre pode vir a ameaçar a hegemonia dos Estados Unidos futuramente. A primeira ameaça pode ser o crescimento da União Europeia, o bloco em conjunto representa significativa produção industrial e atuação no mundo financeiro, contudo, ainda mantém fortes relações com a tríade da América do Norte, ou seja, muitas vezes são influenciados individualmente, de modo que, teriam força a partir da atuação em bloco. Como expõe Harvey (2013, p. 73) a seguir:

Os Estados Unidos têm todo tipo de instrumentos de dividir para governar e, assim, frustra o surgimento de toda lógica territorial clara no nível europeu. Eles buscam evitar que surja um “Forte Europa” mediante a dupla estratégia de (a) insistir nas regras do neoliberalismo como a base das relações de troca e dos fluxos de capital e (b) manter certos recursos políticos e militares em todo lugar em que possam influenciar a política interna da União Europeia. Isso envolve relações bilaterais com Estados europeus individuais em vez de com a Europa como um todo e o cultivo de alianças especiais (por exemplo, com a Inglaterra, a Espanha e a Itália, bem como com a série de países do bloco oriental, com a Polônia no centro, que pretendem ser admitidos na União Europeia).

Outro ponto de atuação que pode vir a competir com a atuação hegemônica dos Estados Unidos posteriormente é o leste e sudeste asiáticos. Naquele ponto, encontra-se importantes economias dinâmicas do ponto de vista produtivo e financeiro em âmbito mundial. Algumas destas economias são muito próximas à atuação política e economia dos Estados Unidos, casos de Japão e Taiwan, por exemplo. Contudo, a ascensão econômica de China e Índia não devem ser desconsideradas. A economia chinesa não sofre interferência significativa das políticas estadunidenses e é o candidato favorito à desbancar a sua hegemonia. Uma das formas de se evitar alguma pretensão geopolítica chinesa futura pode ser o controle do petróleo do oriente médio, vindo daí, talvez, o interesse em ocupar aquela área no início do século XX.

Segundo Furtado (1973), três ordens de fatores foram determinantes para tornar os Estados Unidos uma nação hegemônica após a Segunda Guerra Mundial. Primeiro: ordem política, baseada no poder estadunidense a partir da ótica militar; segundo, o poder econômico, exercido por meio das empresas estadunidenses em âmbito internacional; e terceiro, Bretton Woods, isto é, o controle do mercado internacional a partir do dólar que passa a ser a moeda responsável pela acumulação de riqueza em âmbito internacional. O autor ressalta que o sistema econômico internacional que emergira após a Segunda Guerra era distinto daquele exercido pelos ingleses no século XIX, pois este último se baseava na produção de mercadorias sob a divisão internacional do trabalho, ou seja, havia um papel para as áreas coloniais, mesmo que

as decisões tomadas ocorressem a partir das metrópoles. O que se observa no pós-guerra é um sistema de decisões multinacionais com uma ampla vantagem aos Estados Unidos, uma vez que, passou a exercer o papel de estabilizador da economia mundial a partir de sua própria moeda. Tal sistema perdura por aproximadamente 20 anos, no início dos anos 70 os Estados Unidos entram em déficit devido à valorização de sua moeda e cessaram o acordo de Bretton Woods, deste modo:

A suspensão da convertibilidade do dólar em ouro, em agosto de 1971, veio apressar a transnacionalização do sistema financeiro. A brusca elevação do preço do ouro em todas as moedas e a concomitante depreciação do dólar vis-à-vis de outras moedas conduziram, nos anos subsequentes, a uma inusitada ampliação da massa de reservas monetárias mundiais. No período 1970-1979 o acréscimo de reservas monetárias alcançou 842,8 bilhões de dólares, quando no decênio anterior o aumento havia sido de 21,9 bilhões. A grande expansão do valor das reservas ocorridas nos anos 70 decorreu em cerca de três quartas partes de aumentos no valor do ouro e de flutuações nas taxas de cambio do dólar. Os beneficiários desse formidável aumento de reservas criadas ex-nihilo foram exatamente os países que lideraram o processo de transnacionalização, mais particularmente os Estados Unidos. Deixando de lado o ouro, as reservas de crédito totalizavam, em fins de 1979, 350 bilhões de dólares, sendo que os países periféricos aparecem como credores na proporção de 44 por cento e como emprestadores na de apenas 4 por cento. (FURTADO, p. 113, 1982).

Ressalta-se que medidas tomadas no mercado financeiro internacional em meados dos anos 70 auxiliaram a atuação dos Estados Unidos no mundo todo. O dólar passa a ser emitido sem a necessidade de se atrelar ao ouro, os bancos centrais nacionais que acataram o acordo do pós-guerra não precisavam mais acompanhar a valorização da moeda estadunidense, de modo que, os bancos privados passaram a atuar de forma mais atuante no mercado internacional.

Se nos limitarmos a observar os 50 maiores estabelecimentos bancários do mundo, entre 1971 e 1976, a rede de filiais a eles ligadas alcançou taxas espetaculares. A participação dessas atividades nos lucros do Citicorp subiu de 40 para 70 por cento. No Bankamerica Corp. o aumento foi de 15 para 40 por cento. (FURTADO, p.115, 1982).

O papel das instituições financeira fica mais evidente, a situação de dependência de áreas mais frágeis do ponto de vista econômico financeiro se torna uma realidade, uma vez que, o capital externo entra por meio dos bancos para apoiar empresas multinacionais que investem

em setores voltados a uma parcela específica da população, sendo naquele momento, uma classe cuja parcela populacional era ainda pouco significativa. (MACHADO, 1999).

A possibilidade de mudança quanto à atuação do ator hegemônico em escala mundial pode estar próximo, uma vez que, os Estados Unidos torna-se mais agressivo, justamente no momento em que seu nível de consumo começa a cair e o crescimento industrial e terciário chinês continua a expandir-se. A possível ameaça pode ser acionada pelo combustível da atuação externa dos Estados Unidos, atuação esta centrada no poderio militar coercitivo. Utilizando os Estados Unidos como exemplo quanto ao advento do imperialismo de caráter financeiro, estabelece-se o fato de que ações imperialistas não estão mais relacionadas, somente, ao domínio de um Estado sobre outro a partir do domínio territorial presencial. A elevação do potencial do capital financeiro tornou os países capitalistas periféricos dependentes deste sistema e da política econômica dos Estados mais avançados nesse tipo de capital. Portanto, é possível que nações possam refletir sua influência em âmbito regional, de forma semelhante, porém em menor escala, do que os Estados Unidos. Neste sentido, Rui Mauro Marini estabeleceu bases para análise de subpotências regionais a partir de elementos que engendram a possibilidade da criação de um conceito denominado subimperialismo, isto é, um conceito que abarcaria posições imperialistas intermediárias entre as grandes potências e aqueles Estados pouco desenvolvidos no atual sistema de produção.

2.4 – A teoria do subimperialismo

O conceito de imperialismo é dotado de diversos significados no decorrer da história, conforme o foco da ciência a que se procura especificar o termo pode permitir interpretações distintas e até mesmo nomenclaturas dissidentes. O imperialismo pode ser visto somente como uma prática capitalista presente nos eventos históricos do século XIX e início do século XX, ou mesmo pode ser observado como um fenômeno econômico que se ressignificou a partir das duas guerras mundiais do século XX, o que levou a alcunha dos Estados Unidos como uma nação imperialista do tempo contemporâneo.

As relações capitalistas se transformaram, a evolução da tecnologia diversificou a produção industrial e a saída do capital se intensificou após os anos 50. As relações da divisão internacional do trabalho não se baseiam mais na relação de fornecedores de matéria prima e produtores de manufatura, uma vez que, a maioria dos Estados tem as condições de produzir ambos, porém, em escalas distintas, quanto ao fato:

Já se foi o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas. Encontramo-nos diante de uma realidade econômica na qual a indústria assume um papel cada vez mais decisivo. Isto é certo ainda que o capital industrial se amplie e se fortaleça em áreas extrativas e agrícolas; mais ainda, quando consideramos a extensão e a diversificação em escala mundial da indústria manufatureira. O resultado tem sido um reescalamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação - que são também potências capitalistas medianas -, o que nos têm levado a falar da emergência de um subimperialismo. (MARINI, 2012, p.43).

A partir das considerações de Marini (2012), chega-se a seguinte constatação, o atual sistema econômico mundial permite que o grau de acumulação de capital se hierarquize em diversas escalas, formando uma espécie de pirâmide. Tal situação leva a crer no surgimento de potências capitalistas medianas que praticam ações imperialistas em âmbito local, o que o autor denominou subimperialismo.

Definimos, [...], o subimperialismo como a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. (MARINI, 2012, p. 59).

A América Latina iniciou de forma mais significativa sua participação no mercado internacional a partir da Segunda Guerra Mundial, o processo ao qual tornou esse fato possível foi a política conhecida como substituição de importações. A indústria latino-americana emergiu no cenário global e passou a constar nos gráficos de exportação com potencial percentual de participação. Esta participação tem como base investimentos advindos da economia internacional, uma vez que, os olhos externos voltam a se interessar pela América Latina após a guerra, como exemplo, pode-se destacar a atuação das montadoras de automóveis no Brasil e sua influência no plano da construção das rodovias nacionais. (LATINI, 2007).

Todavia, não somente a maior participação no mercado internacional ou mesmo a contradição do Estado ser ao mesmo tempo subordinado e hegemônico, é suficiente para

caracterizá-lo como subimperialista, nesse sentido, o país tem de apresentar particularidades presentes nos países propriamente imperialistas, isto é, por meio da nova divisão internacional do trabalho, devem conter ainda:

[...] a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital, a monopolização extrema em favor da indústria suntuária, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores) (MARINI, 1974, p. XIX).

Portanto, a partir da visão de Marini, uma nação será denominada subimperialista quando apresentar tais requisitos presentes no fragmento anterior. Entretanto, vale destacar que a obra de Marini se encontra fragmentada em vários textos, sua obra não teve síntese quanto a uma teoria do subimperialismo, nesse sentido, Luce (2011) busca esclarecer a possibilidade de fundamentos para a referida teoria a partir dos escritos daquele autor, escritos estes que estavam mais voltados para a teoria Marxista de Dependência. Assim:

Desta feita, buscaremos sustentar que em Marini podem ser encontrados os fundamentos para uma teoria do subimperialismo, através da conexão entre as categorias: *dependência, superexploração do trabalho, cooperação antagônica, composição orgânica média do capital/operação do capital financeiro e dos monopólios na economia dependente, esquema tripartite de realização do capital, hegemonia regional e padrão de reprodução do capital*. (Grifos do autor) (LUCE, 2011, p. 34).

O esclarecimento do desenvolvimento da teoria do subimperialismo está voltada para o entendimento, portanto, de dependência, superexploração do trabalho, cooperação antagônica, composição orgânica média do capital/operação do capital financeiro e dos monopólios na economia dependente, esquema tripartite de realização do capital, hegemonia regional e padrão de reprodução do capital.

A superexploração, segundo Osório (2013) é uma forma de opressão ao qual o trabalhador tem o valor real da sua produção apropriada pelo dono dos meios de produção, isto é, o valor diário recebido é inferior ao valor de troca estabelecido pelo mercado no que se refere ao que aquele mesmo trabalhador produziu.

Segundo Luce (2007a), a cooperação antagônica se baseia na contraposição entre duas potências, uma de primeira grandeza e outra de segunda grandeza, ou seja, escala mundial e

regional, essa relação tem como fim a possibilidade de assegurar o domínio regional, um exemplo seria a associação brasileira às políticas econômicas estadunidenses em idos dos anos 70 para se apropriar de benefícios em escala subcontinental, isto é, na América do Sul.

A participação das manufaturas no PIB do respectivo Estado é fundamental para se compreender a composição orgânica média do capital, segundo Luce (2007a), Marini constatou que a participação de 25% ou mais de seu PIB correspondente a itens manufaturados são suficientes para se aferir a possibilidade de um aspecto subimperialista. Este fator está atrelado ao amadurecimento do capital financeiro em dado país:

É sobre essa base conceitual que Marini introduziu a ideia de que a tendência integracionista marcada pela internacionalização da acumulação capitalista no pós-guerra produziu uma diferenciação na economia mundial, que deu lugar a subcentros econômicos e políticos, dotados de autonomia relativa, embora subordinados ao imperialismo dominante. Estes novos subcentros eram economias medianamente industrializadas que, após atingirem certo grau de monopolização e de presença do capital financeiro, passavam a apresentar também tendências expansionistas nas relações internacionais de poder. (LUCE, p. 74, 2011).

Esta expansão ocorre em direção a outros países, mas não mais como nos séculos XIX – início do XX. Este avanço está associado ao sistema tripartite de realização do capital, denominado por Marini (1974) como esquema de realização do imperialismo, ele se baseia em três condições:

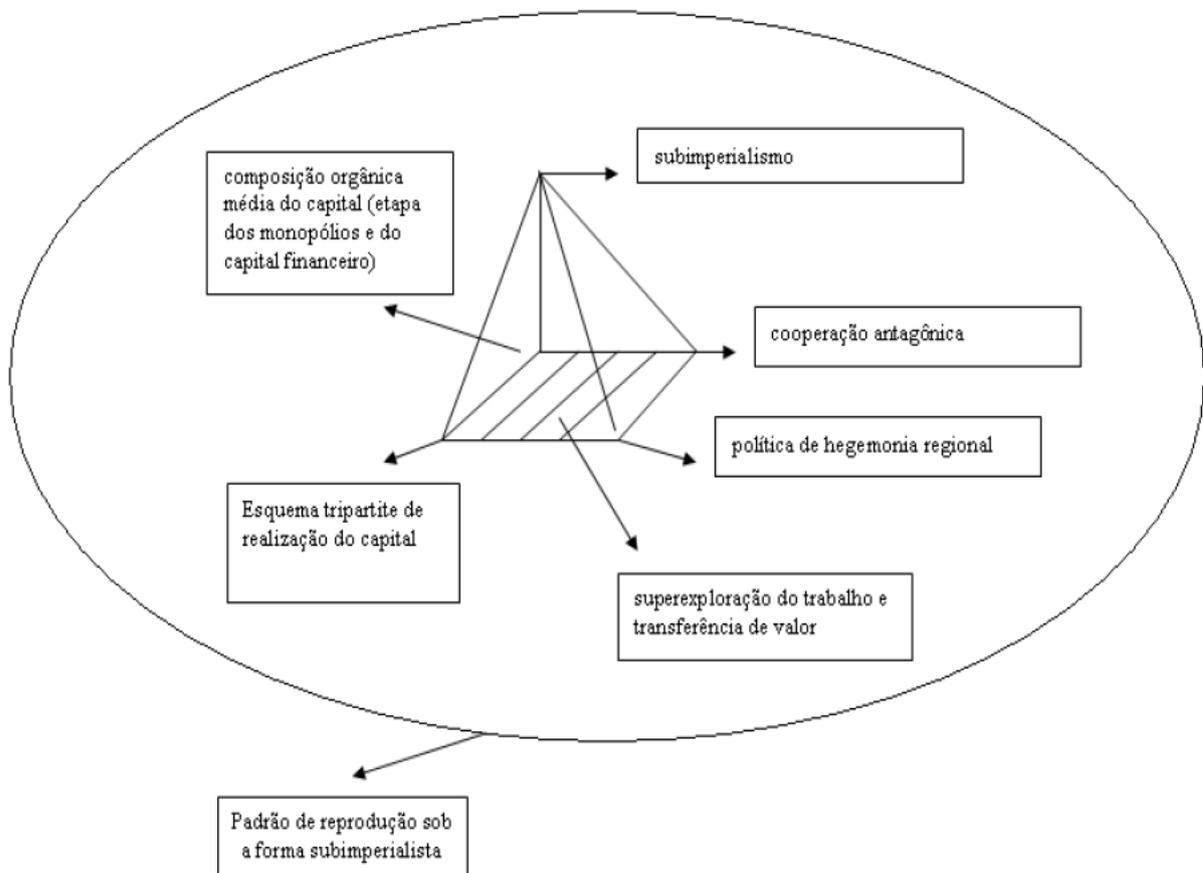
[...] em primeiro lugar, a exportação de manufaturados, tanto de bens de consumo duráveis como não duráveis, sendo conveniente assinalar que a exportação desses últimos compreende a elevação do nível tecnológico das empresas, o que implica maiores possibilidades de absorção de bens de capital; em segundo lugar, o aumento da capacidade de compra do Estado, mediante uma ativa política de desenvolvimento da infra-estrutura de transportes, de eletrificação e reequipamento das forças armadas. (MARINI, 1974, p. 193).

E em terceiro amplia:

[...]a sociedade de consumo à moda da casa, criada mediante a transferência de renda das camadas mais pobres para as camadas médias e altas, a fim de garantir o mercado para uma indústria altamente tecnificada, que se divorcia cada vez mais das necessidades de consumo das grandes massas. (MARINI, 1974, p. 197).

Como exposto o esquema tripartite de produção do capital se desenvolve primeiramente a partir da ampliação da indústria que satura a capacidade interna do país e busca se expandir por meio das exportações, a solução para o excedente aumenta a arrecadação estatal e sugere, em um segundo momento, uma conseqüente política de ampliação da infraestrutura que, como em um efeito cascata aumenta as possibilidades de escoamento da produção e continua a incentivar a produção industrial. Por fim, em terceiro lugar, torna-se prioritário o consumo suntuário, alimentado pela exploração do trabalhador, que tem sua renda expropriada em direção às classes médias e altas, a ampliação da produção industrial reproduz o capital nas mãos das elites que detêm os meios de produção e passam a consumir mais, sendo no caso, artigos de alto valor. Tais características formam o esquema tripartite do subimperialismo, fato consumado nos anos 70, porém com novas articulações a partir do século XXI, como veremos na parte 3. Todas estas categorias levam ao sistema de reprodução de capital subimperialista, apresentado por Luce (2011):

Figura 10: Categorias do subimperialismo



Fonte: LUCE 2011, p. 106

Em suma, o subimperialismo é formado por quatro variáveis que tem como base fundamental a própria superexploração do trabalho, são: composição orgânica média do capital (etapa dos monopólios e do capital financeiro) na economia dependente, esquema tripartite de realização do capital, cooperação antagônica e hegemonia regional, ao qual permite um padrão de reprodução de capital dos Estados subimperialistas.

A teoria estabelecida por Marini tem subsídios pertinentes para se analisar o crescimento econômico do Brasil a partir do século XXI e sua relação com seus países fronteiriços. Utilizar a metodologia desta teoria nas relações atuais podem, de uma forma efetiva, demonstrar novos aspectos subimperialistas na atual conjuntura da América Latina e conseqüentemente no âmbito do MERCOSUL.

3. MERCOSUL: MOBILIDADE DO TRABALHO, BALANÇA COMERCIAL E SUBIMPERIALISMO

A natureza é complexa e dinâmica, uma vez que, encontra-se em constantes transformações, estas alterações se dão a partir dos próprios fenômenos naturais em conjunto às interferências do ser humano no espaço. A partir das relações da sociedade contemporânea a natureza foi significativamente transformada, de modo que, praticamente todo o espaço planetário já sofreu alguma alteração antrópica, sendo portanto, geográfico.

As mudanças incentivam o deslocamento dos seres vivos, neste contexto o ser humano, no decorrer da história, migrou por motivos diversos, ora em razão de questões naturais como mudanças climáticas, ora por motivações sociais, como relações econômicas e políticas. Estes são alguns exemplos somente, as motivações são inúmeras com o pesar de que as questões econômicas e sociais prevalecem a partir do motor de um mundo tecnológico ligado em redes diversas em um âmbito global.

O Brasil se enquadra neste quadro, é uma nação de grande extensão territorial dentro do contexto do continente americano, de modo que, possui amplas fronteiras com vários países. Cada uma destas fronteiras possui dinâmica específica e complexidade que varia a partir dos processos de produção do capital e política estatal que incentiva a distribuição de riquezas dentro do próprio Estado. Estes processos são historicamente definidos, o porém é que estes mesmos processos podem incentivar ou inibir o deslocamento da população.

No caso do Brasil e do MERCOSUL, vale salientar que as mobilidades entre seres humanos são mais sensíveis quando comparados a outros blocos econômicos ou outros países, o próprio MERCOSUL incentiva maior interação entre os Estados participantes e conseqüentemente, entre os indivíduos de cada nação. O que pretende-se a partir de então é identificar as razões que justificam os deslocamentos populacionais entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Para tal, buscou-se compreender questões políticas, econômicas e sociais, o que conseqüentemente abrangeu uma análise geográfica. A partir de tais informações, espera-se salientar por onde as ordens de mobilidade são mais atuantes.

3.1. O contexto da formação do MERCOSUL

Os blocos econômicos são entidades supranacionais regionais que visam a cooperação econômica e social entre seus Estados membros, buscando ainda maior competitividade destes no mercado internacional. Estes podem ser denominados ainda de blocos regionais, como destaca Almeida (2005, p. 17):

Embora a designação de “bloco regional” possa ser aplicada a qualquer grupo de países vinculados pela contigüidade geográfica (blocos asiático, africano ou latinoamericano) ou ligados por acordos intergovernamentais, de tipo econômico ou político, o termo, em sua acepção restrita, refere-se usualmente aos agrupamentos de caráter comercial resultando de um projeto político integracionista. São exemplos de blocos regionais a União Européia (UE), o Mercosul e o NAFTA, bem como dezenas de outras entidades menos conhecidas.

A consolidação dos blocos econômicos ou regionais tiveram a expansão capitalista como base fundamental, o capital em âmbito internacional incentivado pelo avanço das tecnologias de comunicação, transportes e informação ampliaram o poder de alcance dos Estados e das grandes corporações. Cria-se a partir deste cenário a intenção de se controlar de forma segura o destino dos investimentos externos, a partir de então grupos supranacionais se aliam para criar este ambiente de segurança.

Portanto, destaca-se que o surgimento dos blocos econômicos regionais possui relação direta com os processos relativos à globalização. Este acontece de forma contraditória, é integradora a partir da técnica presente no espaço (SANTOS, 1992) e ao mesmo tempo fragmentada, caso da divisão dos blocos econômicos (HAESBAERT, 1998). O desenvolvimento é desigual, pois os níveis técnicos dos países e dos próprios blocos regionais são heterogêneos, apesar de possuir a mesma origem, as técnicas são mais desenvolvidas em alguns territórios do que em outros, Santos afirma que este espaço é um sistema de ações e objetos que forma o meio técnico científico informacional, mas estas técnicas não são para todos.

Na Europa já se firmavam acordos econômicos como a CECA, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, (VESENTINI, 2012). A CECA evoluiu, atingiu o estágio de União Econômica, antes disso já era considerada um sucesso de integração e influenciou na gênese de outros blocos econômicos, entre eles o MERCOSUL.

O MERCOSUL é o maior bloco regional da América do Sul, surgiu com finalidade de integração política e econômica, foi criado em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção e tem como membros fundadores Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, posteriormente, em 2012, a Venezuela foi anexada como membro. A idealização da criação de um bloco regional na América do Sul vem desde 1960 com o primeiro Tratado de Montevidéu, neste acordo é discutido o primeiro movimento de integração da América Latina, cria-se então a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), tinha como objetivo criar futuramente uma zona de livre comércio que seria implantada gradualmente.

Em 1980 os Estados republicanos do Brasil, Argentina, Colômbia, Chile, Bolívia, México, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela estabelecem no segundo Tratado de Montevidéu, a substituição da ALALC pela ALADI, Associação Latino-Americana de Integração. Há diferenças significativas em relação ao tratado de 1960, as ideias de livre-comércio são substituídas por um conjunto de tarifas e acordos especificados a partir das características regionais de cada governo, reconhece também que se deve considerar os países de menor desenvolvimento, a fim de se determinar tratamentos diferenciais quanto às normas e mecanismos para não prejudicá-los economicamente.

Ambos os tratados firmados em Montevidéu, já objetivavam a integração da América Latina, visto que a partir da Segunda Guerra Mundial a globalização se intensificava assim como a competição nos mercados internacionais. Nos anos 80 Brasil e Argentina assinaram diversos tratados que aproximaram a integração econômica entre ambos, destaca-se neste contexto segundo Simões e Morini (2002); a Ata de Iguazu de 1985, ao qual buscava efetivar a integração econômica entre Brasil e Argentina, retomar o comércio bilateral entre ambos, acelerar a integração dos dois países em nas áreas técnica, econômica, financeira e comercial e criar pilares de cooperação no uso pacífico da energia nuclear Acordo de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina, assinado em 1986 como complemento à Ata de Iguazu, cujo objetivo era criar um espaço econômico comum, com a abertura seletiva de seus mercados e o estimular a complementação de setores da economia dos dois países. O acordo buscava ainda atingir tais pontos com gradualidade, flexibilidade e equilíbrio, para garantir condições de competitividade; Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado em 1988, Brasil e Argentina buscavam demonstrar o desejo de constituir um espaço econômico comum no prazo máximo de dez anos, por meio da liberalização comercial. Prevê a eliminação dos obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de bens e serviços. Foram assinados 24 Protocolos sobre vários temas que incluíam por exemplo, bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, indústria automotriz, cooperação nuclear, entre outros;

Estatuto das Empresas Binacionais (Brasil e Argentina), foi assinado em 1990, objetivava reduzir os prazos de integração entre ambos os países. Constitui a complementação de ações no âmbito do setor industrial e tecnológico entre empresas e o estabelecimento de medidas para o funcionamento de empresas binacionais, fato que auxiliaria no processo de integração empresarial. Paraguai e Uruguai entram no processo de formação do acordo, o que incentiva um novo tratado, este se realizou em assunção em 1994:

O artigo 1.º estabeleceu a data de 31 de dezembro de 1994 para a implementação definitiva da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através da eliminação dos direitos alfandegários e de todas as restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias ou qualquer outra medida de efeito equivalente. O texto legal determinou, também, o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e a adoção de uma política comum em relação a terceiros países. (SIMÕES E MORINI, 2002, p. 147).

Segundo esse acordo, o bloco seria um Mercado Comum a partir de 1994, com a livre circulação de bens e serviços e adoção de uma prática externa comum, todavia, até então, o Mercado Comum não foi implantado e permanece como uma união aduaneira imperfeita como descreve Simões e Morini 2002, p. 140:

[...] o Mercosul é considerado um processo de integração econômica, denominado Mercado Comum, cuja fase atual é a União Aduaneira Imperfeita, por ainda existir lista de exceções às isenções tarifárias de importação e por haver indefinições temporais na aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC).

O bloco se enquadra, portanto, no conceito de União Aduaneira Imperfeita, os países membros possuem uma taxa alfandegária fixa em relação aos mercados externos, essa é a Tarifa Externa Comum (TEC) que ainda segundo Simões e Morini 2002, p. 143:

[...]corresponde a uma etapa de integração econômica na qual os países membros de uma zona de livre comércio adotam uma mesma tarifa às importações provenientes de mercados externos, a Tarifa Externa Comum (TEC). A aplicação da TEC redundava na criação de um território aduaneiro comum entre os sócios da UA, situação que torna necessário o estabelecimento de disciplinas comuns em matéria alfandegária e, em última análise, a adoção de políticas comerciais conjuntas. O Mercosul tornou-se, a partir de 1.º de janeiro de 1995, o melhor exemplo de uma união aduaneira latino-americana.

Quanto à livre circulação de mercadorias, capitais e trabalho, o MERCOSUL ainda não aderiu completamente ao objetivo estabelecido em 1991, este fato ocorre por resistência dos países menos industrializados do bloco que teriam sua economia interna prejudicada, de forma que, é comum a criação de exceções à TEC.

O Mercosul entrou em vigor em 1995 depois de ter havido o cumprimento da fase de transição que ocorreu entre 1991/94, trazendo uma tarifa externa comum (TEC). Entretanto, a plena vigência seria somente em 2006. De lá pra cá, percebe-se que, os países-membros do Mercosul têm, tomado decisões que interferem na TEC, tomando-se por base argumentos macroeconômicos. Estes países buscam a concordância de seus parceiros, que acabam quase que invariavelmente referendando as demandas por aquelas decisões. (PATRÍCIO, 2013, p. 42)

Como destacado no fragmento anterior, decisões macroeconômicas interferem na política econômica interna do MERCOSUL, de um modo geral, a formação dos blocos econômicos são consequência da globalização atual, estes fatores externos ao bloco, e ao mesmo tempo complementares, interferem no cotidiano dos indivíduos locais, bem como nas suas relações de trabalho.

Nesse sentido, a economia influencia as relações de trabalho e de mobilidade da sociedade capitalista. Com as tecnologias o destino dos fluxos de mercadorias e pessoas podem chegar a diversas esferas hierárquicas; - nacionais, de bloco regional e globais; sendo pauta de importação e exportação de diversos Estados e blocos regionais, incluindo logicamente o próprio MERCOSUL.

Para exemplificar o contexto da mobilidade da força de trabalho nas relações do MERCOSUL, destaca-se brevemente o caso dos brasiguaios, mais próximo do contexto do Brasil. Segundo Silva (2010), após o golpe militar paraguaio nos anos 50, o presidente Stroessner favoreceu a entrada de brasileiros no Paraguai para incentivar o desenvolvimento de uma agricultura moderna e competitiva, este estímulo foi intensificado pelo esgotamento da fronteira agrícola no sul do Brasil, fato que na atualidade gera conflitos entre brasileiros e paraguaios. Este é apenas um entre diversos outros problemas referentes ao contexto de mobilidade de força de trabalho que acontecem no contexto das fronteiras do sul do Brasil.

3.2. Mobilidade populacional no contexto do MERCOSUL

As relações políticas e sociais presentes no contexto do MERCOSUL são influenciadas pela base econômica, a partir destes fatores a população tende a se deslocar para obtenção de melhor qualidade de vida, isto é, onde sua força de trabalho pode ser melhor remunerada.

As imigrações acumuladas de um modo geral caíram nos últimos anos, dados dos últimos censos (1991, 2000 e 2010) indicam que o número total de estrangeiros no país caiu de 767.781 em 1991 para 683.830 em 2000 e, por fim, 592.569 em 2010. Em contrapartida a imigração presente considerando a entrada de estrangeiros por década se ampliou, isto é, no último decênio até 1991 entraram no Brasil 68.549 estrangeiros, já até 2000 foram 96.752 e por último até 2010 os indivíduos foram 164.420. Tais números indicam que outros estrangeiros deixaram o Brasil em maior quantidade comparando-se com aqueles que chegaram ao país. Contudo, algumas nacionalidades aumentam o número de indivíduos no país (tabela 3).

Tabela 3: Número e percentual de imigrantes estrangeiros (imigração acumulada) residentes no Brasil em 1991, 2000 e 2010

Nacionalidades	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	263.611	34,33	213.203	31,18	137.972	23,28
Japão	85.571	11,15	70.932	10,37	49.059	8,28
Paraguai	19.018	2,48	28.822	4,21	39.251	6,62
Bolívia	15.691	2,04	20.388	2,98	38.816	6,55
Itália	66.294	8,63	55.032	8,05	37.165	6,27
Espanha	57.887	7,54	43.604	6,38	30.736	5,19
Argentina	25.468	3,32	27.531	4,03	29.067	4,91
Uruguai	22.144	2,88	24.740	3,62	24.048	4,06
Estados Unidos	11.360	1,48	13.948	2,04	23.513	3,97
China	8.322	1,08	10.301	1,51	19.397	3,27
Alemanha	24.329	3,17	19.556	2,86	16.241	2,74
Chile	20.436	2,66	17.131	2,51	15.432	2,60
Peru	5.833	0,76	10.814	1,58	15.020	2,53
Líbano	17.187	2,24	16.090	2,35	12.336	2,08
Demais nacionalidades	124.630	16,23	111.738	16,34	104.516	17,64
Total	767.781	100,00	683.830	100,00	592.570	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra) Organização: Weber Soares Carlos Lobo, Ralfo Matos

Ressalta-se a princípio que os dados englobam os três últimos censos demográficos do IBGE e que os números apresentados podem apresentar convergências atualmente, principalmente em relação ao período significativo que já decorreu e também em razão dos números extraoficiais que acabam não sendo registrados, estes fatores podem interferir principalmente nas relações com países fronteiriços onde o deslocamento é mais significativo. Observa-se, a partir da tabela 3 que as nações de outros continentes têm diminuído o número de estrangeiros no Brasil, tal fato se apresenta nos casos de Portugal, Japão, Itália, Espanha, Alemanha e Líbano. As demais nacionalidades acumuladas também tiveram redução no período exposto. A única exceção é o caso da China que mais que dobrou o número de estrangeiros no Brasil. Quanto aos países americanos, todos tiveram aumento do número de componentes no país, havendo também, apenas uma exceção, o Chile. Em números absolutos a imigração americana ainda é tímida em comparação com os demais países citados, contudo, se isolarmos a imigração por década, a mobilidade destes sujeitos passa a ter relevância significativa, vide a tabela 4.

Tabela 4: Número e percentual de imigrantes da década, de nacionalidade estrangeira, residentes no Brasil em 1991, 2000 e 2010

Nacionalidades	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bolívia	5.994	8,74	6.967	7,20	22.132	13,46
Paraguai	6.897	10,06	11.156	11,53	19.953	12,14
Estados Unidos	4.263	6,22	7.502	7,75	15.343	9,33
Argentina	6.389	9,32	8.546	8,83	10.597	6,44
Portugal	4.027	5,87	3.978	4,11	9.091	5,53
Japão	2.030	2,96	4.712	4,87	7.823	4,76
Peru	2.051	2,99	4.501	4,65	7.111	4,33
Uruguai	6.098	8,90	5.667	5,86	7.044	4,28
China	1.758	2,56	3.080	3,18	5.922	3,60
Itália	1.768	2,58	3.782	3,91	5.592	3,40
França	1.660	2,42	3.029	3,13	4.567	2,78
Espanha	1.114	1,62	1.948	2,01	4.544	2,76
Colômbia	822	1,20	2.059	2,13	4.371	2,66
Alemanha	1.965	2,87	3.231	3,34	4.138	2,52
Grã-Bretanha	1.062	1,55	1.813	1,87	2.771	1,69
Chile	5.124	7,47	1.901	1,97	2.569	1,56
Coréias	3.287	4,80	1.622	1,68	2.525	1,54
Angola	818	1,19	2.067	2,14	2.388	1,45
México	286	0,42	631	0,65	1.868	1,14
Líbano	1.364	1,99	2.479	2,56	1.671	1,02
Venezuela	564	0,82	1.183	1,22	1.594	0,97
Suíça	661	0,96	1.038	1,07	1.106	0,67
Holanda	447	0,65	767	0,79	1.091	0,66
Cuba	74	0,11	892	0,92	1.078	0,66
Equador	257	0,37	545	0,56	1.057	0,64
Demais nacionalidades	7.769	11,33	11.656	12,05	16.475	10,02
Total	68.550	100,00	96.752	100,00	164.420	100,00

Fonte: Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra) Organização: Weber Soares Carlos Lobo, Ralfo Matos

A partir da tabela 4, expõe-se que os paraguaios são os principais imigrantes a entrar no Brasil entre os Estados membros do MERCOSUL, depois aparece a Argentina e em sequência o Uruguai. Entre estes encontram-se a Bolívia, os Estados Unidos, o Japão, Portugal e Peru, alguns são países americanos e se encontram em contextos próximos a aqueles aos quais nos propomos a pesquisar, os casos de Japão e Portugal apresentam aumento significativo, porém o retorno é ainda maior como demonstra a tabela 3.

As mobilidades migratórias têm como apoio a estabilidade econômica, geralmente os destinos são áreas ou regiões que podem ser consideradas polos de atratividade relativos ao país

de origem do sujeito, o seja, a situação econômica do destino tem de ser mais favorável do que o local de origem.

No que se refere aos movimentos intra-regionais, durante o decênio de 1970 houve um grande aumento da migração e o número de migrantes duplicou; dos anos 80 em diante o crescimento do stock desses migrantes foi modesto e pode-se conjecturar que tenha aumentado levemente até os anos 2000. É interessante de se observar que esses movimentos migratórios envolvem não apenas mudança de residência como também manifestam-se numa variedade de modalidades como, por exemplo, a mobilidade temporal ou circular, associadas aos ciclos econômicos e às atividades agrícolas, à construção de grandes obras e ao comércio, entre outras, e sua influência se faz sentir especialmente nas regiões fronteiriças. (PATARRA; BAENINGER, 2004, p. 4).

Durante os anos de 1968 a 1973 o Brasil viveu grande estabilidade econômica, denominado de milagre econômico brasileiro (VELOSO et. al. 2008). Tal período se encerrou a partir da crise do petróleo e culminou com os problemas enfrentados na década de 80, conhecida como a década perdida (OMETTO et. al., 1995). São dois períodos distintos dentro da histórica econômica brasileira, mas que comparadas às imigrações colocam em evidência tal questão com incentivo à imigração, assim segundo Patarra e Baeninger (2004, p. 5) “o Brasil foi o último país da América Latina a entrar na tendência de emigração rumo ao primeiro mundo a partir dos 1980; foi nesse período que, pela primeira vez, verificou-se uma saída significativa de sua população”, isto é, após um período de crise intensa, o brasileiros passam a sair do país, o que justifica mais uma vez, a questão econômica como um dos fatores preponderantes na decisão migratória.

O Brasil passou a ser visto como possível destino imigratório a partir dos anos 90, quando a econômica começou a se recuperar, mesmo com a incidência de outros problemas econômicos de âmbito global, de modo que, a partir de então, os países americanos passaram a ser mais atuantes no deslocamento de suas populações em direção ao Brasil.

Não obstante a importância da emigração de brasileiros nas últimas duas décadas do século XX, o país ainda recebe muitos migrantes internacionais. Se discriminadas as origens regionais dos imigrantes, referentes ao período 1991-2000, verifica-se que do total de 161.048 imigrantes procedentes das Américas, predominou o contingente de pessoas originárias dos países do Mercosul (53,62%), seguido por aqueles procedentes da América do Norte (27,92%) e do restante da América do Sul (18,45%). (MATOS, et. al. 2004, p. 8).

A maior parte dos imigrantes que o Brasil recebeu nos últimos anos, provém da América, sendo que mais da metade deste recorte tem origem no MERCOSUL, tal fato representa a importância dos laços criados a partir do estabelecimento do bloco no contexto regional. Assim a tabela 5 considera a mobilidade dos indivíduos do bloco no Brasil.

Tabela 5: Residentes no Brasil que moravam em Argentina, Uruguai e Paraguai em 2005

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	País de residência em 31/07/2005	Indivíduos
Brasil	Argentina	8084
Brasil	Paraguai	24610
Brasil	Uruguai	4326
Sul	Argentina	3018
Sul	Paraguai	16081
Sul	Uruguai	3577
Paraná	Argentina	911
Paraná	Paraguai	13498
Paraná	Uruguai	116
Santa Catarina	Argentina	968
Santa Catarina	Paraguai	1627
Santa Catarina	Uruguai	334
Rio Grande do Sul	Argentina	1138
Rio Grande do Sul	Paraguai	956
Rio Grande do Sul	Uruguai	3127

Fonte: Censo 2010, IBGE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Quando se trata das unidades federativas isoladamente, nota-se também a questão geográfica como referência para legitimação dos números absolutos quanto aos indivíduos que se mudaram recentemente, isto é, no Paraná se encontra o maior número de paraguaios e no Rio Grande do Sul o maior número de Uruguaios e Argentinos, este último com números mais equilibrados, porém com maior valoração para o Estado mais meridional do país. Assim:

Os fluxos migratórios do Paraguai, Uruguai e Argentina para o Brasil associam-se a fatores econômicos diversos, a exemplo de situações de aumento da pobreza em determinados países, expansão do dinamismo de economias sub-regionais do Centro Sul brasileiro, entre outros. Além desses fatores há também os laços históricos e a proximidade geográfica que unem as populações desses países. É nítida a concentração de migrantes nas áreas de fronteira com o Paraguai, Argentina e Uruguai. (MATOS et. al. p. 9).

Salienta-se que os indivíduos que se deslocaram para o Brasil a partir de Argentina, Paraguai e Uruguai tem como destino majoritário, com exceção dos argentinos, os três Estados

da Região Sul – em destaque na tabela -, é significativo destacar que tal informação não surpreende, em vista da proximidade geográfica entre a região e os países em questão, ou seja, são fronteiriços.

Tais números indicam apenas os residentes em outro país, não esclarecem necessariamente se são estrangeiros, imigrantes de retorno estão inseridos nos dados, ou seja, brasileiros que saíram do país e voltaram até 2010. Contudo, estes números indicam a dinâmica da mobilidade populacional que atrai e repulsa a população conforme as necessidades, ora econômicas capitalistas ou não em uma conjuntura supranacional.

Além da posição geográfica, outro fator que interfere na escolha de determinado país no momento da imigração é a questão cultural. Do ponto de vista de um trabalhador que sai de seu país a principal barreira é o idioma. A adaptação pode demorar e dificultar suas possibilidades em uma terra que lhe é estranha, portanto, locais culturalmente semelhantes podem ser mais atrativos a partir deste ponto de vista, assim, imigrantes paraguaios e uruguaio majoritariamente se deslocam em direção à Argentina pela facilidade quanto a língua falada, como observado na tabela 6.

Tabela 6: Estrangeiros residentes na Argentina por decênio

País	Antes de 1991	Entre 1991 e 2001	Entre 2002 e 2010	Total de indivíduos
Brasil	54,0 %	16,4 %	29,6 %	41.330
Paraguai	41,5 %	20,3 %	38,2 %	550.713
Uruguai	79,3 %	9,7 %	11,0 %	116.592

Fonte: INDEC. Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010. Organización: Alexandre L. Ponce Martins.

O total de brasileiros que residem na Argentina correspondem a 41.330 indivíduos segundo o censo realizado no país vizinho em 2010, os paraguaios correspondem a 550.713 pessoas, enquanto que 116.592 são cidadão uruguaio. A quantidade de paraguaios e uruguaio que residem na Argentina são muito maiores do que de brasileiros, mesmo o Brasil possuindo população muito superior do que aqueles. A proximidade cultural transcende as barreiras geográficas, no Brasil por exemplo, a maior comunidade estrangeira é a portuguesa, ao qual corresponde a 23,28% do total de estrangeiros residentes no Brasil, ressalta-se, porém, que a comunidade lusitana vem decaindo nos últimos decênios (SOARES et. al., 2015). Colocando como paralelo o número de imigrantes advindos de Paraguai e Uruguai, identifica-se que no Brasil há muito menos imigrantes destes países do que na Argentina, conforme demonstra a tabela 7.

Tabela 7: População imigrante por decênio de Argentina, Paraguai e Uruguai

País	1981 – 1991	1992 - 2000	2001 – 2010	Total
	Nº \ %	Nº \ %	Nº \ %	Nº \ %
Argentina	6.389 \ 9,32	8.546 \ 8,83	10.597 \ 6,44	29.067 \ 4,91
Paraguai	6.897 \ 10,06	11.156 \ 11,53	19.953 \ 12,14	39.251 \ 6,62
Uruguai	6.098 \ 8,9	5.667 \ 5,86	7.044 \ 4,28	24.048 \ 4,06

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra). Obs. 1: Foram considerados estrangeiros aqueles que não nasceram no Brasil. Obs. 2: A porcentagem considera a população imigrante total quanto aos números oficiais do IBGE em cada censo apresentado, não somente o universo dos países apresentados. Organização: Alexandre L. Ponce Martins.

Com exceção do Paraguai, os valores proporcionais vêm diminuindo nos últimos recenseamentos, ou seja, os uruguaios que representavam 8,9% de todos os imigrantes que entraram no Brasil entre 1981 e 1991 caiu para 5,86% no decênio seguinte e posteriormente para 4,06% em 2010, em números absolutos o número de pessoas que era de 6.098 caiu para 5.667 nos anos 90 e aumentou para 7.044 nos anos 2000. A Argentina tinha 6.389 indivíduos entre 1981 e 1991, o que correspondia a 10,06% dos imigrantes a entrar no Brasil no período, no decênio entrou 8.546 argentinos, o que correspondeu a 8,83% do total de estrangeiros, por fim entre 2001 e 2010 e entraram 10.597, correspondente a 6,44%. O Paraguai teve aumento em todos os decênios em números absolutos e proporcionais, em 1981 a 1991 6.897 indivíduos com 10,06% do total, em 1992 a 2000 11.156 indivíduos com 11,53% do total e nos anos 2001 a 2010 19.953 com 12,14% do total de imigrantes a entrar no respectivo decênio dentro do Brasil. Quanto ao total de imigrantes, chega-se a 29.067 argentinos (4,91% do total), 39.251 paraguaios (6,62% do total) e 24.048 uruguaios (4,06% do total).

Estes dados corroboram com a premissa do ideário cultural como base relevante para a escolha do destino dos imigrantes. O idioma seria um facilitador para a adaptação em um país distinto ao qual nasceu. De qualquer forma, entre os citados, os paraguaios apresentam uma dinâmica muito mais atuante quanto a mobilidade, tal fato se comprova também a partir dos dados dos brasileiros que vivem no exterior:

Tabela 8: Brasileiros residentes no exterior - 2014

País	Brasileiros no exterior
Argentina	47.045
Uruguai	15.551
Paraguai	349.842

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

A tabela 8 indica que há pouco mais de 400 mil brasileiros residindo em Argentina, Paraguai e Uruguai. O que explicita o fato de Brasil e Paraguai terem relações muito mais próximas no que tange a questão populacional. As informações obtidas podem conflitar, a partir da fonte de consulta, o Ministério das Relações Exteriores faz a contagem a partir dos consulados, existe um número maior de indivíduos residindo fora do país, uma vez que, muitos deles não se registram nos consulados. Assim Marinuci (2007, p. 5) comenta:

Apesar da importância desses números, deve-se ressaltar a dificuldade em calcular os intensos deslocamentos fronteiriços e limítrofes, sobretudo quando temporários e irregulares. A presença de brasileiros e brasileiras em países como Suriname, Guiana Francesa, Bolívia e, mesmo, Uruguai e Peru é sem dúvida muito maior do que apontam os dados oficiais.

Portanto, espera-se que haja muitos mais brasileiros residindo no exterior do que os números oficiais podem destacar, contudo, configuram-se como estimativas, de modo que, retrataremos os dados oficiais.

O Brasil como ponto de recepção de imigrantes encontra o Paraguai como maior expoente quando comparado aos demais países consultados. A Argentina é o maior receptor de imigrantes, onde a questão cultura emprega maior importância, destaca-se que o Brasil tem recebido um número crescente de estrangeiros, que visam principalmente buscar espaço no mercado de trabalho. Portanto é necessário se analisar tal questão no âmbito do bloco econômico, é o que destacaremos a seguir.

3.3 Mobilidade do Trabalho no contexto do MERCOSUL

Neste recorte estabelecer-se-á as características dos imigrantes que procuraram trabalho no Brasil e foram registrados oficialmente, ou seja, foram empregados com carteira assinada. Tais dados são disponibilizados no Anuário de Imigração disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego todos os anos, neste caso especificamente, foi utilizado o de 2015 que expõe as informações referentes ao ano de 2014. Procurou-se dar destaque a Paraguai, Uruguai e Argentina, ao qual refere-se aos trabalhadores naturais destes países que efetivamente conseguiram emprego ou foram dispensados. Salienta-se que as informações colocadas adiante aludem a indivíduos que conseguiram emprego legalmente, isto é, há um número de

estrangeiros que trabalham sem carteira assinada que não entram no universo de pesquisa do referido ministério.

Entre as formas de mobilidade ao qual a geografia se propõe a analisar está aquela que denominamos mobilidade da força de trabalho. Essa forma de movimento se encontra nos estudos de migração de um modo geral. Se observarmos os primeiros imigrantes a vir para o Brasil no século XIX, chegaremos ao entendimento de que estas pessoas praticavam a mobilidade para chegar ao Brasil e fugir de condições adversas como falta de trabalho, pobreza, perseguições diversas, entre outros. Problemas estes, por vezes provocados pela desigualdade social incentivada pelo sistema capitalista já em um estágio considerado avançado na Europa. Deste modo, pode-se analisar a mobilidade como forçada ou não, depende das características e do tipo de trabalho exercido pelo sujeito, bem como sua motivação ao se deslocar. Segundo Bertonha (1997), incorriam muitas destas motivações econômicas nestas relações entre brasileiros e italianos no final do século XIX e XX, o que corrobora a ideia de que majoritariamente estes imigrantes, especificamente, se deslocavam em função das assimetrias capitalistas em busca de trabalho, o que torna tal mobilidade forçada.

Os órgãos oficiais dos países pertencentes ao MERCOSUL não disponibilizam dados com muito detalhamento quanto ao emprego exercido por brasileiros em seus territórios. O que há de mais concreto são estimativas feitas pelo próprio Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como, trabalhos científicos que abordaram temáticas semelhantes.

Os brasileiros residentes na Argentina têm como principais atividades relacionadas com produção agrícola, ou prestação de serviços para empresas brasileiras multinacionais ou mesmo internacionais, o que predomina, já que segundo Firmeza (2007 p. 196) “em 2005, estimou-se em cerca de 38 mil o número de brasileiros na Argentina, dos quais, pouco mais de 32 mil em Buenos Aires”, tal afirmação justifica a ideia de que predominam atividades terciárias quanto às atividades exercidas pelos brasileiros.

A questão dos brasileiros que residem no Uruguai está ligada ao esgotamento da frente agrícola no Sul do país, o que levou muitos a se deslocar em direção aos países vizinhos. Acredita-se que a maior parte dos brasileiros a residir no Uruguai estejam ligados a produção agrícola. Tal migração ocorre em maior volume a partir dos anos 80, com o deslocamento de produtores gaúchos e paulistas. (FIRMEZA, 2007)

Com relação ao Paraguai, os brasileiros também apresentam a questão agrícola como fator de deslocamento, isto é, a partir dos anos 60 o fim da fronteira agrícola no Sul e os incentivos do governo paraguaio para ocupar a porção leste de seu país incentivou a entrada de

brasileiros. Estes passaram a trabalhar no campo, onde ocorria situações diversas, desde aquele produtor mais simples, até aquele com a estrutura mecanizada. (FIRMEZA, 2007)

Salienta-se portanto que o perfil aproximado do tipo de trabalho do brasileiro que vive em Argentina, Paraguai e Uruguai é mais voltado para o setor terciário quando se trata do primeiro caso, nos dois últimos acredita-se que questões agrárias incentivaram a emigração brasileira, de modo que, o setor primário se demonstra relevante neste sentido.

O Brasil possui um anuário específico para se tabular informações quanto aos trabalhadores estrangeiros no país, ação significativa já que é um dos polos de atração de trabalhadores internacionais, neste contexto, as regiões Sul e Sudeste, são aquelas que mais recebem estes indivíduos. Geograficamente, os estados do Sul do Brasil são responsáveis por receber grande quantidade de imigrantes, principalmente dos países fronteiriços, como podemos destacar nas tabelas 9, 10 e 11.

Tabela 9: Principais nacionalidades em admissão no estado do Paraná – 2014

País	Admitidos	Demitidos
REPÚBLICA DO HAITI	4.183	1.641
PARAGUAI	509	156
SENEGAL	375	188
BANGLADESH	198	95
ARGENTINA	170	65
PORTUGAL	104	42
COLÔMBIA	82	36
GANÁ	56	1
GUINÉ	56	26
ESPANHA ⁵	55	20
OUTROS	560	255
Total	6.348	2.525

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

⁵ Coloca-se em relevo, o deslocamento significativo de europeus para o Brasil a partir do século XXI, é um movimento relevante que traz ao país uma mão-de-obra qualificada que está com dificuldades em se locar no mercado europeu. A entrada de portugueses e espanhóis tem aumentado em razão da crise econômica iniciada em 2008, ao qual ainda mantém problemas até a atualidade no velho continente, entre os quais o desemprego. (FERNANDES, et. al. 2012)

Tabela 10: Principais nacionalidades em admissão no estado de Santa Catarina 2014

País	Admitidos	Demitidos
REPÚBLICA DO HAITI	6.015	2.077
GANÁ	707	313
ARGENTINA	517	296
SENEGAL	372	169
URUGUAI	151	105
REPÚBLICA DOMINICANA	101	35
PARAGUAI	97	61
COLÔMBIA	86	49
PORTUGAL	78	41
PERU	57	33
OUTROS	442	232
Total	8.623	3.411

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Tabela 11: Principais nacionalidades em admissão no estado do Rio Grande do Sul – 2014

País	Admitidos	Demitidos
REPÚBLICA DO HAITI	2.494	866
SENEGAL	1.884	936
ARGENTINA	381	196
URUGUAI	341	154
GANÁ	178	64
REPÚBLICA DOMINICANA	81	25
COLÔMBIA	78	32
PORTUGAL	55	14
PERU	53	51
PARAGUAI	49	17
OUTROS	382	128
Total	5.976	2.483

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

A análise das informações dar-se-á a partir dos indivíduos admitidos. O Haiti é o país ao qual temos o maior número de indivíduos admitidos com carteira assinada nos três Estados da Região Sul do Brasil. Tal situação se dá a partir das questões econômicas sociais que o Haiti tem vivido nos últimos anos, bem como as políticas migratórias que o Brasil estabeleceu com os estrangeiros haitianos, ou seja, os reconheceu como refugiados. Portanto, em comparação com os imigrantes de outras nacionalidades, os refugiados haitianos têm mais facilidade para entrar no país (SILVA, 2015). Em um segundo momento, há a presença de algumas nacionalidades africanas que se apresentam também como refugiados (CORRÊA, at. al., 2015). Posteriormente encontramos os países americanos representados, principalmente aqueles que fazem fronteira direta com a Respectiva Unidade Federativa em questão.

No caso do Paraná, representado pela tabela 9, há a ocorrência de considerável quantidade, quando comparados às demais nacionalidades, de paraguaios sendo admitidos e demitidos, 509 e 156 indivíduos respectivamente, número maior até do que o de senegaleses. Os argentinos aparecem respectivamente com 170 e 65, sendo a quinta em valoração na tabela. Os uruguaios não ocorrem entre os dez primeiros posicionados, o que indica que há menos de 50 admitidos e 20 demitidos. É natural ocorrer no Paraná maior número de paraguaios, uma vez que, geograficamente possuem grande fronteira e possibilidade de mobilidade das populações entre os dois países de um modo geral. Os argentinos aparecem de maneira significativa, enquanto que, os uruguaios não tem participação relevante.

Na tabela 10, ao qual representa a UF de Santa Catarina, encontramos igualmente grande presença de haitianos e ganeses. Na terceira posição e quinta posição há a ocorrência de argentinos e uruguaios, com 517 admitidos e 296 demitidos, no caso do primeiro, e 151 e 105 respectivos admitidos e demitidos no caso do segundo. Os paraguaios aparecem na sétima posição com 97 e 61, admitidos e demitidos respectivamente. Mais uma vez a posição geográfica justifica a maior presença de argentinos e uruguaios em detrimento dos paraguaios.

Quanto ao Rio Grande do Sul, presente na tabela 11, encontramos mais uma vez haitianos e senegaleses protagonizando a quantidade de trabalhadores contratados e dispensados. Em seguida argentinos e uruguaios com numeração próxima quanto aos admitidos e demitidos, ou seja, concomitantemente, 381 e 196 no caso do primeiro e 341 e 154 no caso do segundo. Os paraguaios aparecem na décima posição com admissão de 49 e demissão de 17. Geograficamente, a proximidade da referida UF contribui para a maior presença de argentinos e uruguaios, inclusive, é aquela entre as três destacadas que apresentam o maior número de uruguaios.

As três últimas tabelas em si, foram apenas descritas e julgadas quanto a proximidade geográfica das UFs em questão e seus países fronteiriços ao qual estabelecem relações de mobilidade populacional, principalmente na questão do trabalho. Criticamente, análise torna-se muito mais rica ao passo que descolemos cada país em partes para entendermos o todo, para tal, abordaremos Paraguai, Argentina e Uruguai isoladamente, para termos uma ideia geral posteriormente.

3.3.1 Mobilidade da força de trabalho paraguaia no Brasil

No caso do Paraguai, este possui uma fronteira muito dinâmica com o Brasil, uma vez que, como já exposto anteriormente, existe um comércio de produtos importados que incentivou o desenvolvimento da porção leste do país. Contudo, é de se esperar que as dinâmicas capitalistas que se dão na fronteira não absorvem toda mão de obra disponível na região, ou até mesmo no interior do país, esta mão de obra ociosa pode ser chamada de um exército de trabalhadores que findam por diminuir o valor da mão de obra local. Outra questão é a possibilidade de se encontrar melhores condições de salário do outro lado da fronteira, o que incentivaria o deslocamento, mesmo que fosse para exercer funções de cunho braçal. Na tabela 12, a seguir, encontra-se as atividades econômicas exercidas pelos paraguaios que se dirigiram ao Brasil e assinaram carteira, bem como, aqueles que forma demitidos.

Tabela 12: Principais atividades econômicas, admissão x demissão dos paraguaios, Brasil -2014

Atividade Econômica	Admitidos	Demitidos
Construção de Edifícios	120	40
Cultivo de Mandioca	57	48
Abate de Aves	50	19
Montagem de Estruturas Metálicas	49	37
Restaurantes e Similares	49	12
Frigorífico - Abate de Suínos	40	10
Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Supermercados	38	8
Confecção de Peças do Vestuário, Exceto Roupas íntimas e as Confeccionadas Sob Medida	32	18
Hotéis	25	7
Comércio Varejista de Materiais de Construção em Geral	23	2
Outras	686	248
Total	1.169	449

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Ao se considerar os imigrantes admitidos, temos como principais atividades exercidas aquelas relacionadas a construção de edifícios, cultivo de mandioca, abate de aves e montagem de estruturas metálicas. São funções distintas, mas que possuem em comum o fato de ser atividades de elevado esforço físico e com remuneração relativamente baixa se comparado à carga de trabalho. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ranking das atividades. Além das atividades principais, as ocupações podem refletir o tipo de trabalho ao qual os paraguaios mais são empregados, conforme a tabela 13:

Tabela 13: Principais ocupações, admissão x demissão dos paraguaios no mercado de trabalho, Brasil - 2014

Ocupação	Admitidos	Demitidos
Alimentador de Linha de Produção	74	18
Pedreiro	72	23
Servente de Obras	72	25
Trabalhador Volante da Agricultura	67	49
Armador de Estrutura de Concreto Armado	41	38
Vendedor de Comercio Varejista	38	13
Abatedor	31	12
Embalador, a Mão	27	3
Faxineiro	26	15
Repositor de Mercadorias	22	9
Outras	699	244
Total	1.169	449

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Os paraguaios, quanto as suas ocupações no Brasil, costumam ainda se submeter a cargos de baixa remuneração, isto é, no caso da tabela 12. Temos como mais admitidos os exemplos de alimentador de linha de produção, pedreiro, servente de obras, trabalhador volante da agricultura, entre outros. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. São cargos que não exigem mão de obra especializada no que se refere ao ensino superior. A escolaridade muito contribui com o perfil do trabalhador paraguaio, portanto, é importante também analisar as informações da tabela 14:

Tabela 14: Admissão x demissão de paraguaios, segundo escolaridade, Brasil - 2014

Escolaridade	Admitidos	Demitidos
Analfabeto	5	2
Fundamental Incompleto	252	107
Fundamental Completo	234	79
Médio Incompleto	122	47
Médio Completo	508	195
Superior Incompleto	15	3
Superior Completo	33	16
Total	1.169	449

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

A escolaridade, no que toca os admitidos, tem como principais representantes no caso paraguaio os indivíduos que apresentam o ensino médio completo, seguido do fundamental incompleto e fundamental completo. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. São categorias pouco qualificadas que justificam empregos em setores e cargos trabalhistas de baixa remuneração,

inclusive é notório que os indivíduos que apresentam o curso superior ficam diluídos entre os trabalhadores pouco qualificados, são irrelevantes dentro deste universo. Tais trabalhadores se encontram espalhados pelo país, fato que dificultariam estabelecer o local ao qual estão inseridos, portanto, justifica-se a presença da tabela 15, ao qual coloca as UFs que estas pessoas se destinaram.

Tabela 15: Admissão x demissão de paraguaios, por UF, Brasil – 2014

Unidade Federativa	Admitidos	Demitidos
Paraná	509	156
Mato Grosso do Sul	249	96
São Paulo	181	86
Santa Catarina	97	61
Rio Grande do Sul	49	17
Demais UFs	84	33
Total	1.169	449

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Destaca-se a maior presença de paraguaios admitidos no Paraná, seguindo a lógica geográfica, fica evidente que a UF é aquela que mais receberia trabalhadores, logo em seguida temos Mato Grosso do Sul, que, assim como o anterior possui ampla fronteira com o referido Estado vizinho. Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão em sequência na quarta e quinta posição em número de paraguaios admitidos, atrás ainda de São Paulo, que além da proximidade tem o apelo de ser o principal polo econômico do Brasil. Dentro do universo de 1.169 indivíduos admitidos é relevante destacar que 655 estão nos Estados do sul do país, isto é, mais de 50% do total. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. As cidades as quais estas pessoas se dirigem também se configura como relevante, uma vez que, indicam o quanto se mantém próximas ou se afastam da área fronteira, a partir da tabela 16 podemos observar tais dados.

Tabela 16: Principais municípios em admissão de paraguaios, Brasil - 2014

Município UF	Admitidos	Demitidos
Foz do Iguaçu PR	198	50
São Paulo SP	138	74
Naviraí MS	57	38
Campo Grande MS	56	23
Medianeira PR	48	12
Ponta Porã MS	45	4
Matelândia PR	28	10
Cascavel PR	27	13
Dourados MS	24	10
Curitiba PR	22	11
Outras	526	204
Total	1.169	449

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Segundo o IBGE, a faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai possui 150 km, é paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Dentro desta área entre os dez municípios mais ocorrentes quanto ao emprego de paraguaios, sete são fronteiriços, Foz do Iguaçu, Naviraí, Medianeira, Ponta Porã, Matelândia, Cascavel e Dourados. Os outros três, São Paulo, Campo Grande e Curitiba, são capitais de Estado, aos quais possuem mais atrativos para tais indivíduos. De todos os municípios cinco são do Paraná, onde quatro são da faixa de fronteira. Tais dados ajudam a refletir quanto os paraguaios se movem dentro do Brasil, em um universo de 1.169 pessoas há a certeza de que pelo menos 301 se encontram na fronteira do Paraná, aproximadamente 25% do total, fora os demais municípios que não foram elencados entre os dez primeiros. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades.

3.3.2 Mobilidade da força de trabalho argentina no Brasil

Por seu turno, o Estado argentino está muito mais integrado a Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Historicamente a colonização destas duas UFs tem o vizinho portenho como grande fator de influência, tal fato se corrobora a partir de contextos históricos conflituosos e econômicos. No século XIX Brasil e Argentina tiveram um conflito litigioso envolvendo a região oeste de Santa Catarina, fato conhecido como Questão de Palmas, resolvido sob arbitragem internacional pelos Estados Unidos. Economicamente, já no século seguinte, o início da colonização incentivou entrepostos comerciais que realizavam a venda de erva-mate

e madeira para país vizinho (PEREIRA; FREDDO). As intersecções históricas podem justificar uma maior interação entre aquelas UFs e a Argentina, na tabela 17 encontram-se as atividades econômicas exercidas pelos argentinos que se conduziram ao Brasil e assinaram carteira de trabalho, e também, aqueles que foram demitidos.

Tabela 17: Principais atividades econômicas, admissão x demissão dos argentinos, Brasil - 2014

Atividade Econômica	Admitidos	Demitidos
Restaurantes e Similares	240	148
Hotéis	208	108
Frigorífico - Abate de Suínos	143	58
Lanchonetes, Casas de Chá, de Sucos e Similares	71	44
Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional	54	10
Cultivo de Maçã	52	50
Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios	49	28
Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Supermercados	49	29
Construção de Edifícios	35	21
Agências de Viagens	31	15
Outros	870	377
Total	1.802	888

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

As principais atividades de admissão estão relacionadas a restaurantes, hotéis, frigoríficos, lanchonetes, transportes, entre outros. Comparando estas principais atividades com aquelas ao qual os paraguaios se destinavam, observa-se que os argentinos ocupam áreas que exigem menor esforço físico, bem como, melhor remuneração, uma vez que, predominam atividades, neste caso, referentes ao setor terciário. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. Além das atividades principais, as ocupações podem refletir o tipo de trabalho ao qual os argentinos são empregados, a tabela 18 salientará tais informações:

Tabela 18: Principais ocupações, admissão x demissão dos argentinos no mercado de trabalho, Brasil - 2014

Ocupação	Admitidos	Demitidos
Alimentador de Linha de Produção	159	65
Garçom	153	80
Cozinheiro Geral	103	61
Vendedor de Comercio Varejista	100	54
Recepcionista de Hotel	65	40
Atendente de Lanchonete	61	40
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	53	11
Operador de Caixa	46	31
Recepcionista, em Geral	46	20
Trabalhador Agropecuário em Geral	42	39
Outros	974	447
Total	1.802	888

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Os imigrantes argentinos, no que se refere às suas ocupações no Brasil, exercem cargos de baixa remuneração. Conforme a tabela 17 temos os exemplos de alimentador de linha de produção, garçom, cozinheiro, vendedor varejista, recepcionista de hotel, entre outros. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. São cargos que não exigem mão de obra especializada no que se refere ao ensino superior, contudo, se comparados, mais uma vez, aos paraguaios, exibem maior escolaridade, uma vez que, como já demonstrado anteriormente as ocupações estão mais ligadas à prestação de serviços. Nesse sentido, a escolaridade pode fornecer subsídios para se entender o perfil do trabalhador argentino, assim a tabela 19 se justifica:

Tabela 19: Admissão x demissão de argentinos, segundo escolaridade, Brasil - 2014

Escolaridade	Admitidos	Demitidos
Analfabeto	1	0
Fundamental Incompleto	265	142
Fundamental Completo	140	74
Médio Incompleto	85	46
Médio Completo	879	459
Superior Incompleto	72	34
Superior Completo	360	133
Total	1.802	888

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

A escolaridade tem como expoentes mais significativos, no caso argentino, os sujeitos que apresentam o ensino médio completo, seguido de superior completo e fundamental

incompleto. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. Nota-se, que são escolaridades mais qualificadas que no caso paraguaio, ao qual poucos representantes possuem o ensino superior completo. Tais informações podem representar uma população com maior remuneração, e conseqüentemente, com maior poder aquisitivo. Em seqüência, para se compreender o local de inserção destes trabalhadores, temos a tabela 20.

Tabela 20: Admissão x demissão de argentinos, por UF, Brasil – 2014

Unidades Federativas	Admitidos	Demitidos
Santa Catarina	517	296
Rio de Janeiro	403	183
Rio Grande do Sul	381	196
Paraná	170	65
São Paulo	106	38
Demais UFs	225	110
Total	1802	888

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Por meio da tabela 20, nota-se a ocorrência de argentinos em grande quantidade em Santa Catarina, a partir do pressuposto geográfico segue uma tendência lógica o fato da referida UF estar em uma posição preponderante no que tange tal informação. Logo em seguida temos o Rio de Janeiro, que, a partir de um apelo turístico e econômico tem maior possibilidade de receber estrangeiros da Argentina. Rio Grande do Sul aparece em seqüência na terceira posição em número de trabalhadores admitidos, atrás ainda de São Paulo, que além da proximidade tem o agravo de ser o principal polo econômico do Brasil. A partir de um recorte de 1.802 indivíduos admitidos é relevante destacar que 1.068 estão nos Estados do sul do país, isto é, mais de 50% do total, assim como no caso paraguaio. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. As cidades as quais estas pessoas se dirigem também se configura como elemento proeminente, uma vez que, indicam o quanto se mantém próximas ou se afastam da área fronteira os argentinos em questão.

Tabela 21: Principais municípios em admissão de argentinos, Brasil - 2014

Município UF	Admitidos	Demitidos
Florianópolis SC	264	164
Rio de Janeiro RJ	197	93
Santa Rosa RS	146	59
Armação de Búzios RJ	143	55
Balneário Camboriú SC	95	56
São Paulo SP	77	27
Vacaria RS	50	49
Curitiba PR	48	28
Porto Alegre RS	48	24
Barracão PR	44	8
Outros	690	325
Total	1.802	888

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

No interior da faixa de fronteira encontramos três municípios entre os dez com mais ocorrência de admissão de argentinos, são Santa Rosa, Vacaria e Barracão. Os demais municípios em ordem são Florianópolis, Rio de Janeiro, Armação de Búzios, Balneário Camboriú, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, são ora capitais de Estado, aos quais possuem mais atrativos econômicos, ora regiões litorâneas de potencial turístico, ou ambas, como no caso do Rio de Janeiro e Florianópolis. Os municípios estão bem distribuídos, de forma que, há maior quantidade de pessoas no Sul, porém fora da área de fronteira. Tais dados ajudam a refletir quanto os argentinos se movem dentro do Brasil, em um universo de 1.112 pessoas admitidas (aquelas elencadas entre os dez primeiros municípios), há a certeza de que pelo menos 455 se encontram no Sul, porém fora da zona de fronteira, pouco mais de 25% do total; 240 estão em ambiente de fronteira, enquanto que 417 (pouco menos que 25% do total) estão em outras regiões fora da zona de fronteira. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades.

3.3.3 Mobilidade da força de trabalho uruguaia no Brasil

Por fim, tratemos do Uruguai, o país tem ligações históricas e econômicas estreitas com o Rio Grande do Sul. Ressalta-se o fato das fronteiras gaúchas estarem entre as mais povoadas do país, como em toda Região Sul, ao contrário das demais regiões onde as frentes pioneiras são mais recentes, as distâncias maiores e a infraestrutura menos desenvolvida. Assim como nos demais casos, existe uma significativa mobilidade de trabalhadores na fronteira sul do

Brasil, onde uruguaios saem de seu país em busca novas e melhores oportunidades de trabalho. A princípio, a tabela 22 destacará as principais atividades exercidas por uruguaios admitidos com carteira assinada no Brasil, bem como aqueles que foram demitidos:

Tabela 22: Principais atividades econômicas, admissão x demissão dos uruguaios, Brasil - 2014

Atividade Econômica	Admitidos	Demitidos
Restaurantes e Similares	74	53
Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Supermercados	60	26
Hotéis	52	28
Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios	34	15
Lanchonetes, Casas de Chá, de Sucos e Similares	32	17
Construção de Edifícios	24	13
Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores	14	5
Clubes Sociais, Esportivos e Similares	12	9
Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Minimercados, Mercearias e Armazéns	12	5
Agências de Viagens	10	8
Outras	324	171
Total	648	350

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

No que se refere aos uruguaios admitidos, encontra-se entre as principais atividades praticadas nas áreas de restaurantes e similares, comércio varejista com predominância na área alimentícia, hotéis, comércio varejista com ênfase em vestuários, lanchonetes e construção de edifícios. Em comparação aos casos de Paraguai e Argentina, nota-se que os uruguaios têm um perfil mais próximo deste último, todavia, reconhece-se que são funções de baixa e média remuneração. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ranking das atividades. As ocupações podem conjecturar o tipo de trabalho ao qual os uruguaios mais são empregados, segundo a tabela 23:

Tabela 23: Principais ocupações, admissão x demissão dos uruguaios no mercado de trabalho, Brasil - 2014

Ocupações	Admitidos	Demitidos
Vendedor de Comercio Varejista	90	39
Cozinheiro Geral	56	29
Repositor de Mercadorias	33	16
Garçom	28	23
Atendente de Lanchonete	20	15
Servente de Obras	20	16
Operador de Caixa	15	8
Faxineiro	14	8
Recepcionista, em Geral	13	6
Atleta Profissional de Futebol	11	8
Outras	348	182
Total	648	350

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Por meio dos dados referentes às suas ocupações no Brasil, presentes na tabela 23, os uruguaios são encaixados em cargos como vendedor varejista, cozinheiro geral, repositor de mercadorias, garçom, atendente de lanchonete, entre outros. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. São cargos que não exigem mão de obra com alta escolarização, de modo que, se classificam como cargos com jornadas longas e trabalhosas. Comparando-se aos casos anteriores, mais uma vez, encontram-se mais semelhança com o caso argentino do que o paraguaio, uma vez que, há a predominância de ocupações relativas ao setor de serviços. A escolaridade justifica a predominância das referidas ocupações, assim a tabela 24:

Tabela 24: Admissão x demissão de uruguaios, segundo escolaridade, Brasil - 2014

Escolaridade	Admitidos	Demitidos
Fundamental Incompleto	68	31
Fundamental Completo	73	40
Médio Incompleto	65	31
Médio Completo	357	197
Superior Incompleto	23	20
Superior Completo	62	31
Total	648	350

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Os uruguaios admitidos no Brasil têm em relevo as escolaridades com o ensino médio completo, em segundo lugar com fundamental completo e em terceiro fundamental incompleto. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. Tais dados corroboram com a análise já explicitada, isto é, estão

diretamente relacionados com as atividades e cargos trabalhistas já citados anteriormente, mais uma vez os indivíduos com o ensino superior completo são diluídos dentro deste universo. A tabela 25 demonstra as unidades federativas aos quais os trabalhadores se destinaram:

Tabela 25: Admissão x demissão de uruguaios, por UF, Brasil – 2014

Unidade Federativa	Admitidos	Demitidos
Rio Grande do Sul	341	154
Santa Catarina	151	105
Rio de Janeiro	59	33
São Paulo	29	14
Paraná	20	15
Demais UFs	48	29
Total	648	350

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Em razão da fronteira direta com o Rio Grande do Sul, justifica-se a presença de uruguaios em tal estado com 341 indivíduos admitidos. Santa Catarina aparece logo em seguida com 151, o Paraná se encontra na quinta posição com 20. Rio de Janeiro e São Paulo estão em terceiro e quarto lugar com 59 e 29 admitidos respectivamente, justifica-se tais posições a partir do potencial econômico que as duas unidades apresentam, assim como ocorreu nos casos anteriores. O total de admitidos são 648, destes 512 estão na Região Sul, o que configura mais de 80% vivendo na região sul, o que significa que os uruguaios se mantêm próximos de seu país de origem. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. Os municípios que mais recebem estes trabalhadores estão destacados a seguir:

Tabela 26: Principais municípios em admissão de uruguaios, Brasil - 2014

Município UF	Admitidos	Demitidos
Chuí RS	94	34
Florianópolis SC	79	61
Porto Alegre RS	55	38
Santana do Livramento RS	54	16
Rio de Janeiro RJ	38	19
São Paulo SP	25	13
Caxias do Sul RS	16	11
Armação de Búzios RJ	14	9
Balneário Camboriú SC	14	9
Joinville SC	12	9
Outras	247	131
Total	648	350

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins.

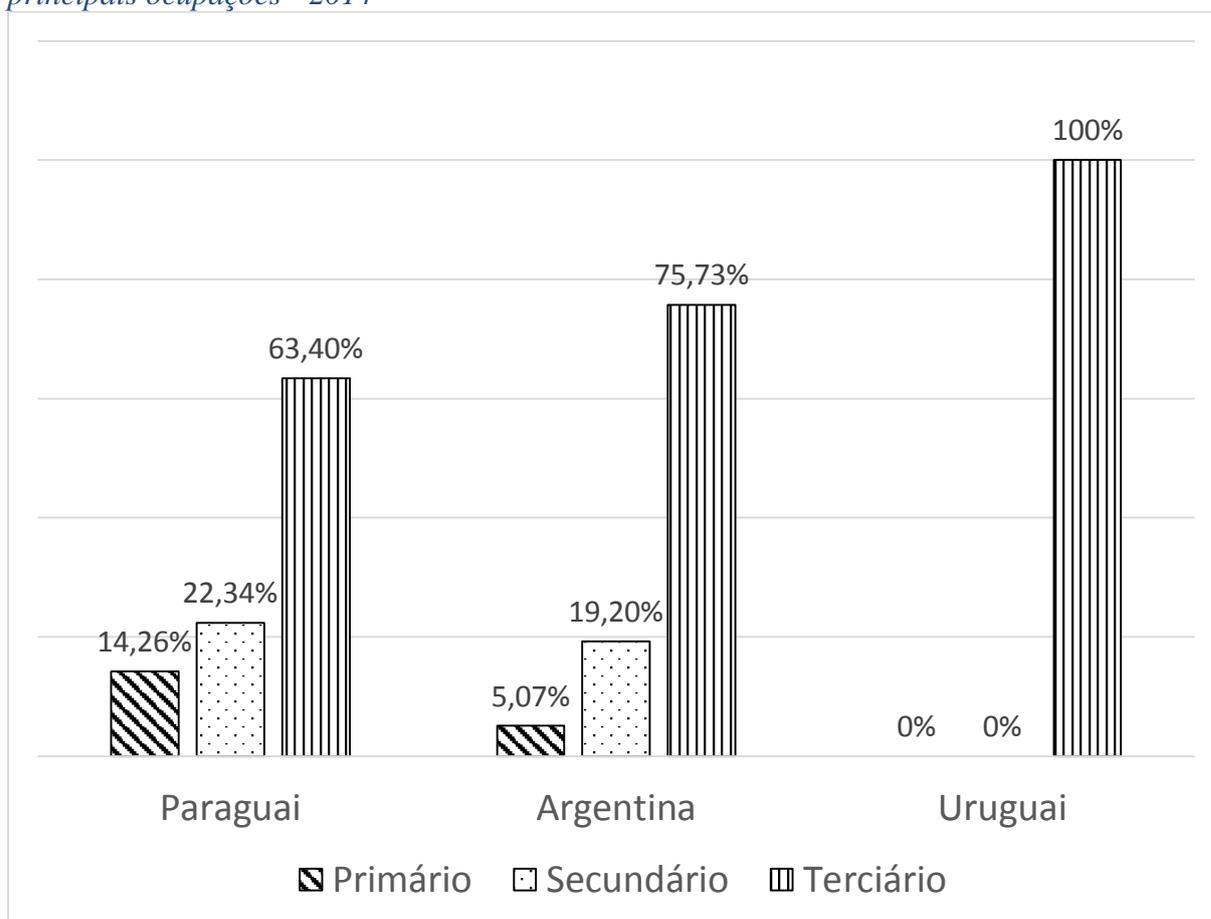
Chuí e Santana do livramento são os dois municípios fronteiriços que mais receberam uruguaios admitidos com carteira assinada em 2014, são as únicas entre as dez cidades brasileiras que mais receberam trabalhadores daquele país. São Paulo e Rio de Janeiro surgem entre os dados de modo relevantes, contudo são os únicos municípios fora do sul do Brasil. Os uruguaios em um espaço de 401 sujeitos admitidos entre os dez municípios que mais receberam trabalhadores, há a certeza de que pelo menos 324 se encontram na região sul, dos quais, 148 estão nas regiões de fronteira. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades.

3.3.4 Síntese da mobilidade da força de trabalho

A mobilidade dos trabalhadores do MERCOSUL no Brasil tem perfis distintos quando confrontados, ou seja, Argentina, Uruguai e Paraguai, a partir de suas características próprias, bem como, composição econômica, social e cultural, apresentam particularidades que podem ser discutidas a partir de suas ocupações quanto aos setores econômicos, nível de escolaridade, destino de imigração e média salarial. Ao se intersectar as informações dos referidos três países no Brasil, construir-se-á uma base para o entendimento das necessidades destes indivíduos em seu país de origem.

A princípio, a partir dos números presentes no Ministério do Trabalho e Emprego, destaca-se as ocupações mais exercidas por aqueles cidadãos do MERCOSUL que assinaram carteira no Brasil. Por meio destas informações, pode-se elencar as principais ocupações separadas por setor econômico, assim o gráfico a seguir apresenta:

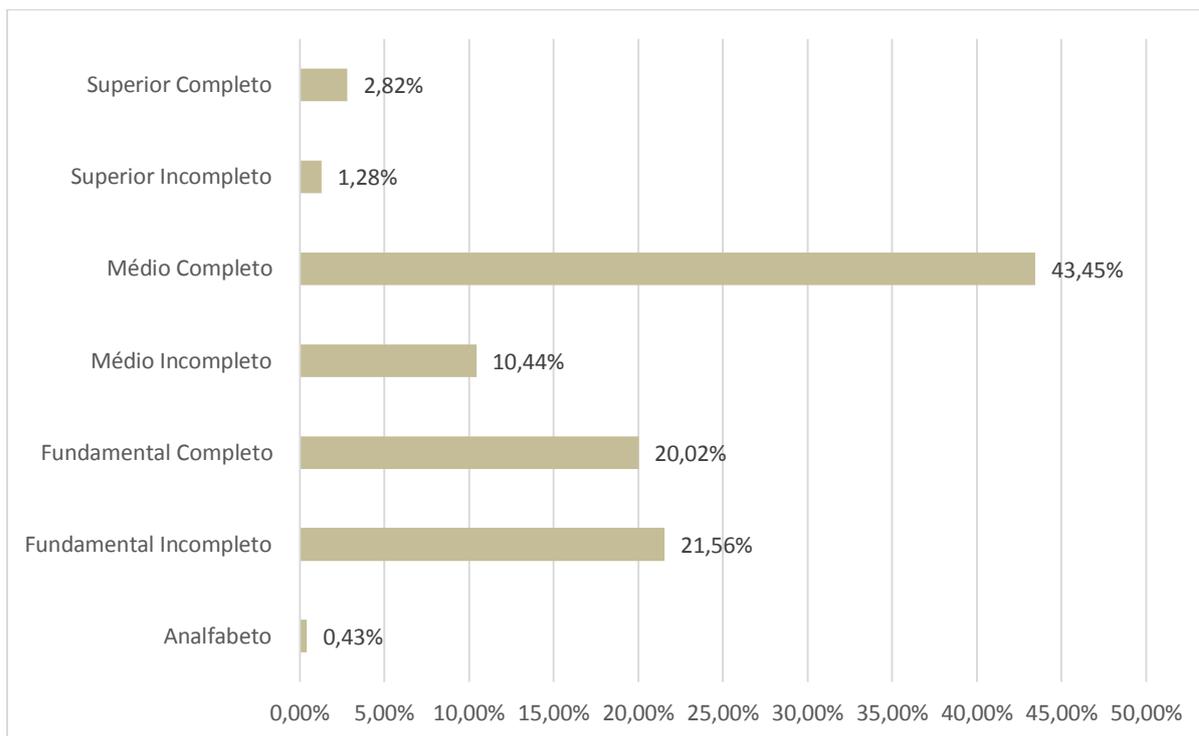
Gráfico 1: Trabalhadores do MERCOSUL admitidos no Brasil por setor econômico entre as principais ocupações - 2014



Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins. Obs.: Exceto Venezuela.

O gráfico 1 apresenta os trabalhadores admitidos de Paraguai, Argentina e Uruguai, a partir das dez ocupações mais exercidas no ano de 2014 com carteira assinada no Brasil. Todos apresentam fator em comum ter o setor terciário como destino majoritário, sendo no caso do Uruguai, a totalidade entre as dez principais ocupações. Os trabalhadores paraguaios têm significativa parcela de indivíduos no setor primário e secundário, assim como a Argentina, só que neste último caso, porém, com parcelas inferiores em ambos os setores. As diferenças encontradas podem ser justificadas a partir do índice de escolaridade, ao qual, pode justificar a posição do setor econômico do sujeito no mercado de trabalho. Os gráficos 2, 3 e 4 procuram estabelecer proporcionalmente estes índices.

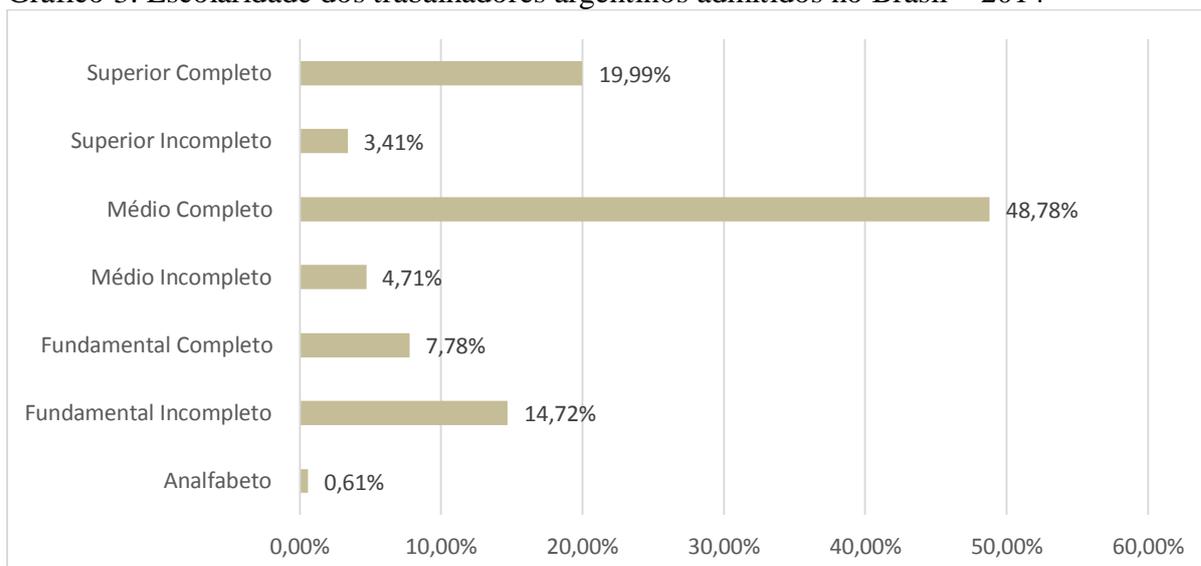
Gráfico 2: Escolaridade dos trabalhadores paraguaios admitidos no Brasil - 2014



Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins.

Conforme o gráfico 2, observa-se que o Paraguai tem grande quantidade de trabalhadores empregados no Brasil com ensino médio completo, com uma proporção de 43,45%. Logo em seguida temos o fundamental incompleto e completo com 21,56% e 20,02%, respectivamente. As três principais escolaridades em conjunto representam mais de 80% do universo total de paraguaios com carteira assinada no referido ano. Por se configurarem como faixas de escolaridade menos qualificadas, quando comparadas relacionadas ao ensino superior, temos maior incidência de trabalhadores primários e secundários.

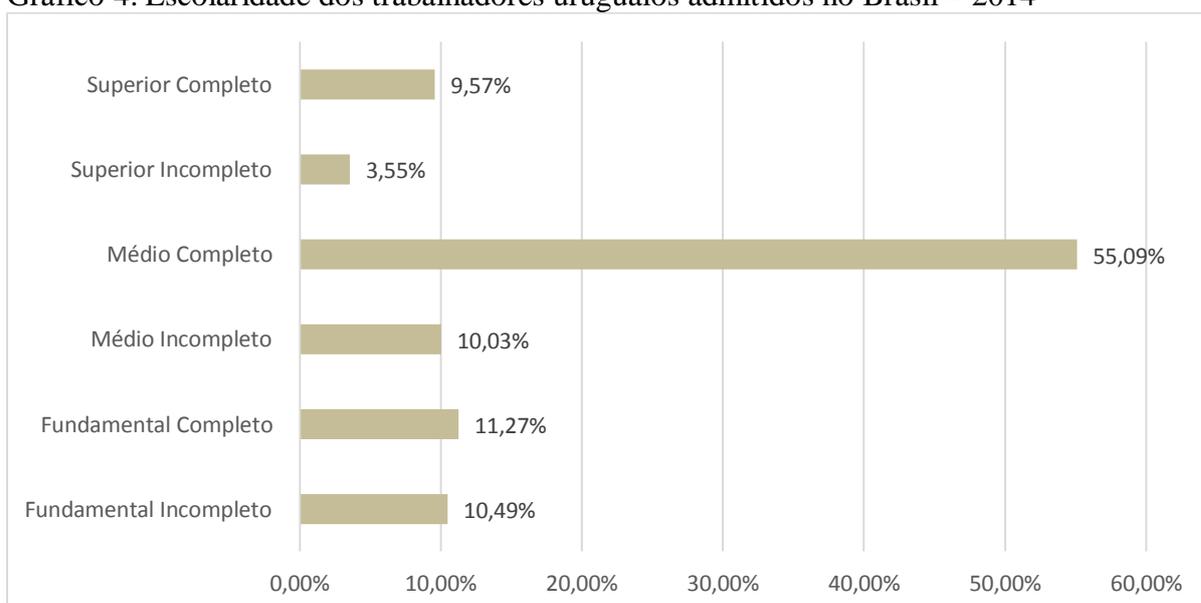
Gráfico 3: Escolaridade dos trabalhadores argentinos admitidos no Brasil – 2014



Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins.

O gráfico 3 demonstra que, apesar de possuir grande número de trabalhadores com ensino médio completo, 48,78%, os argentinos apresentam também significativa parcela de trabalhadores com ensino superior completo, 19,99%, o que lhes configuram melhores possibilidades de emprego, tal fato pode ser corroborado a partir dos setores econômicos presentes no gráfico 01, o número de trabalhadores primários e secundários são menores quando comparados ao Paraguai, estabelecendo maior relevo ao setor terciário.

Gráfico 4: Escolaridade dos trabalhadores uruguaios admitidos no Brasil – 2014

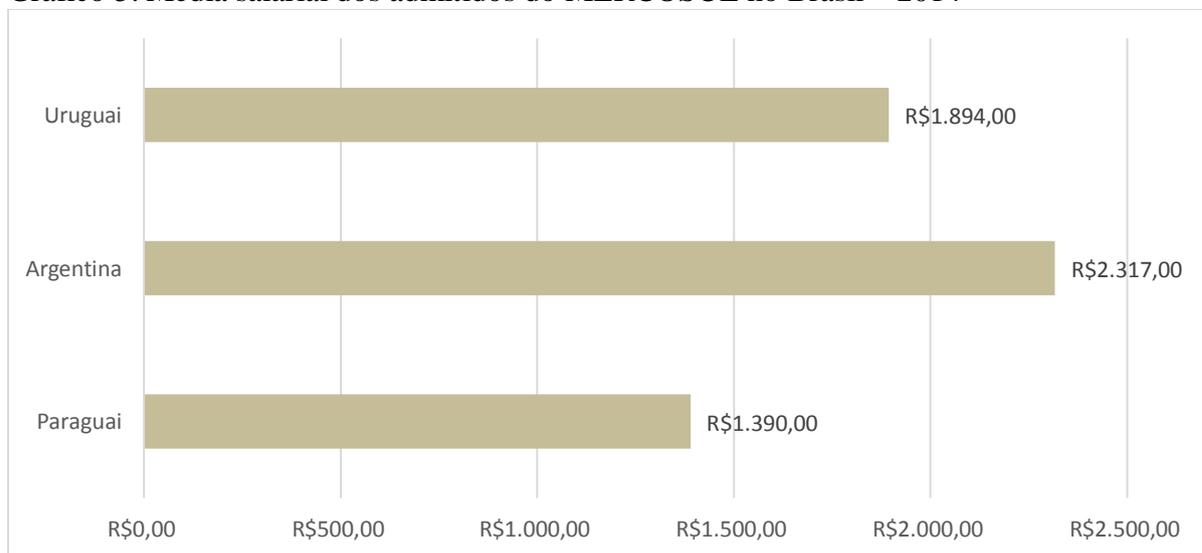


Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins.

Os uruguaios apresentam 100% de suas principais ocupações no Brasil presentes no setor terciário, a partir do gráfico 4, observa-se a presença de 55,09% de trabalhadores com ensino médio completo, com as demais faixas de escolaridade com valores próximos à faixa dos 10%, sendo que nenhum dos trabalhadores é analfabeto. Quase 70% dos trabalhadores apresentam melhor qualificação, estando hierarquicamente acima do nível do ensino médio completo. O que justifica, em partes, a totalidade do setor terciário neste caso. Salienta-se que nem todos os cargos terciários são destinados a indivíduos qualificados ou possuem de elevada remuneração.

No geral, os gráficos 2, 3 e 4 apresentam as diferenças de escolaridade dos três países em questão. Os argentinos possuem a maior quantidade de cidadãos qualificados, sendo seguido pelo Uruguai com índices de mediana qualificação, mas relativamente melhores quando comparados aos paraguaios, que apresentam maior quantidade de trabalhadores com baixa escolaridade. Além destes números influenciarem nos cargos de ocupação, também interferem na média salarial, que se altera conforme os anos de estudo do respectivo trabalhador, é o que demonstra o gráfico 5 a partir da média salarial de paraguaios, argentinos e uruguaios:

Gráfico 5: Média salarial dos admitidos do MERCOSUL no Brasil – 2014



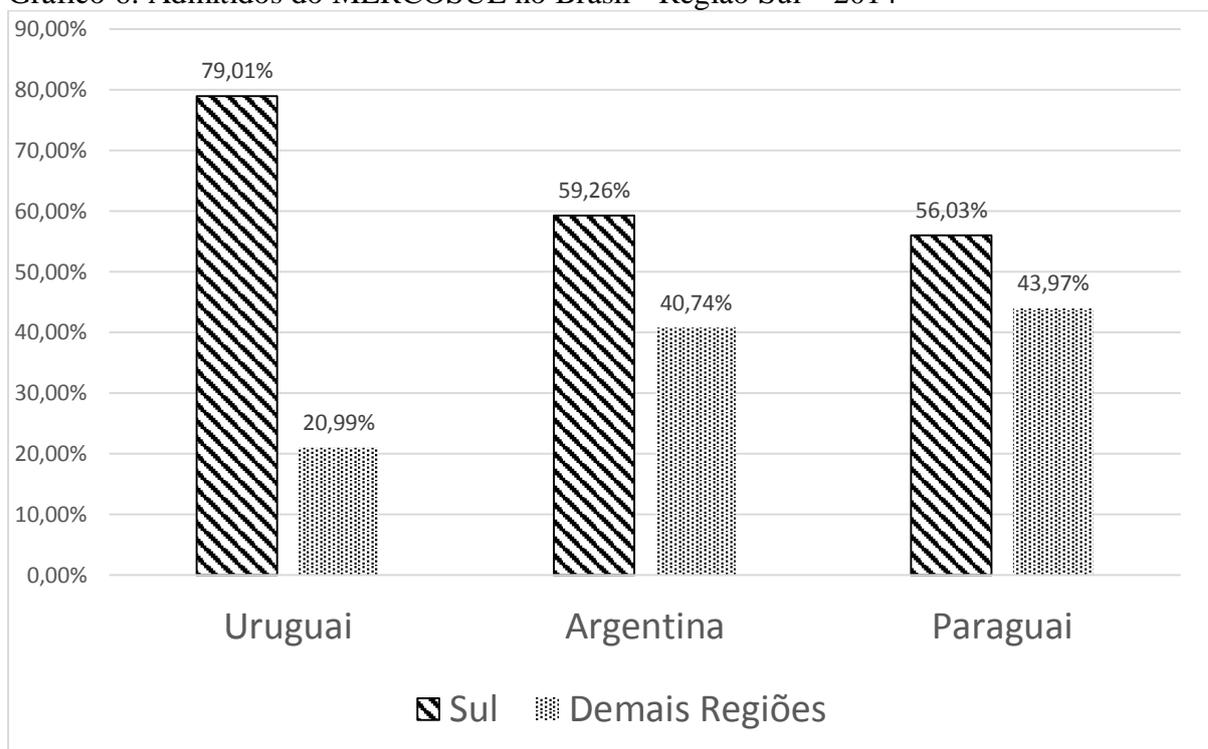
Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins. Exceto Venezuela.

A média salarial dos trabalhadores do MERCOSUL estão em conformidade com os gráficos e tabelas apresentados anteriormente, os paraguaios possuem a menor médias entre os três países, com 1.390,00 reais, em seguida os uruguaios com 1.894,00 reais e por último os argentinos com 2.317,00 reais. Justifica-se pela maior escolaridade e conseqüentemente encaixe

nos setores econômicos, o que eleva o salário dos argentinos é a grande quantidade de indivíduos com ensino superior, que em teoria ocupa cargos com maior remuneração.

Outra informação relevante é o destino da mobilidade destes trabalhadores, isto é, deve-se responder a alguns questionamentos, ficam próximos à fronteira ou se vão para outras áreas? Mantém-se nas unidades federativas próximas ou vão para outros estados? E ainda, destinam-se à região Sul ou vão para outras? O destino ao qual se locomovem muito deduzem de sua situação quanto às condições de seu local de origem.

Gráfico 6: Admitidos do MERCOSUL no Brasil - Região Sul – 2014

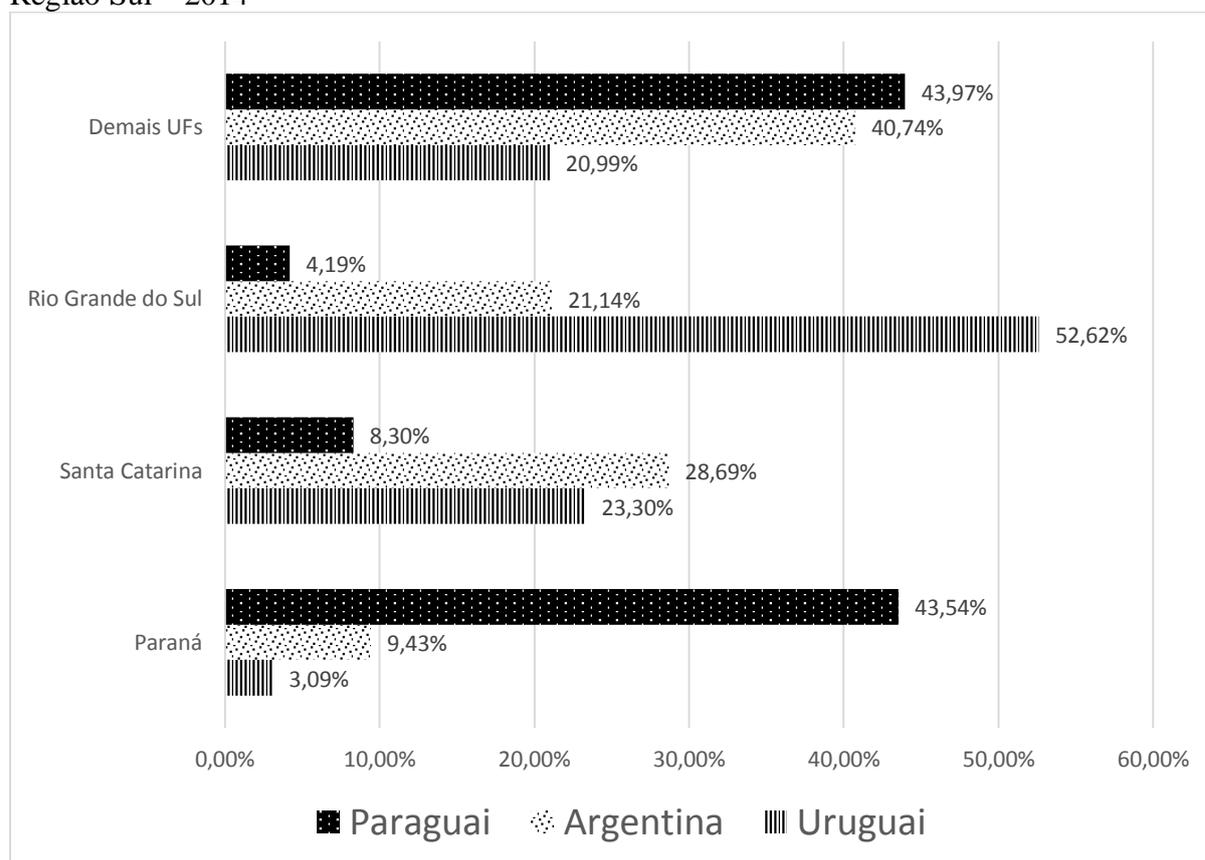


Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins. Exceto Venezuela.

Os trabalhadores estrangeiros do MERCOSUL provenientes de Uruguai, Argentina e Paraguai tem como principal destino a Região Sul do Brasil. De modo que, a maior proporção ocorre no caso do primeiro com quase 80% de todos os trabalhadores se mantendo na região. Os argentinos se apresentam com proporção menor, de quase 60% dos indivíduos trabalhando no sul do país. Por fim os paraguaios aparecem com percentual semelhante aos argentinos, com exatamente 56,03% da população no Sul. Geograficamente os uruguaios estão mais distantes das demais regiões brasileiras, o que justifica maior presença no Sul, os argentinos e paraguaios apresentam maior ocorrência em outras regiões a partir de sua proximidade e no caso do primeiro a escolaridade, que permite melhores opções em grandes centros. Contudo estes dados podem ser enganosos, a partir do momento em que não se observa a localidade por unidade

federativa, o Paraguai, por exemplo, apresenta fronteira com a região centro-oeste, o que compromete a qualidade da análise quanto a distância do deslocamento, os gráficos 7 e 8 procuram corrigir tal falha.

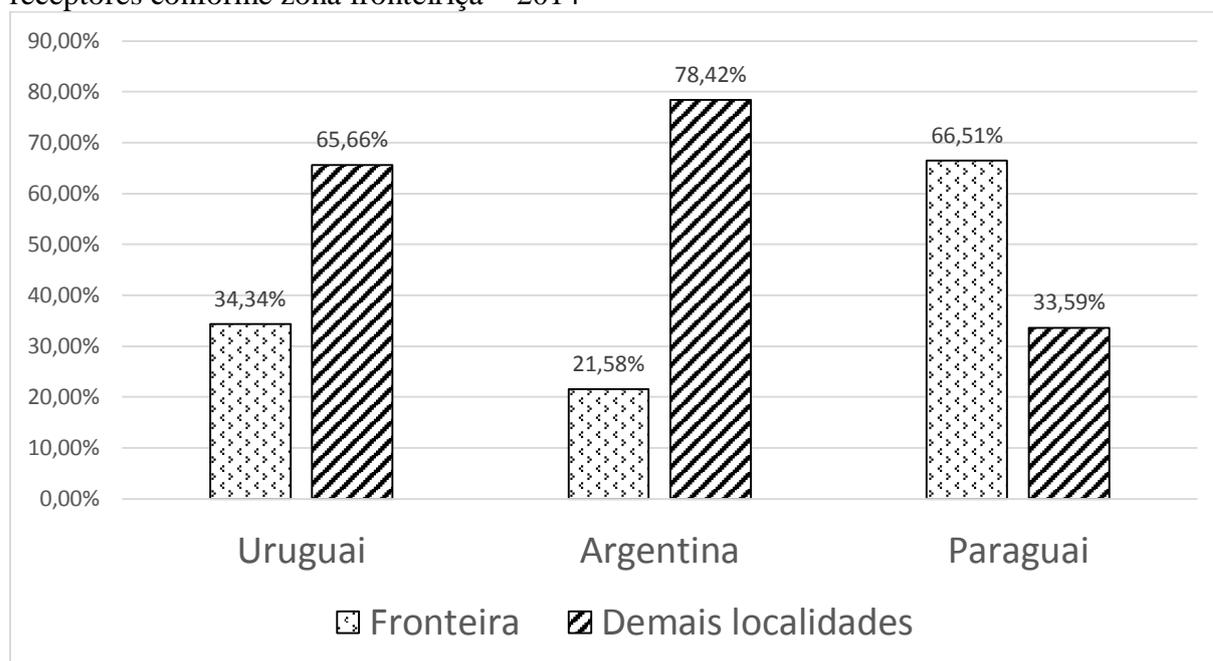
Gráfico 7: Admitidos com carteira de trabalho do MERCOSUL nas Unidades Federativas da Região Sul – 2014



Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins. Exceto Venezuela.

As possibilidades de análise se ampliam a partir do gráfico 7, o Paraguai demonstra ter grande parcela de sua população no Paraná, o que amplia a possibilidade de mobilidade mais próxima à fronteira, o que não parecia ocorrer no anterior. Os argentinos estão mais bem distribuídos, mas a maior parcela da população parece se concentrar em outras unidades federativas, destaca-se maior presença destes em Santa Catarina. Quanto ao Uruguai, percebe-se que a grande maioria se mantém no Rio Grande do Sul, fato já justificado pela proximidade geográfica e identidade cultural. Todavia, ainda não é suficiente para se esclarecer o quanto estes indivíduos se afastam ou não das fronteiras, pois nem toda a área dos estados em questão estão dentro da faixa fronteiriça. Portanto, o gráfico 8 procura estabelecer tais dados:

Gráfico 8: Admitidos com carteira de trabalho do MERCOSUL entre os dez maiores municípios receptores conforme zona fronteiriça – 2014



Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins. Exceto Venezuela.

O gráfico anterior procura demonstrar percentualmente os trabalhadores admitidos com carteira assinada dentro da faixa de fronteira, para tal, foi utilizado o universo das dez cidades que mais receberam imigrantes para este fim em 2014. Os gráficos ficam mais claros neste sentido, pois o Paraguai aparece como aquele que mais depende dos trabalhos na zona de fronteira, o que não ficava claro nos gráficos anteriores, este número é justificado devido à fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul, que aparece neste recorte. Os argentinos, demonstram menor dependência da faixa de fronteira, pois quase 80% de seus trabalhadores se destinam para áreas mais distantes, fato justificado pela maior escolaridade. O Uruguai ocupa um meio termo, aproximadamente um terço se mantém na fronteira, com dois terços se afastando desta, contudo vale ressaltar que este afastamento é dentro do próprio estado do Rio Grande do Sul, como demonstra os gráficos anteriores.

3.4 Aspectos econômicos do MERCOSUL

Para compreender aspectos hegemônicos no contexto do MERCOSUL, deve-se colocar em relevo as questões econômicas que permeiam as relações entre os Estados membros do bloco. Nesse sentido, buscou-se compilar e analisar dados referentes a importação, exportação

e produtos mais comercializados entre os países ao qual este trabalho se propõe a estudar, ou seja, Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Para melhor compreensão das informações, os dados foram exemplificados em gráficos, de modo que, facilite a síntese da referida análise. Inicialmente temos a tabela 27, ao qual expõe a evolução das taxas de exportação e importação do Brasil nos últimos 16 anos, bem como seus respectivos saldos comerciais.

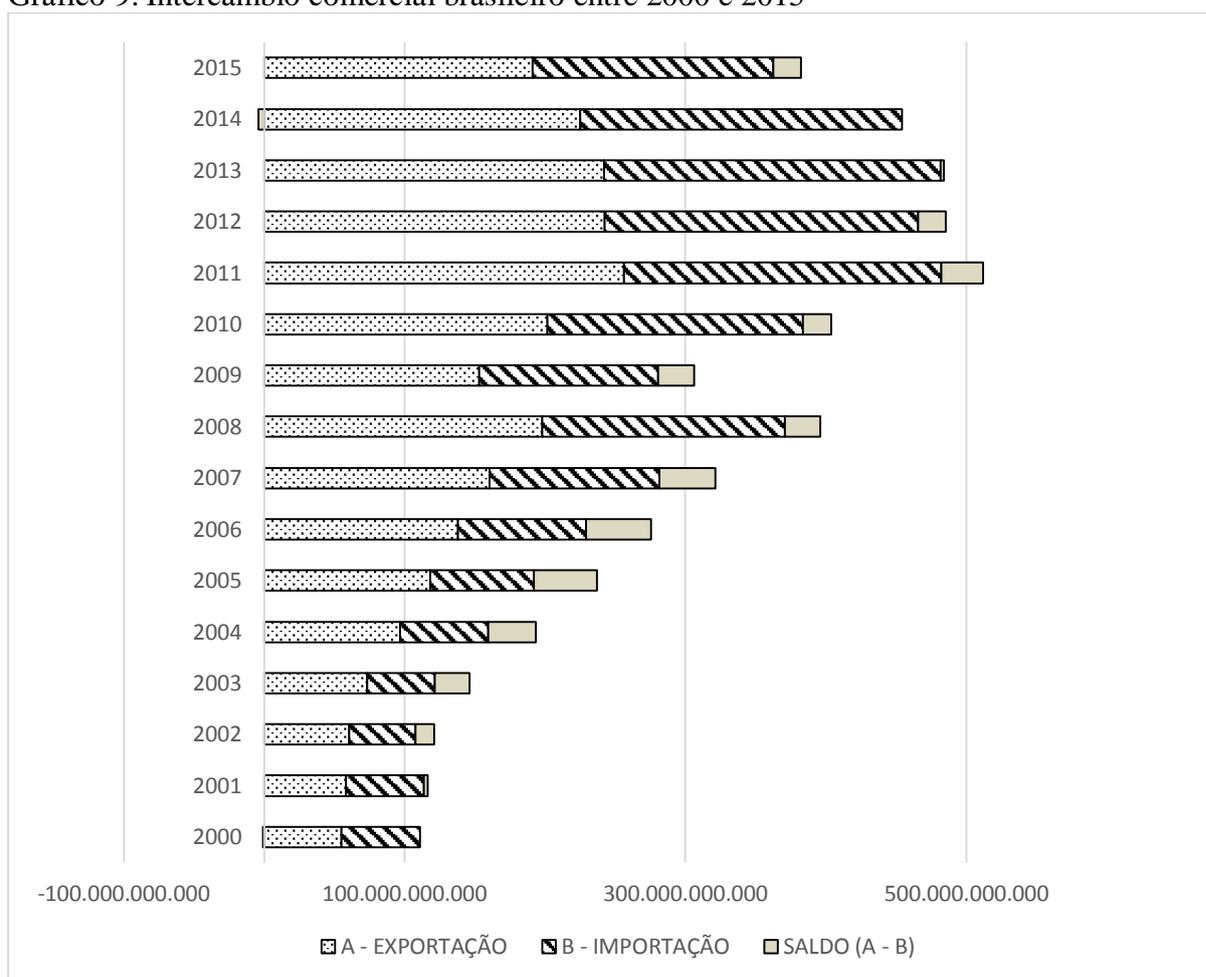
Tabela 27: Intercâmbio da balança comercial brasileira 2000 a 2015

	A – EXPORTAÇÃO (US\$)	B – IMPORTAÇÃO (US\$)	SALDO (A - B) (US\$)
2000	55.118.919.865	55.850.663.138	-731.743.273
2001	58.286.593.021	55.601.758.416	2.684.834.605
2002	60.438.653.035	47.242.654.199	13.195.998.836
2003	73.203.222.075	48.325.566.630	24.877.655.445
2004	96.677.498.766	62.835.615.629	33.841.883.137
2005	118.529.184.899	73.600.375.672	44.928.809.227
2006	137.807.469.531	91.350.840.805	46.456.628.726
2007	160.649.072.830	120.617.446.250	40.031.626.580
2008	197.942.442.909	172.984.767.614	24.957.675.295
2009	152.994.742.805	127.722.342.988	25.272.399.817
2010	201.915.285.335	181.768.427.438	20.146.857.897
2011	256.039.574.768	226.246.755.801	29.792.818.967
2012	242.578.013.546	223.183.476.643	19.394.536.903
2013	242.033.574.720	239.747.515.987	2.286.058.733
2014	225.100.884.831	229.154.462.583	-4.053.577.752
2015	191.134.324.584	171.449.050.909	19.685.273.675

Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

O Brasil passou por um período de desenvolvimento a partir do início do século XXI, tal evolução ampliou as trocas comerciais do país no mundo todo, este fato impulsionou o crescimento das exportações e importações de mercadorias que, como demonstrado na tabela 27 aumentaram significativamente. Por dois momentos ocorreram quedas nos valores de importação e exportação, nos anos de 2009 e a sequência de 2014/2015. Momentos de crise econômica e política em âmbito mundial que diminuiu sensivelmente as exportações e importações de mercadorias. Por dois anos se deu o saldo da balança comercial de forma negativa, no ano 2000 e no ano de 2014. A seguir o gráfico 9 reflete tais comentários:

Gráfico 9: Intercâmbio comercial brasileiro entre 2000 e 2015



Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

O MERCOSUL como um todo é um grande parceiro comercial do Brasil. Deste modo, a tabela 28 e o gráfico 10, ambos em sequência, demonstram tal afirmação a partir dos números referentes ao intercâmbio comercial do Brasil realizado exclusivamente com os parceiros do MERCOSUL.

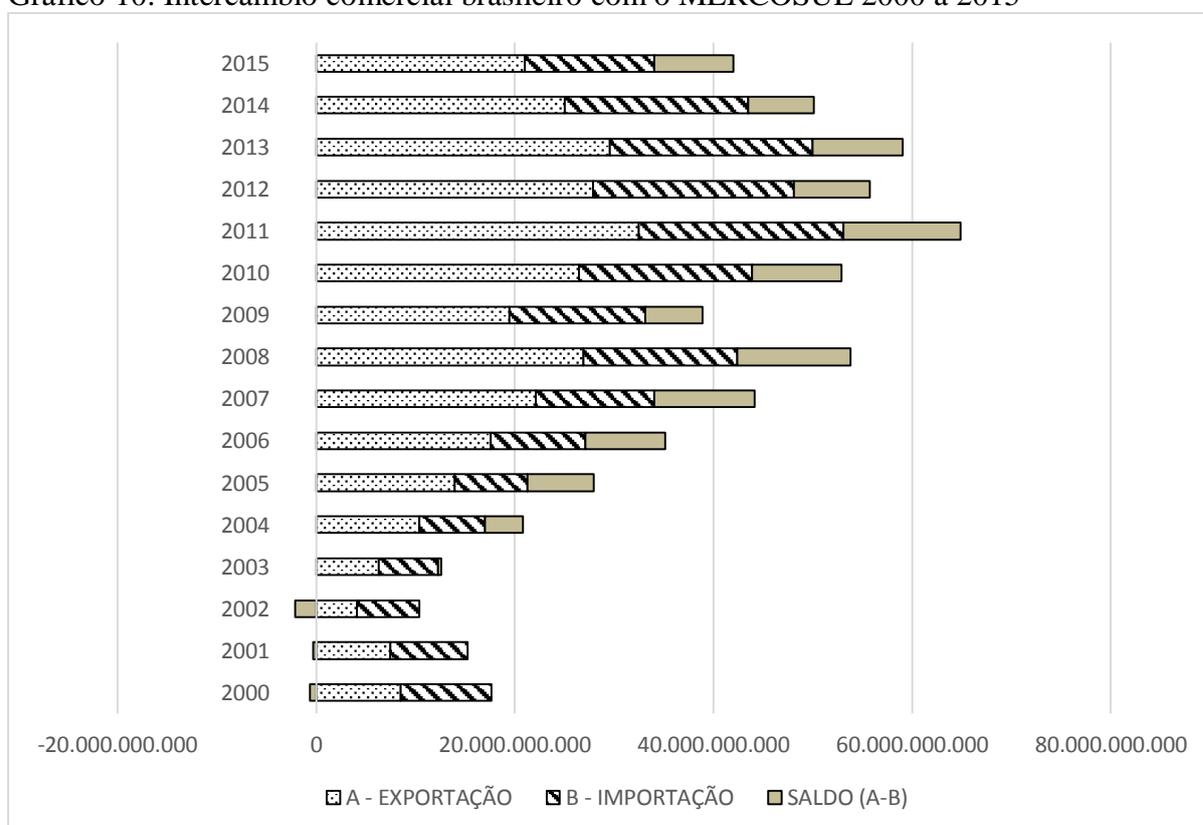
Em comparação ao gráfico e à tabela anterior é possível se observar a participação significativa do MERCOSUL nos números derradeiros de cada ano da balança comercial brasileira. Tanto em períodos com saldo positivo quanto negativo. No ano 2000 o saldo de importação negativo com o MERCOSUL impulsionou a queda de toda balança comercial brasileira. Os anos subsequentes foram positivos no geral, contudo na relação com MERCOSUL permaneceu a situação de déficit. Tal situação começa a se alterar a partir de 2003 quando a respectiva relação comercial passa a ser superavitária para o Brasil. Se mantendo de tal modo até os anos atuais.

Tabela 28: Intercâmbio comercial brasileiro com o MERCOSUL 2000 a 2015

	A – EXPORTAÇÃO (US\$)	B – IMPORTAÇÃO (US\$)	SALDO (A-B) (US\$)
2000	8.492.505.150	9.123.880.701	-631.375.551
2001	7.469.724.575	7.756.657.317	-286.932.742
2002	4.117.649.452	6.244.780.269	-2.127.130.817
2003	6.292.538.805	5.960.383.423	332.155.382
2004	10.404.703.999	6.589.576.298	3.815.127.701
2005	13.969.717.232	7.309.304.679	6.660.412.553
2006	17.551.252.758	9.558.940.087	7.992.312.671
2007	22.077.516.463	11.970.676.939	10.106.839.524
2008	26.887.496.023	15.472.884.433	11.414.611.590
2009	19.439.286.055	13.689.034.987	5.750.251.068
2010	26.455.472.799	17.452.818.290	9.002.654.509
2011	32.444.355.252	20.642.109.755	11.802.245.497
2012	27.855.792.746	20.247.237.494	7.608.555.252
2013	29.533.266.644	20.450.156.238	9.083.110.406
2014	25.053.087.871	18.445.663.953	6.607.423.918
2015	20.986.834.593	13.065.343.852	7.921.490.741

Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

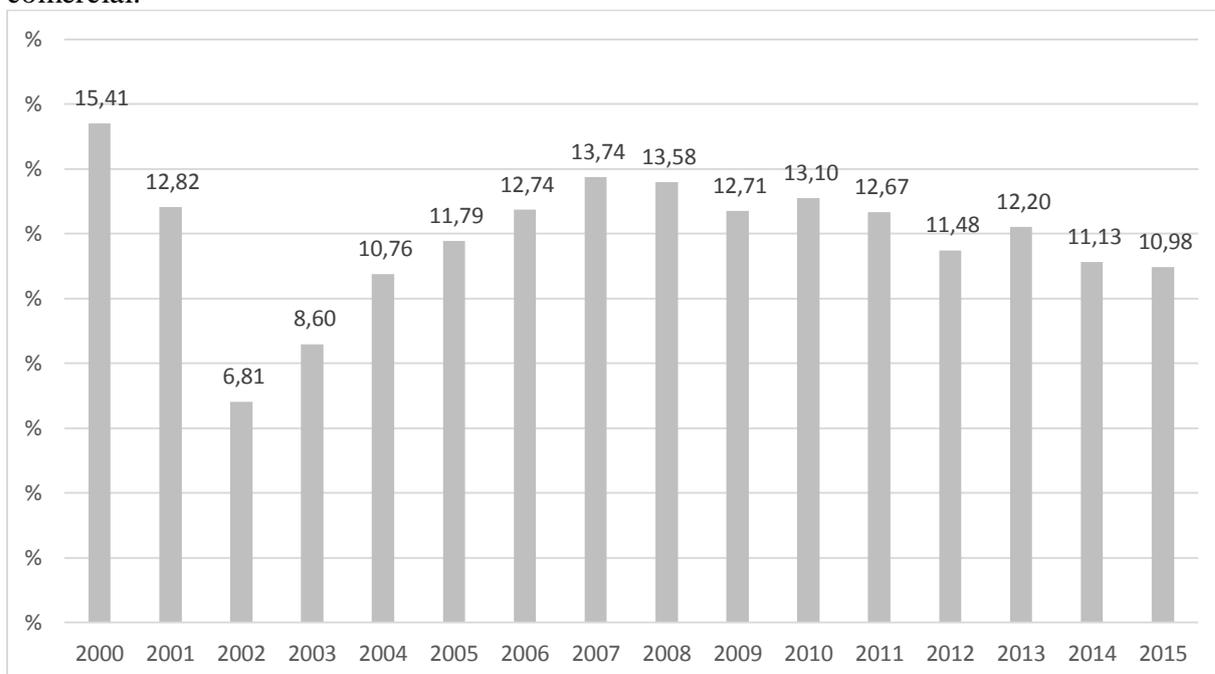
Gráfico 10: Intercâmbio comercial brasileiro com o MERCOSUL 2000 a 2015



Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

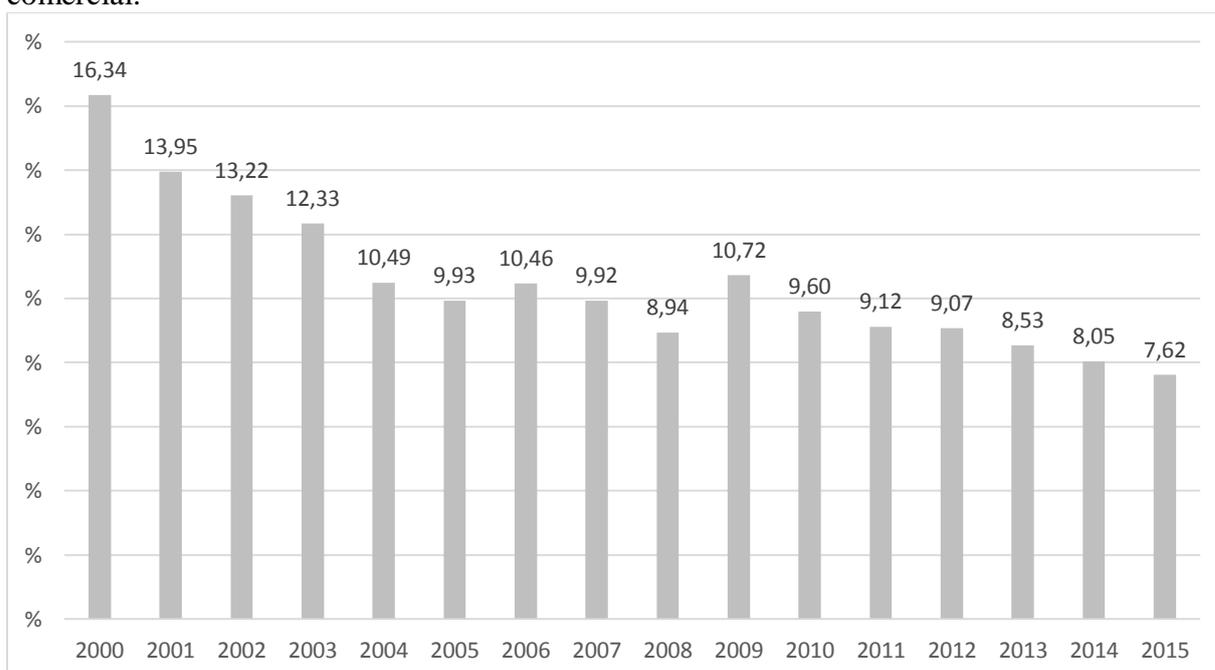
A seguir os gráficos 11, 12 e 13 nos estabelecem a relação percentual de participação de importação, exportação e saldo comercial do Brasil com o MERCOSUL em relação ao resto do mundo.

Gráfico 11: Percentual das exportações do Brasil para o MERCOSUL em relação à balança comercial.



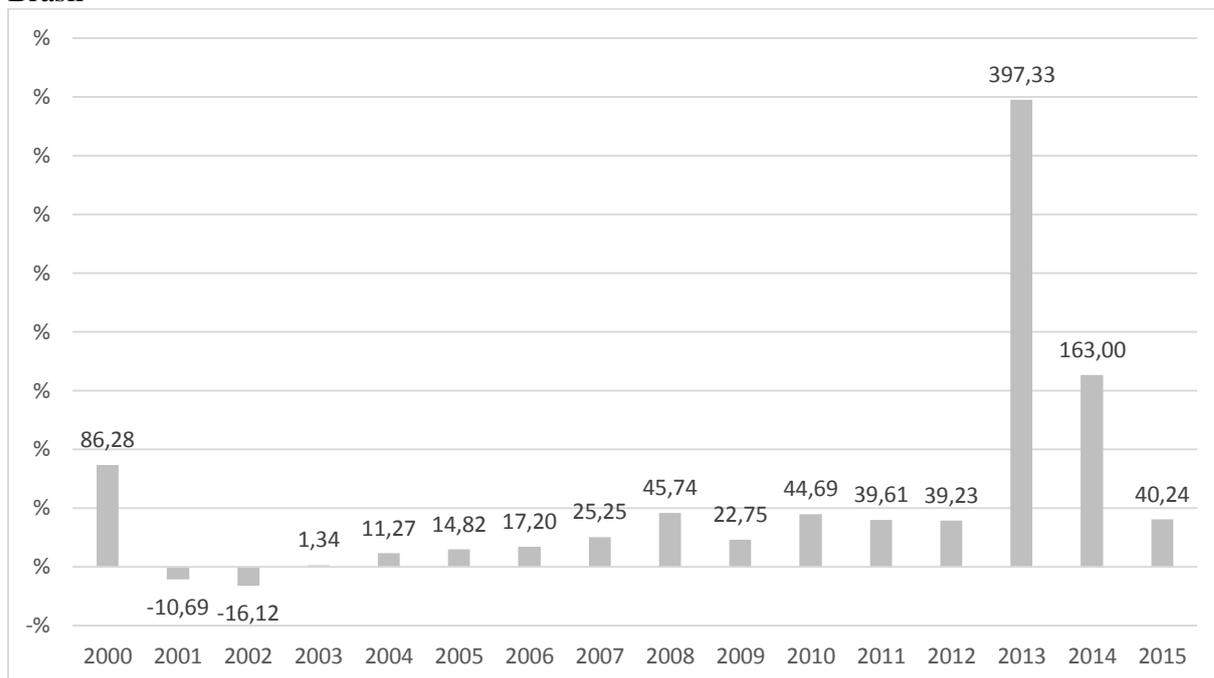
Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

Gráfico 12: Percentual das importações do Brasil para o MERCOSUL em relação à balança comercial.



Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

Gráfico 13: Proporção do MERCOSUL em relação ao saldo da balança comercial geral do Brasil



Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

Os três gráficos anteriores procuram sintetizar a contribuição das relações comerciais do MERCOSUL e do Brasil. A princípio, o gráfico 11 estabelece uma proporção constante de exportação para o bloco, de modo que as únicas exceções são os anos de 2002 e 2003, os outros anos estão sempre em faixas próximas da casa dos 10% aos 15%. Já o gráfico 12 demonstra uma nítida queda dos índices de importação do Brasil, em valores percentuais, diante do bloco vizinho. Por fim, gráfico 13 se refere à proporção do saldo da balança comercial geral em relação ao MERCOSUL, neste recorte há números curiosos, uma vez que, saldos positivos e negativos constam nestes dados. No ano 2000 os 86,28% não soam como um fator positivo, pois o saldo da balança naquele ano foi de déficit, ou seja, mais de 731 milhões de dólares, assim como demonstra as tabelas 27 e 28, deste valor total os referidos 86,28% vieram de relações com o bloco vizinho. Já os dois anos seguintes, 2001 e 2002 foram superavitários no geral, porém com déficit no que se refere ao MERCOSUL, o que explica os valores negativos de -10,69% e -16,12%, respectivamente. Entre 2003 e 2012 ambos os valores foram superavitários, com a participação do MERCOSUL ganhando importância significativa, pois em dados anos, chegou a representar mais de 40% de toda balança comercial brasileira, como em 2008 e 2010. Em 2013 a balança comercial com o MERCOSUL foi maior que o saldo geral, o que explica o alto valor da proporção, 397,33%. O saldo com resto do mundo caiu enquanto que com o MERCOSUL se manteve elevado, de modo que, pode-se afirmar que as relações

econômicas com o MERCOSUL naquele ano mantiveram a balança comercial superavitária. Em 2014 a proporção se mantém positiva, já que os negócios comerciais com o bloco vizinho se mantiveram superavitários, enquanto que com o resto do mundo ocorreu uma queda acentuada que colocou a balança comercial brasileira daquele ano em déficit, o que explica os 163%.

As séries históricas de importação e exportação também podem ser detalhadas por meio dos países ao qual estamos estudando, portanto a seguir analisaremos a balança comercial com a Argentina na tabela 29.

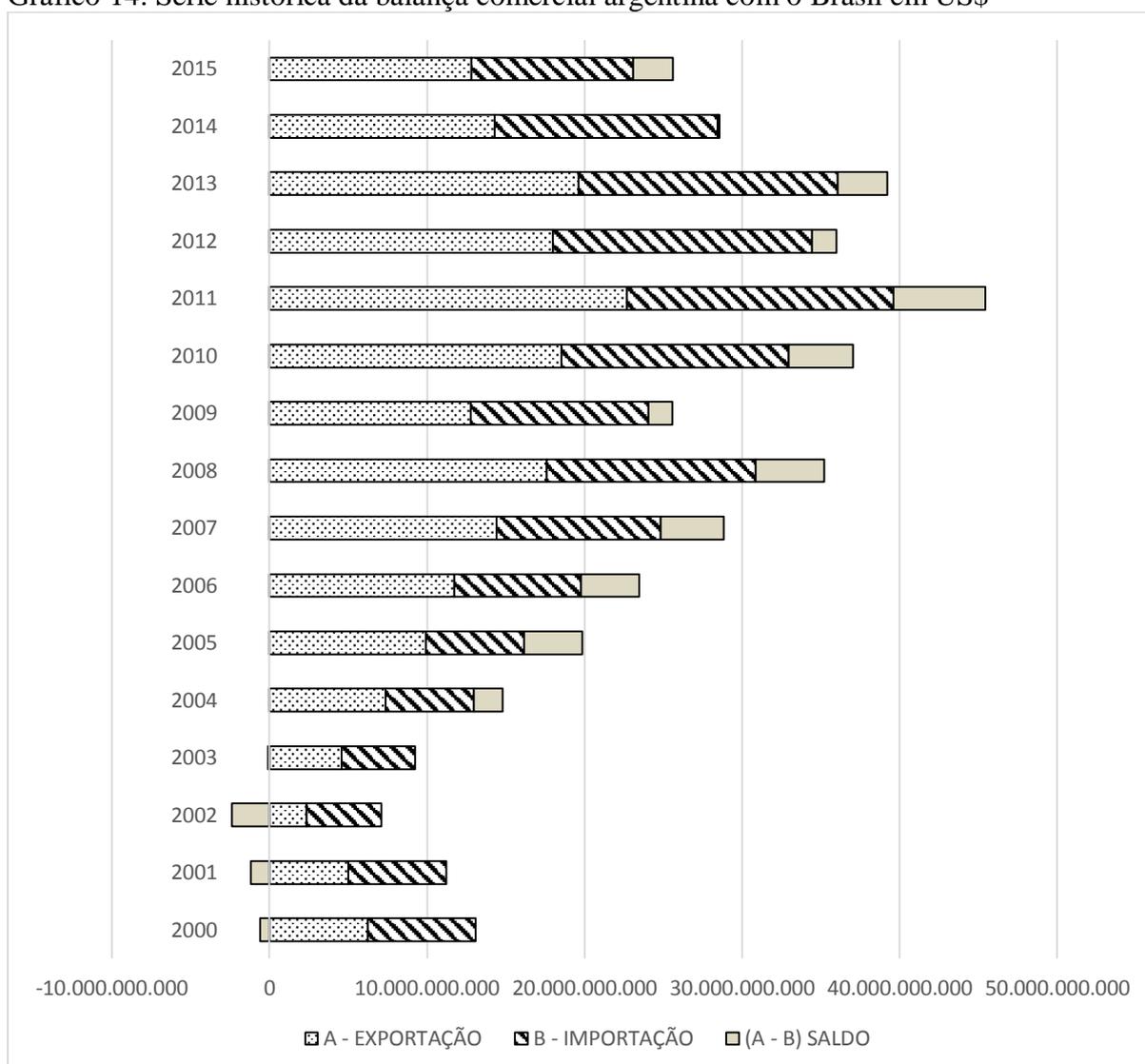
Tabela 29: Série histórica da balança comercial argentina com o Brasil

	A – EXPORTAÇÃO (US\$)	B - IMPORTAÇÃO(US\$)	(A - B) SALDO (US\$)
2000	6.237.684.373	6.843.231.619	-605.547.246
2001	5.009.810.224	6.206.537.463	-1.196.727.239
2002	2.346.508.274	4.743.785.116	-2.397.276.842
2003	4.569.767.654	4.672.610.523	-102.842.869
2004	7.390.967.394	5.569.811.952	1.821.155.442
2005	9.930.152.936	6.241.110.029	3.689.042.907
2006	11.739.591.939	8.053.262.647	3.686.329.292
2007	14.416.945.588	10.404.245.932	4.012.699.656
2008	17.605.620.920	13.258.441.511	4.347.179.409
2009	12.784.966.502	11.281.656.656	1.503.309.846
2010	18.522.520.610	14.434.593.883	4.087.926.727
2011	22.709.344.431	16.906.351.509	5.802.992.922
2012	17.997.706.375	16.443.910.391	1.553.795.984
2013	19.615.414.342	16.462.685.523	3.152.728.819
2014	14.281.998.035	14.142.927.904	139.070.131
2015	12.800.015.447	10.284.589.084	2.515.426.363

Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

A partir do ano de 2004, todos os anos subsequentes até 2015 foram superavitários no que tange ao comércio exterior do Brasil com a Argentina. Antes deste período verifica-se quantidade de exportação e importação menor, bem como saldos comerciais deficitários. Em números absolutos os valores de exportação e importação atingiram o ápice em 2011, assim como o saldo, e posteriormente declinaram. Entretanto, o saldo da balança comercial foi irregular com altas e quedas, tendo 2014 como pior resultado desde 2003. A seguir o gráfico 14 representa tais fatos.

Gráfico 14: Série histórica da balança comercial argentina com o Brasil em US\$



Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

A representação gráfica anterior (14) tem como base a tabela 29, concebe os índices de exportação e importação, bem como o saldo comercial. Verifica-se que os anos 2000 a 2002 são de saldo negativo, o que justifica os valores estarem à esquerda do eixo. Como já citado anteriormente, o ápice ocorreu em 2011 com posterior queda.

Vários fatores interferem na relação comercial bilateral entre países no comércio internacional. Entre eles está, por exemplo, a variação cambial junto ao dólar e a entrada de novos mercados concorrendo com os produtos locais, caso da China por exemplo (BENATTI, 2011). Tais fatores foram determinantes nos últimos anos, o que interferiu na compra e venda de mercadorias entre ambos os países. A tabela 30 trará números referentes às importações e exportações brasileiras do Paraguai e seus respectivos saldos.

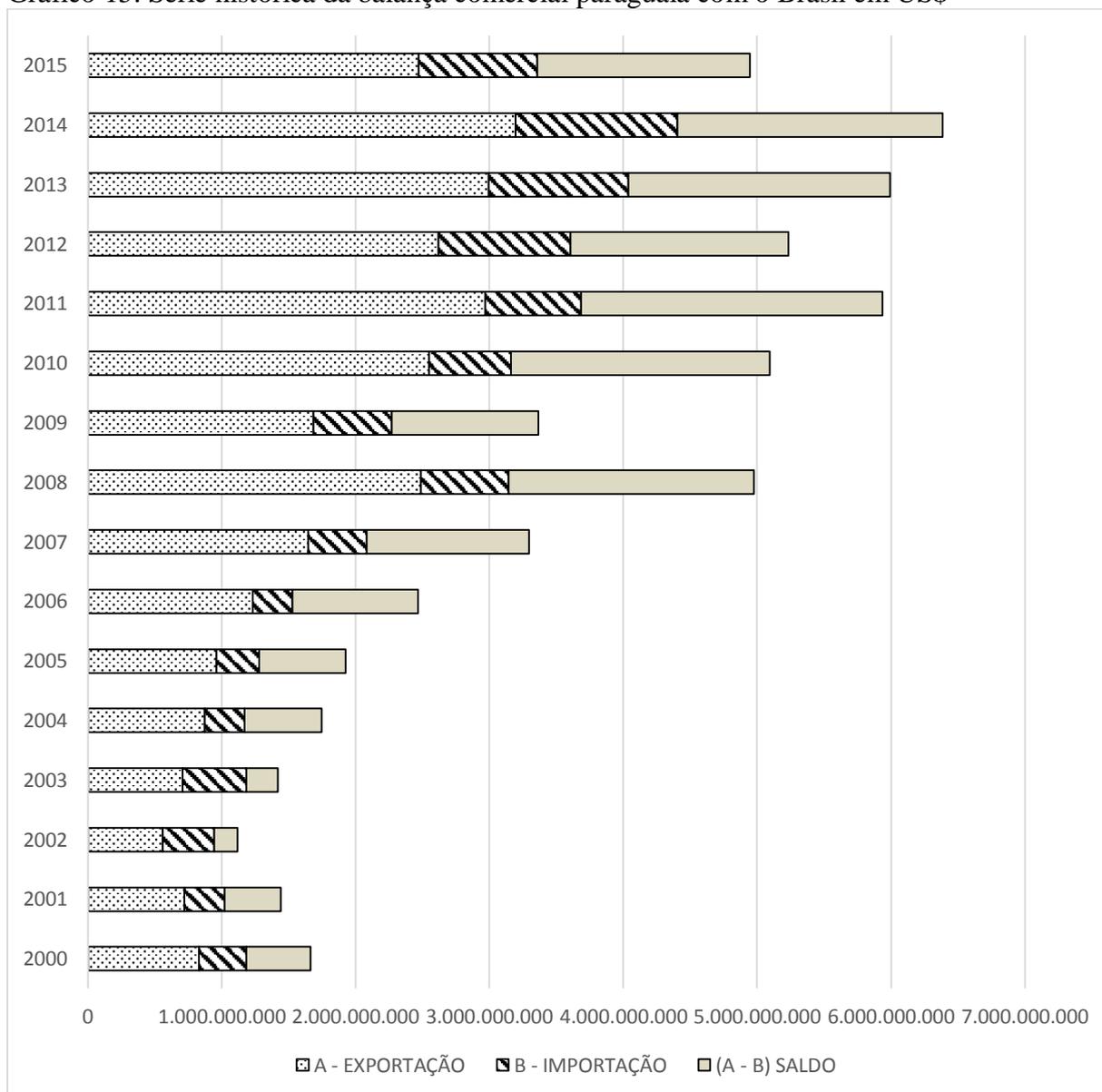
Tabela 30: Série histórica da balança comercial paraguaia com o Brasil

	A – EXPORTAÇÃO (US\$)	B - IMPORTAÇÃO(US\$)	(A - B) SALDO (US\$)
2000	832.473.164	351.351.141	481.122.023
2001	721.252.545	300.206.801	421.045.744
2002	559.625.414	383.087.752	176.537.662
2003	708.750.484	474.750.083	234.000.401
2004	873.352.694	297.825.436	575.527.258
2005	962.720.724	318.935.985	643.784.739
2006	1.233.638.638	295.899.121	937.739.517
2007	1.648.191.224	434.120.360	1.214.070.864
2008	2.487.561.397	657.517.295	1.830.044.102
2009	1.683.902.379	585.440.640	1.098.461.739
2010	2.547.907.945	611.400.544	1.936.507.401
2011	2.968.573.383	715.890.466	2.252.682.917
2012	2.617.509.020	987.564.540	1.629.944.480
2013	2.996.609.209	1.039.737.491	1.956.871.718
2014	3.193.586.387	1.210.147.188	1.983.439.199
2015	2.473.348.262	884.240.200	1.589.108.062

Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

O saldo da balança comercial do Brasil com o Paraguai dentro do período de 2000 a 2015 sempre foi superavitária, destaca-se o aumento das importações e exportações em relação ao início da década de 2000. Fica evidente a diminuição da importação e exportação no último ano da série, apesar do ápice ter ocorrido no ano anterior este. No gráfico a seguir a representação do período.

Gráfico 15: Série histórica da balança comercial paraguaia com o Brasil em US\$



Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

Como observado na tabela 30, o gráfico 15 especifica a evolução da balança comercial brasileira com Paraguai, sempre superavitária dentro do limite destacado e com variações, entretanto salienta-se o aumento significativo em relação ao início da amostragem. O aumento do valor das commodities no mercado internacional incentivou o aumento das exportações e importações brasileiras (VERÍSSIMO, 2010), com a queda do preço a partir de 2014, ocorreu uma retração nos valores de importação e exportação, assim como a queda do saldo da balança comercial em 2015. A seguir a tabela fará referência ao Uruguai.

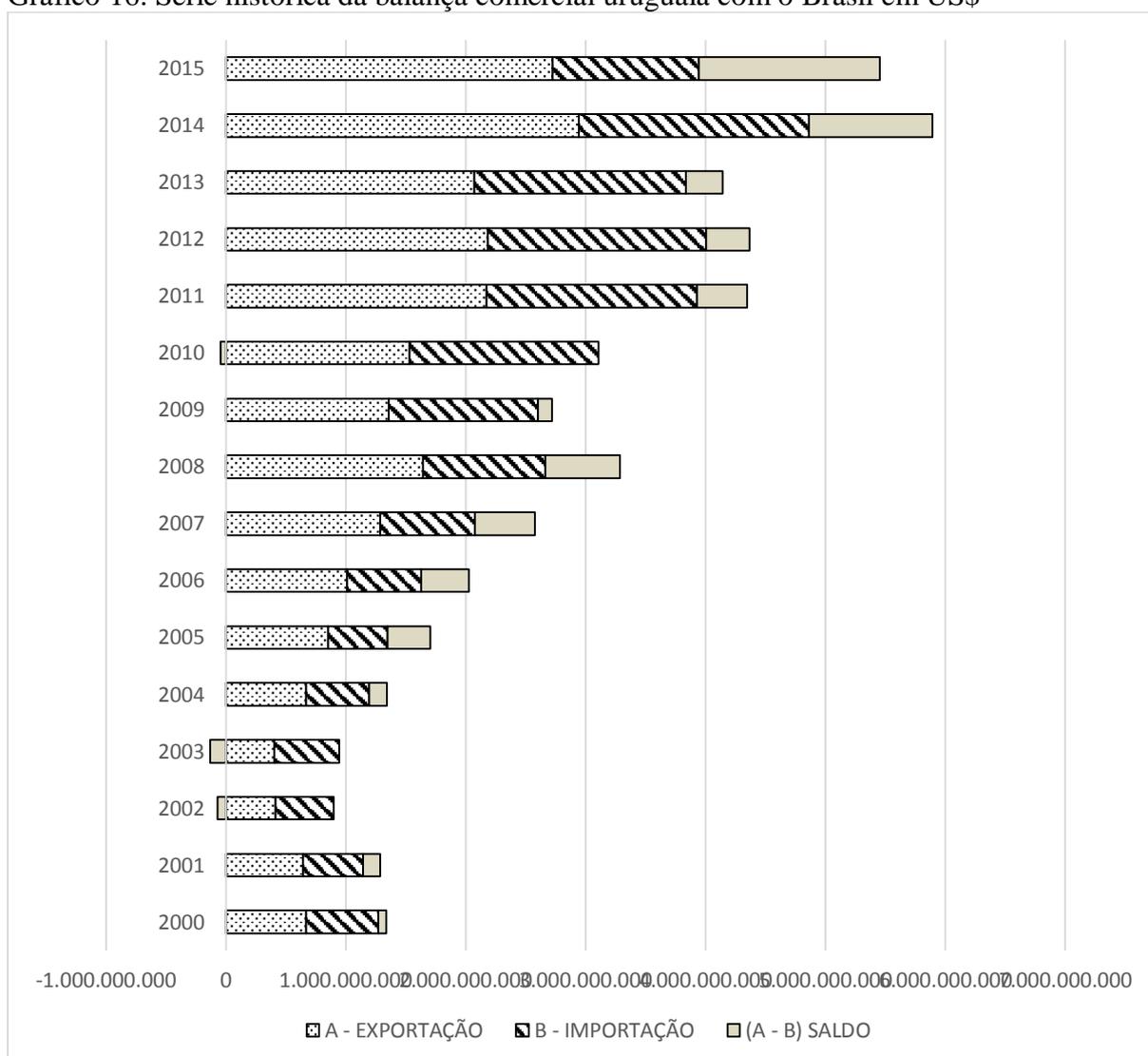
Tabela 31: Série histórica da balança comercial uruguaia com o Brasil

	A – EXPORTAÇÃO (US\$)	B – IMPORTAÇÃO (US\$)	(A - B) SALDO (US\$)
2000	669.441.644	601.625.765	67.815.879
2001	643.392.259	502.929.778	140.462.481
2002	412.541.589	484.847.356	-72.305.767
2003	405.791.591	537.868.366	-132.076.775
2004	670.581.906	522.855.590	147.726.316
2005	853.137.754	493.653.258	359.484.496
2006	1.012.597.766	618.224.941	394.372.825
2007	1.288.439.665	786.386.052	502.053.613
2008	1.644.125.714	1.018.152.915	625.972.799
2009	1.360.077.892	1.240.344.404	119.733.488
2010	1.531.072.404	1.574.156.731	-43.084.327
2011	2.174.589.491	1.753.511.395	421.078.096
2012	2.184.552.053	1.818.925.603	365.626.450
2013	2.071.403.257	1.766.993.415	304.409.842
2014	2.945.364.204	1.918.470.623	1.026.893.581
2015	2.726.867.064	1.216.624.043	1.510.243.021

Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

A série histórica referente ao Uruguai quanto à balança comercial com o Brasil é bastante irregular, há três anos de balanço deficitário com o Brasil, 2002, 2003 e 2010. A exemplo do que ocorreu com a Argentina, no início da década de 2000 os altos preços do real em relação ao dólar limitaram os investimentos brasileiros no exterior, o que justifica os valores tímidos de saída em tal período. Os demais anos ocorrem aumento do balanço superavitário brasileiro com exceção de 2010, o que representa um período de irregularidade nos números. Destaca-se o aumento significativo da balança em 2014 e 2015.

Gráfico 16: Série histórica da balança comercial uruguaia com o Brasil em US\$



Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

O gráfico 16 coloca as importações, exportações e saldo da balança comercial brasileira com o Uruguai. Representa-se portanto, a evolução dentro do período destacado com as já referidas exceções, 2002, 2003 e 2010, bem como o aumento significativo nos dois últimos anos.

No geral as três últimas tabelas, 29, 30 e 31, buscam esclarecer com números e apelo visual, no caso dos gráficos 13, 14 e 15, a questão da grande evolução da economia brasileira nos últimos anos e o destaque do MERCOSUL como principal parceiro comercial brasileiro, de modo que, destaca-se grande participação no saldo da balança comercial a partir de 2008, quando os valores acrescentados pelo bloco econômico nunca ficaram abaixo dos 30% no saldo final. Ainda é importante ressaltar uma última informação, os tipos de produtos ao qual são destinados ao Brasil e aos demais membros do bloco.

Tabela 32: Principais produtos de exportação do Brasil para o MERCOSUL

		2015		2014	
	PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	US\$	Kg	US\$	Kg
1	AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, 1500<CM3<=3000, ATE 6 PASSAGEIROS	1.756.040.136	179.376.845	1.877.573.351	179.778.375
2	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	1.268.615.446	3.780.277.637	1.207.461.921	1.850.189.828
3	AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, 1000<CM3<=1500, ATE 6 PASSAGEIROS	757.343.159	72.827.339	748.021.636	65.844.123
4	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, CONGELADAS	539.024.525	94.438.709	904.981.085	170.569.393
5	TRATORES RODOVIARIOS P/SEMI-REBOQUES	321.145.116	29.665.260	263.010.198	23.578.663
6	CHASSIS C/MOTOR DIESEL E CABINA, 5T<CARGA<=20T	319.157.829	31.477.768	301.866.105	28.821.095
7	CARNES DE GALOS/GALINHAS, N/CORTADAS EM PEDACOS, CONGELELADOS.	303.389.353	130.779.091	425.548.476	201.011.314
8	OUTROS VEICULOS AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, CARGA <=5T	256.905.430	27.633.133	236.761.534	27.533.668
9	LEITE INTEGRAL, EM PÓ, MATERIA GORDA >1,5%, CONCENTR.N/ADOC	234.111.052	41.188.900	162.178.776	29.159.970
10	OUTRAS PARTES E ACESS.DE CARROCARIAS P/VEIC.AUTOMOVEIS	222.250.791	43.745.182	253.898.992	47.130.860

Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

Os produtos mais exportados pelo Brasil estão presentes na tabela 32, onde estão destacados os dez primeiros colocados em valor por dólares. Produtos referentes a veículos automotores são os principais produtos de exportação do Brasil para os países vizinhos, ocupando no caso, seis posições entre as dez disponíveis. Os outros quatro produtos são itens primários relacionados ao setor agropecuário e petrolífero.

Tabela 33: Principais produtos de importação do Brasil no MERCOSUL

		2015		2014	
	PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	US\$	Kg	US\$	Kg
1	OUTROS VEICULOS AUTOMOVEIS C/MOTOR DIESEL, P/CARGA <=5T	1.482.355.140	102.261.209	2.235.269.438	147.968.847
2	OUT.TRIGOS E MISTURAS DE TRIGO C/CENTEIO, EXC.P/ SEMEADURA	1.108.174.293	4.704.183.140	896.364.343	2.821.257.997
3	AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO,1500<CM3<=3000, ATE 6 PASSAGEIROS	966.866.966	72.537.788	1.103.645.373	83.032.494
4	AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, CIL. <=1000CM3	610.623.109	57.314.375	1.165.558.002	105.908.684
5	NAFTAS PARA PETROQUIMICA	578.087.842	1.108.789.405	1.118.549.232	1.216.772.964
6	MALTE NAO TORRADO, INTEIRO OU PARTIDO	343.159.638	567.797.017	489.972.011	770.434.266
7	OUTROS VEICULOS AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, CARGA<=5T	278.203.857	23.728.450	423.192.980	36.695.718
8	OUTRAS CAIXAS DE MARCHAS	235.348.513	14.596.127	382.945.864	23.783.931
9	DESODORANTES CORPORAIS E ANTIPERSPIRANTES, LIQUIDOS	202.341.523	28.620.803	254.249.006	37.035.889
10	AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, 1000<CM3<=1500, ATE 6 PASSAGEIROS	181.084.377	17.099.968	376.795.705	31.061.543

Fonte: SECEX, 2015. Elaboração: Alexandre Ponce Martins.

Quanto à importação temos também os automóveis em destaque, com seis posições entre as dez primeiras em destaque. Dois produtos primários se destacam o trigo e o malte, outros dois são industrializados, naftas para indústria petroquímica e desodorantes.

As exportações e importações são equilibradas, o que não parece justo quando se compara o tamanho dos territórios e suas respectivas populações, visto que, Paraguai, Argentina e Uruguai em conjunto têm $\frac{1}{4}$ de toda população do Brasil, nesse sentido, analisando as duas últimas tabelas a partir da massa dos produtos em trânsito, observa-se maior dependência dos produtos brasileiros para aqueles países do bloco. Ou seja, o Brasil utiliza o MERCOSUL como complementação para sua indústria ou para adquirir produtos agrícolas que não são produzidos em larga escala no país, como o malte e o trigo por exemplo, enquanto os países do bloco adquirem o que vêm do Brasil como parte essencial de sua cadeia produtiva, visto que, como as tabelas e gráficos demonstram ocorre amplo aumento das importações dos produtos brasileiros, dentro da comparação entre 2000 e 2015, e aumento relativamente menor quando se compara as exportações para o Brasil. Portanto, as políticas econômicas de exportação e importação de mercadorias a longo prazo tem beneficiado o Brasil, mesmo que a longo prazo.

3.5 Subimperialismo brasileiro

Os aspectos que caracterizam o imperialismo foram destacados ainda na parte 2, naquele recorte procurou-se estabelecer as origens do termo, bem como a evolução deste através da história em meio às suas implicações no espaço, o que se deu a partir de Hobson (1902), Lênin (2011), Luxemburgo (1970), Mariutti (2014), entre outros. Estabeleceu-se ainda as bases do que foi chamado por David Harvey (2013) de novo imperialismo, e ainda a teoria do subimperialismo destacada por Luce (2011) a partir dos escritos de Ruy Mauro Marini. Não foi ao acaso que estabeleceu-se este caminho, ao analisar qualquer potencialidade imperialista do Brasil, deve-se rascunhar eventos passados para se chegar a alguma conclusão contemporânea.

Este último recorte da parte 3 se refere às possibilidades de se justificar ou não uma postura imperialista brasileira, entretanto, justifica-se já de imediato a impossibilidade de se considerar o Brasil um país imperialista nos moldes do século XIX, aliás, não só o Brasil como qualquer outro país do mundo, os moldes daquele período não se encaixam no parâmetros da realidade atual de hoje. Entretanto, o novo imperialismo de Harvey (2013) é colocado em prática na atualidade por aqueles que detém controle sobre o sistema financeiro internacional, ao qual se estabelece os Estados Unidos como maior expoente, não somente no que tange a já

citada política econômica, mas também questões políticas, militares e culturais. Ocorreu portanto uma adaptação do termo, mais prudente às análises contemporâneas, todavia, mais uma vez, o Brasil não se coloca como nação em potencial de submeter outras às suas práticas políticas econômicas e sociais, pelo menos não na mesma escala que os Estados Unidos em âmbito global.

Nesse sentido, o material deixado por Ruy Mauro Marini (2012) foi de significativa contribuição, uma vez que, ainda em meados dos anos 70 e 80 o autor observava uma atuação brasileira que se encaixava em uma escala inferior no que se refere às perspectivas imperialistas destacadas até então. Dentro deste contexto, Luce (2007b e 2011) procurou estabelecer uma teoria do subimperialismo dentro dos escritos de Marini, que estavam desarticulados. As categorias do subimperialismo são: política de hegemonia regional, cooperação antagônica, esquema tripartite de realização do capital e composição orgânica média do capital, estas têm como base a superexploração do trabalho ao qual mantém a reprodução de capital sob a forma subimperialista. A partir destes pressupostos, estabelece-se diante uma analogia da teoria do subimperialismo presente nas obras de Marini, sintetizadas na tese de Luce (2011).

3.5.1 Política de hegemonia regional do Brasil

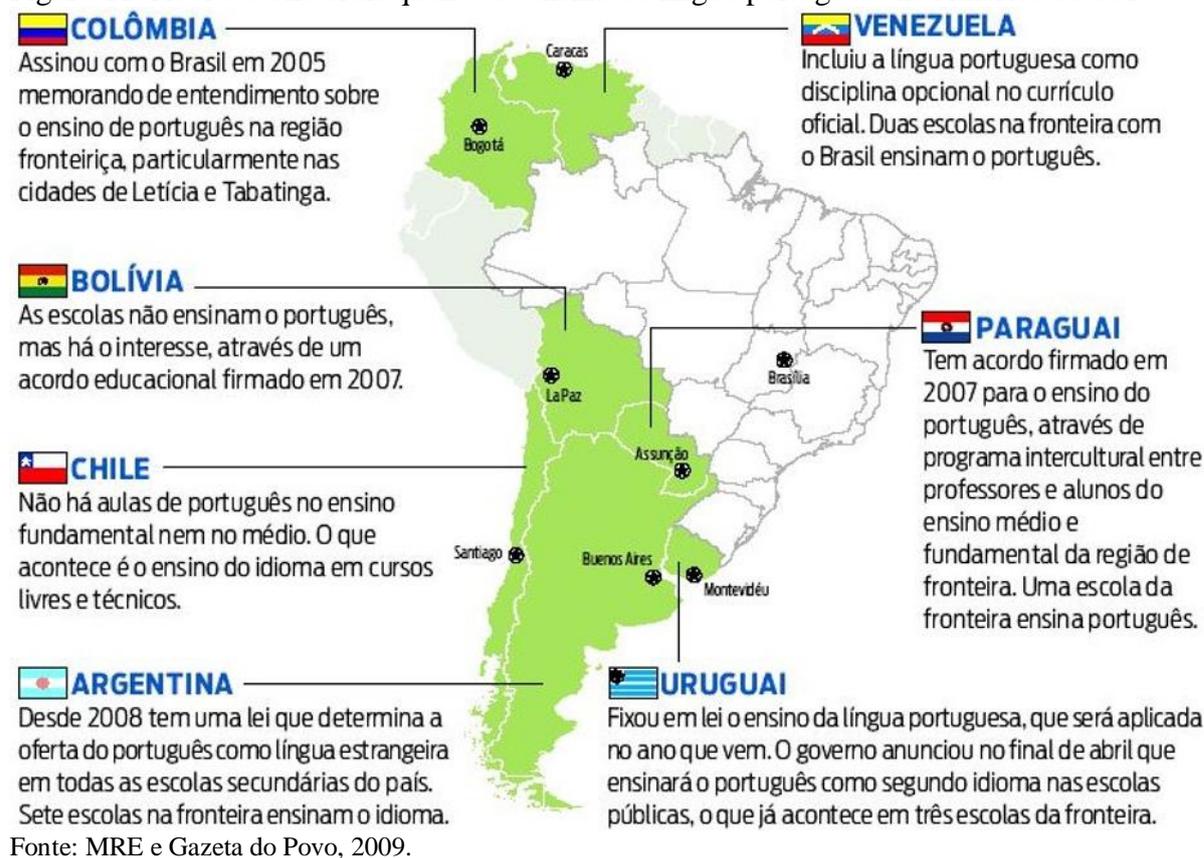
A questão da hegemonia é complexa, pois pode ser considerada a partir da perspectiva nacional e internacional. Nesse sentido, fica explícito que ocorrem escalas de atuações hegemônicas. Estas podem muitas vezes não ser suficientes para se manter a posição de direção de determinado Estado com relativa supremacia, o que permite o surgimento de atores contra hegemônicos, para se manter com este status, o Estado que demanda tal poder deve manter sua posição a partir dos aspectos diretivos intelectuais, jamais utilizar a força, pois estes ao qual se pretende hegemônizar, são aqueles que devem contribuir para um futuro avanço econômico.

No que se refere ao Brasil, destaca-se sua posição hegemônica no contexto da América do Sul e MERCOSUL quando se trata da questão econômica. De um modo geral destaca-se as tabelas colocadas anteriormente, o bloco econômico que estudamos é a maior ferramenta de submissão econômica utilizada pelo Brasil, mesmo que não tenha atingido os objetivos iniciais, é significativo observar que os brasileiros são os maiores beneficiados com a importação e exportação de mercadorias internas do bloco (tabela 28 e gráfico 10, 11, 12 e 13). Um fator que vem em franca expansão desde o início do século XXI, mesmo com algumas irregularidades. Quando analisados individualmente, o mesmo fenômeno ocorre, o Brasil tem extrema

vantagem no comércio bilateral com Argentina, Paraguai e Uruguai (tabelas 29, 30 e 31, gráficos 14, 15, 16). Pode-se considerar, a princípio que o acordo feito por meio do MERCOSUL estabelece uma posição hegemônica do Brasil frente aos demais Estados membros, pois o que ocorre a partir de então é uma hegemonia diretiva sem qualquer coerção.

Tais medidas se expandem para o aspecto social, tendo o Brasil como grande referência econômica próxima, diversos países vizinhos começam a exigir o ensino de português já nas escolas, por meio de acordo bilaterais, segundo Savedra (2009) e Brugel (2013). Tais medidas ocorrem afim de se priorizar futuras intersecções comerciais com o Brasil e estabelecer para sua população nacional facilidade quanto a esta possível situação. Portanto o aspecto cultural tem apresentado significativa importância.

Figura 11: Acordos bilaterais quanto ao ensino de língua portuguesa na América do Sul



Os acordos expressos na figura 11 salientam a importância que o português vem apresentando nos últimos anos. Inclusive todos os países presentes no MERCOSUL estão em convênio com a ampliação do espaço da língua portuguesa no subcontinente sul-americano.

A expressão hegemônica se dá em um grau inferior a aquele expresso atualmente pelos Estados Unidos em âmbito internacional, o que implica na ideia de que a direção brasileira

ocorre na escala do subcontinente da América do Sul, sendo portanto uma liderança regional. Tais aspectos não se observam em nenhuma outra região, quando nos referimos à influência brasileira, o que coloca o Brasil em uma posição intermediária que demanda a cooperação com a hegemonia de primeira grandeza.

3.5.2 A cooperação antagônica no contexto brasileiro

O Brasil no final dos anos 60 e início dos anos 70 estava dentro dos parâmetros ao qual Marini considerava uma espécie de cooperação antagônica. A partir da associação com potências mundiais externas criava uma hegemonia regional sob outras nações dependentes dotadas de baixo desenvolvimento econômico. (LUCE, 2011).

As décadas seguintes foram de recessão, e a economia brasileira viveu uma espécie de latência. A crise vivida na América Latina nos anos 80 e a subordinação ao FMI diminuiu a influência brasileira em âmbito local. Somente a partir dos anos 2000 que uma possível política semelhante à aquela ocorrida nos anos 70 foi reeditada.

Já a década de 2000 apresenta um novo quadro político. Os efeitos negativos do projeto neoliberal resultaram em governos progressistas que passam a buscar maior autonomia em relação à influência norte-americana, como nos casos da Bolívia, Venezuela e Equador, abrindo novamente espaço para que o Brasil retomasse a cooperação antagônica com os EUA. (BUENO; SEABRA, 2009, p. 3).

As décadas anteriores de ascensão liberal, baixo crescimento e ampliação da pobreza e desigualdades sociais trouxe à tona governos progressistas nacionalistas que passam a refutar as políticas econômicas estadunidenses, favorecendo a volta do Brasil enquanto líder regional. O Brasil, portanto, volta a se enquadrar na questão da cooperação antagônica, já que mantém suas relações de subordinação com os Estados Unidos e as demais nações de primeira grandeza e ao mesmo tempo exerce a função de líder regional com autonomia no contexto da América do Sul, principalmente no MERCOSUL. Para melhor representar tal situação os quadros 3 e 4, elaborados por Luce (2007b) buscam elucidar a cooperação antagônica entre Brasil e Estados Unidos. Segundo o autor a agenda política exterior é subdividida em liberalização econômica e estabilização/militarização. As variáveis dispostas a seguir são, fato, Política Externa Brasileira (PEB), interesse PEB, interesse da política externa dos EUA e tipo.

Quadro 3: Cooperação antagônica Brasil – EUA quanto à agenda de liberalização. 2003 – 2007

<i>Fato</i>	<i>PEB</i>	<i>Interesse PEB</i>	<i>Interesse PE EUA</i>	<i>Tipo</i>
<i>Agenda da liberalização</i>				
Renegociação da dívida externa argentina pelo governo Kirchner	Crítica à moratória e à tática argentina de buscar renegociação vantajosa	Política econômica externa alinhada com o sistema financeiro internacional	Disciplinar governos ao sistema Wall Street-Tesouro-FMI	++
Negociações da ALCA	Crítica aos subsídios agrícolas e barreiras não-tarifárias dos EUA, mas sem caracterizar ALCA como plano imperialista dos EUA. Afirma ser possível “uma ALCA equilibrada” e propõe uma <i>ALCA Light</i>	Tática análoga à dos EUA: remete para a OMC temas considerados “sensíveis” para a economia brasileira. Garantir mercados para produtos brasileiros, sobretudo agronegócio	Forçar a abertura de mercados, sem abrir mão do protecionismo que praticam	+/-
Negociações na OMC (Cancún)	Formação do G-20, recusando negociar os Temas de Cingapura sem redução de subsídios agrícolas	Ampliação do poder de barganha para extrair concessões para as exportações agrícolas	Liberalização dos Temas de Cingapura (compras governamentais, serviços, investimentos)	+/-
Negociações na OMC (Hong Kong)	Participação no G-4, aceitando reduzir tarifas aduaneiras para industrializados e avançar na negociação sobre serviços. Em troca, obteve a promessa da diminuição dos subsídios agrícolas europeus e dos EUA para 2013	Interesses do agronegócio brasileiro	Interesses em conquistar mercados para produtos manufaturados e para ramos como serviços financeiros, entre outros	++
Autorização para cultivos transgênicos	Autorizou, no Brasil, a soja transgênica da Monsanto e outros cultivos geneticamente modificados	Interesses do agronegócio brasileiro, associado às corporações de sementes e herbicidas	Interesses de transnacionais de capital estadunidense como Monsanto e Cargill	++
IIRSA	Participação assertiva, com financiamentos volumosos do BNDES	Explorar contigüidade física da América do Sul para obter ganhos de escala e favorecer empresas brasileiras. Controle subimperialitas dos recursos naturais	Obter facilidades logísticas para o incremento do comércio e do controle dos recursos naturais	+/-
Política dos agrocombustíveis	Aliança energética com Bush para o etanol	Controlar mercado mundial de etanol	Obter outras fontes energéticas e enfraquecer governos como o de Chávez, na América Latina	++

Fonte: Luce, (2007b) p. 51 e 52.

Quadro 4: Cooperação antagônica Brasil – EUA quanto à agenda estabilização/militarização 2003 – 2007

<i>Fato</i>	<i>PEB</i>	<i>Interesse PEB</i>	<i>Interesse PE EUA</i>	<i>Tipo</i>
Agenda da estabilização/militarização				
Criação do "Grupo de Amigos" da Venezuela	Integra ao grupo diplomático EUA e Espanha, que participaram ativamente do golpe de 2002	Obter reconhecimento de Washington como mediador político	Legitimar oposição a Chávez e transmitir imagem dos EUA como país preocupado com a democracia na Venezuela	++
Crise boliviana de 2003	Negocia saída pacífica. Avião da Força Aérea Brasileira resgatou presidente deposto, Gonzalo Sánchez de Losada, e seu vice, Carlos Mesa, tomou posse	Obter prestígio como mediador regional. Garantir interesses da Petrobras preservando a institucionalidade	Impedir ascensão de forças antiimperialistas	++
Crise colombo-venezuelana de 2005 (fevereiro)	Atua, com Peru e Cuba, por saída diplomática, diferenciando-se da postura do Departamento de Estado de tentar isolar a Venezuela	Obter prestígio como mediador regional. Conter interferência na esfera de influência do Brasil na América do Sul	Tentativa de isolar o governo Chávez	+/-
Plano Colômbia	Negativa em conceder bases, mas disposição de cooperação militar	Evitar ingerência externa na esfera de influência do Estado brasileiro	Busca pela regionalização do Plano Colômbia	+/-
Crise equatoriana de 2005	Procura, novamente, solução pacífica, disponibilizando avião da FAB para Gutiérrez deixar o país. Toma posse o vice-presidente Alfredo Palacios	Obter prestígio como mediador regional. Preocupação com interesses da Petrobras	Impedir ascensão de força política adversa à manutenção da base de Manta. Preocupação com interesses da Oxy	+/-
Invasão e golpe de Estado no Haiti sob direção de força militar franco-estadunidense	Não condena golpe e invasão e reconhece Gerard Latortue como presidente interino. Pontifica-se a integrar força de estabilização da ONU	Intenção de demonstrar capacidade de operação liderando força da ONU no Haiti, para habilitar-se a vaga no Conselho de Segurança	Manter controle de seu <i>hinterland</i> e poupar desgaste maior devido ao Iraque	++
Projeto de concessão aos EUA da Base de Alcântara (Maranhão)	Retirada do Projeto de Lei que tramitava na Comissão de Relações Exteriores do Congresso Brasileiro	Defesa da esfera de influência do Brasil. Programa Aeroespacial Brasileiro.	Expandir presença militar na região/ explorar posição privilegiada próximo à Linha do Equador	+/-
Invasão do Iraque em 2003	Crítica ao unilateralismo e à violação ao direito internacional	Defesa da ONU e do multilateralismo	Busca de respaldo à intervenção no Oriente Médio	+/-
Instalação de base dos Marine Corps, em Mariscal Estigarribia, no Paraguai	O governo brasileiro realiza, em resposta, manobras conjuntas do Exército e da Força Aérea na região de Foz do Iguaçu. O chanceler Celso Amorim declara que inexistem razões para uma base dos EUA na região	Evitar ingerência externa em sua área de influência. Crítica à presença militar dos EUA, mas em linha não-confrontativa	Agenda da militarização. Possível vínculo com controle dos recursos naturais	+/-
Contencioso da venda de aviões militares à Venezuela	Reclamações sobre o veto dos EUA, mas obedecendo-o, ao final	Eliminar obstáculos para as exportações brasileiras de equipamento bélico	Impedir cooperação militar com governo Chávez	+/-

Fonte: Luce (2007b) p. 52 e 53.

A partir dos quadros 3 e 4 elaborados por Luce (2007b), evidencia-se a postura brasileira de mediação entre as políticas econômicas e de estabilização militar entre EUA e a América Latina.

Em aspectos gerais o quadro três demonstra na última variável a posição de perde e ganha quanto aos fatos, nesse sentido, destaca-se a rejeição à ALCA, Acordo de Livre Comércio das Américas, onde um acordo desvantajoso para o Brasil e América Latina era costurado pelos estadunidenses, ou seja, abrir o mercado latino-americano e manter o protecionismo em seu mercado interno, o acordo foi refutado. Outra questão significativa se refere à IIRSA, Integração da Infraestrutura Regional Sul americana, que, segundo Quintanar e Lopez (2003), é composto por um plano com a finalidade de incentivar a integração da malha sul-americana em vários setores, entre os quais, energia, transporte e comunicações. Couto (2006) destaca ainda a presença do BNDES no financiamento destas obras, entre eles construção de gasodutos na Argentina e a da Ruta 10 (rodovia) no Paraguai.

Quanto à agenda de estabilização/militarização o papel do Brasil tem sido mais atuante, principalmente quanto a mediação dos conflitos anti-imperialistas dos governos progressistas que se instalaram na América do Sul. Ao mesmo tempo procura manter sua posição de influência, de modo que, na maioria das situações expostas entrou em conflito com as posições estadunidenses.

No que se refere aos aspectos econômicos a tendência foi de seguir a posição de Washington, quando a questão foi a estabilização militar da região, o Brasil, muitas vezes, entrou em confronto quanto às medidas dos Estados Unidos. O que estabelece ou reestabelece a política de cooperação antagônica do Brasil com os EUA no que se refere às questões da América do Sul e MERCOSUL.

3.5.3 Brasil: paralelos quanto ao esquema tripartite de realização do capital nos anos 60/70 e século XXI

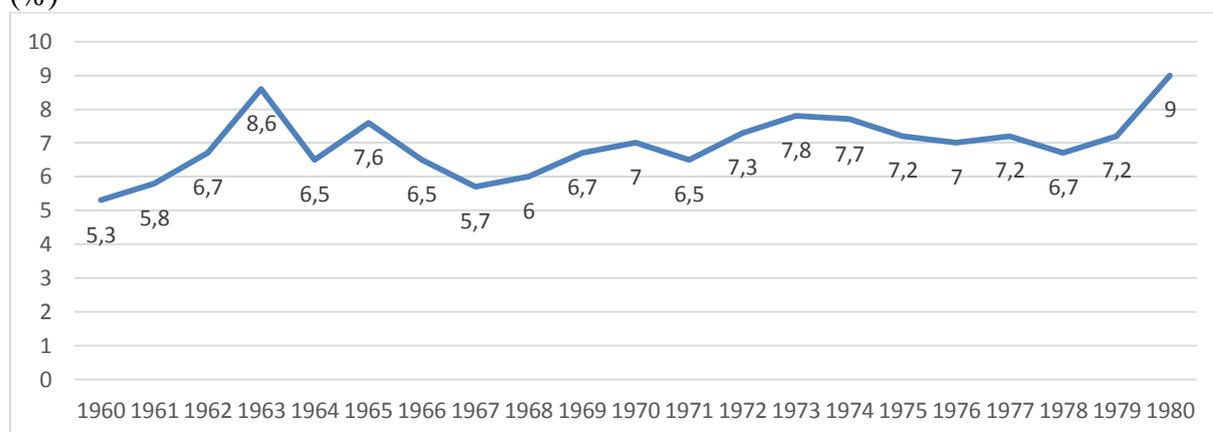
Outra variável relacionada ao modelo de reprodução de capital subimperialista é o esquema tripartite de realização de capital, este é definido por três fatores de realização do capital, em primeiro a atuação do mercado externo, em segundo o papel do Estado e em terceiro o perfil de consumo interno.

Primeiramente, se tratando do mercado externo, deve-se avaliar a importância das exportações para a economia nacional de determinado país. Tratando-se do Brasil, Marini

identificou que entre os anos 60 e 70 o país utilizou o mercado externo como válvula de escape para as mercadorias produzidas nacionalmente, o mercado interno não suportava absorver estas manufaturas que foram levadas para o exterior. (LUCE, 2011).

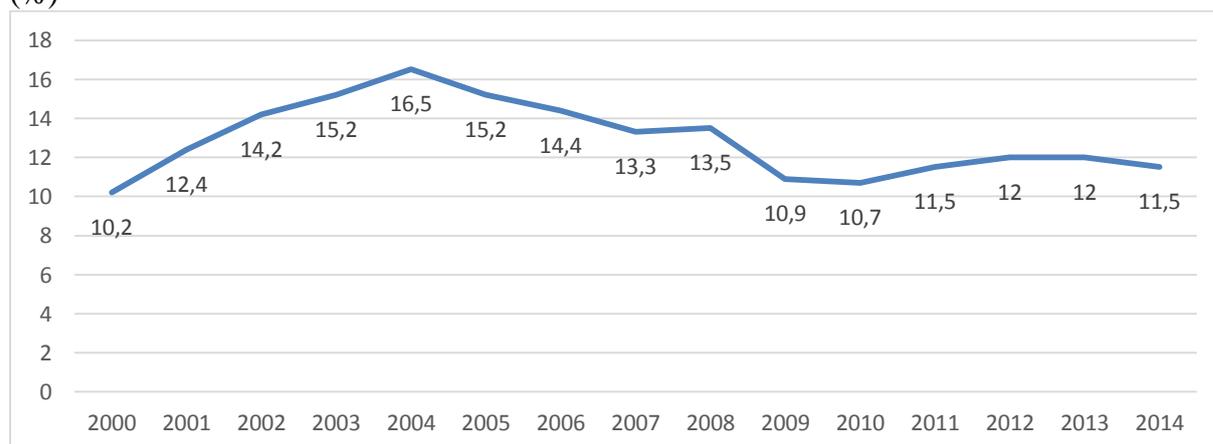
Atualmente, apesar da queda das exportações no ano de 2014, o século XXI apresentou aumento relativo quando comparada a participação das exportações em relação ao PIB no recorte dos anos 60 e 70, período ao qual Marini considerou o Brasil uma potência subimperialista. Tais informações são confirmadas nos gráficos 17 e 18.

Gráfico 17: Participação das exportações de bens e serviços no PIB brasileiro – 1960 a 1980 (%)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais

Gráfico 18: Participação das exportações de bens e serviços no PIB brasileiro – 2000 a 2014 (%)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais

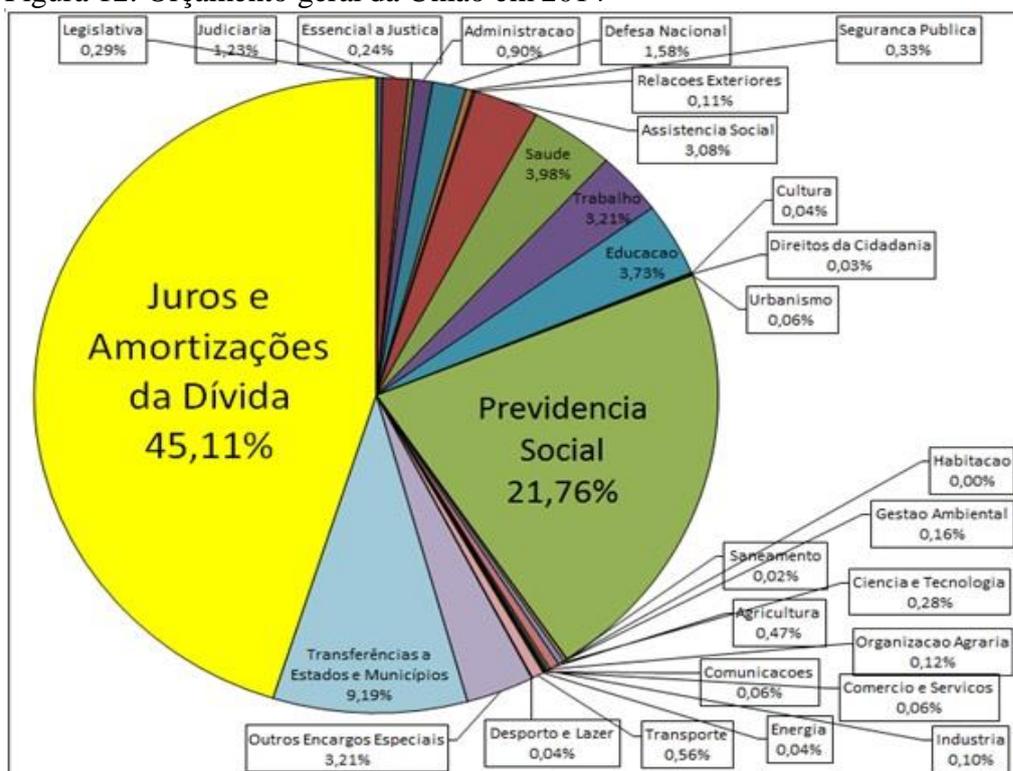
Entre os anos 70 e 80 a variação da participação das exportações no PIB em momento algum chegou à casa dos 10%, enquanto que a partir do ano 2000 o índice começou acima da valorização de 10% e até 2014 não abaixou tal patamar. A participação das exportações dentro

do PIB é maior do que no período ao qual se considerou o Brasil um Estado subimperialista (LUCE, 2011). Tal informação corrobora a primeira parte do esquema tripartite de reprodução do capital.

Em segundo lugar, destaca-se o papel do Estado para corroborar com a dinâmica da economia, que segundo Luce (2011, p. 197) “desempenha seu papel mediante a criação de um complexo militar-industrial e de uma política de investimentos governamentais e de créditos e subsídios estatais”, ou seja, o governo intervém na indústria e incentiva a economia por meio de créditos.

Segundo o IBGE o PIB brasileiro ficou em aproximadamente 5,52 trilhões de reais em 2014. Sendo que deste valor 2,68 bilhões foram destinados a gastos orçamentários da União. O que significa pouco mais de 50% de gastos públicos em relação ao PIB, contudo, vale salientar que boa parte deste valor é destinado a pagar juros e amortizações da dívida pública, conforme a figura 12. (FATORELLY; ÁVILA).

Figura 12: Orçamento geral da União em 2014



Fonte: Senado Federal. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Os demais gastos contabilizam 54,89% de todo orçamento federal, o que afere aproximadamente 1,47 bilhões de reais, comparado ao PIB brasileiro do ano de 2014 temos em gastos públicos aproximadamente 25,88% de gastos públicos da União na economia brasileira,

salienta-se que estes números não consideram os gastos com empresas estatais e os pagamentos para bancos nacionais que são a maior parte da dívida pública brasileira atual, portanto, os gastos com certeza são maiores que 50% de todo o PIB do país. Marini, segundo LUCE (2011 p. 197) fez contabilização semelhante ainda nos anos 70: “Marini destacou que esta grandeza representa 20% do PIB em 1950 (excluindo gastos derivados das empresas governamentais) e, em 1969, 34% - cifra que chegaria à metade do PIB se fossem agregados os gastos das empresas governamentais federais”. Ou seja, os gastos públicos atuais são semelhantes aqueles que ocorreram nos anos 70, o que define o segundo fator de realização do capital tripartite.

Em terceiro, a forma de consumo ao qual a população destina seu orçamento finda o esquema tripartite de produção do capital, deste modo, Marini considerou que o consumo de produtos suntuários ganhava espaço em uma camada pequena da população, tal fator era possível a partir da transferência de renda das classes sociais mais baixas a partir da superexploração do trabalho. O excedente que não poderia ser incorporado pela restante da população era destina para o mercado externo como uma válvula de escape. (LUCE, 2011).

Atualmente o consumo daqueles produtos que outrora foram considerados suntuários se popularizou. Luce (2013) ressalta que tal situação ocorre em razão do novo perfil do trabalhador do século XXI, o fato de produtos eletrodomésticos, antes suntuários, facilitarem as tarefas dos indivíduos no cotidiano diminuindo o tempo destas mesmas tarefas em questão, corroboram para uma maior carga de trabalho, ao qual serve para quitar as dívidas dessas mesma população com os mesmos aparelhos eletrodomésticos, isto é, houve o acesso, porém com aumento de carga de trabalho e exploração.

Produtos que antes eram francamente suntuários, isto é, bens de consumo de luxo, com o tempo passaram à condição de bens de consumo corrente ou bens-salário, ou seja, bens de consumo necessário que fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores. Dois exemplos notórios, o televisor e a máquina de lavar, que eram bens suntuários nas décadas de 1960 e 1970 hoje são valores de uso encontrados inclusive nos lares de famílias que vivem em moradias precárias e com renda familiar abaixo do necessário. Tais valores de uso deixaram a condição de bens de luxo tanto porque o avanço da fronteira tecnológica barateou a sua produção como porque passaram a expressar necessidades que a sociabilidade capitalista colocou para os trabalhadores. (LUCE, 2013, p. 183).

O exemplo colocado pelo autor se refere ainda aos avanços tecnológicos que baratearam o preço de tais mercadorias. De tal modo, deixaram de ser artigos de luxo, porém ressalta-se que estas ainda vivem em condições precárias, muitas vezes, o acesso a estes bens vem a custas

de longos prazos de pagamento, tendo como consequência o endividamento. Com demonstra a tabela 34:

Tabela 34: Consumo de eletrodomésticos e endividamento das famílias por extratos de renda

Participação dos estratos de renda (1) no consumo de eletrodomésticos (%)			
Ano	A e B	C	D e E
2002	55,16	26,61	18,23
2010	37,11	44,67	18,22
Estratos de renda e situação financeira familiar no cadastro de devedores (2) (%)			
Estratos de renda	Adimplente	Inadimplente	
Até R\$ 600,00 (E)	4	2	
De R\$ 601 a R\$ 905 (D)	15	15	
De R\$ 906 a R\$ 1.375 (C2)	19	19	
De R\$ 1.337 a R\$ 2.200 (C1)	20	28	
De R\$ 2.201 a R\$ 3.285 (B2)	26	22	
De R\$ 3.286 a R\$ 7000 (B1)	12	11	
De R\$ 7.001 a R\$ 11.100 (A2)	3	1	
Mas de R\$ 11.000 (A1)	2	1	
% famílias inadimplentes que recebem abaixo do salário mínimo necessário			
64% (3)			
<p>Nota: (1) A: mais de 20 salários mínimos; B: de 10 a 20 salários mínimos; C: de 3 a 10 salários mínimos; D: de 1 a 3 salários mínimos; E: menos de 1 salário mínimo. (2) Classificação da Confederação Nacional dos Dirigentes Logistas (CNDL) (3) sem considerar famílias da porção inferior do estrato B2 na classificação da CNDL, que integram a faixa de renda C da PNAD, o que faz o percentual ser ainda maior.</p>			

Fonte: Luce, 2013. Adaptado: Alexandre L. Ponce Martins.

Nota-se o aumento da inadimplência da chamada classe C, bem como a ampliação do consumo de produtos eletrodomésticos, as classes D e E se mantêm no mesmo patamar de 2002, ou seja, não entraram ativamente neste mercado. Como já referido anteriormente, tais condições foram possíveis em razão do aumento das horas trabalhadas, entre 1990 e 2004 o número de assalariados trabalharam além de sua carga horária legal aumentou, o que sugere o aumento da superexploração de seu trabalho. O que legitima, em partes, o terceiro fator de realização do capital tripartite.

3.5.4 Composição orgânica média do capital/ capital financeiro e monopólios

Este fator está relacionado à posição do Estado dependente quanto à sua atuação na divisão internacional do trabalho, bem como, ao grau de operação do capital financeiro e dos monopólios a partir da economia de determinado país. Luce (2011) escreve que Marini considerou estes dois fatores em conjunto, uma vez que, os dois fatores abordam o mesmo processo.

Nos anos 70 o fluxo de capital se deslocava para os países periféricos, de modo que, o Brasil se tornou naquele momento o maior beneficiado já que era o maior receptor de tais capitais. Este fator incentivou as indústrias de bens duráveis do país e ampliou o consumo suntuário. Um dos setores que mais cresceu naquele momento foi o automobilístico que cresceu quase o dobro da média do Brasil. (LUCE, 2011).

A partir do século XXI o que se observa é um aumento da participação brasileira no mercado internacional. Os investimentos diretos do país no exterior entre 2000 e 2008 chegaram a mais de 70 bilhões de dólares quase sete vezes mais do que os vinte anos anteriores. Investimentos em carteira ultrapassaram os 6 bilhões de dólares, três vezes mais do que nos anos 80 e 90 em conjunto. No total foram mais de 134 bilhões investidos, o que dobra a atuação dos anos 90 e em mais de vinte vezes os anos 80. (BUENO; SEABRA, 2009).

A atuação brasileira no exterior aumento de forma significativa, o que ampliou também a presença de empresas de capital nacional atuando fora de suas fronteiras. Todo esse investimento trouxe retorno incentivou o surgimento de grandes multinacionais brasileiras, conforme demonstra o quadro 5.

Quadro 5: Atuação das Multinacionais brasileiras no mundo

Companhia	Setor	Onde atua				
		AL	AN	EU	AP	OT
Gerdaul	Ferro e Aço	X	X	X	-	-
Construtora Norberto Odebrech	Construção Civil	X	X	X	X	X
Companhia Vale do Rio Doce	Mineração	X	X	X	X	X
Petrobrás	Petróleo e Energia	X	X	X	X	X
Marcopolo	Carrocerias de Ônibus	X	-	X	X	X
Sabó	Autopeças	X	X	X	-	-
Construtora Andrade Gutierrez	Construção Civil	X	-	X	X	X
WEG	Equipamentos Elétricos	X	-	X	X	-
Embraer	Aviões	-	X	X	X	-
Tigre	Tubos plásticos e conexões	X	-	-	-	X
Votorantim Cimentos	Cimento	-	X	-	-	-

Fonte: Bueno e Seabra, 2009. Obs.: AL – América Latina, AN – América do Norte (Canadá e EUA), EU – Europa, AP – Ásia e Pacífico e OT – outros.

O quadro anterior demonstra que apesar de serem empresas de expressão mundial, a principal concentração destas no exterior está alocada na América Latina e Europa. Outro fator a se considerar é o ramo de atuação destas corporações, estão divididas em recursos naturais, construção civil e itens para construção civil, com exceção à Embraer e Marcopolo. As atuações destas empresas são monopolísticas, Bueno e Seabra (2009 p. 8 e 9) destacam que:

[...] as multinacionais brasileiras passam a desempenhar na Bolívia (Petrobrás respondia, em 2006, por 17% do PIB do país), Paraguai (95% da produção de soja cabe a grandes produtores brasileiros), Argentina (Camargo Correa compra a empresa Loma Negra e controla 50% do mercado de cimento; e a JBS Frigoboi compra a Swift Argentina e controla o mercado de carnes), Peru (a Votorantim Metais controla aproximadamente 62% da produção de zinco no país) e Uruguai (as exportações de carne controladas por empresas brasileiras chegaram, em 2006, a 25% do total), mostrando o grande peso econômico e político que os empreendimentos brasileiros exercem nestes países.

Entre os monopólios destacados, encontra-se principalmente países fronteiriços da América do Sul, entre eles todos os membros fundadores do MERCOSUL. As principais

multinacionais brasileiras de ramo industrial de produtos primários absorvem grande fatia dos respectivos mercados, parcelas estas que chegam a atingir valores significativos.

Ressalta-se, portanto, uma ampliação do caráter de investimento brasileiro do ponto de vista financeiro e monopolista no exterior, principalmente no âmbito da América do Sul, onde encontra maior facilidade, via proximidade geográfica e a partir do bloco econômico do MERCOSUL que emprega vantagens para estas atividades entrarem em detrimento de multinacionais de outros continentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos físico-naturais, econômicos e sociais são responsáveis pelas transformações do espaço do mundo no decorrer da história, mudanças estas tornam este mesmo espaço em geográfico. Estas mutações são dinâmicas e, portanto, dotadas de validação temporal, isto é, aspectos econômicos e sociais não são os mesmos de outrora, e serão diferentes doravante. Contudo, são parte de um todo, compõem a gênese de determinado processo. Este trabalho se baseou em eventos históricos para se compreender o presente e dar subsídios para episódios futuros.

Do ponto de vista físico-natural, observou-se a partir da escala macro, tendências de generalizações que aproximam as características da área de estudo, ou seja, ambientes localizados no mesmo hemisfério, em faixas latitudinais aproximadas, altitudes semelhantes em boa parte, climas regulares, estes dois últimos com exceção do ambiente andino presente na Argentina. Do ponto de vista micro, se enxerga as particularidades de cada local, particularidades estas que permitiram diferentes avanços econômicos e diversas consequências sociais, assegura-se que o potencial do mercado consumidor brasileiro tem relação significativa com a extensão de seu território e climas quentes, enquanto que a Argentina e Uruguai teve a localização às margens do rio da Prata como estratégico para seu desenvolvimento econômico, o Paraguai sem acesso ao mar dependia dos dois.

Diacronicamente os processos sociais se desenvolvem em conjunto com o econômico, fez-se necessária tal análise, uma vez que, os processos tiveram divergências através do tempo, e assim, provocou diferenciações sociais de classe e de materialização espacial. Todos os países presentes tiveram semelhanças e dissensos que permitiram peculiaridades locais e em bloco que dialeticamente atingem a toda população do recorte aqui estudado. Passado colonial, ditaduras militares, industrialização tardia, manufaturas de baixa tecnologia, desestabilização política, dependência externa, empréstimos às instituições internacionais, estas e outras situações são semelhanças que dão identidade ao povo sul-americano. Entretanto se mostram também como aspectos demasiadamente gerais para se aplicar a uma área de estudo tão extensa. Internamente estes processos tiveram suas particularidades, a ditadura militar brasileira foi mais desenvolvimentista que as demais, a política de abertura de capital no Brasil foi mais agressiva, a extensão territorial da América portuguesa não se desagregou como no caso espanhol, o que diversifica muito as possibilidades de produção de commodities no contexto atual.

Aos poucos, questões físico-naturais e históricas denotam maior potencial econômico ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Mesmo implantando medidas

macroeconomicamente semelhantes, questões internas pontuais, não isoladas do mercado externo, emergem a hegemonia brasileira frente aos vizinhos sul americanos.

Em meio a tal circunstância surge uma polêmica no que tange à atuação brasileira nas questões políticas e comerciais com seus vizinhos sul-americanos, principalmente aqueles a quais possui maior interação, isto é, aqueles participantes do MERCOSUL. O bloco econômico surgiu como uma ferramenta para benefício de todos os membros, porém, percebe-se a longo prazo maior benefício ao Brasil, principalmente quando se retrata da balança comercial. A polêmica em si seria: considerar ou não o Brasil um Estado imperialista dentro do contexto do MERCOSUL, ou até mesmo de toda a América do Sul?

A princípio, para responder tal questionamento, foi necessário conhecer o conceito de imperialismo. O termo se resignificou com o passar da história, mas sempre esteve relacionado com dominação, monopólio industrial e financeiro. Neste aspecto observou-se que o Brasil não se encontra no topo da escala mundial nestes aspectos, contudo muito menos se apresenta como uma nação pouco significativa no comércio mundial, se estabelece como um meio termo. Este meio termo foi descrito por Ruy Mauro Marini, ainda nos 60 e 70, o autor percebeu a hegemonia local brasileira, bem como possuidor de um papel de interlocutor das nações mais poderosas com aquelas sul-americanas, crescente instalação industrial, significativo avanço no mercado financeiro, aumento de consumo de produtos suntuários e surgimento de empresas monopolista em âmbito regional.

Marini deixou seus trabalhos espalhados por diversas publicações, nesse sentido Luce (2011) dedicou-se a sintetizar tais informações para se chegar a uma teoria do subimperialismo, ao qual cinco fatores se tornam necessários para se considerar um país mantenedor de tal poder. São: política de hegemonia regional, cooperação antagônica, esquema tripartite de realização do capital, composição orgânica média do capital/capital financeiro e monopólios.

A política de hegemonia regional brasileira é significativa, ocorre em diversos âmbitos de relação, econômicas, políticas sociais. Economicamente possui larga vantagens em índices de importação, exportação e saldo da balança comercial, o parque industrial é significativamente superior, bem como a produção de tecnologia. O reconhecimento de tal ordem já é notório por toda a fronteira, quase todos os países implantam o português como segundo idioma nas escolas, o que mostra a tendência de uma universalização cultural, que se refletem em políticas em bloco com consequências sociais.

A cooperação antagônica se dá pela mediação ante as forças imperialistas em âmbito mundial, o que significa a grosso modo os Estados Unidos. Não se pode cortar relações com um parceiro tão forte, mas também não se pode abrir espaço para que este lhe prejudique em

âmbito regional. Diversas questões relevantes foram colocadas em choque quanto aos interesses de brasileiros e estadunidenses, entre as quais destacam-se a tentativa de implementação da ALCA e criações de bases militares na América do Sul. Situações conflituosas que ora beneficiaram o Brasil, ora não. Mas que apresenta o poder de negociação e a anuência local em permitir tal papel.

O esquema tripartite de realização do capital se dá por meio da atuação; do mercado externo, indiscutivelmente as exportações brasileiras estão entre as maiores do mundo e são majoritárias no contexto da América do Sul; do papel do Estado quanto ao seu poder de investimento; o Brasil tem praticado políticas subsidiárias para incentivo da agricultura e indústria, feito principalmente pelo BNDES que financia obras também no exterior, principalmente nos países sul-americanos, acrescenta-se ainda os gastos públicos com funcionalismo, estatais e políticas sociais; do consumo suntuário que amplia as desigualdades sociais, o Brasil atual vive uma grande expansão por parte do consumo de eletrodomésticos, produtos considerados suntuários em outras décadas, porém este consumo se dá por meio de maiores disponibilidades de créditos concedidas a partir do século XXI, que por muitas vezes prejudica o planejamento orçamental das famílias que entraram neste setor, ou seja, consomem mas passam a dever, o consumo suntuário de determinados produtos se expandiram, todavia o endividamento aumentou, o que de certa forma ainda mantém e aumenta a desigualdade.

A composição orgânica média do capital/capital financeiro e monopólios se caracterizam por apresentar a posição de determinada nação na participação do comércio internacional, que no caso devem apresentar significativa presença de empresas monopolistas em sua área e participação no mercado financeiro. No caso do Brasil, percebeu-se que grandes empresas têm se destacado em determinadas áreas e apresentado atuação monopolista em determinados países, ao qual se incluem muitos sul-americanos, entre eles aqueles pertencentes ao MERCOSUL.

Além das concepções do subimperialismo, foram elencadas também a questão da mobilidade populacional e do trabalho. Estes aspectos buscam corroborar com o papel da Região Sul nas relações do MERCOSUL, já que do ponto de vista econômico o Brasil como um todo foi considerado. É provável que o deslocamento fronteiriço com fins trabalhistas tem como destino locais mais próximos, foi tal fator que procurou-se sustentar. Foram colocados dados dos imigrantes que informavam quanto às atividades e cargos econômicos exercidos no Brasil, escolaridade, principais unidades federativas de destino, principais cidades de destino.

O trabalhador estrangeiro que busca melhores condições de salário em locais mais desenvolvidos não possui alta qualificação é o que se demonstrou a partir dos cargos e

escolaridade dos indivíduos identificados nos três países, com maior incidência no Paraguai. A escolaridade dos trabalhadores do MERCOSUL justifica uma tentativa de melhora de vida, mesmo em um local de cultura distinta da sua, o que já insere dificuldades em tal empreitada. A média salarial é maior que nos demais países vizinhos, o que explica o deslocamento para o país vizinho mesmo ocupando cargos de grande esforço físico e baixa remuneração no Brasil.

A maioria se mantém nas unidades federativas mais próximas, e também, nos municípios de fronteira, com as capitais apresentando grande contingente populacional dos países vizinhos, mesmo com a relativa distância. Na fronteira possivelmente este deslocamento pode até ser pendular, trabalhar de um lado da fronteira e morar no outro. A proximidade também impede desafios maiores, em caso de problema maior, voltar não seria dificuldade, vale ressaltar que foram destacados também o número de demitidos, e estes não são poucos.

Ressalta-se ainda que o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, muito maior, diversificado e dotado de relativa preponderante tecnologia é responsável pelo ambiente de maiores possibilidades para os trabalhadores do próprio país, o que por consequência diminui a superexploração do trabalho quando comparado à Argentina, Paraguai e Uruguai, principalmente no caso dos dois últimos. O resultado de tais fatos amplifica o valor agregado do produto manufaturado brasileiro, vendido majoritariamente no MERCOSUL, desta forma, o trabalhador de fronteira tende a se deslocar ao país vizinho para buscar melhores condições de trabalho, ou ainda, é preterido pelo brasileiro, por vezes mais qualificado, em seu próprio país, principalmente em áreas fronteiriças.

Estas questões remetem à teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky. No contexto econômico do MERCOSUL os países membros apresentam diferenciações significativas em diversos âmbitos, ao mesmo tempo que estão intrinsecamente ligados, sendo no caso, o foco principal de irradiação dos pressupostos capitalistas, o Brasil. Os demais exercem papéis complementares e periféricos.

Todos os aspectos pesquisados tabulados e inseridos em quadros e representações gráficas são de significativa relevância para se considerar o papel hegemônico do Brasil quanto aos países vizinhos. A metodologia de Ruy Mauro Marini levada à luz por Luce (2011) também corroboram para se compreender a supremacia brasileira neste contexto. Contudo, ressalta-se que tais informações se referem a um panorama específico de um recorte na escala histórica temporal. Nos anos 70 o Brasil se consolidou como uma provável potência subimperialista, é possível que tenha resgatado tal posição no início do século XXI, muitas informações aqui destacadas corroboram com essa interpretação. Entretanto as questões econômicas se tornaram mais dinâmicas e rápidas a medida que a tecnologia avançou, os anos de 2014 e 2015

apresentaram, por exemplo, desaceleração quanto aos índices econômicos situados nos anos anteriores. Assim, as questões políticas e sociais podem se alterar, espera-se neste sentido, que este trabalho sirva de reflexão para pesquisas futuras quanto à integração política, econômica e social no quadro de integração do MERCOSUL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o processo de formação de blocos econômicos: conceito e história, com aplicação aos casos do Mercosul e da Alca. In: GOMES, Eduardo Biacchi; REIS, Tarcísio Hardman. **Globalização e o Comércio Internacional no Direito da Integração**. São Paulo: Editora Aduaneiras, 2005; pp. 17-38.

ALVAREZ, Gustavo Alberto Cabrera. **Movimentos sociais e ditadura militar no Uruguai**. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2010.

ANGELO, Carlos Daniel De. **El Paisaje Atlántico del Alto Paraná y sus efectos sobre la distribución y estructura poblacional del jaguar (*panthera onca*) y el puma (*Puma concolor*)**. 2009. 274 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. São Paulo: Contexto, 1999. 94 p.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 564 p.

ARNABAL, Rodrigo; BERTINO, Magdalena; FLEITAS, Sebastián. **Una revisión del desempeño de la industria en Uruguay entre 1930 e 1959**. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/files/153/6335074.pdf>> Acesso em: 31 de janeiro de 2015.

AZEVEDO, Oldemar. **Soberania: noções e fundamentos**. São Paulo: Lex, [19..].

BAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie. La problemática territoriale dello sviluppo italiano**. Bologna II Mulino, 1977.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 319-367.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve história da Argentina**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BENNATTI, Adriana. **A presença da China no MERCOSUL: Implicações sobre o processo de integração.** III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 2011.

BERTONHA, João Fábio. **O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943.** Rev. bras. polít. int. vol.40 no.2. Brasília, 1997.

BRAZEIRO, Alejandro; PANARIO Daniel; SOUTULLO, Alvaro; GUTIERREZ, Ofelia; SEGURA, Angel; MAI, Patricia. **Clasificación y delimitación de las ecorregiones de Uruguay.** Montevideo: Informe Técnico. Convenio MGAP/PPR – Facultad de Ciencias/Vida Silvestre/ Sociedad Zoológica del Uruguay/CIEDUR, 2012.

BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana. **A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea.** 6º Colóquio Internacional de Marx e Engels, Unicamp. Campinas, 2009.

BUGEL, Talia. **O Ensino das Línguas do MERCOSUL: Aproximando-se da maioria.** Latin American Research Review, Vol. 47, Special Issue, 2012.

BURKART, Rodolfo; Bárbaro, Nestor Omar; Sánchez, Roberto Omar; Gómez, Daniel Aldo. **Ecorregiones de la Argentina, Buenos Aires,** Administración de Parques Nacionales e Secretaría de Recursos Naturales y Desarrollo Sustentable, 1999.

CACCIALI, Pier. **Distribución y afinidades biogeográficas de la familia gymnophthalmidae de Paraguay (Reptilia: sauria).** Reportes Científicos de la FaCEN. Disponível em: <<http://www.faunaparaguay.com/facgym.pdf>> Acesso em 17/08/2015.

CAMARGO, Adriane de Sousa. **Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais O caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana.** Dissertação. Mestrado em Relações Internacionais. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As características da nova geografia. In: **Perspectivas da geografia.** São Paulo: Difel, 1985, p.71-101.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná: publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte Do Paraná.** 1a ed. São Paulo, Editora Ave Maria Ltda, 1977.

CORRÊA, Mariana Almeida Silveira; NEPUMUCENO, Raísa Barcellos; MATTOS, Wesley H. C.; MIRANDA, Carla. **Migração por sobrevivência: soluções brasileiras.** Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 221-236, jan./jun. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2003.

CORRÊA, Walquíria Kruger. **Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina**. Geosul. v. 14, n. 27, p. 25-44. Florianópolis, 1999.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. **Geografia: Conceitos e Paradigmas – Apontamentos Preliminares**. Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino. Vol. 01, Nº 02, 2010.

COUTO, Leandro Freitas. **A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul**. Revista Oikos. Vol. 5, No 1. 2006.

COX, R. W. **Social forces, states and world orders: beyond international relations theory**. Millennium: Journal of International Studies, v. 10, n. 02, p. 126-155, 1981.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DEMATTEIS, Giuseppe. Le principe de d'interaction: fondement logique et pratique de la recherche moderne em gographie. In BUSCAGLIA, Augusto, et. al. **Colloquio sulle basi teoriche dela ricerca geografica**. Torino: Giappichelli, 1975. p. 28-38.

DI TELLA, Torcuato S. **História social da Argentina contemporânea**. Brasília: FUNAG, 2011.

DUARTE, Jéssica da Silva, FENELON, Priscila. **A Consolidação da Democracia na América Latina: Um estudo comparativo dos casos Brasil e Uruguai**. Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué Ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014.

FACINA, Adriana. **De volta ao fardo do homem branco: o novo imperialismo e suas justificativas culturalistas**. Revista História e luta de classes. Ano 1. Edição nº2. 2006.

FATORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo. **Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado**. Auditoria cidadã da dívida. 2015. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-jacnfira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/#_edn1> Acesso em: 30/01/2016.

FERNANDES, Duval Magalhães; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; KNUP, Silvana Pena. Fluxo de mão-de-obra da Europa para o Brasil. In: **Economia, parlamentos, desenvolvimento e migrações: as novas dinâmicas bilaterais entre Brasil e Europa**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2012.

FERREIRA, Paulo Cesar Ferreira. O imperialismo: os teóricos precursores e o debate contemporâneo. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

FINDLAY, Eleide Abril Gordon. **A ocupação territorial e a política agrária na província de Santa Catarina no século XIX**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: < <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0631.pdf>> Acesso em: 14-09-2013.

FIRMEZA, George Torquato. **Brasileiros no exterior**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 378 p.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FRASSON, Margarete. **Alunos brasiguaios em movimento na tríplice fronteira**. 2014. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão. 2014.

FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1973.

FURTADO, Celso (1982). **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GHICHONET, Paul.; RAFFESTIN, Claude. **Géographie des frontières**. Vendôme: Presses Universitaires de France, 1974.

GOLDZWEIG, Rafael Schmuziger. **A entrada da Venezuela no MERCOSUL: análise dos aspectos políticos e econômicos**. Revista de Iniciação científica em relações internacionais. São Paulo, 2013. Disponível em: <www.caeni.com.br/publicacoes/doc_download/41-a-entrada-da-venezuela-no-mercosul-analise-dos-aspectos-politicos-e-economicos> Acesso em 16/06/2015.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: **Geografia Conceitos e Temas**, org. CASTRO, Iná Elias de ; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012. 352 p.

HARVEY, david. **O neoliberalismo – histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. 249p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 201p.

HERMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discursos diplomático brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 268 p.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos impérios, 1875 – 1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 583 p.

HOBSON, John Atkinson. **Imperialism: a study**. New York: James Pott & Company, 1902.

KAUTSKY, Karl. **Imperialismo e a Guerra**. In: FREITAS, Giovanni Barillari de. Tradução e análise dos artigos de Karl Kautsky acerca do imperialismo e seus desdobramentos em relação à economia e sociedade contemporânea e o Brasil. Monografia do curso de Ciências Econômicas (UNESP). Araraquara, 2014.

KRONE, Evander Eloí. **Práticas e saberes em movimento: A história da Produção Artesanal do Queijo Serrano Entre Pecuaristas Familiares do Município de Bom Jesus (RS)**. Dissertação (Mestrado). Mestrado Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, UERGS, Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/gepac/arquivos/TCC%20evander%20krone.pdf>> Acesso em: 14-09-2013.

LATINI, Sydney. **A implantação da indústria automobilística no Brasil: Da substituição de importações ativa à globalização passiva**. São Paulo: Alaúde, 2007, 392 p.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo/Apresentação de Plínio de Arruda Sampaio**. Unicamp, 2011.

LIMA, Maria das Graças de. **A Sobrevivência dos Sítios Rurais em Moreira Sales/PR**. 1993. Dissertação. Mestrado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

LÖWY, Michael. **Le marxisme en Amérique Latine**. Anthologie, Paris, Masperopp. 239-258 e 413- 423. 1980.

LUCE, Mathias Seibel. **O Imperialismo hegemônico e o Subimperialismo brasileiro: diagnóstico e alternativas**. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007a.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula**. Dissertação. Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2007b.

LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria.** Tese. Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2011.

LUCE, Mathias Seibel. **Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 516p.

MACHADO, Luiz Toledo. **A teoria da dependência da América Latina.** Estudos Avançados, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n35/v13n35a18.pdf>> Acesso em: 28/09/2015.

MARINI, Ruy Mauro. **A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo.** Revista Outubro, 2012. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/20/out20_02.pdf> Acesso em: 02 de janeiro de 2015.

MARINUCCI, Roberto. **Brasileiros e brasileiras no exterior: Apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores.** Centro Scalabrino de Estudos Migratórios, 2008. Disponível em: http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf> Acesso em 21/01/2015.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Interpretações Clássicas do Imperialismo.** Textos para Discussão – Instituto de Economia da Unicamp. 2013, Campinas. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/03/Mariutti-Imperialismo.pdf>> Acesso em: 02 de mar. 2014.

MARX, Karl. **O capital.** Vol. I, Livro I. Tomo 2. Nova Cultural: São Paulo, 1996. 394p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista.** Ed. Ridendo Castigat Mores: Versão digital, 1999.

MAX, Cláudio Zarate. Z.; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista.** Geosul, 24(47), 7-27. 2009.

MATOS, Ralfó; LOBO, Carlos; STEFANI, João; BRAGA, Fernando. **Conexões geográficas e movimentos migratórios internacionais no Brasil Meridional.** I Congresso da Associação Latino Americana de Estudos da População, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/pdf/alap2004_248.pdf> Acesso em 16 jan. de 2016.

MORMUL, Najla Mehanna. **As abordagens sobre população na geografia brasileira (1934 – 2010): Permanências, transformações e rupturas.** 2013. 340 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2013.

MORÓN, Isaac. **Problemas de la coonización en el Uruguay.** Primer congreso nacional de colonización. Paysandú, 1946.

PARERA, Anibal; Paullier, Inés; Weyland, Federico. **Índice de Contribución a la Conservación de Pastizales Naturales del Cono Sur. Una herramienta para incentivar a los productores rurales.** Argentina, Aves Uruguay. 2014.

PRANCE, Ghilleen Tolmie; SCHALLER, George Beals. **Preliminary study of some vegetation types of the Pantanal, Mato grosso, Brazil.** Brittonia 34(2):228-251. 1982.

QUINTANAR, Silvia; López, Rodolfo. **O Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul americana (Iirsa): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e a Argentina.** Rev. bras. polít. int., vol.46, no.1, p.213-221. 2003.

OMETTO, Ana Maria H.; FURTUOSO, Maria Cristina O.; SILVA, Marina Vieira da. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população.** Revista Saúde Pública 29 (5) 403-414. 1995.

OSÓRIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In FILHO, Niemeyer Almeida (or). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** Brasília: IPEA, 2013.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. **Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica- Brasil no Mercosul.** I Congresso da Associação Latino Americana de Estudos da População, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/pdf/alap2004_244.pdf> Acesso em 16 jan. de 2016.

PELLI, M.C; FINLAYSON B.L.; MCMAHON T.A. **Updated world map of the Köppen-Geiger climate classification.** Hydrology and Earth System Sciences, 11: 1633-1644. 2007
RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática. 1993. 269 p.

PEREIRA, Carlos José; FREDDO, Antonio Carlos. **Oeste catarinense: história de seus empreendedores.** Revista Eletrônica de Gestão de Negócios v. 3, n. 3, jul.-set., p. 32-76, 2007.

RAMOS, Leonardo César Souza. **A Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Uma Perspectiva Neogramsciana.** Dissertação. Mestrado em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2005.

ROCHA, Márcio Mendes. **A Espacialidade das Mobilidades Urbanas – Um olhar para o Norte Central Paranaense**. 1998. 180 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **A mobilidade forçada e a exploração da força de trabalho: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do noroeste paranaense**. 2011. 174 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2011.

ROMERO, José Luís. **Breve História de la Argentina**. Disponível em: <<http://www.dad.uncu.edu.ar/upload/romero-jose-luis-breve-historia-de-la-argentina.pdf>> Acesso em: 25/08/2015.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. Martins Fonte: São Paulo, 1999. 186 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 192 p.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. **O português no MERCOSUL**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, no 39, p. 175-184, 2009.

SÁ JUNIOR, Arionaldo de. **Aplicação da Classificação de Köppen para o Zoneamento Climático do Estado de Minas Gerais**. 2009. 101 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Universidade Federal de Lavras, Lavras. 2009.

SILVA, Henrique Manoel da. **Fronteiras: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio**. Maringá: Eduem, 2010.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. LOPES JUNIOR, Orivaldo Pimentel. **Globalização – de sua Gênese Mercantilista ao Neoliberalismo Burguês**. Revista Inter-Legere. N° 3. 2008, Natal. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/3/es01.pdf>> Acesso em: 02 de mar. 2015.

SILVA, Sidney Antônio da. **Fronteira amazônica: passagem obrigatória para haitianos?** Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 119-134, jan./jun. 2015.

SILVA, Simone Affonso. **Divisão Regional Brasileira: considerações acerca de seus fundamentos**. Observatorio Geográfico de América Latina 2012. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/06.pdf>> Acesso em 18/08/2015.

SIMÕES, Regina Célia Farias, MORINI, Cristiano. **A ordem econômica internacional: considerações sobre a formação de blocos econômicos e o Mercosul.** Impulso – Revista de Ciências Sociais e Humanas, Piracicaba, v. 13, n. 31, p. 139-154, maio/ago. 2002.

SOARES, Weber; LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. **Mobilidade Espacial dos Estrangeiros no Brasil - 1991/2010.** REMHU - Rev. Interdisciplina de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 191-205, jan./jun. 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia Conceitos e Temas**, org. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012. 352 p.

SOUZA, Osmar Martins de; DOMINGUES, Analéia. **O Materialismo-Histórico: Uma nova Leitura da Forma de Ser dos Homens.** IV EPCT, 2009. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_humanas/10_MARTINS_DOMINGUES.pdf> Acesso em 29/08/2015.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica.** RBE, Rio de Janeiro, v. 62 n. 2 / p. 221–246 .2008.

VELOSO, Henrique Pimenta; FILHO, Antônio Lourenço Rosa Rangel; LIMA, Jorge Carlos Alves. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

VERÍSSIMO, Michele Polline. **Doença Holandesa no Brasil: Ensaio sobre taxa de câmbio, perfil exportador, desindustrialização e crescimento econômico.** 2010. 231 f. Tese (Doutorado em Economia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2010.

VESENTINI, José Willian. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global.** Campinas: Papirus, 2003.

VIEIRA, Friederich Brum. **Reivindicações Territoriais da Argentina e do Chile sobre a Antártica,** 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/reivindicacoes.pdf>> Acesso em 16/08/2015.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1977.